

PORTUGALIA

NOVA SÉRIE, VOLUME XLV



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
2024

PORTVGALIA

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
2024

DIRECTOR / EDITOR: Mário Jorge BARROCA

COMISSÃO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD: Andreia AREZES – Mário Jorge BARROCA – Daniela FERREIRA – Rui MORAIS – Francisco QUEIROGA – Sérgio Emanuel Monteiro RODRIGUES – Maria de Jesus SANCHES

COMISSÃO CIENTÍFICA / SCIENTIFIC BOARD:

Jorge de ALARCÃO (Universidade de Coimbra)
Martin ALMAGRO GORBEA (Real Academia de la Historia, Madrid)
Joaquim Pais de BRITO (Museu de Etnologia, Lisboa)
Luis CABALLERO ZOREDA (CCHS-CSIC, Madrid)
João Luís CARDOSO (Universidade Aberta, Academia das Ciências de Lisboa)
Domingos de Jesus da CRUZ (Universidade de Coimbra)
João Pedro CUNHA-RIBEIRO (Universidade de Lisboa)
Germán DELIBES DE CASTRO (Universidad de Valladolid)
Carlos FABIÃO (Universidade de Lisboa)
Maria Paz GARCÍA-BELLIDO (CEH-CSIC, Madrid)
Francisco GRACIA ALONSO (Universidad de Barcelona)
José Avelino GUTIERREZ GONZALEZ (Universidad de Oviedo)
Sónia GUTIERREZ LLORET (Universidad de Alicante)
Wenceslas KRUTA (Université de Paris 4 - Sorbonne)
Patrick LE ROUX (Université de Paris 13 - UFR LSHS)
José Maria Amado MENDES (Universidade de Coimbra)
Ángel MORILLO CERDÁN (Universidad Complutense de Madrid).

TÍTULO / TITLE: *Portvgalia*

Revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Journal of Archaeology of the Department of Heritage Studies, Oporto University - Faculty of Arts and Humanities

LOCAL: Porto

EDITOR: Departamento de Ciências e Técnicas do Património - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ISSN: 0871-4290

DOI da revista: 10.21747/09714290/port/

ISSN DIGITAL: 2183-3516

DOI do volume: 10.21747/09714290/port/45

DEPÓSITO LEGAL: 189069/02

IMPRESSÃO: GRÁFICA FIRMEZA, LDA.®

ENDEREÇO / ADDRESS:

PORTVGALIA
A/C Mário Jorge BARROCA
Via Panorâmica, s/nº
4150-564 PORTO

INTERCÂMBIO / EXCHANGE

PORTVGALIA
Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/nº
4150-564 PORTO

Revista com Arbitragem Científica / Journal with Peer Review

PORTVGALIA está indexada nas seguintes bases de dados / is indexed in the following databases: Academic Search Complete/EBSCO, DIALNET, DOAJ, ERIH Plus, Fonte Académica/EBSCO and Latindex.

Solicita-se permuta - We would like exchange - On prie bien de vouloir établir l'échange
Sollicitiamo scambio - Tauschverkerhr erwünscht

COM O APOIO DE:



ISSN 0871-4290

SUMÁRIO

25 ANOS...

Mário Jorge Barroca 5

DOS RIOS E DOS PEIXES DURANTE O CALCOLÍTICO NO ALTO DOURO PORTUGUÊS

Ana Vale, Cláudia Costa, Sónia Gabriel, Matilde Rodrigues,
Sérgio Gomes e João Muralha Cardoso..... 9

UNHA RECONTEXTUALIZACIÓN DA MINARÍA DO OURO GALAICO-ROMANA

Oscar Pazos Rodríguez 25

A CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO PDM DO PORTO: POSSIBILIDADES E LIMITES DE UMA CARTOGRAFIA DA MEMÓRIA E MUTABILIDADE DA CIDADE. PARTE II – PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO

Sérgio Gomes, Isabel Osório, Laura Sousa, Carla Stockler,
Manuela Ribeiro, António Almeida 33

ONDE ESTÁ A MESQUITA ALJAMA DE LISBOA? DA CONSTRUÇÃO DE UM MITO URBANO AOS EQUÍVOCOS DA ARQUEOLOGIA

Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes 61

GRAFITOS MEDIEVAIS NO CASTELO DE SÃO JORGE (SÉCULOS XIV-XV) – NOVOS ESTUDOS

Pedro Alves, Ana Pereira Ferreira, André de Oliveira Leitão e Gonçalo Lopes 89

SELOS ALFANDEGÁRIOS DO CONVENTO DE SANTANA DE LISBOA

Joana Gonçalves, Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes 109

A «GRANDIOSA PONTE» DA VILA DE VOUGA, DE DOM JOÃO V A DONA MARIA I

Luís Seabra Lopes 123

25 ANOS...

A revista *PORTVGALIA* foi criada em 1980, pelos docentes que integravam o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. No seu primeiro volume, saído dos prelos nesse mesmo ano, colaboraram todos os fundadores: Vítor Oliveira Jorge, Susana Rodrigues Lopes, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996), Armando Coelho Ferreira da Silva e Rui Manuel Sobral Centeno. O título da revista retomou, em jeito de homenagem, o da carismática revista *Portvgalia*, de Ricardo Severo, Rocha Peixoto e outros, publicada no Porto entre 1899 e 1908, e que tinha como subtítulo «*Materiaes para o Estudo do Povo Portuguez*». O *lettering* da revista é, por isso, intencionalmente o mesmo. Ao longo dos anos, a composição da Comissão Editorial da revista foi variando, ao sabor das oscilações do corpo docente da Faculdade. Entraram Teresa Soeiro, Carlos Alberto Brochado de Almeida, nós próprios, João Pedro Paiva de Cunha-Ribeiro, Maria de Jesus Sanches, Sérgio Emanuel Monteiro-Rodrigues, António Baptista Lopes (1938-2022), e, mais recentemente, Andreia Catarina Magalhães Arezes, Rui Manuel Lopes de Sousa Morais, Daniela Filipa de Freitas Ferreira e Francisco Manuel Veleza Reimão Queiroga. Alguns saíram, porque mudaram de instituição, porque se reformaram ou porque, infelizmente, faleceram. Mas a Comissão Editorial da revista espelhou, sempre, a composição do corpo docente da área de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Entre 1980 e 1999 a revista teve como Diretor Rui Manuel Sobral Centeno. Desde o volume 19-20, referente aos anos de 1998-99, assumimos a direção da revista. Completam-se, portanto, vinte e cinco anos de coordenação da revista (contados a partir da data de saída do volume, em maio de 1999, embora as nossas funções tenham começado um pouco antes). Desde o seu início, a revista afirmou-se no meio científico português como uma publicação de referência, sendo, neste momento, a segunda mais antiga revista portuguesa de Arqueologia com publicação ininterrupta.

Construído pelo seu primeiro Diretor, Rui Manuel Sobral Centeno, e aprofundado por nós, a revista *PORTVGALIA* tem um importante ficheiro de intercâmbio, que chegou a contar com mais de 200 periódicos da especialidade, e que continua a ter, nos dias de hoje, perto de centena e meia de títulos, desempenhando um papel determinante no enriquecimento da Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Ao longo de estes 25 anos fomos responsáveis pela organização e publicação de 27 números da revista (uma vez que o primeiro volume, editado em 1999, era um volume duplo, referente aos anos de 1998-99). Ao longo deles foram editados 188 artigos (contabilizando-se, aqui, os «artigos», as «notícias breves» e as «recensões críticas», secções que a revista, no início, comportava), tendo colaborado 179 autores distintos, alguns deles várias vezes reincidentes. Ao todo, 4889 páginas (a que acrescem as do presente volume)...

O percurso da *PORTVGALIA* conheceu etapas importantes. A partir de 2007 (sendo formalizado no volume 29-30, de 2008-09), a revista passou a ter uma «Comissão Científica», formada por destacadas individualidades, especialistas nas diversas épocas e áreas temáticas, todas exteriores à instituição. Registamos, aqui, com saudade, os nomes dos seus membros que já partiram: Fernando Acuña Castroviejo (falecido em 2016) e Juan Zozaya Stabel-Hansen (falecido em 2017). Aos dois, a *PORTVGALIA* dedicou o seu volume 38, de 2017, tal como fizera, em 1996-97, com o volume 17-18, dedicado à memória de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (falecido em 1996), figura de referência para os docentes de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Fernando Acuña Castroviejo já fora distinguido, em 2015, com um volume especial da revista *PORTVGALIA*, onde se publicaram 22 textos oferecidos por amigos e admiradores seus (a que se acrescentaram mais quatro artigos publicados no volume 37, de 2016). A todos os membros da Comissão Científica da revista queremos expressar o nosso reconhecimento por nos terem dado a honra de podermos contar com o seu precioso contributo.

Desde muito cedo a revista aderiu ao sistema do *open access*, sendo os seus conteúdos facultados, digitalmente, de forma totalmente livre e isenta de encargos a partir do momento da edição do volume físico, sem qualquer período de reserva.

A partir de 2011 a revista *PORTVGALIA* passou a estar indexada em várias bases de dados internacionais – tanto bases comerciais (EBSCO: Academic Search Complete; Academic Search Ultimate; Fuente Academica Plus; Fuente Academica Premier; Fonte Academica; PROQUEST: Latin America & Iberian Database; ProQuest databases; ProQuest Earth Science Journals; ProQuest Science Journals; Publicly Available Content Database; Research Library) como bases de acesso aberto (Bielefeld Academic Search Engine; CAPES; CrossRef; Dialnet; DOAJ (Directory of Open Access Journals); ERIH Plus; Worldcat OCLC). Mas também está presente em diversos directórios (EZB - Elektronische Zeitschriftenbibliothek; JURN; Latindex; QUALIS Periódicos; Sherpa Romeo), em repositórios (como o RCAAP) e em motores de busca (como o Google Scholar).

Também a partir de 2011 a revista passou a ter revisão por pares, adoptando o sistema do «*blind peer review*». Onze anos volvidos – a partir de 2022 – a revista aderiu ao sistema do «*open peer review*», no qual todos – Autores e Revisores – têm conhecimento das respetivas identidades, o que torna o sistema totalmente transparente e eticamente mais correto.

Desde o volume 38, de 2017, todos os artigos publicados na *PORTVGALIA* passaram a ter o DOI – *Digital Object Identifier* –, permitindo uma mais eficaz difusão e um acesso mais universal.

E, mais recentemente, a revista passou a integrar a *Digithèque*, a plataforma digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a gestão do fluxo de textos e revisões.

Antes de terminar, seja-me permitido agradecer de forma muito particular a três pessoas. Ao Dr. João Emanuel Leite (ao tempo Diretor da Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto) e à Dr^a. Mariana Selas (Técnica Superior do Serviço de Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), que muito me auxiliaram e que desempenharam um papel decisivo na modernização da revista, nomeadamente nos processos de inscrição em bases de dados internacionais, da criação da plataforma *Digithèque* e na adesão ao sistema DOI. Sem o seu contributo inestimável as minhas tarefas à frente da revista teriam sido seguramente muito mais árduas e, sobretudo, menos eficazes. Os meus agradecimentos estendem-se, ainda, à Dr^a. Ana Paula Soares (da Unidade de Publicações da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), que há muitos anos tem vindo a acompanhar os procedimentos editoriais da revista, desde a fase de concurso para seleção da tipografia até às revisões de provas e, depois, à distribuição da revista. Sem o seu contributo, a edição da revista teria sido sempre muito mais complicada. As muitas interações que mantive com os três ao longo dos anos em que estive à frente da *PORTVGALIA* ajudaram a cimentar uma admiração e uma amizade que perdurará no tempo.

Como o Leitor certamente já se terá apercebido, pela toada do texto, entendemos que é tempo de ceder o lugar a outros. Vinte e cinco anos à frente de uma revista é, talvez, demasiado tempo. É, seguramente, uma tarefa árdua que, ainda que não sendo insustentável, consome muito tempo e energias. E entendemos que a *PORTVGALIA* terá muito a ganhar com a renovação da sua direção. É tempo, por isso, de ceder a direção da revista às gerações mais novas, para que a *PORTVGALIA*, que já leva 45 anos de existência, se renove e ganhe uma nova dinâmica. A todos os que colaboraram comigo e com a revista ao longo dos últimos 25 anos – Autores, Revisores, membros das Comissões Redatorial e Científica, Funcionários da FLUP ... – deixo um testemunho público do meu reconhecimento.

Mário Jorge Barroca

DOS RIOS E DOS PEIXES DURANTE O CALCOLÍTICO NO ALTO DOURO PORTUGUÊS

Ana Vale

CITCEM/REMA – FLUP
avale@letras.up.pt

Cláudia Costa

ICArEHB – FCHS UAIG
cmcosta@ualg.pt

Sónia Gabriel

CEAU – FAUP
sonia.gabriel@gmail.com

Matilde Rodrigues

FCHS UAIG
matildepereirarodrigues30@gmail.com

Sérgio Gomes

CEAUCP- UC
sergio.gomes@uc.pt

João Muralha Cardoso

CHAM – FCSH UNL
jccardoso@fcs.unl.pt

ABSTRACT

This text aims to contribute to the understanding of the Chalcolithic walled enclosure of Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) as a place forged in a profuse network of practices, from which territories and landscapes were activated. To this end, it analyses its relationship with the surrounding watercourses, as well as the remains of ichthyofauna recovered during excavation. By demonstrating the importance of the Douro, Torto and Teja rivers valleys in the network of places where the enclosure is located, we discuss how the occurrence of barbel and shad/save allows us to deepen our knowledge of this network. The migratory cycles of these fish and their reproductive behaviour, given its seasonal character, are indicators of a cyclical temporality that would have structured the dynamics of territories and landscapes.

Keywords: Castanheiro do Vento, ichthyological remains, watercourses, territory

RESUMO

O texto pretende contribuir para a compreensão do recinto murado calcolítico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) como um lugar forjado numa profusa rede de práticas, a partir das quais são atualizados territórios e paisagens. Para tal, analisa a sua relação com os cursos de água localizados na envolvência e os restos de ictiofauna recuperados no decurso da escavação. Demonstrando-se a importância dos vales dos rios Douro e Torto e da ribeira da Teja na rede de lugares em que se insere o recinto, discute-se o modo como a ocorrência de barbo e sável/savelha permite aprofundar o conhecimento de tal rede. Os ciclos migratórios destes peixes e os seus comportamentos de reprodução, atendendo sobretudo ao seu carácter sazonal, são indicadores de uma temporalidade cíclica que teria estruturado a dinâmica dos territórios e das paisagens.

Palavras-chave: Castanheiro do Vento, vestígios ictiológicos, cursos de água, território.

INTRODUÇÃO

Os rios delimitam, unem, ligam, incluem e criam territórios e paisagens. São também o eixo estruturante de projetos de investigação, como é o caso do *Stonehenge Riverside Project*, um projeto colaborativo que permitiu compreender as relações de Stonehenge (Wiltshire, UK) com outros sítios arqueológicos, como Durrington Walls, e com vários territórios de pertença através do rio Avon, na longa diacronia (e.g. PEARSON *et alii*, 2008, PEARSON, 2011). Neste artigo, pretende-se dar ênfase aos cursos de água na constituição dos territórios e paisagens do sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento. Neste sentido, serão analisadas as relações espaciais que o sítio apresenta com os cursos de água e serão apresentados os restos ictiológicos recuperados no decurso das escavações. Com a valorização da relação entre o Castanheiro do Vento com cursos de água e os restos de peixe presentes no registo arqueológico, pretende-se explorar o sítio como uma profusa rede de práticas (a partir de THOMAS 2022 e TSING, 2013) e, assim contribuir para alargar a compreensão das múltiplas interações entre seres humanos, animais, materialidades, arquiteturas, território e paisagem que teriam conformado a longa biografia deste recinto monumental.

O CASTANHEIRO DO VENTO E OS “SEUS” CURSOS DE ÁGUA

O sítio de Castanheiro do Vento localiza-se na freguesia da Horta do Douro, concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda, a 730 m de altitude (Fig. 1). As intervenções arqueológicas decorrem anualmente desde 1998, em projeto iniciado por Vítor Oliveira Jorge e João Muralha Cardoso. Estamos perante um recinto murado, com uma ampla cronologia, mas com uma grande dinâmica construtiva e de uso por volta de 2500 a.C. (e.g. CARDOSO, 2007; JORGE, 2006; VALE, 2011). A arquitetura do sítio, que se desenvolve no topo de uma colina, é definida por três linhas de muro (identificados na Fig. 2 como M1, M2 e M3), intercetadas por passagens (P), que delimitam um recinto principal. Este recinto, assim como as áreas entre muros, são pontuadas por estruturas de tendência circular com diferentes diâmetros: pequenas estruturas circulares delimitadas por moinhos manuais reutilizados; estruturas circulares (E) delimitadas por lajes de xisto e elementos em granito com cerca de 2 metros de diâmetro (identificadas 40 até ao momento); e grandes estruturas circulares (G) com cerca de 8 metros de diâmetro (até agora registadas 7), localizadas preferencialmente na área central do sítio arqueológico, a acompanhar as curvaturas das linhas de muro M2 e M3. Castanheiro do Vento foi sendo construído, habitado, usado ao longo de centenas de anos, e estas construções criam relações temporais diversas. Neste sentido, a planta arqueológica (Fig. 2) não traduz uma planta/projeto inicial, mas é resultado de “experiências acumuladas de habitar” (VALE, 2011 a partir de SANTOS GUERRERO, 2011) o que envolve um processo construtivo e de uso contínuo (CARDOSO, 2007). É um espaço de reunião de uma multiplicidade de materiais, animais, pessoas, territórios e paisagens.

Os rios são estruturantes da investigação em Castanheiro do Vento (CARDOSO, 2007). São limites de territórios arqueológicos, enquanto unem esses mesmos territórios. E são agentes na interpretação arqueológica. A Norte localiza-se o Rio Douro, a Oeste o Rio Torto e a Este a Ribeira da Teja (Fig. 3). Castanheiro do Vento partilha este território com outros sítios – outros recintos murados e possíveis sítios habitacionais localizados em vales ou a meia encosta, 98% localizados perto ou junto de linhas de água (CARDOSO, 2019, p.59). Os cursos de água, vitais para a sobrevivência de todos os organismos, são também importantes recursos alimentares, através da pesca, por exemplo, e indissociáveis da atividade construtiva de sítios como Castanheiro do Vento, o qual terá sido erguido com recurso a lajes de xisto extraídas do próprio local onde se implanta, mas também com madeira, terra argilosa e água na construção das paredes de estruturas tipo cabana, e no alteamento dos muros pétreos anteriormente identificados.

O Rio Douro (Fig. 4) dista de Castanheiro do Vento, em linha reta, 8,800 metros, a que corresponde uma caminhada superior a 2 horas de percurso. O rio Douro ligaria provavelmente o sítio a outras paisagens, imaginadas ou não, percorridas ou não, desde a Serra de Urbiós ao Oceano Atlântico. Note-se que no vale do Côa, as estações do Paleolítico Superior revelam rotas de abastecimento de matérias-primas que abarcam regiões tão distintas como a Meseta e a Estremadura portuguesa (AUBRY *et alii*, 2016). Castanheiro do Vento não tem contacto visual com o rio Douro. Avista o seu vale encaixado, após a colina do Castelo de Numão (também com ocupação calcolítica) (LACERDA, 2017). O trabalho intenso de prospeção num território definido pelo rio Torto (a Oeste), pelo rio Douro (a Norte), pela ribeira de Aguiar (a Este) e pela Serra da Marofa (a Sul) detetou apenas 9% de sítios arqueológicos localizados ao longo do Vale do Douro na região do Alto Douro. Segundo Cardoso (2019) este facto pode estar dependente de “um problema pós-deposicional; a plantação das vinhas nos últimos 30 anos terá destruído alguns sítios arqueológicos. A maior parte dos sítios aí identificados localizam-se em zonas de cumeada, ainda livres dos trabalhos agrícolas.” (CARDOSO, 2019, p. 61). No entanto, em relação com este vale, profundamente alterado nas últimas décadas, foi registado um outro provável recinto murado, o sítio do Cerro do Bastião (São João da Pesqueira), e ainda os sítios de São Salvador do Mundo, Quinta da Abelheira e Santa Bárbara (São João da Pesqueira).

O Rio Torto, afluente do rio Douro, está a 2,400 m em linha reta do sítio de Castanheiro do Vento, distando um percurso que levaria cerca de 40 minutos a pé. Castanheiro do Vento também não tem relação visual com este curso de água. Corre a Oeste, para onde, a partir do sítio, se erguem um conjunto de elevações que não permitem avistar o rio. Em colinas sobranceiras a este rio foram identificados os prováveis recintos murados de Castelo Velho do Souto (Penedono) e o Castro de São Jorges (Meda) (CARDOSO, 2007).

Castanheiro do Vento abre-se, visualmente, à Ribeira da Teja (Fig. 5). A ribeira, afluente do Douro, situa-se a 2,300 metros, e demoraria cerca de 30 minutos a pé a ser alcançada. De Castanheiro do Vento vê-se a bacia deste curso de água. E a colina de Castanheiro do Vento impõe-se visualmente na paisagem desde o vale aberto da Ribeira da Teja. No vale da ribeira da Teja foram identificados dois sítios de habitat com materiais genericamente datados do Calcolítico regional (hoje já destruídos), Raza I e Raza II, e dois sítios arqueológicos identificados como recintos murados: o sítio da Zaralhôa e o sítio da Pitaceira (Vila Nova de Foz Côa) (CARDOSO, 2007).

Na paisagem do Castanheiro do Vento, os vales dos rios Douro, Torto e da ribeira da Teja são elementos estruturantes. No dia-a-dia das comunidades pré-históricas tal estrutura seria permanentemente atualizada em distintas relações contextuais que teriam desafiado os limites e as possibilidades proporcionadas por estes cursos de água. A ocorrência no interior do recinto de elementos que invocam estas relações com rio – como é caso de seixos de quartzito provavelmente recolhidos nas margens dos rios ou de restos de ictiofauna – permitem alargar a compreensão do(s) movimento(s) das comunidades entre o recinto, os cursos de água e os seus vales.

OS RESTOS DE ICTIOFAUNA DE CASTANHEIRO DO VENTO: ESPÉCIES E CONTEXTOS DE OCORRÊNCIA

O conjunto e as espécies

Os restos de ictiofauna foram recuperados na Grande Estrutura Circular 1 (GEC1, n= 10) e na Grande Estrutura Circular 7 (GEC7, n= 32). A *Alosa* sp. (Sável ou Savelha), representa respetivamente 100% (n= 7) e 90% (n=10) do material recuperado na GEC1 e na GEC7, onde ocorre também *Luciobarbus* sp. (Barbo), que representa 10% (n= 1) do total identificado nessa estrutura (Tabela 1). Todos os restos recuperados são vértebras (n= 42). Junto com os elementos dentários, as vértebras de peixe constituem as partes anatómicas que melhor sobrevivem no registo arqueológico e que são reconhecidas como pertencentes a elementos piscícolas. Pese embora a recuperação com recurso a crivo de malha de 5mm e de 2mm seja sistemática, é difícil a recuperação de elementos que só poderia ser possível com malhas de 1 mm (GABRIEL e COSTA, 2017).

Alguns dos elementos provenientes da GEC1 estão termoalterados (n= 11), exibindo colorações que variam entre o preto, o cinza e o branco, indicando contacto direto com o fogo. Entre as vértebras de peixe encontradas na GEC7, observam-se elementos em articulação anatómica (n= 7), o que sugere uma deposição rápida destes restos no interior da estrutura.

	GEC1	%	GEC7	%
Clupeidae				
<i>Alosa</i> sp. Sável/Savelha	9	90	7	100
Cyprinidae				
cf. <i>Luciobarbus</i> sp. Barbo	1	10		
Total identificado	10		7	
ND			18	
TOTAL	10		32	

Tabela 1: Ictiofauna de Castanheiro do Vento: número de restos e táxones identificados.
Percentagens calculadas apenas para a fração determinada. ND – Não determinado

Através da osteologia comparada é difícil distinguir entre espécies próximas, como o sável (*Alosa alosa*) e a savelha (*Alosa fallax*), utilizando os seus elementos vertebrais. Os restos analisados correspondem a indivíduos com cerca de 50 cm de comprimento, ajustando-se ao tamanho alcançado pelo sável (75 cm) e pela savelha (55 cm) (COLLARES-PEREIRA *et alii*, 2021).

O sável e a savelha são peixes anádromos, vivendo no mar até atingir a fase adulta, onde exibem um comportamento gregário. Considerando que os cardumes de sável sobem os rios de maiores dimensões e de corrente moderada para se reproduzir, percorrendo maiores distâncias para efetuar a desova do que a sua congénere savelha (DOADRIO, 2001), que não se afasta muito da costa em meio marinho, nem subindo tanto os rios em meio fluvial (TAVERNY e ELIE, 2001), é verosímil considerar que as vértebras encontradas em Castanheiro do Vento correspondam a restos de sável, hipótese suportada também pelo tamanho referido para a maturidade sexual das duas espécies: 45 – 50 cm para o sável e 32 cm para a savelha (FROESE e PAULY, 1999).

Análise contextual

A Grande Estrutura Circular (GEC1) (Fig. 6) e Grande Estrutura Circular (GEC7) integram um grupo arquitetónico definido por sete estruturas que apresentam semelhanças formais entre si: caracterizam-se sobretudo pelo seu diâmetro entre 5m e 8m e a sua configuração circular ou em arco. Recentemente, estas estruturas foram interpretadas como arquiteturas públicas, como espaços formalizados de reunião comunitária (VALE *et alii*, 2023).

A GEC1 apresentava diferentes categorias de ecofactos e artefactos, designadamente fragmentos cerâmicos (num total de 2818 fragmentos); indústria lítica (em quartzo); e um punção em cobre (VALE *et alii*, 2023). Neste contexto foram recolhidos 122 fragmentos de fauna vertebrada, sendo que apenas 18 permitiram a identificação taxonómica: 10 fragmentos de peixe (*vide supra*) e 9 de mamíferos (Tabela 2). Todos os elementos recuperados encontram-se altamente manipulados termicamente, exibindo coloração esbranquiçada compatível com calcinação (i.e. manipulação pelo fogo a temperaturas superiores a 700°C). Esta é uma característica comum aos restos faunísticos recuperados nos diversos contextos do sítio (COSTA, 2011, 2016) o que explica a baixa taxa de determinação taxonómica (15% neste caso). Os mamíferos estão representados pelos suínos (*Sus* sp.) num total de 7 espécimes que se reportam a um mínimo de dois indivíduos, um elemento de bovino e um caprino doméstico. No que diz respeito à ictiofauna, estava concentrada no interior de uma pequena estrutura circular, encontrando-se em associação a um fragmento de chifre de bóvido, um peso de tear inteiro, elementos vegetais carbonizados, uma lasca em quartzito, um núcleo em quarto leitoso e fragmentos cerâmicos. Este contexto foi interpretado como resultado de uma prática de deposição e oclusão intencional (VALE 2011).

	<i>Sus</i> sp.	<i>Bos</i> sp.	<i>Oryctolagus cuniculus</i>
Fragmento haste		1	
Fragmento molar	1		
Escápula esquerda	3		
Metápodo	2		
Calcâneo			1
Falange Lateral	1		
Total	7	1	1

Tabela 2: Número de restos mamíferos determinados na GEC1.

Na GEC7, os restos ictiofaunísticos (Fig. 7) inserem-se num depósito localizado na área central da estrutura, que aparenta ser o enchimento de uma interface aberta na base argilosa da estrutura. Apesar deste contexto ainda estar em escavação, é de salientar que apresenta uma elevada ocorrência de fragmentos cerâmicos (o estudo preliminar permite avançar que cerca de 36% estão visivelmente queimados), indústria lítica em quartzo, restos antracológicos e carpológicos, maioritariamente trigo e cevada (RODRIGUES 2020; VALE *et alii*, 2023: p. 139) e um fragmento distal

de furador em osso sobre diáfise de fíbula de *Sus* sp. (Fig. 8). Neste contexto foram recuperados 232 elementos faunísticos, sendo 15% destes identificáveis taxonomicamente (n= 35), entre peixes e mamíferos (Tabela 3). Acompanhando a tendência verificada nas coleções dos outros contextos, os suínos (*Sus* sp.) são os mamíferos mais representados em número de restos (n=12). Contudo, em número mínimo de indivíduos, os caprinos domésticos (*Ovis/Capra*) encontram-se em maior número tendo-se identificado 4 indivíduos a contar pelo número de fragmentos de astrágalos esquerdos (n=3) de adultos e um completo de indivíduo infantil. Dentro deste grupo, e graças à boa conservação dos elementos, foi possível identificar uma tíbia de cabra (*Capra hircus*) e uma epífise distal de úmero de ovelha (*Ovis aries*). Segue-se em número de restos o coelho (*Oryctolagus cuniculus*) representado por cinco elementos. A vaca está representada apenas por uma 2ª falange completa e um fragmento de dente solto. Aliás, no que concerne às alterações pelo uso do fogo, característica dominante nas coleções recuperadas nos diversos contextos de Castanheiro do Vento, apenas 14,5% (n=34) dos espécimes se encontram com marcas de alterações pelo fogo. Parte deles correspondem às sete vértebras de *Alosa* sp. em articulação. Ao contrário do que foi verificado na restante coleção do sítio cuja baixa taxa de identificação anatómica e taxonómica se deve à elevada taxa de calcinação (COSTA, 2007, 2011, 2016). No caso do contexto em estudo, o elevado índice de fragmentação deve-se ao elevado número de fragmentos com fraturas recentes.

Ao contrário da hipótese interpretativa apontada para a Grande Estrutura Circular 1, os ecofactos e artefactos registadas neste contexto não terão sido intencionalmente depositados na Grande Estrutura Circular 7, mas terão sido trazidos intencionalmente para o seu interior, participando assim na sua construção, através, sobretudo do seu uso, da sua habitação. O contexto em que se recuperaram as vértebras de peixe poderá ter sido resultado de uma estrutura de combustão “escavada” na área central da GEC7.

	<i>Sus</i> sp.	<i>Bos taurus</i>	<i>Ovis aries</i>	<i>Capra hircus</i>	<i>Ovis/Capra</i>	<i>Oryctolagus cuniculus</i>	cf. Lagomorpha
Crânio	3						1
Mandíbula	1					1	
Dentes soltos	2	1					
Vértebras						2	
Úmero			1				
Ulna	1						
Metacarpo V	1						
Pélvis						1	
Fémur						1	
Tíbia				1			
Fíbula	1						

Calcâneo	1				1		
Astrágalo					4		
Cubóide	1						
1ª falange					1		
1ª falange lateral	1						
2ª falange		1					
Total	12	2	1	1	6	5	1

Tabela 3: Número de restos de mamíferos determinados na GEC 7.

Discussão

A biologia, a ecologia e habitat da ictiofauna identificada, apontam para uma pesca sazonal (durante a primavera e o início do verão), altura em que tanto o sável como o barbo se concentram em áreas concretas para a reprodução. No início de fevereiro os peixes reprodutores aproximam-se dos estuários para iniciarem a migração reprodutora para os rios. Os machos chegam primeiro, ocupando os locais apropriados para a reprodução, aguardando as fêmeas, que chegam uma a duas semanas mais tarde. A postura ocorre durante a noite nas zonas intermédia e superior dos cursos de água, em locais com alguma profundidade (> 1,0 m), a montante de troços de águas correntes com leitos de cascalho. Nadando em círculo, os machos perseguem as fêmeas e tocam-lhes com as barbatanas caudais, produzindo bastante ruído. A reprodução ocorre durante a primavera e o início do verão (COLLARES-PEREIRA *et alii*, 2021, p.103). A zona e época da reprodução do sável coincide com a dos barbos (*Luciobarbus* sp.), que estão presentes nos rios durante todo o ano, habitando os troços superiores, médios e inferiores com corrente média e águas bem oxigenadas. Entre fevereiro e junho os barbos migram para montante para desovar em grupo em zonas de cascalho (COLLARES-PEREIRA *et alii*, 2021, p.125).

Longe da orla costeira, o território de Castanheiro do Vento inclui dois afluentes do rio Douro, abrindo-se visualmente à Ribeira da Teja. Nesta paisagem aquática, hoje muito transformada devido à ação humana, as grandes agregações de peixes não terão passado despercebidas às comunidades de Castanheiro do Vento, que dominariam o território e as dinâmicas migratórias das espécies que o povoam. No presente, as redes são o método mais comum de captura do sável, mas cabe especular se tirando partido das grandes concentrações de animais em determinados tramos do rio, as populações do IIIº milénio a. C. não terão utilizado barreiras, fabricadas com elementos vegetais, para confinar e capturar os peixes. A título de exemplo, no sítio dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz), para além da ictiofauna recuperada, foi também encontrado um recipiente cerâmico com um motivo decorativo que se assemelha a uma nassa (armadilha de pesca) de forma ogival, que pode ser construída entrelaçando ramos de madeira (VALERA, 2016), apontando também algumas pistas sobre os métodos de captura utilizados.

A pesca, o consumo e manipulação de peixes estaria presente em diversos momentos de construção e uso do sítio de Castanheiro do Vento. Como foi salientado, as grandes estruturas circulares seriam espaços formalizados de reunião comunitária, onde diversas ações promoveriam a coesão social e estruturariam as vivências intra e inter comunidades. Na GEC 1 os vestígios

ictiológicos foram incorporados numa reunião de elementos excepcionais (no registo arqueológico), agrupados numa estrutura de pequenas dimensões cujo fecho terá ocorrido pouco depois da deposição de ecofactos e artefactos. A associação de um peixe, de um chifre de bovídeo, de sementes, de fragmentos cerâmicos e de um peso de tear convoca o cruzamento de elementos provenientes de diferentes práticas, e pontos do território, recriando o sítio e as suas paisagens. Também na GEC7 se encontram indícios de reunião de elementos distintos de diferentes pontos do território: vários animais, sementes variadas de cereais, múltiplos fragmentos cerâmicos e utensilagem lítica. A presença em grande número destes elementos (em comparação com os outros contextos escavados em Castanheiro do Vento) permite inserir os vestígios ictiológicos aí registados numa outra dinâmica, em práticas sociais provavelmente ligadas ao consumo e partilha de bens que atualizariam, de um modo distinto, a coesão da(s) comunidade(s) do Castanheiro do Vento.

CONCLUSÃO

A rede de sítios construídos da qual Castanheiro do Vento faz parte estrutura-se ao longo das margens dos cursos de água. Dezenas de sítios arqueológicos, genericamente contemporâneos, povoam a paisagem de Castanheiro do Vento. Entre recintos murados e entre estes e os sítios localizados em fundos de vale ou em várzeas, os movimentos terão sido diversos e as redes de cuidado, dominação, dependência e hábito também (a partir de THOMAS, 2022). Os peixes identificados em Castanheiro do Vento são indicadores de, ou através deles emergem, redes de relações possíveis entre o sítio e outros espaços e tempos da vida do dia-a-dia, da qual faziam parte os espaços de pesca, os espaços conhecidos ou imaginados, de proveniência do sável e do barbo, e de espaços de memória, de espaços percorridos todos os dias, por uns e por outros, espaços acessíveis, outros restritos, e espaços em transformação. É todo um território que se traz para dentro do sítio. E estes múltiplos espaços que se podem continuar a desdobrar, ligam-se a tempos e ritmos diferentes. Os peixes permitem pensar sociabilidades mais do que humanas (a partir de TSING, 2013), e é tentador analisar o percurso dos sáveis uma vez por ano, subindo longos percursos, do oceano em direção ao interior que se estrutura em redor dos cursos de água doce. As presenças destes cardumes nos rios próximos de Castanheiro do Vento teriam necessariamente várias escalas de impacto nas comunidades humanas. Seria, simultaneamente, um recurso económico, um marcador temporal, um indiciador de mudança, e um indicador da repetibilidade necessária para que a vida em comunidade aconteça.

AGRADECIMENTOS

Cláudia Costa é financiada por fundos nacionais através da FCT com contracto no âmbito da Norma Transitória DL57/2016/CP1361/CT0028.

BIBLIOGRAFIA

- AUBRY, T.; GAMEIRO, C.; MANGADO LLACH, J. LUÍS, L.; MATIAS, H.; PEREIRO, T. (2016), Upper Palaeolithic lithic raw material sourcing in Central and Northern Portugal as an aid to reconstructing hunter-gatherer societies. *Proceedings of the 10th International Symposium on Knappable Materials*, Barcelona, Vol. 3 No 2, pp. 7-28
- CARDOSO, J.M. (2007), *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa – Um Recinto Monumental do IIIº e IIº milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*. Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- CARDOSO, J.M. (2019), Castelo Velho de Freixo de Numão, um Sítio, uma Paisagem. In S. Lopes (coord.) *Olhares Sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: Revisitar um Recinto Pré-histórico do Alto Douro Português*, Coimbra, digitAR – Extra Número, pp. 51-93

- CARDOSO, J., GOMES, S., VALE, A. JORGE, V.O. (2021), Topografias dos recintos murados da Pré-história Recente do Alto Douro: o caso de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, V.N. de Foz Côa). *Povoações Alcandoradas. Arquitetura e Paisagem. 2.º Congresso Internacional Arquitetura Tradicional no Mediterrâneo Ocidental*, Argumentum, CEAACP-CAM, pp. 94-105
- COLLARES-PEREIRA, M. (coord.); ALVES, M.; RIBEIRO, F.; DOMINGOS, I.; ALMEIDA, P.; DA COSTA, L.; GANTE, H.; FILIPE, A.; ABOIM, M.; RODRIGUES, P. & MAGALHÃES, M. (2021), *Guia dos Peixes de Água Doce e Migradores de Portugal Continental*. Edições Afrontamento. Porto.
- COSTA, C. (2007), *Zooarqueologia e Tafonomia de Castanheiro do Vento*. Dissertação de Mestrado, Faro, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.
- COSTA, C. (2011), A Gestão do fogo em Castanheiro do Vento: a possível utilização dos ossos de animal como combustível, OrJia (eds.) *Actas de las II Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica (Madrid, 6, 7 y 8 de mayo de 2009)*. JIA 2009, Tomo I. Madrid, Libros Pórtico, pp. 309-315
- COSTA, C. (2016), The use of animal bone as fuel in the Third Millennium BC Walled Enclosure of Castanheiro do Vento (Northern Portugal), *Int. J. Osteoarchaeol.* 26, pp. 877–884, DOI: 10.1002/oa.2502
- DOADRIO, I. (2001), *Atlas y Libro Rojo de los Peces Continentales de España*. Dirección General de Conservación de la Naturaleza, Museo Nacional de Ciencias Naturales. Madrid.
- FERREIRA, A. e Brum, (1978), *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira, Estudo de Geomorfologia*, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, nº 4, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- FROESE, R. Y D. PAULY (eds.) (1999), *FishBase*. World Wide Web electronic publication. www.fishbase.org.
<https://www.fishbase.se/summary/alosa-alosa.html>; <https://www.fishbase.se/summary/alosa-fallax.html>.
- GABRIEL, S.; COSTA, C. (2017), Exploração de Recursos Aquáticos no Final do Neolítico e Calcolítico: Breve Revisão do Registo Faunístico. In ARNAUD, J. e MARTINS, A. (coord.) *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 723-740
- JORGE, V.O. com a colaboração de CARDOSO, J.M., VALE, A.M., VELHO, G.L., PEREIRA, L.S. (2006) Copper Age ‘monumentalized hills’ of Iberia: the shift from positivistic ideas to interpretative ones. New perspectives on old techniques of transforming place and space as results of a research experience in the NE of Portugal. In Jorge, V.O. (ed.) *Approaching prehistoric and protohistoric Architectures of Europe from a Dwelling Perspective*. *Journal of Iberian Archaeology* 8, special issue, Porto, ADECAP, pp. 203–264
- LACERDA, S. (2017), SIG e Arqueologia: Ensaio para a Compreensão do Alto Douro do III e II Milénio A.C. *Estudos do Quaternário*, 17, pp. 1-12
- PEARSON, M.P (2011), *Stonehenge. A New Understanding. Solving the Mysteries of the Greatest Stone Age Monument*. Nova Iorque, The Experiment
- PEARSON, M.P; POLLARD, J.; RICHARDS, C.; THOMAS, J.; TILLEY, C.; WELHAM, K. (2008), The Stonehenge Riverside Project exploring the Neolithic landscape of Stonehenge, *Documenta Praehistorica*, XXXV, pp. 153-166
- RODRIGUES, M. (2020), *O uso dos materiais vegetais em Castanheiro do Vento, Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa*. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- SANTOS GUERRERO, J. (2011), A casa como problema. *Pensar a Casa. Conferências da Casa 1*, Matosinhos: Casa da Arquitectura, pp. 9-26

- TAVERNY, C., ELIE, P. (2001), Répartition spatio temporelle de la grande alose *Alosa alosa* (Linné, 1766) et de l'alse feinte *Alosa fallax* (Lacépède, 1803) dans le Golfe de Gascogne. *Bulletin Français de Pêche et de Pisciculture*, 362/363, pp.803–820
- THOMAS, J. (2022), Steps Toward an Archaeology of Life. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 62, pp. 197-211
- TSING, A. (2013), More-than-Human Sociality: A Call for Critical Description. In K. Hastrup (ed.) *Anthropology and Nature*. Routledge, pp. 27-42
- VALE, A.M. (2011), *Modalidades de Produção de Espaços no Contexto de uma Colina Monumentalizada: o sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento, em Vila Nova de Foz Côa*. Tese de Doutoramento. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- VALE, A.; CARDOSO, J. M.; GOMES, S.; JORGE, V.O. (2023), A Formalização de Espaços Públicos durante o Calcolítico no Alto Douro Português: As Grandes Estruturas Circulares do Castanheiro do Vento (V.N. Foz Côa). In ARNAUD, J.; NEVES, C.; e MARTINS, A. (coord.) *Arqueologia em Portugal. 2023 – Estado da Questão*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, CEAAAP, CEIS20 e IA-FLUC, pp. 135-147
- VALERA, A.C. (2016), Nota sobre uma decoração incomum num recipiente dos Perdigões, *APONTAMENTOS de Arqueologia e Património*. No 11, pp. 912

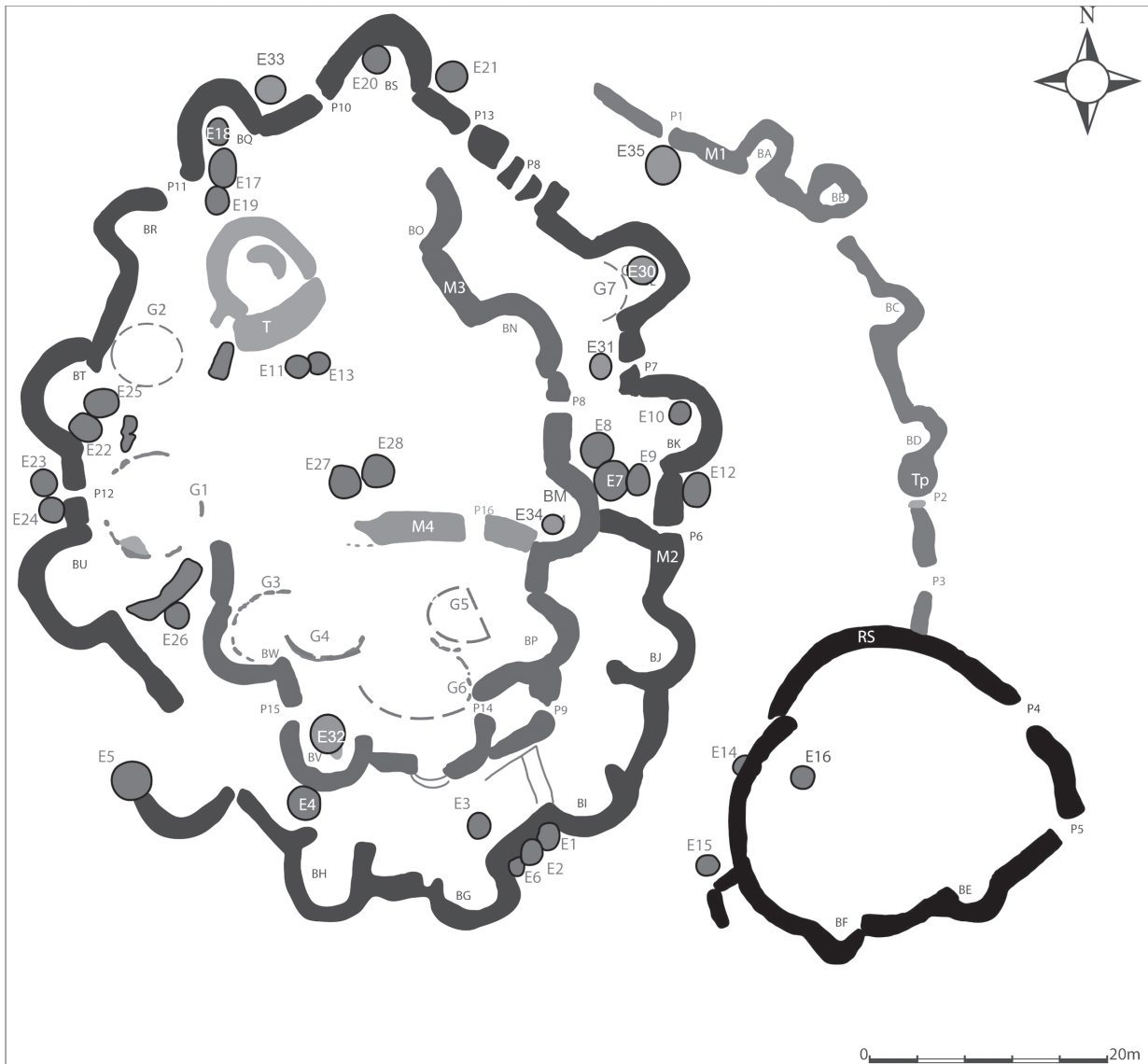


Fig. 2: Planta geral do sítio de Castanheiro do Vento, com a identificação das principais estruturas registadas até à campanha de escavações de 2022.



Fig. 3: Bacias hidrográficas dos rios Cõa e Torto, das ribeiras de Aguiar, Vale da Vila e Teja (adaptado de FERREIRA 1978:317), assinalando a localização do sítio de Castanheiro do Vento. O mapa encontra-se orientado a Norte.



Fig. 4: Fotografia do rio Douro, em primeiro plano, com o planalto de Algodres ao fundo. Imagem tirada do sítio arqueológico de Nossa Senhora de Urros (Torre de Moncorvo). Fotografia de João Muralha Cardoso.



Fig. 5: Fotografia de Castanheiro do Vento, ao centro no horizonte. Imagem tirada do sítio da Zaralhôa (Vila Nova de Foz Côa). Entre os dois sítios arqueológicos corre a ribeira da Teja, visível através do renque de árvores do centro da imagem. Fotografia de João Muralha Cardoso.



Fig. 6: Fotografia da Grande Estrutura Circular 1, delimitada por lajes de xisto fincadas, perfazendo um diâmetro de 8m, durante a escavação arqueológica (2011).



Fig. 7: Fotografia de pormenor das vertebbras de peixe em conexão anatómica identificadas na Grande Estrutura Circular 7 (2018).



Fig. 8: Furdador em osso sobre diáfise de fíbula de *Sus sp.*,
identificado na Grande Estrutura Circular 7 (2018).
Fotografia de Cláudia Costa.

UNHA RECONTEXTUALIZACIÓN DA MINARÍA DO OURO GALAICO-ROMANA.

Oscar Pazos¹

oscar_pazos@hotmail.com

ABSTRACT

This article reviews the foundations and the state of the art of the geoarchaeological research into the Gallaecian-Roman gold mining, often referred to as 'NW Roman mining'. Based on the evidence of the extraordinary success of this ancient mining, not achieved in the two centuries of modern techno-industrial mining, a reevaluation is made on the meaning and consequences of this success within its geomining, geographic and historical context, as well as on the artifacts introduced by the geoarchaeological methodologies and the literary references commonly used until now.

Keywords: gold mining, geoarqueology, Gallaecia, Roman Provinces, mining cycle.

RESUMO

O artigo presenta unha revisión crítica dos fundamentos e o estado actual da investigación xeoarqueolóxica da minaría do ouro galaico-romana, acotío referida como 'minaría romana do NO'. En atención ao extraordinario éxito desta minaría, non acadado nos dous séculos de minería moderna tecno-industrial, o artigo reexamina o significado e valoracións da minaría galaico-romana nos seus contextos xeomineiros, xeográficos e históricos, e examina os artefactos introducidos polas metodoloxías e referencias xeoarqueolóxicas usadas até hoxe.

Palabras chave: minaría do ouro, xeoarqueoloxía, Gallaecia, provincialización, ciclo mineiro.

INTRODUCCIÓN

O caso da minaría do ouro galaico-romana non tivo paralelo na antigüidade. En palabras de Plinio (PLINIUS 2023, 33:21-78, tradución propia) 'Segundo algúns, tódolos anos, Astura con Gallaecia e Lusitania producen vinte mil libras, Astura a maior parte. Ningún outro lugar do mundo mantivo tal fertilidade por tantas xeracións'. A afirmación de Plinio fica evidenciada hoxe tanto polo número de explotacións coma polo volume de terras removidas e a cantidade estimada de ouro extraído. Así, a ponderación máis prudente, que suma 190 t de ouro en xacementos primarios e secundarios (SÁNCHEZ-PALENCIA 2015a), superaríase o ouro obtido pola moderna minería tecno-industrial dende seus inicios hai uns dous séculos, produción que de feito concéntrase en dúas

¹ <https://orcid.org/0009-0008-2184-8074>.

explotacións significativas, que foron as 25 t minadas en Jales entre 1933 e 1992 (BOBOS *et alii* 2010), e as 45 t retiradas das minas de El Valle-Boinás e Carlés entre 2007-2004 e 2011-2022 (IGME 2023). E en termos de volume, os ~600 Mm³ de terras disque excavados na minaría do ouro galaico-romana multiplicarían por dúascentas veces os 5,6 Mt de minerais industriais de tódolos tipos producidos en Portugal en 2019 (DGEG 2023). Porén, é no punto de vista da prospección que os resultados acadados polos galaico-romanos semellan máis difíciles de explicar, pois non é só que os indicios da minaría antiga guiaran toda a investigación económica dos séculos XIX e XX, é que a exploración do ouro hai vinte séculos mantense en moitos lugares por diante da actual. Así, na última zona aurífera descuberta na Galiza (MARTÍNEZ *et alli* 2015) hai antigas explotacións que demostran que, de feito, o achado foi una redescuberta, e aínda restan lugares na Galiza con exploracións galaico-romanas, disque de ouro, mais con mineralizacións e aproveitamentos que de certo descoñecemos. Por tanto, na práctica mineira, os logros da minaría galaico-romana superaron á moderna industria en termos de prospección e produción.

As comparacións feitas son relevantes tanto para nos situar nas dimensións históricas de cada ciclo mineiro como para avaliar os criterios con que valoramos a minaría do ouro galaico-romana. Porén, estas cuestións raramente son abordadas e non teñen sido reflexionadas en profundidade. Así, temos que SÁNCHEZ-PALENCIA (2015a), que é a principal referencia na cuantificación da minaría do ouro galaico-romana, calificou a remoción de 200 millóns de m³ de terras para extraer 5 t de ouro en Médulas como un esforzo mineiro aparentemente desproporcionado, non obstante xustificado polo contexto histórico e o valor simbólico singular da moeda de ouro para o Estado Romano, e ao mesmo tempo que reivindicaba critérios de rendabilidade para non usar man de obra escrava nas minas. Por canto o amoedamento do ouro viña pensado precisamente para establecer un padrón universal nun sistema económico unificado en todo o Imperio, eses argumentos fuxen xusto da cuestión que SÁNCHEZ-PALENCIA (2015a) apunta, que é definir as condicións do contexto histórico que determinan os criterios de rendabilidade da minaría do ouro, condicións que el mesmo vencellou á xestión da man de obra, mais que deixou sen explicar.

Outra referencia imprescindible nos últimos anos, MATÍAS (2021:289) defende un esgotamento absoluto dos xacementos secundarios de ouro, e un esgotamento relativo aos límites da tecnoloxía romana nos xacementos en primario, cos argumentos xerais de que tódalas empresas que tentaran reaproveitar aqueles xacementos secundarios fracasaran, e que os poucos éxitos modernos en xacementos primarios foran posíbeis grazas aos radicais avances técnicos no tratamento metalúrxico. Sen dúbida, os máis accesíbeis e mellores xacementos secundarios e primarios foron explotados polos galaico-romanos, empeorando as circunstancias xeomineiras posteriores, mais a experiencia histórica da minaría tecno-industrial rexistrou un devalo constante dos teores minábeis en paralelo co aumento da produción (MUDD 2004), o que de feito deixa a minaría do ouro galaico-romana (con teores medios estimados de 0,035 e 0,2 ppm, respectivamente) fóra dos parámetros históricos dos últimos dous séculos, e por tanto, fóra das lóxicas económicas de rendabilidade que guiaran o discorrer da minaría tecno-industrial nos últimos dous séculos.

Por último, o ocorrido coa minaría do ouro na Gallaecia tampouco ten paralelo con calquer outro metal cando o comparamos coa minaría moderna. Mesmo a prata, que foi padrón monetario no Mediterráneo até a fundación do Imperio por Augusto e seguiu a ser, de feito, a moeda máis común no comercio, foi novamente minada na península Ibérica durante a modernidade con tanto ou máis éxito do que na antigüidade. Así, a produción de prata na España nos séculos XIX e XX foi en torno de 10.000 t (IGME 2023), que sería o stock dese metal en todo o Imperio por volta de 150 AD, circulando a metade en moedas (DUNCAN-JONES 1994:170). En comparación, o circulante de ouro estimado na mesma altura sería dunhas 880 t, e a Gallaecia, que era a principal rexión mineira do Imperio, produciu na modernidade apenas unha décima parte dese valor.

Mesmo aceptando a cifra de 190 t de ouro producidas, os galaico-romanos tiveron un extraordinario éxito mineiro alí onde as tentativas modernas fracasaron, e o esgotamento dos mellores e máis accesíbeis xacementos superficiais non é o único feito relevante do relativo fracaso moderno, importan sobre todo as circunstancias socioeconómicas e políticas que explican os padróns de valoración hai dous mil anos fronte aos modernos, que deben ser especificados e definidos. Temos de procurar as explicacións e sentidos do extraordinario éxito mineiro antigo nas propias e particulares circunstancias xeomineiras, xeográficas e históricas nas que aquela minaría tivo lugar, e tamén debemos ter en conta as circunstancias arqueolóxicas a través das que abordamos aquel período.

REVISIÓN DAS CIRCUNSTANCIAS XEOMINEIRAS

Xeoloxicamente, a provincia galaica é no esencial un basamento paleozoico erosionado no Mesozoico e tectonizado no Alpino, cun gradiente litolóxico no que granitos, gneises e alóctonos oceánicos a oeste dan paso a xistos e rochas sedimentarias a leste, con discretas coberteiras pos-cenozoicas nas depresións tectónicas e os vales fluviais. As minas galaico-romanas aparecen asociadas a unha sorprendente variedade de litoloxías e formacións, atopándose en granitos, gneises, xistos, cuarcitas, xacementos superxénicos e sedimentos terciarios e cuaternarios de tódalas clases, con explotacións do nivel do mar aos cumios das montañas. A Gallaecia foi unha provincia extensiva e intensivamente explorada e explotada, secasí existan desavinzas canto á posibilidade de estar a minaría pre-romana do ouro limitada ou non ao bateamento dos ríos (VILLA 2010), e por tanto ficando ou non os xacementos auríferos inexplorados até os inicios deste ciclo mineiro no principado de Augusto. Con todo, a principal limitación das aproximacións feitas até a data é a de considerar as circunstancias xeomineiras estábeis, sen dinámicas propias.

A experiencia mineira histórica tenos ensinado que as explotacións sofren dinámicas cíclicas, cunha fase inicial de avalo e aumento da produción, e outra de devalo até o abandono da explotación (USGS 1997). Por suposto, os ciclos pódense combinar en dinámicas complexas, e o seu desenvolvemento depende de feitos socioeconómicos e políticos (PAZOS 2021a), que poden mesmo quebralos, mais o feito da explotación mineira estar inserida no resto de derivas e sucesos históricos non nega o feito da propia dinámica interna do ciclo mineiro, o que nos leva ás cuestións decisivas: primeiro, que a valoración xeomineira dun xacemento só pode ser feita en relación a un determinado contexto socioeconómico; e segundo, que o desenvolvemento temporal do ciclo mineiro vai mudando seu propio contexto. Por tanto, só en relación ao contexto da romanización da Gallaecia no que tivo lugar e ao que contribuíu, poderemos valorar as causas, os logros e os alcances da minaría galaico-romana, e só en relación ao contexto da romanización podemos entender como foi que aquel ciclo desbordou os límites do rendible na minaría tecno-industrial dos últimos dous séculos, e como empurrou aos galaico-romanos a descubrir, hai dous mil anos, xacementos auríferos descoñecidos pola moderna industria mineira e a ciencia xeolóxica até hoxe.

En suma, o contexto xeomineiro da Gallaecia é o da romanización do mundo castrexo e da súa integración no Imperio, e é nese contexto que os lucros en quilos de ouro por millón de toneladas de terras e rochas removidas perden o sentido económico que teñen hoxe e aparentan 'simbólicos' (SÁNCHEZ-PALENCIA 2015a), ao tempo que os 'criterios de rendibilidade' relativos á man de obra (SÁNCHEZ-PALENCIA 2015a) aparecen relevantes. Cando Plinio escribiu que 'as montañas secas e improdutivas da Hispania, onde nada medra, foran forzadas a producir' (PLINIUS 2023, 33:21-67, tradución propia), ese 'son forzadas' sitúanos no contexto dunha explotación mineira que tiña por fin asentar o dominio romano sobre os nativos, ou sexa, transformalos en operarios, man de obra, o que de maneira máis clara explicou Floro (FLORUS 2023, 2: 33-59-60, tradución propia) ao dicir: 'Este foi o fin da guerra, o 19 de agosto, e o fin da rebelión na Hispania. Logo César, coa súa

habilidade nas artes da paz e temendo a confianza que lles daban seus castros nas montañas, asegurou a fidelidade e a paz eterna mandando o Consello da Nación asentarse na chaira, para que os seus xefes foran vixiados. E fíxose como mandou. O plan foi favorecido pola natureza do país, pois todo arredor había ouro, crisocola, vermellón e outros pigmentos. Así os ástures, procurando para outros, souberon das súas brillantes riquezas nas profundidades.’ Para Floro, os logros da política de Augusto foran a definitiva pacificación e total fidelidade dos ástures de aí en diante, coa completa integración de toda a Hispania ás dinámicas da civilización romana.

En conclusión, para nós avaliar adecuadamente o sentido daqueles traballos e exploracións, os logros formidábeis que acadou aquela man de obra ástur e galaica, deberemos comprender as dinámicas do ciclo mineiro no contexto da romanización deses ástures e galaicos, en conxunto, en cada sub-rexión mineira e mesmo dentro de cada mina, e por suposto tamén co pasar do tempo.

REVISIÓN DAS CIRCUNSTANCIAS XEOGRÁFICAS

A minaría do ouro galaico-romana tivo límites xeográficos definidos entre os ríos Douro e Esla, no que foi o territorio da *Callaecia* provincial do século III, e seica tamén da fugaz *Transduriana*. Tal vez sería posíbel diferenciar aspectos da minaría propiamente galaica da ástur tal e como SASTRE *et alli* (2017) propoñen para o povoamento, mais renomeala minaría do ouro do noroeste (SÁNCHEZ-PALENCIA *et alli* 2006) borrando o contexto especificamente galaico-ástur é unha descontextualización allea á propia perspectiva e obra da administración romana, alén de prexuzosa (cabería preguntar aquí: ao noroeste de que?), e por tanto propensa a erros de xuízo canto ao sentido, ás dinámicas e ás consecuencias desta minaría. Ao desmacar a minaría galaico-romana do seu espazo, definido polos límites da Gallaecia, cara outro espazo referenciado en coordenadas impropias, sinalamos apenas un obxecto de estudo negando a posibilidade dun suxeito histórico diferenciado, de feito xeograficamente institucionalizado, naquela altura e até hoxe.

A perspectiva dunha ‘minaría romana do NO’ rexeita as evidencias dunha administración mineira galaico-romana que preludia a provincia galaica. O feito de ficar nesta provincia galaica a única lexión do occidente non disposta para defensa da raia (exceptuando a pretoriana que gardaba a cidade de Roma) debería ser evidencia suficiente da importancia específica da minaría galaico-romana do ouro para o Imperio, mais tamén da radicación e provincialización das institucións imperiais na Gallaecia unha vez desaparecidas as súas funcións orixinais. O marco xeográfico «do NO» impide percibir estes procesos de provincialización en relación a dinámicas e procesos endóxenos. Así, o académico da Historia José María BLÁZQUEZ (1985), nun traballo amplamente citado e mesmo reeditado sobre a administración das minas no Imperio, enumeraba para o século II catro «procuradores imperiais das minas do noroeste», mesmo cando ningún deles aparece nas epigrafías especificamente como *metallorum*, e si todos eles como procuradores *Austriae et Callaeciae*. Feito o troco de «Astura e Gallaecia» por «minaría do noroeste», o autor interpretaba a intermitente secuencia de actos administrativos coñecidos na historiografía que conduciron á institución provincial como independentes e outorgados, de encima para abaixo, concluíndo ao mesmo tempo que a criación da *Hispania Nova Citerior Antoniniana* era proba e consecuencia da continuidade mineira a pleno, abofé, unha posibilidade bastante improbable para unha produción de ouro total de 190 t, ou mesmo de 500 t (PAZOS 2019). Deste xeito, ocultando a realidade xeográfico-institucional e ignorando calquer posibilidade de autonomía política, disque como a apuntada por Umberto LAFFI (2001:354-355), mesmo procurada por unha sociedade provincial politicamente activa e consciente, tamén as valoracións xeomineiras e históricas específicas para un ciclo do ouro galaico-romano fican condicionadas. Mais a perspectiva xeográfica apunta que, por magnitude, duración e mesmo atendendo á súa diferente organización e administración (MANGAS 1999), a minaría do ouro galaico-romana criou dinámicas circunscritas que deixaron a Gallaecia

institucionalmente grabada no territorio desde a fundación do Imperio por Augusto até mesmo hoxe, tal vez tamén coa singularidade ástur (GUTIÉRREZ 1998).

REVISIÓN DAS CIRCUNSTANCIAS ARQUEOLÓXICAS

As interpretacións arqueolóxicas da minaría galaico-romana do ouro nas últimas décadas foron absolutamente condicionadas tamén polos medios de investigación e acceso ás minas, até o extremo de seren as interpretacións en boa medida artefactos daqueles. En primeiro lugar, a decisiva influencia de *Naturalis historia* dende os primordios mesmos da investigación arqueolóxica na década de 1970 dirixiu moitos esforzos a probar ou dar sentido a esa referencia literaria antes que a procurar unha interpretación directa dos sitios arqueolóxicos conforme ás evidencias dispoñíbeis, especialmente a respecto da problemática cuestión da *ruina montium*. E en segundo lugar, aínda que en paralelo co anterior, os estudos xeoarqueolóxicos estaban, e aínda están, moi limitados á interpretación dos relevos das minas, para o que a dispoñibilidade de fotografías aéreas, e desde hai unha década as imaxes LiDAR, foran e son fundamentais. Emporiso, en consecuencia desa aproximación fíxose unha clasificación puramente xeomorfolóxica das minas, que xunto aos escritos de Plinio fixeron a base duns modelos de explotación mineira teórico-xeomorfolóxicos pensados sen relación cos procedimentos e procesos mineiros concretos e conceptualmente moi problemáticos, secasí aplicados de xeito case automático á xeneralidade das minas de ouro e profusamente difundidos e popularizados a través da divulgación arqueolóxica, a rede museolóxica e até aos manuais escolares, e a miúdo tamén reproducidos nos relatorios arqueolóxicos oficiais. E como cerna destes modelos está a barafunda de espectaculares e confusas tecnoloxías da «minaría hidráulica», que hipoteticamente usaría a auga como máquina de corte, quer criando sobrepresións nas fronteiras de excavación para provocar a *ruina montium*, quer erosionado canles, mesmo en gneises ou xistos, todo na ausencia de calquer evidencia arqueolóxica e, de feito, transgredindo evidencias xeolóxicas máis elementais (PAZOS 2021b). Na aplicación xeneralizada da idea, se cadra indiscriminada, case como marca idiosincrática da «minaría galaico-romana do NO», criouse mesmo una categoría de «castros mineiros» non definidos polo tipo de relacións dos seus habitantes coa minaría, senón por estaren seus foxos escavados con aquelas «técnicas da minaría hidráulica» nunca descritas en detalle (VIDAL 2014). Atendendo apenas a estas cuestións, a simple revisión dos presupostos e argumentos vixentes por décadas arredor da «minaría hidráulica» causará unha ampla revisión das interpretacións feitas, facilitando novas e necesarias abordaxes para a comprensión e investigación da minaría galaico-romana.

Contrariamente ao dito de ter sido os sistemas de explotación suficientemente estudados (SÁNCHEZ-PALENCIA 2015a 2.1:152), as minas galaico-romanas de ouro aínda están en proceso de catalogación e case a totalidade están á espera de unha verdadeira interpretación que vaia alén dunha clasificación simple conforme modelos abstractos e predefinidos. Apenas hai datacións e as fases de exploración deducidas das imaxes do relevo son moi conflitivas (FERNÁNDEZ-LOZANO *et alli.* 2022). E mesmo naquelas minas relativamente ben estudadas no terreo, como Tres Minas, tanto os lugares de procesamento como os supostos enxeños de lavado e moído son causa de discusión (SÁNCHEZ-PALENCIA 2015b). Tampouco hai estudos xeoarqueolóxicos dos estériles refugados que nos deran medidas dos aproveitamentos atinxidos nos procesos mineiros, e practicamente nada sabemos con seguridade das metalurxias do ouro primario, con tódalas problemáticas dos contextos xeomineiros particulares. Resta tamén investigar e determinar a utilización de toda clase de ferramentas, canles de lavado, sistemas e máquinas para o procesamento do ouro, e de feito, até o momento os achados de posíbeis bateias son excepcionais e limitados a xacementos de primario (BRAZ 2017), mentres que nas grandes minas en secundario puideran non aparecer xamais por causa das adversas condicións ambientais

E para rematar, no que atinxe ás pretendidas panoplias de técnicas de minaría diferenciadas e predefinidas, como os foxos-canais, os pentes ou sulcos converxentes, as canles de valgada, e as cortas de minado (MATÍAS 2021:121-132), as investigacións no terreo apuntan a formas combinadas e adaptadas ás condicións particulares que tornan aquelas clasificacións inútiles, e ás veces mesmo moi enganadoras. De feito, existen minas nas que as evidencias apuntan mesmo para unha inversión na orden habitual dos procesos, sendo o minado transportado ao río para ser lavado alá en vez da habitual levada de agua á excavación, e isto tanto en primario como mesmo en secundario (GONZÁLEZ e GONZÁLEZ 2017). Outras investigacións tamén apuntan cara á combinación de varias técnicas e ao desenvolvemento de técnicas locais, como a captación de augas subterráneas para levar a minas en secundario no val do Tea (PAZOS 2023:81-85), ou ao uso dunha diversidade de enxeños específicos para o relavado das terras e refugallos desbotados aos ríos (PAZOS 2023:44-49).

REVISIÓN DAS CIRCUNSTANCIAS HISTÓRICAS

O contexto histórico dos inicios da minaría galaico-romana con Augusto e a interacción das dinámicas mineiras co proceso de provincialización están apuntadas, como tamén o contexto de fin do ciclo mineiro na escisión da *Hispania nova* da *Hispania Citerior* no século III e a posterior inclusión da diócese ástur. As consecuencias de aí en diante, coa extensión dos límites da Gallaecia pola chaira do Douro até a mesma bacía do Ebro no século IV, aparecen hoxe como unha cuestión allea á minaría do ouro, secasí estarían historicamente relacionadas. A posíbel reabertura das minas no Reino Suevo da Gallaecia (LÓPEZ 2018) abriría ao estudo un novo ciclo mineiro coas súas propias dinámicas asociadas, secasí, alén da maior ou menor magnitude dese renovado esforzo mineiro, a simple reactivación dunhas poucas explotacións mudaría a perspectiva histórica dunha minaría esgotada para outra na que a reabertura das minas sería unha cuestión sempre latente. Con todo, a principal consecuencia das revisións propostas nesta recontextualización histórica da «minaría do ouro do NO» en «minaría galaico-romana» advén da reinterpretación da sociedade provincial como elemento pasivo en suxeito activo no éxito da explotación do ouro. En último termo, sería a magnitude dese éxito mineiro provincial o que revertería sobre a provincia as consecuencias para o propio devir do Imperio no inmediato século I, ao sustentar o sistema monetario imperial baseado no ouro.

Malia estarmos moi lonxe de poder dar respostas detalladas ás circunstancias históricas dos procesos de romanización e provincialización da Gallaecia en relación á minaría, en particular a do ouro, e apenas podemos presentar estas cuestións como hipóteses de traballo, debémonos xa preguntar polas influencias da minaría galaico-romana na economía e política do Imperio. Case sempre estas cuestións teñen sido focalizadas no inicio e fin do ciclo mineiro: na dupla decisión de Augusto de completar a conquista de Hispania e mudar o sistema monetario da prata ao ouro; e mais na relación entre o esgotamento das minas e a decisión de Caracalla de criar a provincia *Hispania nova Citerior*. Mais se cadra, tamén a grande crise dinástica e rula do Império no ano 69, a plena produción das minas de ouro galaico-ástures e lusitanas, o liderado da conxura contra Nerón polos gobernadores da Tarraconense e a Lusitania, os indicios monetarios da especial repercusión desta crise na Gallaecia (PAZOS 2021a), e o sorprendente outorgamento da cidadanía latina a tódolos hispanos polo final vencedor Vespasiano, sexan todos eles aspectos parciais das interaccións entre o ciclo mineiro do ouro galaico-romano e os grandes feitos do Imperio, e tal vez este primer momento crítico do ano 69 poida ser visto coma un contrafactual (nun ambiente económico aínda caracterizado pola relativa abundancia de numerario) das posteriores crises dinásticas do século III.

Xa para terminar, se até agora a atención da investigación foi enfocada a fixar os marcos históricos principais da minería do ouro na Gallaecia e a Astura (orixe, cénit, fin), os avances nas

investigacións das distintas áreas mineiras, cada cal coa súa evolución particular e con, mínimo, unha fase ascendente da produción e outra descendente, permitiría tamén situar o desenvolvemento diferenciado das explotacións en función da súa posición relativa no ciclo mineiro xeral, axundando a interpretar o seu valor e sentido, amais de contribuir ao coñecemento miúdo da evolución da sociedade provincial en relación aos esforzos mineiros.

BIBLIOGRAFÍA

- BLÁZQUEZ, José María (1985), Administración de las minas en época romana. Su evolución, en DOMERGUE, Claude (coord), *Minería y Metalurgia en las antiguas civilizaciones mediterráneas y europeas*. Madrid. Coloquio Internacional Asociado, 24-28 octubre, vol. II: 119-131.
- BOBOS, Iuliu; AVILA, Paula Freire; FERREIRA DA SILVA, Eduardo; DURÃES, Nuno (2010), Visita ao Campo Mineiro de Jales, en *Actas do X Congreso Geoquímica dos Países de Língua Portuguesa / XVI Semana Geoquímica*: 71-78
- BRAZ, Carla Maria (2017), O uso da madeira na mineração e metalurgia do ouro durante a época romana em Portugal. - *Estudos do Quaternário*, 16: 55-71.
- DGEG - DIREÇÃO-GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA (2023), Disponível en: <https://www.dgeg.gov.pt/pt/estatistica/geologia/dados-globais-da-industria-extrativa/producao/> Consultado o 16/10/2023.
- DUNCAN-JONES, Richard (1994), *Money and Government in the Roman Empire*. Cambridge University Press.
- FERNÁNDEZ-LOZANO, Javier; GUTIÉRREZ-ALONSO, Gabriel; CARRASCO Rosa M.; PEDRAZA Javier. (2022), LiDAR Datasets Applied to Roman Gold Mining Studies in NW Iberia. Response to Paper: Roman Gold Mining at “Las Miédoles” (NW Spain): Lidar and Photo Interpretation in the Analysis of “Peines”. *Geoheritage* 35: 14-35.
- FLORUS, Lucius Annaeos (2023), *Epitomae de Tito Livio*. Orixinal dispoñíbel en: https://penelope.uchicago.edu/Thayer/L/Roman/Texts/Florus/Epitome/21*.html#ref23
- GONZÁLEZ, Eduardo; GONZÁLEZ, Juan Manuel (2017), Antigua minería aurífera en las proximidades de la ciudad de Ourense. La mina romana de Ludeiro en Ribela (Coles). *Boletín Avriense*, 47: 139-154.
- GUTIÉRREZ, José Avelino (1998), Sobre los orígenes de la sociedad asturleonense: aportaciones desde la arqueología del territorio. *Stud, hist, H.^a mediev.* 16:173-197
- IGME (2023), *Panorama Minero*. Disponível en: <https://www.igme.es/PanoramaMinero/PMLin.htm> Consultado o 16/10/2023.
- LAFFI, Umberto (2001), Studi di storia romana e di diritto. *Storia e Letteratura. Tacola de studi e testi* 206.
- LÓPEZ, Jorge (2018), Hábitat, poblamiento y territorio en la Gallaecia de época sueva, en LÓPEZ, Jorge (coord), *In tempore Suevorum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente*: 163-178.
- MANGAS, Julio (1999), Los obligados por operae en las minas de Vipasca (Aljustrel, Portugal). *Pallas. Revue d'études antiques* 50: 245-251.
- MARTINEZ-ABAD, Iker; CEPEDAL, Antonia; ARIAS, Daniel; MARTIN-IZARD, Agustín (2015), The Vilalba gold district, a new discovery in the Variscan terranes of the NW of Spain: A geologic, fluid inclusion and stable isotope study. *Ore Geology Reviews* 66: 344-365.
- MATÍAS, Roberto. (2021), *La Minería Aurífera Romana del Noroeste Hispano: una visión desde la Ingeniería de Minas actual*. Tesis Doctoral. U.P.M. Madrid.

- MUDD, Gravin M. (2004), An Evaluation of Changing Ore Grades and Waste Volumes, en *Proceedings of the 1st International Conference on Sustainability Engineering and Science*, Auckland, NZ, July 6-9.
- PAZOS, Oscar (2019), Uso de la curva de Hubbert para el modelado del ciclo minero del oro galaico-romano, en LÓPEZ, Jesús Fernando; AYARZAGÜENA Mariano (eds), *La minería y la metalurgia del centro de la Península Ibérica a través de la Historia*: 159-164.
- PAZOS, Oscar (2021a), El gran ciclo minero galaico-romano del oro en la constitución de la Gallaecia y el Alto Imperio Romano, en *Geotemas 18 - X Congreso Geológico de España 5-7 julio 2021*. Vitoria-Gasteiz: 793-796.
- PAZOS, Oscar (2021b), Una necesaria revisión de la “Ruina Montium hidráulica” y el uso del agua en la minería romana del oro, en AYARZAGÜENA M.- LÓPEZ, J.F. (eds. *El Patrimonio Geológico y Minero como instrumentos de Desarrollo Territorial*: 105-114.
- PAZOS, Oscar (2023), *A invención da Gallaecia e a minaría do ouro. Unha tese sobre as orixes de Galiza*, Vigo, Aterra.
- PLINIUS, Gaius (2023), *Naturalis historia*. Orixinal dispoñíbel en: https://penelope.uchicago.edu/Thayer/L/Roman/Texts/Pliny_the_Elder/33*.html
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. Javier; OREJAS, Ana; SASTRE, Inés; PÉREZ, Luis Carlos (2006), Las zonas mineras romanas del noroeste peninsular. Infraestructura y organización del territorio, en *Traianvs*, Nuevos elementos de Ingeniería romana. III Congreso de las Obras Públicas Romanas: 265-285.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. Javier (2015a), El oro hispano. La explotación romana del oro en el noroeste de la península Ibérica, en LÓPEZ José María (coord), *Phicaria*, III Encuentros Internacionales del Mediterráneo. Minería y metalurgia en el Mediterráneo y su periferia oceánica: 147-160.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. Javier (2015b) - La zona minera de Tresminas (Vila Pouca de Aguiar). Aportaciones a partir de la fotografía aérea. *Conimbriga* LIV: 179-223.
- SASTRE, Inés; OREJAS, Almudena; CURRÁS, Brais; ZUBIAURRE, Elena (2017), La formación de la sociedad provincial en el Noroeste hispano y su evolución: civitates y mundo rural. *Gerión* 35(2): 537-552.
- USGS (1997), The Use Of Historical Production Data To Predict Future Coal Production Rates. *Circular 1147*. Dispoñíbel en: pubs.usgs.gov/circ/c1147/historical.html Consultado o 10/10/2023.
- VIDAL, Julio Manuel (2014), Nuevos castros en la comarca del Bierzo (Folgozo de la Ribera, Torre del Bierzo y Molinaseca). *Argutorio* 32: 16-22.
- VILLA, Ángel (2010), El oro en la Asturias Antigua: beneficio y manipulación de los metales preciosos en torno al cambio de era, en FERNÁNDEZ-TRESGUERRES Juan A. (coord), *Cobre y oro: minería y metalurgia en la Asturias prehistórica y antigua*: 83-125.

A CARTA DE PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO PDM DO PORTO: POSSIBILIDADES E LIMITES DE UMA CARTOGRAFIA DA MEMÓRIA E MUTABILIDADE DA CIDADE.

PARTE II – PARA ALÉM DO CENTRO HISTÓRICO

Sérgio Gomes

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural / CEAACP-UC
sergiogomes@cm-porto.pt

Isabel Osório

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural
mariaosorio@cm-porto.pt

Laura Sousa

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural / CITCEM
laurasousa@cm-porto.pt

Carla Stockler

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural
carlalima@cm-porto.pt

Manuela Ribeiro

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural
manuelaribeiro@cm-porto.pt

António Almeida

CMP | DMCP | Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural
antonioalmeida@cm-porto.pt

ABSTRACT

This article's second part concludes the presentation of the archaeological safeguarding areas included on the Municipal Master Plan of Porto. Aside from the multiple and dense vestiges known at the Historic Centre, the municipal territory holds a variety of remains referring to different inhabiting strategies over time. Recognizing the cultural significance of this diversity can help revitalize the memory of the city, understand its transformations, and explore its temporal depth as a resource for urban and social development.

Key-words: Archaeological Heritage Charter; Municipal Master Plan of Porto; Deep city; Scientific, heritage and urbanistic value of archaeological remains.

RESUMO

Esta segunda parte do artigo termina a apresentação das áreas de salvaguarda arqueológica inventariadas no PDM do Porto. A par da multiplicidade e densidade de vestígios conhecidos para o Centro Histórico, o território municipal apresenta uma profusa variedade de indícios que remetem para distintas estratégias de ocupação do espaço ao longo do tempo. O conhecimento de tal heterogeneidade contribui para revitalizar a memória da cidade, compreender as suas transformações e explorar a sua temporalidade como recurso de desenvolvimento urbano e social.

Palavras Chave: Carta de Património Arqueológico; Plano Diretor Municipal do Porto; Deep city; Valor científico, patrimonial e urbanístico dos vestígios arqueológicos.

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente texto dá continuidade à apresentação das áreas de salvaguarda arqueológica inventariadas na Carta de Património II – Património Arqueológico do Plano Diretor Municipal do Porto (PDMP) iniciada no número anterior desta revista (GOMES *et al.* 2023). A representação cartográfica das áreas de salvaguarda está disponível em https://geopdm.cm-porto.pt/po1f_cp2, pelo que sugerimos que a leitura seja acompanhada desta ferramenta. Do mesmo modo, recomendamos a consulta da cartografia e dos documentos referidos ao longo do texto, disponibilizados *online* pelo Município do Porto e cujos *links* indicamos em nota de rodapé.

Retomando o fio condutor, saímos para além do Centro Histórico, e áreas adjacentes, abordando diversos elementos que remetem para a ocupação do atual território municipal em diferentes períodos, entre os quais sobressaem antigos lugares e eixos viários, que, ao longo do tempo, foram (re)construindo a coesão territorial da cidade do Porto e a relação com outras regiões.

O equacionamento dos grupos de áreas de salvaguarda elencados manteve o “princípio de (in)coerência” anteriormente adotado (*ibid.*: p. 59), com o qual pretendemos alargar os horizontes dos múltiplos indícios e das evidências que as fundamentam. Este olhar permite continuar a chamar a atenção para a heterogeneidade, o valor científico, a relevância patrimonial e o potencial social, urbanístico e económico dos bens arqueológicos.

APA 84 - Companhia Auríficia e AVA 85 - Cedofeita

No texto anterior, terminámos com a apresentação da AVA 50 - Cordoaria, Carregal e Moinho de Vento que abarca o segmento inicial da atual Rua de Cedofeita, cujo traçado se relaciona com a antiga estrada para Vila do Conde (ALMEIDA 1968: p. 167-168). Este grupo respeita ao troço final do arruamento, onde se localizam áreas de salvaguarda que nos fazem recuar aos primórdios da época Medieval e à “Época de Ouro” da industrialização da cidade. Na Igreja de Cedofeita (AVA 85), a inscrição do tímpano da porta principal, datada de 1767, refere a existência no local de um templo sagrado por Lucrecio, bispo de Braga, em 559, no tempo do Rei Teodomiro. A sua configuração atual decorre das obras de restauro levadas a cabo pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na década de 1930, durante as quais foi privilegiada a feição românica da arquitetura (ALMEIDA 1986). As intervenções arqueológicas realizadas na envolvente da igreja e em arruamentos próximos têm permitido a identificação de vestígios de diferentes cronologias, nomeadamente romanos e medievais. Sobre estes vestígios coloca-se a hipótese de estarem relacionados com um «núcleo de povoamento de ascendência romana, fosse uma *villa* ou aglomerado de outra grandeza», atendendo até às raízes tardo-antigas do templo (SILVA 2021: vol. 1, p. 563). A par destes elementos, ocorrem outros vestígios de época Moderna e Contemporânea (ARGUELLO MENÉNDEZ 2002, 2003; RIBEIRO e BARBOSA 2004; PIEDADE e LOUREIRO 2006; RAMOS 2008; ALMEIDA e SOARES 2012, 2015; PEREIRA e BAPTISTA 2018; GOMES *et al.* 2019), no âmbito dos quais se salientam contextos de

inumação documentando a longa tradição da criação de espaços sepulcrais em associação a locais de culto que, no século XIX, é formalizada no cemitério de Cedofeita (ARGÜELLO MENÉNDEZ *ibid.*; FERREIRA 2005; NASCIMENTO e SILVA 2005).

A 24 de julho de 1865, a Câmara Municipal do Porto concedia alvará de licença a Pedro Augusto da Costa, sócio-gerente da Sociedade Aurifícia, para fundação de uma fábrica de artefactos de ouro, prata e outros metais na Rua dos Bragas. A Companhia Aurifícia (APA 84), como depois ficaria designada, foi «uma das fábricas pioneiras de ourivesaria, fundição, laminagem e estampagem de metais existentes em Portugal» (SAMPAIO 1993: p. 115) e constitui um «exemplo de uma unidade construída de raiz [...], concentrando, no mesmo local, a fábrica, a oficina e a habitação do empresário» (*ibid.*). Um cartão comercial datável da década de 1890¹ elenca a variedade de produtos aí fabricados e apresenta uma gravura do edificado então existente, com a casa da Administração localizada no jardim, a carpintaria a vapor (com acesso de vagonetas sobre carris) e a construção lateral, com oito mansardas, que correspondia à secção de ourivesaria, conforme representado na Planta da Cidade de 1892. Este conjunto será, depois, ampliado para os terrenos da Companhia na Rua de Álvares Cabral² e alvo de vários melhoramentos. Em 1993, quando a fábrica ainda se encontrava em laboração, era considerada «um retrato bastante fidedigno das condições de produção existentes na indústria portuguesa nos finais do século XIX, revelando sobretudo o pioneirismo dos seus fundadores. Aspecto importante a realçar é o facto de as sucessivas administrações terem sabido salvaguardar até aos nossos dias grande parte do seu espólio, da sua maquinaria, e da própria arquitectura, constituindo, por isso, um notável exemplar de uma unidade produtiva do sector metalúrgico oitocentista» (SAMPAIO *ibid.*: p. 116)³.

APA 15 - S. Braz, APA 32 - Lugar da Póvoa, APA 36 - Burgães e Germalde, APA 48 - Monte dos Congregados, APA 56 - Quinta de Santo Ovídeo, APA 81 - Monte Cativo, APA 87 - Reduto da Glória, APA 88 - Monte da Lapa, APA 90 - Bateria da Ramada Alta e APA 96 - Germalde

O relevo do Porto apresenta-se como um diversificado mosaico no qual se individualizam distintos ressaltos topográficos destacados na paisagem. Este grupo de áreas de salvaguarda correspondem-se com um conjunto sucessivo de elevações situadas, grosso modo, entre a atual Praça da República e a Ramada Alta. As elevações permitem um amplo horizonte visual, designadamente para sul e poente, estabelecendo um contacto direto com a área do centro histórico, o vale do Douro, a sua foz e a orla marítima. Tais características topográficas, compondo um monumental espaço cénico, de natureza pedregosa, entrecortado por pequenas linhas de água e plataformas passíveis de serem apropriadas no âmbito de distintas atividades, resultam num conjunto de condições favoráveis à ocupação humana⁴. Nos dias de hoje, a profusa urbanização dificulta o reconhecimento do modo como tais ressaltos marcariam o relevo. A consulta de documentação da

1 Disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/595967>.

2 Licença de obra n.º 104/1904, disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/73610/>.

3 Os ambientes fabris preservados, os exemplares de maquinaria de origem nacional, inglesa e alemã – muitos coevos da fundação da fábrica –, a qualidade do desenho arquitetónico do edifício (por exemplo, o pórtico de entrada dos operários, no interior do recinto, será, muito provavelmente, da autoria do Arquiteto Marques da Silva, e tantos outros elementos arquitetónicos e decorativos de excelsa qualidade que aqui se concentram (como o busto do 1.º administrador, Joaquim Rodrigo Pinto, naquele mesmo pórtico, do escultor Teixeira Lopes) provam-nos que estamos perante uma verdadeira “joia da coroa” da arqueologia e do património industrial da cidade do Porto (SAMPAIO 2000: p. 115-116).

4 A par das características do relevo, que remetem para a possibilidade da ocupação em diferentes ambientes crono-culturais, designadamente pré e proto-históricos, os topónimos Burgães, Germalde (APA 36) e Monte Cativo (APA 81) são referidos em documentação medieval (FREITAS 1999: p. 76, 240-242). Sendo também de salientar que as áreas de salvaguarda contemplam eixos de circulação antigos, nos quais se destacam as estradas velhas para Vila do Conde e Braga (ALMEIDA 1968: p. 167-168, 170-171).

primeira metade do século XIX⁵ permite verificar o modo como são representados individualmente, abrindo as possibilidades de compreender a importância do Monte das Regueiras, Monte de São Paulo, Ramada Alta, Monte Pedral, Monte da Lapa, Monte dos Congregados enquanto dispositivos naturais de diferentes espacialidades histórico-geográficas.

A existência de parcelas livres de edificação usadas como áreas de logradouro, ou de baldio, permite equacionar a possibilidade de preservação de eventuais contextos arqueológicos. Muitos destes terrenos são parte integrante de uma paisagem rural de profundas raízes históricas que, durante o século XVIII, foi reestruturada em torno de explorações agrícolas, como é o caso da Quinta de Santo Ovídeo (APA 56) e da Quinta das Águas Férreas (CARNEIRO 2016). No âmbito destas transformações, para além da instalação dos complexos arquitetónicos que compõem a casa nobre, é também de destacar o papel das diferentes construções vernaculares, designadamente a expansão das plataformas naturais através da criação de socacos. Neste processo de reconfiguração da paisagem, a gestão da terra, que pretende recriar áreas e condições de lavradio, foi acompanhada por uma gestão da água num plano mais vasto que visa o abastecimento da cidade (TEIXEIRA 2011). O Aqueduto de Salgueiros (localizado na APA 36), construído em finais do século XVIII, é uma estrutura que, inserida em tal plano de abastecimento, define um relevo artificial e participa na constituição de uma paisagem subterrânea que viria a crescer entre os finais da época Moderna e os inícios da época Contemporânea (*ibid.*).

No século XIX, a relação entre estes ressaltos topográficos e as vontades políticas adquire uma ampla expressão num quadro de tática e tecnologia militares. No contexto das invasões francesas foi reconhecido o seu papel estratégico na montagem do sistema defensivo (COELHO 2018). Mais tarde, durante o Cerco do Porto, tal visão estratégica é novamente explorada. Com efeito, nesta conjuntura política, durante a qual se assiste a uma ampla militarização da paisagem, estas elevações funcionaram como palco de construções, mais ou menos, elaboradas que, funcionando em articulação, definiam complexos militares a partir dos quais eram organizados planos de defesa e de ataque (COELHO 1994, 2018). É provável que estas estruturas (redutos, baterias, trincheiras, por exemplo) e outras marcas do conflito tenham subsistido ao desenvolvimento urbano dos séculos XIX e XX⁶. A este propósito, é de salientar que a intervenção arqueológica realizada no designado “Mirante da Lapa” (APA 88) permitiu reconhecer o conjunto arquitetónico como um palimpsesto no qual se reconhecem traços de um ponto fortificado e de uma torre de telégrafo do tipo *Chappe*, que reaproveita a estrutura de um anterior moinho (ERASUN 2017; COELHO 2020). Os trabalhos desenvolvidos permitiram a identificação de vestígios de mais duas estruturas de planta circular que podem, eventualmente, corresponder a outros moinhos (ERASUN *ibid.*: p. 6), que são memória da paisagem rural acima referida.

APA 11 - Lugar da Areosa, APA 22 - Lugar de Rebordões e Currais, APA 63 - Antas, APA 65 - Monte Aventino - S. Roque da Lameira, APA 68 - Lugar de Vila Cova, APA 77 - Antas - Salgueiros, APA 83 - Lugar de Contumil, APA 86 - Lugar de Lamas e APA 97 - Necrópole de S. Roque da Lameira

As áreas de salvaguarda deste conjunto localizam-se no planalto das Antas e em elevações ou plataformas que fazem a sua ligação aos vales dos rios Tinto e Leça. Do seu estudo toponímico

⁵ Veja-se, por exemplo: *Planta do Monte dos Congregados, por Costa Lima Júnior, com o traçado da continuação da Rua da Alegria, a norte da Rua da Firmeza, aprovada em Câmara em 1838-07-05* (disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/334220>); e *Plano topográfico que compreende [...] todos os terrenos que medeiam entre os sítios das Águas Férreas, Carvalhido, Lugar do Regado, Estrada de Braga, Sério, Rua da Rainha e Igreja de Nossa Senhora da Lapa [...], por Joaquim Costa Lima Júnior, aprovada em Câmara em 1839-08-10* (disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/334956>).

⁶ COELHO 1994: vol. 2, Baterias da Ramada Alta (ficha 10), da Glória e Flecha do Monte Pedral (ficha 12), de S. Braz (ficha 16), do Monte dos Congregados (ficha 22), da Póvoa de Baixo (ficha 24).

e cartográfico têm resultado várias propostas acerca da existência de uma eventual paisagem monumental de tradição megalítica, designadamente através do estudo das cartas de doação do couto de D. Teresa (1120) e D. Afonso Henriques (1138) (CORRÊA 1932; CLETO 1987; SILVA 1994). Até à data, não foram reconhecidos vestígios passíveis de serem articulados com tais construções, porém, trabalhos em curso aquando da redação deste texto começam a preencher este vazio de pesquisa. Na área da Asprela (APA 63), a intervenção permitiu identificar um sítio arqueológico que contempla dois contextos distintos: uma sequência de depósitos de formação natural que embalam um numeroso conjunto de artefactos em quartzo; e, no topo de tal sequência, um conjunto de estruturas em negativo, em que se regista a ocorrência pontual de fragmentos cerâmicos⁷. No sopé do Monte Aventino (APA 65), foi também identificado um conjunto de estruturas em negativo, sendo de destacar a ocorrência de fragmentos de elementos de moagem no interior de uma das estruturas⁸. Estes sítios e o conhecimento disponível para a Pré-história do vale do Leça (BETTENCOURT 2010) corroboram, assim, o potencial dos lotes que têm escapado ao recente e acelerado processo de urbanização.

A documentação medieval é também indicativa de uma rede de povoamento de pequenos lugares, como sugere a referência a Currais, Rebordões (APA 22) e Vila Cova (APA 68) na Carta de doação e couto ao Mosteiro de S. Cristóvão de Rio Tinto de D. Afonso Henriques. A constituição de tais lugares estaria em relação com a rede viária regional, designadamente com a estrada para Guimarães e outros caminhos de ligação à estrada para Valongo (ALMEIDA 1968: p. 171-174). Com uma implantação dominante sobre o vale de Campanhã, o lugar de *Gontumil* (APA 83) surge em vários documentos de época Medieval e Moderna, destacando-se a menção ao *pallatium* de Garcia Gonçalves (FREITAS 1999: p. 116)⁹. A par destas referências, a notícia da ocorrência de três sepulturas escavadas na rocha (APA 97) aquando da construção do bairro municipal de S. Roque da Lameira, na década de 1940, corrobora o potencial arqueológico desta área da cidade (SILVA 2020). O Lugar de Lamas (APA 86), em documentação mais recente¹⁰, insere-se num mosaico paisagístico constituído por campos e quintas. No contexto do Cerco do Porto, a importância estratégica destes lugares e vias de comunicação levaram à construção de vários dispositivos militares¹¹.

APA 6 - Igreja de Santa Maria de Campanhã, APA 16 - Barão de Nova Sintra, APA 20 - Lugar do Monte da Bela, APA 24 - Igreja do Senhor do Bonfim, APA 33 - Lugar do Pinheiro de Campanhã, APA 35 - Lugar de Godim, APA 43 - Casa e Quinta de Bonjóia, APA 44 - Marginal do Freixo e Central Elétrica, APA 58 - Lugar de Noeda e APA 70 - Presa Velha - Lugar da Formiga

Este grupo localiza-se na margem direita do tramo final do Rio Tinto, englobando elevações, escarpas e áreas de vale que se desenvolvem em patamares irregulares até ao Douro. A consulta da Planta da Cidade de 1892 permite-nos observar uma complexa distribuição de pequenos lugares de carácter rural, cujas raízes remontam a diferentes períodos e conjunturas históricas. Em finais do século XIX, estes lugares conformam uma unidade paisagística cuja ordem se prende tanto com a prática agrícola como com os desafios inerentes ao crescimento urbano (a industrialização, a rede

7 Após uma primeira fase realizada pela equipa da CIVITAS (LAMEGO e GOMES 2023a), uma segunda intervenção foi dirigida por Sara Luz (EMPATIA), consistindo na escavação (com meios manuais e mecânicos) de uma área de cerca 500 m² e acompanhamento arqueológico da empreitada. O estudo dos resultados da intervenção está em curso, não sendo ainda compreensível o grau de preservação da ocupação, nem a sua articulação com períodos cronológicos específicos.

8 LAC30.24 – direção de Sofia Soares (EMPATIA).

9 Garcia Gonçalves era proprietário do Mosteiro de Rio Tinto, como sugerem documentos relacionados com aquele cenóbio e com Cête, entre 1049 e 1091 (MATTOSO 2001: p. 186).

10 Cf. Arquivo Distrital do Porto, documentos relativos a Paranhos para os anos de 1588, 1592 e 1598.

11 No inventário de Sérgio Veludo Coelho (1994: vol. 2) constam os seguintes: Reduto d'Arioza (ficha 62), Reduto dos Curraes (ficha 61), Redutos das Antas (fichas 28 a 39), Reduto de Contumil (ficha 65) e Forte de Lamas (sem ficha).

rodoviária e ferroviária, por exemplo). A importância da salvaguarda da memória desta heterogénea unidade paisagística é reconhecida no projeto de requalificação da Zona Oriental da cidade, alertando para a necessidade de «garantir que as marcas deste território e do seu património não se suprimem, mas antes são integradas e valorizadas na estratégia de desenvolvimento» (QUATERNAIRE PORTUGAL 2019: p. 129). Para compreender a multitemporalidade desta paisagem, é de referir o estudo realizado pelo arquiteto João Meira (2016) a propósito do lugar e da quinta de Vila Meã. Para explicar a emergência deste lugar, o autor problematiza a sua localização em face das fixações e mobilidades durante a Proto-história, a distribuição espacial dos aglomerados populacionais em Campanhã durante a época Medieval, e o seu posterior desenvolvimento até ao século XVIII. Deste exercício de geografia histórica resulta a constatação de que esta área, não apresentando uma densidade construtiva elevada (idêntica à do burgo medieval), oferece à sua vivência um conjunto múltiplo de estratégias de intercomunicação e intervisibilidade que, por sua vez, potenciam uma ocupação do espaço dispersa mas coesa, com distintos modos de demarcação material e simbólica.

O caso da APA 58 - Lugar de Noeda constitui um dos exemplos do modo como a memória das ocupações antigas do espaço persiste ao longo do tempo. O perímetro de salvaguarda corresponde-se com uma elevação de topo aplanado com uma ampla dominância visual, sobretudo para nascente, estabelecendo uma relação imediata com o vale de Campanhã e, num horizonte mais longínquo, com os relevos montanhosos em redor do Porto. O topónimo encontra-se em documentação medieval¹², referindo-se a um aglomerado populacional cujas raízes podem ser mais antigas (SILVA 2021: vol. 1, p. 527-528). Com efeito, atendendo às características fisiográficas do lugar e ao conhecimento disponível acerca do padrão de ocupação humana durante a Idade do Ferro, é de se ter em consideração a hipótese da realidade documentada para a Idade Média ser o resultado de uma tradição que remonta à Proto-história. Note-se que tal realidade pode ter sido mantida graças a uma contínua ocupação do território, sendo de referir que as referências ao «*ribulum campaniana*» e à «*villa campaniana*» em documentação medieval sugerem, por sua vez, a apropriação do vale de Campanhã em período romano. No âmbito das novas dinâmicas de administração do território, é possível perspetivar um diálogo de manutenção e transformação das formas arcaicas de exploração do vale e dos recursos naturais sendo de admitir a possibilidade da criação de eixos de circulação mais amplos relacionados, por exemplo, com a ligação à zona mineira de Gondomar (ALMEIDA 1968: p. 173-175; MEIRELES e RODRIGUES 1991; SILVA *ibid.*). A toponímia que a documentação conserva para esta zona de Campanhã revela uma paisagem profundamente humanizada a partir do século X, multiplicando-se as referências às *villae*, casais/herdades, campos e vinhas, árvores de fruto, azenhas e pesqueiras, entre outros, com ligação a uma rede de lugares cuja memória permanece até aos dias de hoje (APA 6). Topónimos como Freixo, Pinheiro (APA 33), Azevedo, Godim (APA 35) surgem nas cartas de compra e venda das épocas Medieval e Moderna. A Ponte de Campanhã sobre o rio com o mesmo nome (ou Rio Torto), a montante da Quinta do Freixo e citada em documento de 1447¹³, pode ser obra deste período, admitindo-se uma provável reutilização de anterior estrutura viária.

12 Num estudo sobre o sistema defensivo da orla litoral da Diocese do Porto (séculos IX a XII), M. Barroca (2014: p. 240) discute a importância estratégica de Noeda: «Referido pela primeira vez em 1072 (PMH, DC 500), o *Castro Luneta* é mencionado mais duas vezes: na carta de Couto dada por D. Teresa ao Bispo D. Hugo, em 1120 (DMP, DR 53) e na sua ampliação em 1138 (DMP, DR 165). A referência documental de 1072 reporta-se a uma *villa Quintana* e a um *casal de Domno Fralengo*, dizendo-se: «*et abent ipsas villas iacentia in rippa Durio ex parte Callega subtus Castro Luneta*» (PMH, DC 500). A *parte Callega* refere-se à margem Norte do Douro, por oposição ao *territorio Civitas Sancta Maria*, na margem Sul do rio, onde o mesmo documento regista a *villa Petroso* (Pedroso). Localizado na zona leste da cidade do Porto, em Campanhã, o *Castro Luneta* tem sido associado ao microtopónimo Noeda, que, para além de pertencer à toponímia urbana portuense, corresponde a uma pequena elevação, suficientemente destacada para oferecer condições defensivas. Não se conhecem, no entanto, vestígios arqueológicos».

13 ADP, Livros dos Originiais do Cartório do Cabido da Sé do Porto, Livro XXIV, fl. 27.

Em época Moderna, as dinâmicas de ocupação do espaço parecem estruturar-se ao longo da antiga estrada para Campanhã, ou para São Cosme, que apresenta um conjunto de segmentos de frentes urbanas, servindo também pequenos lugares – Bonfim (APA 24), Monte da Bela (APA 20), Formiga, Presa Velha e Presa da Agra (APA 70), por exemplo – e quintas – de Roriz, da China, de Rego Lameiro, do Freixo, da Revolta, de Bonjóia (APA 43). Ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, esta área da cidade viria a ser alvo de profundas transformações, assistindo-se a uma progressiva instalação de unidades industriais (CORDEIRO 2006; SAMPAIO 2012)¹⁴. Do ponto de vista histórico-arqueológico, estes novos espaços apresentam-se como documentos materiais que testemunham esta importante fase de transformação local. É de salientar a importância do seu estudo para o conhecimento de diferentes aspetos do vasto e amplo processo de industrialização do território português e o modo como este novo ciclo produtivo implicou também novas rotas de abastecimento de matérias-primas e comercialização de produtos.

O equacionamento destas áreas de salvaguarda decorre também da possibilidade de ocorrência de vestígios relacionados com o Cerco do Porto, como é caso das baterias do Bonfim (APA 24) e da Quinta da China (APA 44). Sobre este último dispositivo, é de mencionar que trabalhos arqueológicos realizados em terrenos contíguos à casa da quinta permitiram a identificação de um segmento de fosso, uma concentração de estruturas em negativo e um talude artificial (COUTO, RODRIGUES e GOUVEIA 2021). A análise comparada destes vestígios e da documentação histórica permitiu reconhecer a sua associação espacial às baterias da Quinta da China de Cima e da Quinta da China de Baixo. Em visita ao local, Sérgio Veludo Coelho colocou a hipótese de a concentração de estruturas corresponder a fossos de retardamento, cujo papel seria crucial em caso de avanço das forças inimigas; o talude poderá corresponder a um eventual espaldão construído também com funções defensivas.

APA 25 - Lugar de Pêgo Negro, AVA 59 - Esteiro de Campanhã, APA 72 - Estação de Tirares e AVA 91 - Lugar do Ribeirinho

Estas áreas acompanham a margem esquerda (oriental) do Rio Tinto, em todo o seu percurso no território portuense, desde a fronteira com o concelho de Gondomar até desaguar no Douro, no Esteiro de Campanhã/Freixo. Salvaguardam-se vetustos lugares situados no vale fértil de Campanhã e documentados desde época Medieval, de cariz fortemente agrícola, aproveitando, com engenho, o rio. A definição da APA 25 prende-se com a referência ao lugar de Pêgo Negro na carta de Couto de D. Afonso Henriques ao Mosteiro de Rio Tinto e sua abadessa D. Ermezinda Guterres, de 1141, correspondendo a um dos limites do território coutado (AZEVEDO 1939 *apud* PATRÍCIO 1991: p. 38). O topónimo¹⁵ ocorre também em documentação da época Moderna, constando entre as mais de três dezenas de aldeias (ou lugares) que compunham a freguesia nas *Memórias Paroquiais* de 1758, com 25 vizinhos (CAPELA, MATOS e BORRALHEIRO 2009: p. 581). Em Tirares (APA 72), pequeno aglomerado rural implantado num meandro acentuado do rio, ainda hoje se observam restos de antigas estruturas moageiras, bem documentadas na Planta de 1892. Em 1422 regista-se já a referência a uma azenha de *Tiraz*¹⁶, aforada ao Cabido do Porto (FREITAS 1999: p. 331).

14 O inventário associado à Fotografia aérea da cidade de 1939/40 (disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/>) é indicativo do número e diversidade de unidades industriais em funcionamento nesta área da cidade. No que diz respeito a intervenções arqueológicas, destaca-se o trabalho realizado na Central Termoeletrica do Freixo (PEREIRA e SAMPAIO 2010).

15 Segundo o *Elucidário* de Viterbo, ao topónimo *Pêgo*, derivado de *Pelagus*, é atribuído o significado de «Qualquer ribeiro, rio, riacho, lagôa, açude, lago, poço, tanque, e qualquer ajuntamento ou rêgo de água» (VITERBO 1865: 2, p. 142), podendo, por isso, estar associado ao processo de tratamento do linho. O cultivo de cereais, a par do linho, em épocas remotas, pode aqui ser sugerido pelo significado etimológico quer deste topónimo quer do vizinho lugar de Tirares, ao qual acrescem as referências documentais a antigos moinhos e azenhas.

16 Tal como o topónimo *Pêgo Negro*, o de *Tirares* poderá estar associado ao cultivo e à produção de linho, como nos explica Frei Rosa de Viterbo, no seu *Elucidario*: «*TIRAZ*. Certo panno de linho com alguns ramos, ou feitios, como as talagaxas. E talvez que se dissesse *Tiraz*, alludindo ao *Tirio*, ou *purpura*, em que os taes ramos se usavam» (VITERBO 1865: 2, p. 255).

Nas imediações, situa-se a Ponte de Tirares, incluída na APA 91, elemento arquitetónico de provável feitura Moderna citado nas *Memórias Paroquiais* de 1758 como *da Lagarteira*¹⁷, uma das três pontes de pedra então existentes na freguesia (CAPELA, MATOS e BORRALHEIRO 2009: p. 584-585) e da qual se infere a tradição de passagem neste local.

A AVA 59 - Esteiro de Campanhã tem origem nas observações e recolhas efetuadas por Russell Cortez, em 1943, aquando da construção da Estrada Marginal, altura em que reconheceu diferentes áreas de dispersão de material lítico que atribuiu ao Paleolítico (Acheulense). Tais achados levaram-no a considerar o potencial arqueológico de uma extensa área entre a Quinta da China e o Esteiro de Campanhã, chamando também a atenção para a necessidade de avaliar a possibilidade de ocorrência de vestígios no vale do Rio Tinto (CORTEZ 1946). Intervenções arqueológicas recentes têm vindo a comprovar a existência de vestígios pré-históricos nesta zona, havendo já a assinalar a recolha isolada de artefactos na Central Termoelétrica do Freixo (PEREIRA e SAMPAIO 2010) e nas Moagens Harmonia (FONSECA e SAMPAIO 2012) e a identificação do sítio calcolítico do Lagarteiro no decurso das obras de construção do interceptor do Rio Tinto e de extensão do Parque Oriental da Cidade (LAMEGO e GOMES 2020)¹⁸. O sítio do Lagarteiro caracteriza-se por ser um habitat de caráter sazonal e não monumental, instalado na margem esquerda do rio, do qual se preservaram estruturas em negativo, que apontam para uma zona central com algumas cabanas e pequenos abrigos; o local estaria delimitado por paliçadas. Dos vestígios materiais encontrados no interior das estruturas em negativo destacam-se um percutor de sílex negro e fragmentos de cerâmica incisa metopada, também designada tipo Penha.

Aos vestígios das ocupações antigas há a acrescentar o relevante conjunto de edifícios industriais, oficinas ou armazéns devolutos que abundam em toda a freguesia de Campanhã¹⁹ (CORDEIRO 2006; SAMPAIO 2012, por exemplo), alguns dos quais têm vindo a ser alvo de trabalhos arqueológicos, como os acima citados. Considerando os diferentes *layers* temporais deste território, e o contributo decisivo da Arqueologia no seu reconhecimento e compreensão, é necessário assegurar condições para a realização de trabalhos que garantam a “leitura” das várias ocupações do território.

APA 2 - Vale da Granja, APA 7 - Capela e Monte de S. Pedro, APA 39 - Outeiro do Tine, APA 57 - Lugar da Granja, APA 60 - Quinta de Villar d’Allen, APA 100 - Horto das Areias

Encerrando o território mais oriental do Porto, que encosta ao concelho vizinho de Gondomar, este conjunto de áreas engloba lugares e paisagens de matriz essencialmente rural, desenvolvidos entre os vales dos rios Tinto e Torto (também denominado Ribeiro de Campanhã). Uma paisagem «*com excesso montosa e aspera, por se hir sempre despenhando thé suas ribeiras, com grandes fragas e penedias, ainda que nas partes mais baixas e pellas faldas dos mesmos montes e outeiros tem muita terra pingue e fertil, que regada com as muitas agoas correspondem bem com os frutos ao trabalho de seus agricultores*», como registou o pároco da freguesia em 1758 (CAPELA, MATOS e BORRALHEIRO 2009: p. 580). Um quadro bucólico que perdurou até tempos hodiernos, ainda assim gravado na Planta da Cidade de 1892, observando-se pequenos núcleos populacionais – *Areias, Agoas Ferreas, Azevedo, Farmontes, Meiral, Granja, Fatum, S. Pedro* – e uma profusão de campos de cultivo, terrenos baldios e sinuosos caminhos ligando povoações e/ou servindo múltiplos trabalhos agrícolas. Tal

¹⁷ Este topónimo Lagarteira, na sua forma feminina, encontra-se documentado em 1590; em masculino, é mais recente, conservando-se na Rua do Lagarteiro (FREITAS 1999: p. 201), embora esta artéria surja inominada na Planta de 1892, ligando o lugar do Monte, na margem direita do rio, aos lugares do Ribeirinho (AVA 91) e do Outeiro do Tine (APA 39), na margem esquerda.

¹⁸ Esta obra não só proporcionou o reconhecimento de um sítio do 3.º milénio a. C. como motivou a inclusão da AVA 91 - Lugar do Ribeirinho na 2.ª revisão do PDM. Os trabalhos arqueológicos então executados nas margens do rio, ao longo do seu curso no território do Porto, incluíram 18 sondagens, levantamento/registo do edificado (moinhos e ponte) e acompanhamento da obra.

¹⁹ Tal como mencionado para a freguesia de Bonfim (cf. nota 14), o inventário associado à Fotografia aérea da cidade de 1939/40 (disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/>) é também uma fonte de informação da industrialização desta área da cidade.

como expressam as designações atribuídas, tratam-se de APA – áreas de potencial –, onde, até à data, não foi ainda possível coligir dados arqueológicos suficientes que elucidem sobre as origens da ocupação humana do espaço, não obstante os recentes achados junto ao Rio Tinto (vd. AVA 91). Assim, a delimitação das APA 2 - Vale da Granja, 57 - Lugar da Granja e 100 - Horto das Areias introduzidas na presente revisão do PDM, visa proteger antigos núcleos rurais, documentados, pelo menos, desde o dealbar da época Moderna, e/ou espaços de exploração adjacentes, com condições favoráveis à ocupação humana e preservação dos seus vestígios.

Devido à sua implantação topográfica assinalam-se as APA 7 e 39: montes com boa visibilidade e em posição estratégica de controlo de território e linhas de água, com potencial para ocupação proto-histórica e/ou medieval. A APA 7 - Capela e Monte de S. Pedro insere-se no lugar de Azevedo, local de passagem do caminho da corte de Roma, a estrada Porto – Amarante, no seu rumo primitivo citado nos séculos XII e XIII (ALMEIDA 1968: p. 173-174), documentando-se o Casal de Azevedo em 1343 e, pelos finais do século XVI e princípios do seguinte, a Quinta de Azevedo (FREITAS 1999: p. 52). Em 1623, arrola-se a Ermida de S. Pedro, juntamente com a de S. Roque, na paróquia de Santa Maria de Campanhã (CUNHA 1623: p. 421), dizendo-se em 1758 que a mesma era local de concorrida romaria no dia do santo e que «dá o nome aquele lugar ou aldeia» (CAPELA, MATOS e BORRALHEIRO 2009: p. 583). O edifício da atual Igreja Paroquial de S. Pedro de Azevedo terá sido reconstruído em 1887, conforme data inscrita na fachada (COSTA 1991: p. 250-251). A APA 39 - Outeiro do Tine corresponde a um pequena elevação na qual foi construído um reduto militar pelas tropas miguelistas durante o Cerco do Porto (COELHO 1994: vol. 2, ficha 74). Relacionada com o mesmo contexto histórico está a APA 60 - Quinta de Villar d'Allen, propriedade adquirida em maio de 1839 por João Allen à Santa Casa da Misericórdia do Porto, então designada Quinta da Arcaria, e onde veio a construir residência de Verão, notável ainda hoje também pelo património natural (COSTA 1991: p. 269-270). No seu perímetro, que se estende entre os concelhos do Porto e de Gondomar, terá sido montado um reduto militar das tropas miguelistas – o Reduto de Valbom (COELHO *ibid.*: ficha 73)²⁰. No local está igualmente documentada uma fábrica de atanados, fundada em 1785 por Manuel Simões, morador na Rua do Souto, que comprara a propriedade, desmembrada da Quinta do Casal de Baixo, nesse mesmo ano à família Nobre, aí residente, em pagamento de uma dívida antiga (MARTINS 1969: p. 679). À parcela destacada, denominada «Devezas da Arcaria e Sobre-Arcaria» (*ibid.*: p. 680), ficará associado o nome Simões, apelidando a nova quinta e fábrica da Arcaria, como figura em alguma cartografia coeva²¹. Em 2019, parte do conjunto edificado da Quinta de Villar d'Allen foi integrada na freguesia de Valbom (Gondomar)²²; recentemente, no seguimento de novas negociações municipais sobre os limites administrativos, o espaço da Quinta tornou ao concelho do Porto²³.

APA 1 - Arca d'Água, APA 12 - Bom Pastor, APA 21 - Carriçal, APA 30 - Lugar do Regado, APA 37 - Covelo, APA 46 - Tronco, APA 47 - Lugar de Paranhos, APA 62 - Lugar de Campo Lindo e APA 76 - Lugar do Couto

Este grupo de áreas de salvaguarda localiza-se na zona Centro-Norte do concelho, na freguesia de Paranhos, antigo couto da Mitra do Porto confirmado por D. Afonso IV em 1341 (MARÇAL 1955: p. 129), anexada à cidade em 1837 (SERÉN e PEREIRA 1994: p. 385), desenvolvendo-se ao longo da

²⁰ Refira-se que no interior da Quinta de Villar d'Allen – no «pequeno planalto conhecido pela “Bateria”» – registou-se «um marco divisório da freguesia de Campanhã, com a data de 1666» (MARTINS 1969: p. 688).

²¹ Por exemplo, *Carta Topographica das Linhas do Porto. In Coleção de Plantas e Perfiz das Fortificações referidas á Carta geral das Linhas dos Exercitos Libertador, e Rebelde no Sítio do Porto. Levantadas, e Publicadas, por Ordem de S. M. I. pelo Coronel Engenheiro Moreira [1834]*. Disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/371658/>.

²² *Carta Administrativa Oficial de Portugal*, versão de 2019 – CAOP2019.

²³ Conforme acordo entre as respetivas autarquias noticiado na comunicação social, em abril de 2024.

Estrada Velha de Braga, eixo viário medieval que arrancava na Porta do Olival e seguia pelo Campo dos Ferradores (atual Praça de Carlos Alberto), Moinho de Vento, Rua e Campo de Santo Ovídio (atuais Rua dos Mártires da Liberdade e Praça da República) e Rua da Rainha (hoje, de Antero de Quental). Crê-se que parte deste traçado poderá corresponder ao da *Via XVI*, via romana entre *Olisipo* (Lisboa) e *Bracara Augusta* (Braga), com passagem por *Cale* (SILVA 2021: vol. 1, p. 574). A partir do Vale Formoso, especulam-se dois traçados para o itinerário de época Romana: um infletindo a Nordeste para o Largo do Campo Lindo (outrora denominado do Encontro) em direção ao Largo da Pontinha (hoje, Largo da Igreja de Paranhos, vd. APA 47 e 62); outro, seguindo pelo traçado da atual Rua do Amial, coincidente com o trajeto da estrada medieval Porto – Braga²⁴, onde se registam topónimos sugestivos, como Tronco, Carriçal e Marco (este último já no concelho de Matosinhos, em S. Mamede de Infesta).

O primitivo núcleo do lugar de Paranhos (APA 47) está documentado desde o século XI como «*uilla in uilla paramio extra illa quimtana et illa ecclesia*», em 1088, e associado à sua Igreja de São Veríssimo em documento de 1123 (MOREIRA 1987/88: p. 27, n.º 342). O templo que vemos atualmente é uma construção da época Moderna (séculos XVII-XVIII), alterada por obras de reconstrução nos séculos XIX e XX. Na Planta de 1892, observa-se o espaço do antigo cemitério paroquial de Paranhos (em uso até cerca de 1873), antecessor do atual (concluído em 1874), entre a Casa Paroquial e Igreja. O Largo da Igreja de Paranhos corresponde ao antigo Largo da Pontinha, ainda assim denominado na Planta da Cidade de 1892, local de cruzamento de vetustas vias, como a via romana que ligava *Olisipo* (Lisboa) a *Bracara Augusta* (Braga). Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, «a via romana passaria a poente, embora não longe, da igreja de Paranhos e seguindo, ia pelas traseiras da actual igreja de S. Mamede de Infesta. Aí, mas mais para leste, esteve um marco miliário [...] dedicado ao imperador Adriano. Daí a via descia à Ponte da Pedra» (ALMEIDA 1968: p. 26). As intervenções arqueológicas aqui realizadas a partir de 2019 permitiram não só apurar a localização do antigo cemitério²⁵ como reconhecer vestígios de uma ocupação mais remota de cronologia balizada entre a Romanização e a Alta Idade Média, entre os quais se destaca um troço de uma via – eventualmente da *Via XVI* ou de um possível caminho secundário de ligação à mesma (*Viae Vicinales*)²⁶. Recolheu-se, também, um utensílio em pedra polida (machado/enxó) de tipologia pré-histórica e uma ponta de lança (*pilum*) de época Romana. Recentemente, em maio do presente ano, chegou-nos a notícia da identificação de uma sepultura da mesma época, confirmando-se assim a presença de necrópole(s) a cerca de 150 m daquela via. Com orientação sensivelmente E-W, continha o típico mobiliário que acompanhava o defunto, depositado no lado leste da sepultura, a saber: um copo; um jarro trilobado; uma bilha; dois púcaros; três pratos; uma lucerna. Da mesma exumou-se, ainda, um conjunto de fragmentos de vidro e várias tachas. Estes trabalhos encontram-se em curso²⁷, estimando-se, de uma análise preliminar, uma datação dos séculos III-IV (PINTO e SOARES 2024). É, pois, com expectativa que aguardamos o estudo e a publicação destes resultados, cujos dados inéditos muito contribuirão para a história da cidade.

A APA 1 - Arca d'Água, introduzida na atual revisão do PDM, delimita a Praça de Nove de Abril,

24 Esta estrada atravessava o Rio Leça na sobejamente conhecida Ponte da Pedra, a qual, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, «no seu estado actual, é medieval, mas tem fundamentos romanos. Na sua estrutura vêem-se ainda muitas pedras de aparelho romano, algumas almofadadas» (ALMEIDA 1968: p. 26-27).

25 Sondagens e acompanhamento arqueológico da obra de alteração e ampliação das capelas mortuárias, direção de Óscar Teixeira e Fátima Costa (Arqueologia) e Zélia Rodrigues (Antropologia), nos quais identificaram-se um conjunto de dez sepulturas e um ossário do antigo cemitério paroquial (RODRIGUES 2019: p. 13).

26 Segundo informação da arqueóloga diretora científica da intervenção, Edite Martins Sá. Foram executadas sondagens, escavação em área e acompanhamento no âmbito de uma obra de demolição e construção; direção de Edite Martins Sá (Arqueologia) e Marta Borges (Antropologia) da empresa EMPATIA. Sobre o traçado e outros aspetos da via romana entre *Bracara Augusta* e *Cale* vd. MANTAS 2000.

27 Até à data apenas se regista uma única sepultura, identificada numa das cinco sondagens de diagnóstico, pelo que parece evidente estarmos perante um dos limites do espaço de enterramento; posteriormente, após demolição do edificado existente, e caso se verifique a presença de níveis coetâneos da necrópole, será realizada escavação integral do lote a afetar pelo projeto. Direção de Sofia Soares e Ana Rita Pinto da empresa EMPATIA.

anterior Largo ou Campo da Arca d'Água. É hoje um dos mais frondosos jardins do Porto, projetado por Jerónimo Monteiro da Costa e inaugurado em 1928. O topónimo Arca d'Água advém do facto de aí haver «um copioso manancial [de água] de remota antiguidade» (MARÇAL 1955: p. 28)²⁸. O topónimo tem também sido identificado com as arcas mencionadas como marcos divisórios nas cartas de doação e de confirmação e ampliação do couto do burgo do Porto à Sé, a primeira de D. Teresa, em 1120, e a segunda de D. Afonso Henriques, em 1138 (FREITAS 1999: p. 254). Nestes diplomas surgem citadas, respetivamente, a «Arca Velha que está junto à fonte; e daí até outra Arca» e a «Arca da Samigosa» (SILVA 1994: p. 62). A este propósito, convém notar que na documentação medieval o topónimo Arca é, muitas vezes, alusivo a monumentos megalíticos (APA 63 e 77). Além deste potencial histórico-arqueológico, acresce ainda a localização junto à Estrada Velha de Braga.

As restantes áreas de salvaguarda deste grupo abrangem algumas das 15 aldeias/lugares mencionadas nas *Memórias Paroquiais* de 1758. A Colina do Bom Pastor (APA 12), ampliada no âmbito da última revisão e demarcada por tratar-se de uma colina bem destacada na paisagem, com potencial para ocupação de época Medieval, nomeadamente uma eventual atalaia ou ponto fortificado; hipótese reforçada pela proximidade às antigas vias já aqui referidas. A APA 21 - Carriçal demarca o troço remanescente do caminho do Carriçal, abrangendo parte dos lugares do Tronco (a Poente) e da Azenha (a Nascente), ambos inclusos no couto de Paranhos, pertença da Mitra e do Cabido do Porto. Este caminho vem assinalado na Planta da Cidade de 1892, ligando os lugares do Marco, na freguesia vizinha de S. Mamede de Infesta (Matosinhos), à Rua da Asprela, com passagem pela Casa da Quinta da Azenha – topónimo documentado já no século XV²⁹ –, hoje desaparecida devido à intensa urbanização do local. A Planta indica também a Rua do Carriçal, que ainda sobrevive na atual Rua da Azenha³⁰. O lugar do Regado (APA 30) encontra-se documentado desde o século XII como uma vasta propriedade rústica – a Quinta do Regado com seus casais, pertença de um cavaleiro da Ordem de Malta, que a doou em 1130 à Mitra e ao Cabido do Porto (MARÇAL 1955: p. 138)³¹. A Quinta do Covelo (APA 37) é mencionada cerca de 1720 como propriedade do capitão Pais de Andrade, fidalgo da Casa Real, denominando-se, então, do Lindo Vale ou da Bela Vista³². Abrange um pequeno morro com boa implantação topográfica e visibilidade em redor, possui potencial para ocupação de época antiga e foi palco de um reduto militar no Cerco do Porto (COELHO 1994: vol. 2, ficha 20). A APA 46 - Tronco delimita parte da antiga e vasta Quinta do Tronco, propriedade do Cabido da Sé do Porto (MARÇAL 1955: p. 106, 144-146)³³. Parte dos terrenos foi adquirida para instalação da Nova Empresa Industrial de Curtumes, que laborou até meados do século XX, e o espaço da

28 A boa fama da água de Paranhos é notada por diversos autores, sendo considerada até tempos recentes a melhor do Porto (MARÇAL 1955: p. 47-48; SERÉN e PEREIRA 1994: p. 490). No século XVI, existiam três fontes no local, motivo pelo qual o manancial era então conhecido por “Arca das três fontes”, como registou Sousa Reis (*apud* FONTES 1908: p. 21). Querendo aproveitar este recurso, o Senado da Câmara pediu a D. Sebastião autorização para canalizar a água até à cidade, o que apenas se veio a concretizar em 1597, já sob domínio filipino (MARÇAL 1955: p. 29). Segundo Pinho Leal, «O povo do Porto deu mil cruzados para a despeza do aqueducto» (LEAL 1876: p. 301). Nos finais da década de 1670, a vereação mandou edificar a “Fonte da Arca d'Água”; fonte e lavadouros contíguos mudaram para o lado Poente da estrada em 1825 (MARÇAL 1955: p. 33-34), como se observa na Planta da Cidade de 1892.

29 Em 1492 documenta-se o “Campo da Azenha”, emprazado pelo Cabido da Sé do Porto a Pedro Anes e sua mulher Maria Gonçalves (MARÇAL 1955: p. 108; FREITAS 1999: p. 52).

30 O topónimo Carriçal poderá ser vestígio toponímico da passagem de uma antiga via, hipótese potenciada pela proximidade aos itinerários já aqui mencionados e ao lugar do Marco. Atente-se que no lugar da Carriça, em S. Pedro de Avioso (Maia), onde passaria a estrada Romana citada no Itinerário de Antonino, encontraram-se restos de marcos miliários (ALMEIDA 1968: p. 27). Não é de excluir a possibilidade de o termo remeter para “mato de carriços”, i.e. de juncos ou canas bravas, como se explica em dicionário de 1789 (SILVA 1789: p. 353), considerando as várias linhas de água aqui existentes e o carácter rural deste território até tempos muito recentes.

31 O topónimo deriva desta Quinta secular, «que abrangia os terrenos alagadiços da Ribeira da Arca d'Água e, portanto, com o solo sempre regado» (MARÇAL 1955: p. 105).

32 Posteriormente, foi vendida a Manuel José do Covelo, homem de negócios natural de Amarante, que lhe terá dado o nome (MARÇAL 1955: p. 113, 155-156; FREITAS 1999: p. 120).

33 «Compunha-se de casas nobres, capela, pomares, jardins com seu lago, e mais dependências agrícolas e férteis casais rústicos» (FREITAS 1999: p. 253). Um vislumbre do aspeto da quinta é-nos dado na Planta de 1892.

casa e capela está hoje ocupado pelos edifícios da Paróquia do Amial, criada em outubro de 1964³⁴. Campo Lindo (APA 62), referenciado apenas em 1864³⁵, ocupa um antigo largo – outrora denominado do Encontro – onde confluíam vários caminhos, designadamente «Da Cidade para Paranhos», «Para a Arca d'Água», «Para a Aldeia do Couto», «Para Igreja [de Paranhos]» e «Para o Lugar da Travessa», conforme se representa num Plano de 1838³⁶. O antigo lugar do Couto (APA 76) é referido nas *Memórias Paroquiais* de 1758 entre os mais populosos, com 33 vizinhos. Posiciona-se entre os largos da Arca d'Água e do Campo Lindo (Encontro), ocupando um local central na freguesia³⁷. No seu conjunto, estas sete APA, sendo relativas a antigos lugares referidos em documentação de época Moderna, e apresentando também a relação com uma rede viária de raízes mais antigas, reservam o potencial de ocorrência de vestígios de outras cronologias como aconteceu na APA 47 - Lugar de Paranhos.

APA 8 - Sítio do Carvalhido, APA 19 - S. Salvador de Ramalde, APA 27 - Casa da Prelada, APA 64 - Quinta da Prelada, APA 98 - Requesende e APA 99 - Francos

Estas áreas de salvaguarda localizam-se na atual freguesia de Ramalde, distribuindo-se numa área aplanada, entre os 80 e os 90 m de altitude, na qual se desenvolvem várias linhas de água subsidiárias da Ribeira da Granja. Apesar de extensamente urbanizada, nesta área da cidade subsistem amplos terrenos de cultivo e baldio com boas condições de preservação de eventuais contextos arqueológicos. Sobre a sua antiga ocupação é de destacar a proximidade à antiga estrada para Vila do Conde (ALMEIDA 1968: p. 167-168) e um conjunto de topónimos que são referidos nas Inquirições de 1258 (D. Afonso III). Com efeito, no texto relativo à paróquia de São Salvador de *Ronhaldi* (também referida como *Ramhaldi*), encontram-se registados os lugares de *Ramhualdi de Jusano* (Ramalde de Baixo), *Ramhaldi de Susano* (Ramalde de Cima) e *Petra Lada* (Prelada) e as *villae* de *Francus* (Francos), *Saxius* (Seixo) e *Requisendi* (Requesende). A rede de povoamento rural sugerida pelo documento medieval desenvolveu-se durante a época Moderna, como testemunham a construção das casas e quintas de Ramalde e da Prelada (CARNEIRO 2016). Assim, com este grupo de áreas de salvaguarda espera-se contribuir para o resgate da memória desta paisagem de tradição rural³⁸.

APA 45 - Vilarinha, APA 52 - António Aroso, APA 78 - Lugar de Vila Nova - Aldoar e APA 89 - Igreja de S. Martinho de Aldoar

No limite Noroeste do concelho do Porto, entre a Estrada da Circunvalação, a Praça da Cidade do Salvador e a Rotunda Associação Empresarial de Portugal, estabeleceram-se quatro áreas de salvaguarda arqueológica. Muito próximo da frente marítima e junto ao concelho de Matosinhos, compreende parte do traçado da Rua da Vilarinha (APA 45) – via ancestral que ligava o lugar do Ouro a Bouças e outras localidades litorais – e de alguns lugares/aldeias da paróquia de Aldoar, como Vilarinha (APA 45) e Vila Nova (APA 78) bem como a respetiva igreja paroquial (APA 89) e

34 Em 2018, a área daquela unidade industrial foi alvo de trabalhos arqueológicos (direção de Mário Gonçalves, da empresa EMPATIA) no âmbito de uma obra de demolição e construção, o que permitiu registar os espaços da fábrica e algumas das antigas estruturas agrícolas da Quinta do Tronco (GONÇALVES e DELINDRO 2020).

35 Aquando da edificação da capela homónima (FREITAS 1999: p. 85).

36 *Plano do atual estado do largo chamado Campo Lindo, na freguesia de Paranhos*, disponível em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/334295/>.

37 Em 1763, documenta-se o casal do Couto, foreiro ao Cabido da Sé do Porto, na posse do Dr. Luís de Amorim, cavaleiro da Ordem de Cristo. Era composto de «casas sobradadas e telhadas para senhorio e caseiro, devesas, eiras, cortes de gado, etc., e muitos campos lavrados» (MARÇAL 1955: p. 150; FREITAS 1999: p. 93-94).

38 Acresce referir que o equacionamento da APA 8 - Sítio do Carvalhido teve em consideração a possibilidade de ocorrência de vestígios de um dispositivo militar no contexto do Cerco do Porto (COELHO 1994: vol. 2, ficha 14).

uma colina destacada na paisagem sobranceira àquela via, hipotética localização do *castro, monte* ou *mons Mafamudi* (APA 52). O traçado da atual Rua da Vilarinha corresponderá, grosso modo, ao da antiga via medieval citada nas Inquirições de 1220 como *Via Veteris*, adjetivo que indicia a sua ancianidade já naquele tempo. Tratar-se-ia de um caminho litoral, de provável origem pré-romana, que assegurava a travessia do Rio Douro junto à foz, entre a Afurada (Vila Nova de Gaia) e Lordelo do Ouro (Porto), e que em época Romana integrou uma rede secundária de estradas, complementar da via principal entre *Olisipo* e *Bracara Augusta* (ALMEIDA 2017) – a *Via XVI* mencionada no Itinerário de Antonino. De acordo com aquelas Inquirições, a via «*que vocatur via veteris et incipit in fluvio Dorii in loco qui dicitur Arrabea, deinde quomodo venit ad cautum qui stat inter Loordellum et Citofactam*» (apud ALMEIDA 1980: p. 152); todavia, o monte da Arrábida, com escharpa muito acentuada, seria de acesso difícil ao rio, como notou Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968: p. 169, nota 14), que propôs como pontos de partida Massarelos ou Monchique. Descobertas arqueológicas na zona do Ouro e das Condominhas (APA 80 e 92), na freguesia de Lordelo do Ouro, apontam que o caminho poderia arrancar a poente da Arrábida, em local de atracagem no rio e de melhor acessibilidade, seguindo o trajeto Ouro – Aleixo – Condominhas – Serralves – Vilarinha (SILVA 2021: vol. 1, p. 575, 670, fig. 264).

Na Planta de 1892, a Rua da Vilarinha surge designada, no último troço antes de penetrar em Bouças, como *Estrada da Vilarinha*, o que reforça a sua importância na estrutura viária da cidade (ALMEIDA 1968: p. 46-47). O lugar homónimo, segundo a mesma representação, desenvolver-se-ia ao longo desta via, integrando a Setecentista Igreja de S. Martinho de Aldoar, logo após o *Logar do Padrão Novo*. Este último topónimo sugere a existência de um padrão/cruzeiro viário, indicador de léguas, elemento que se multiplicou a partir do século XVI³⁹; por outro lado, o recurso ao adjetivo *Novo* deixa em aberto a possibilidade de no local ter existido um marco anterior que foi substituído. Ambos os lugares – Vilarinha e Padrão Novo – vêm referidos nas *Memórias Paroquiais* de 1758 como aldeias da paróquia de Aldoar, juntamente com Vila Nova e Passos (CAPELA, MATOS e BORRALHEIRO 2009: p. 579). A mancha de salvaguarda (APA 45) abarca a envolvente do Beco de Carreiras – outro topónimo significativo no estudo da viação antiga⁴⁰ –, e o seu vetusto casario, de cariz rural, em grande parte representado naquela Planta. Até ao momento não foram desenvolvidos trabalhos arqueológicos nesta APA.

A APA 52 - António Aroso integra uma colina sobranceira à antiga via que seguiria o traçado da atual Rua da Vilarinha, acima mencionada, e próxima do núcleo de povoamento primitivo de Aldoar, documentado com a Igreja de S. Martinho e S. Miguel Arcanjo desde o ano 944 (MOREIRA 1974: p. 176, n.º 13). De notar, como veremos à frente, que a igreja paroquial foi mudada no século XVIII para o local onde hoje se encontra, na rua e lugar da Vilarinha (vd. APA 89). Em três documentos do século X, balizados entre os anos 944 e 990, encontra-se menção à povoação de nome *alduari*, que se localizaria «*subtus castro Mafamudi*» [944], sob o «*monte Mahamudi*» [989] ou sob o «*mons Mahamut*» [990], sempre no «*territorio portucalense*» (BARROCA 2016: p. 35). A presumível localização deste *castro, monte* ou *mons Mafamudi* – uma das fortificações documentadas até ao ano Mil (ALMEIDA 1978: p. 38, n.º 96) cujo topónimo «radica num antropónimo de indiscutível origem muçulmana» (BARROCA 2016: p. 36) – não é consensual entre os investigadores: alguns creem localizar-se em Aldoar, na cidade do Porto, na margem norte do Douro; outros colocam-no em Mafamude, em Vila

39 Os cruzeiros leguários «são verdadeiramente uma criação da renascença católica, da contra-reforma», tendo sido inicialmente propostos por Francisco de Holanda ao monarca D. Sebastião (ALMEIDA 1968: p. 95). Refira-se como exemplar nas proximidades o Padrão da Léguas, datado de 1625 e implantado em local de passagem muito antigo (*ibid.*: p. 168).

40 Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, é a forma românica de *carraria*. Estes vocábulos podem designar caminhos carroçáveis (por onde passavam carros e que, por isso, deveriam ser em boa parte calcetados), caminhos paroquiais e ainda simples caminhos de serventia para propriedades ou campos (ALMEIDA 1968: p. 47-48 e 137).

Nova de Gaia (*ibid.*: p. 35). A favor da sua localização em Aldoar, no Porto, Mário Barroca elucida que os oragos mencionados no documento de 944 correspondem aos da atual paróquia portuense, parecendo, assim, ser seguro a associação com este templo: «*ecclesiam vocabulo Sancti Martini Episcopi et Sancti Michaeli Archangeli in villa que vocitant Alduarii fluvio Dorio territorio portugalensis subtus Castro Mafamudi*» (BARROCA 2016: p. 36). A pequena elevação hoje delimitada pelas ruas da Vilarinha, de Paço de Sousa e de António Aroso, bem destacada na paisagem e com boa visibilidade em redor, nomeadamente sobre a linha de costa, reúne condições favoráveis para ocupação humana da época Proto-histórica ou Medieval. Nas diversas prospeções efetuadas pelos técnicos do serviço municipal de Arqueologia não se detetaram quaisquer ocorrências à superfície⁴¹.

A APA 78⁴² integra um pequeno núcleo rural com reduzida incidência de operações urbanísticas e onde apenas se registava um trabalho arqueológico efetuado em 2017⁴³. Vila Nova é uma das quatro aldeias que compunham a paróquia de Aldoar no século XVIII, juntamente com Vilarinha, Padrão Novo e Passos (CAPELA, MATOS e BORRALHEIRO 2009: p. 579), marginal da Ribeira de Aldoar e seus afluentes. Na Planta da Cidade de 1892 surge referenciado como *Logar de Villa Nova de Cima*, observando-se um núcleo populacional arruado, isto é, disposto ao longo de uma rua principal, estruturante da povoação e convergente com o caminho para o lugar da Vilarinha e, conseqüentemente, com ligação à vetusta via que percorreria, grosso modo, o traçado da atual Rua da Vilarinha. O topónimo Vila Nova é medieval, podendo estar associado à fundação de novas povoações, por iniciativa régia ou senhorial, no âmbito da reorganização do território ocorrida nos séculos XIII-XIV, ou à consolidação de antigas *villae* ou casais rurais de origem mais remota. Em finais de 2019, uma intervenção arqueológica realizada num terreno agrícola, denominado *Campo da Cortinha*, junto ao limite norte da Travessa da Costibela pôs a descoberto um sítio arqueológico excecional da Idade do Bronze (2.º milénio a. C.) até então desconhecido e bem preservado⁴⁴. Outros trabalhos arqueológicos entretanto efetuados na via pública⁴⁵ (Travessa da Costibela) e em lotes nas proximidades⁴⁶ têm vindo a confirmar a extensão do sítio, embora a sua delimitação esteja ainda por definir. Os achados caracterizam-se pela presença de diversas estruturas escavadas no solo, como buracos, valas e fossas, relacionadas com construções em materiais perecíveis. Associado a estas estruturas recolheu-se um significativo conjunto de artefactos líticos e cerâmicos, onde se destaca a presença de fragmentos de “vasos de largo bordo horizontal”⁴⁷. O espólio arqueológico integra, também, exemplares de cerâmicas datáveis entre a Romanização e a Alta Idade Média. Estaremos perto do primitivo núcleo de Aldoar e da sua primeira igreja paroquial documentada em 944? O facto do lugar de Vila Nova ter mantido uma apetência rural até tempos recentes propicia a preservação de vestígios arqueológicos, pelo que as expectativas são elevadas.

41 Da mesma forma, as intervenções realizadas na Igreja de S. Martinho de Aldoar (ALMEIDA e NEVES 2000, 2001) e respetiva APA 89 (GONÇALVES e MACIEL 2022; GOMES e LAMEGO 2023) não permitiram identificar qualquer elemento que contribuísse para esta questão.

42 Considerando que muitas das intervenções realizadas no âmbito desta APA estão em fase de execução ou estudo, opta-se pela sua identificação através do acrónimo, mencionando os respetivos responsáveis e entidade enquadrante, escusando-nos de referenciar os relatórios preliminares entretanto produzidos.

43 VNO717.17 - direção de Carlos Alberto Loureiro e Sofia Soares (EMPATIA).

44 CBL.19 - direção de Sofia Soares e Mário Gonçalves (EMPATIA).

45 VNO.20 - direção de Filipe Pinto e Mário Gonçalves (EMPATIA). VNC.20 - 1.ª fase (sondagens), direção de Filipe Pinto e Mário Gonçalves (EMPATIA); 2.ª fase (escavação em área e acompanhamento de obra), direção de Lídia Baptista, Jorge Fonseca e Lurdes Oliveira (Arqueologia e Património).

46 VNO652.22 e VNO678.22 - direção de Mário Gonçalves e Edite Sá (EMPATIA); VNO731.22 - direção de Mário Gonçalves (EMPATIA); VNO.23 e CBL.23 - direção de Francisco Raimundo e Rui Pinheiro (ERA).

47 É de mencionar que uma análise preliminar da cerâmica decorada permitiu o reconhecimento de vários paralelos nas cerâmicas do povoado da Bouça do Frade (Baião) (JORGE 1988).

APA 4 - Palácio de Cristal, APA 26 - Quartéis, AVA 54 - Boa Nova, AVA 61 - Massarelos-Campo do Rou, APA 53 - Bicalho-Boa Viagem, APA 55 - Bom Sucesso e APA 93 - Pena-Vilar

A AVA 61 - Massarelos-Campo do Rou abrange o encaixado vale do Ribeiro de Vilar, delimitado a nascente pelo antigo Monte da Torre da Marca (APA 4), onde no século XIX se implantou o Palácio de Cristal, e a poente pelo Monte da Pena (APA 93). No âmbito do acompanhamento arqueológico do projeto de requalificação “Caminhos do Romântico”, em 2000/2001, foram identificados em alguns arruamentos da margem esquerda do ribeiro materiais de cronologia romana, com particular incidência na plataforma do Campo do Rou⁴⁸. Aqui foram reconhecidos estratos com espólio diversificado desta época, sem associação a quaisquer estruturas e sobrepostos por camadas com materiais medievais (SILVA 2001). Os trabalhos arqueológicos realizados em vários edifícios na envolvente têm confirmado estes resultados (SÁ e SOARES 2017; PEREIRA 2018; COSTA, OLIVEIRA e PEREIRA 2024), aguardando-se que os conhecimentos sobre a natureza e os limites da ocupação romana e medieval sejam ampliados em futuras intervenções. Podendo integrar o mesmo “núcleo de povoamento”, registaram-se a sudeste do Campo do Rou vestígios de um forno, talvez de cronologia tardo-antiga (SOARES e VILARINHO 2018; SILVA 2021: vol. 1, p. 561-562). Ainda nas proximidades e ao alcançar o Douro, o topónimo Cristelo⁴⁹ alude à possibilidade de ter existido um povoado proto-histórico nas imediações, eventualmente no morro do Palácio de Cristal, a nordeste, que, todavia, nunca foi identificado (SILVA *ibid.*: p. 589).

Em época Medieval, Massarelos pertencia à Colegiada de S. Martinho de Cedofeita. Os seus habitantes, cujos direitos de exploração do sal foram doados a esta Colegiada por D. Dinis (1280) e D. Afonso IV (1325), sempre encontraram a sua subsistência em atividades associadas ao Rio Douro e ao mar (ARAÚJO 2012: vol. 1, p. 3). Remonta igualmente à Idade Média a menção a moleiros (MELO 2009: vol. 2, p. 295), conhecendo-se referências a azenhas nos séculos XVI e XVII (FREITAS 1999: p. 275), assim como nas *Memórias Paroquiais* de 1758, que salientam a qualidade e a abundância das águas locais⁵⁰. Na segunda metade do século XVIII, a estrutura socioprofissional da população ter-se-á diversificado com o aparecimento de estabelecimentos industriais, designadamente da Fábrica de Louça de Massarelos, estabelecida no Cais das Pedras em 1763 (LACERDA, ALVES e OLIVEIRA 1998: p. 35-36). Esta foi a primeira unidade industrial cerâmica a ser alvo de trabalhos arqueológicos na cidade. Desde a primeira fase de sondagens, em 2001, até à conclusão do acompanhamento arqueológico, em 2005, documentaram-se diversas estruturas das instalações fabris e recolheu-se um volumoso espólio arqueológico representativo de diferentes períodos de produção⁵¹ (SILVA 2002a, 2002b, 2005, 2006; TEIXEIRA e FONSECA 2003; SOUSA 2013: vol. I, p. 32-33). Os ingredientes para o vidro que cobria as peças de faiança de Massarelos chegaram a ser moídos nos moinhos ou azenhas de Vilar (SOEIRO *et al.* 1995: p. 220), tendo acontecido o mesmo com a Fábrica de Louça de Miragaia, uma vez que os seus proprietários possuíam casas e azenhas na antiga Rua das Bicas, atual Rua dos Moinhos (FERNANDES 2008: p. 17-18). Numa destas propriedades, técnicos do então Gabinete de Arqueologia Urbana do município tiveram a oportunidade, em 2008, de recolher um conjunto de mós quando se iniciava uma obra, em zona que na altura não estava abrangida pelo PDM, embora atualmente integre a AVA 61.

48 Direção de Sandra Nogueira e Manuela Ribeiro (CMP – Gabinete de Arqueologia Urbana).

49 No foral do prelado da Igreja de S. Martinho de Cedofeita, Nuno Soeiro, datado de 1237, já existe uma menção ao porto de «Crastello» (<https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=7795466>).

50 Caracterizado como «*hum dos arrabaldes da mesma cidade*», então pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem, Massarelos usufruía de uma paisagem dominada por casais e quintas, onde a presença do elemento água, proveniente do ribeiro de Vilar, se materializava em moinhos, fontes, chafarizes, minas e caneiros (CAPELA, MATOS e BORRALHEIRO 2009: p. 593-595), dos quais ainda hoje em dia subsistem testemunhos físicos e memórias na toponímia.

51 Sobre a tradição do fabrico de cerâmica no centro produtor Porto/Vila Nova de Gaia e a importância do estudo arqueológico dos seus vestígios vd. SOUSA 2013, 2016.

O potencial arqueológico do morro do Palácio de Cristal (APA 4) foi já equacionado a propósito da existência do topónimo Cristelo no sopé, a Sudoeste. No topo do promontório granítico, em sítio assinalado na cartografia antiga, D. João III mandou erguer, em 1536, a chamada Torre da Marca, uma construção que servia de orientação para as embarcações que cruzavam o Douro, tendo sido destruída durante o Cerco do Porto, por projéteis lançados contra a bateria instalada nas proximidades (MARQUES 2017: p. 18). A topografia do local viria a ser completamente transformada com a edificação do Palácio de Cristal, destinado a exposições agrícolas, industriais e artísticas e inaugurado em 1865, no meio de amplos jardins (*ibid.*: p. 22-27). A APA 93 - Pena-Vilar desenvolve-se incorporando dois eixos viários antigos, a Rua da Pena, a poente da parte alta da Rua de D. Pedro V, e a Rua de Vilar, no lado nascente. Ambas localizavam-se na encruzilhada de caminhos, permitindo a ligação entre o centro urbano e a zona da Arrábida e o litoral ou entre a baixa de Massarelos e as vias de saída da cidade. O lugar da Pena, situado no monte homónimo, sobranceiro ao vale do Ribeiro de Vilar, aparece documentado pelo menos desde o século XVII, achando-se referenciada na centúria seguinte a Quinta da Pena (FREITAS 1999: p. 277). O lugar de Vilar, que se estruturou ao longo da rua com o mesmo nome, junto ao já citado ribeiro e suas azenhas, e onde sobressaíam notáveis quintas, surge mencionado a partir do século XVI (*ibid.*: p. 341). A APA 26 - Quartéis abrange parte da atual Rua de D. Manuel II, antiga estrada que ligava o centro da cidade à Rua de Vilar, passando perto da Torre de Pedro Sem⁵², em torno da qual foi delimitada a AVA 54 - Boa Nova. No decurso das obras num imóvel da Rua de D. Manuel II, a cerca de 60 m a nascente da Capela do Senhor da Boa Nova, arqueólogos do serviço municipal de Arqueologia identificaram, em 2016, alguns materiais arqueológicos da Baixa Idade Média.

Na zona do Bicalho-Boa Viagem (APA 53), em terrenos também outrora integrados no Couto de Cedofeita, existia uma capela dedicada a Nossa Senhora da Boa Viagem, construída em data desconhecida por mareantes e transformada na segunda metade do século XVI em igreja paroquial de Massarelos. Foi erigida numa elevação sobranceira ao Rio Douro, no largo formado pela confluência das ruas do Gólgota e da Boa Viagem, localizando-se à esquerda do templo o pequeno cemitério da paróquia (MARÇAL 1969: p. 134-135). Em 1868, pelo facto de a igreja ameaçar ruína, foi transferido o “Santíssimo” para a Igreja do Corpo Santo de Massarelos, que passou desde então a servir de paroquial (*ibid.*: p. 136). Na segunda metade de Oitocentos, estabeleceram-se grandes espaços industriais na zona ribeirinha, como a Fundação do Bicalho, a primeira a recorrer ao vapor e que durante anos liderou o setor, e a Fundação de Massarelos, uma das que obteve melhor qualidade nos seus produtos (SERÉN e PEREIRA 1994: p. 439). No contexto do Cerco do Porto (COELHO 1994), há também a assinalar a referência à Bateria do Bicalho que, juntamente com outros dispositivos militares – Bateria da Torre da Marca (APA 4), Bateria de Lordelo (APA 93), Bateria do Bom Sucesso (APA 55), Bateria do Cemitério (APA 54) – conformariam uma paisagem de confronto bélico, cujos eventuais vestígios devem ser salvaguardados.

APA 5 - Quinta dos Frades - Ribeira da Granja, AVA 34 - Igreja de S. Martinho de Lordelo, APA 49 - Pasteleira; APA 51 - Mouteira - Ribeira da Granja, AVA 75 - Ouro - Santa Catarina, APA 80 - Granja - Condominhas, APA 92 - Santa Eulália e Estaleiro do Ouro e APA 94 - Arrábida

Este conjunto de áreas contempla o segmento final do vale da Ribeira da Granja e o destacado morro da Arrábida (APA 94). A designação desta elevação, de topo aplanado e com controlo visual para a foz do Douro, sugere «a possibilidade de estarmos perante um *ribât* da primeira fase da expansão muçulmana, a exemplo de vários outros *ribâts* que foram criados na orla do Mediterrâneo

⁵² Construção da primeira metade do século XIV atribuída a Pêro do Sem, cavaleiro da Casa da Rainha Santa Isabel e ouvidor e chanceler-mor de D. Afonso IV, que constituiu um exemplo de casa-torre ou *Domus Fortis* (VIELA 2005).

ocidental» (BARROCA 2016: p. 36)⁵³. Na zona do vale da Granja, a importância estratégica desta área da cidade é reforçada pelo traçado da *Via Veteris* à qual se encontram associados dois núcleos de povoamento de raízes romanas/proto-históricas: Santa Catarina/Ouro (APA 92 e AVA 75) e Serralves/Mouteira (AVA 34, APA 51 e APA 80) (NASCIMENTO, DELGADO e SOUSA 2004; SILVA *et al.* 2007; SILVA 2021: vol. 1, p. 529, 562-563)⁵⁴. Com a paulatina projeção do *Durius* na rede de comunicações do Império, ligando o *hinterland* à costa ou, barra fora, a diferentes pontos do Império através das rotas do Atlântico e do mundo mediterrânico, a rede de povoamento foi sendo consolidada (DIAS e ALARCÃO 2018). A imagem de uma vivência mais intensa da zona ribeirinha (BARROS 2004), usufruindo de pequenas enseadas e de boa exposição solar, pode ser extrapolada a partir de estudos desenvolvidos em outras regiões de similar enquadramento geográfico, mas carece de confirmação pelo registo: os contextos arqueológicos identificados até à data são limitados, sendo urgente desenvolver prospeções intensivas das margens que permitam reconhecer eventuais vestígios de antigos ancoradouros e outros indícios relacionados com a faina fluvial. A existência de salinas no estuário da Ribeira da Granja, recurso que terá estado na origem da doação da granja de Santa Eulália por D. Afonso Henriques, em 1144, aos monges de Tarouca (TORRE RODRÍGUEZ 2002: p. 145-146), é um dado relevante para a compreensão das antigas dinâmicas ribeirinhas, mas a sua localização permanece em dúvida. Outro elemento a considerar na apropriação da área ribeirinha, é o estaleiro do Ouro, o arsenal da Ribeira do Ouro, onde existiu o principal estaleiro de construção naval do Porto dos séculos XVI e XVII. Aproveitando o ancoradouro do Ouro e os eixos viários existentes, bem como as extensas áreas agrícolas da antiga cerca verde da cidade, onde se destaca a Quinta dos Frades⁵⁵, a freguesia de Lordelo do Ouro regista uma intensa procura de espaços para instalação de grandes indústrias, de que a Fábrica de Lanifícios de Lordelo⁵⁶, a Fundação do Ouro ou a Fábrica do Gaz são exemplo. Estes edifícios industriais, e outras oficinas de pequena dimensão, são elementos marcantes na paisagem local e importantes testemunhos da dinâmica industrial do Porto.

APA 18 - Frente Marítima e Avenida Brasil, AVA 23 - Monte Crasto e Ribeirinho, AVA 28 - Ervilha, APA 29 - Imedições do Convento dos Dominicanos, AVA 31 - Foz Velha, APA 38 - Fonte da Moura, APA 42 - Núcleo histórico de Nevogilde, APA 66 - Igreja Velha de Nevogilde, AVA 69 - Areias Altas, APA 73 - Lugar de Passos, AVA 79 - Castelo do Queijo - Carreiros e APA 82 - Monte da Luz

No final da década de oitenta do século XX, a descoberta do sítio da ermida medieval e da necrópole anexa (OSÓRIO 1993), frente à barra e ao mar, relançou a investigação sobre a localização do povoado coevo de S. João da Foz. Porém, a compreensão da génese do conjunto urbano conhecido por “Foz Velha” – assim designada por oposição à nova área de expansão da Foz Oitocentista –

53 Tal posição estratégica foi explorada no contexto do Cerco do Porto (COELHO 1994: vol. 2, ficha 48).

54 Sobre os períodos mais antigos de ocupação do vale da Granja, deve salientar-se que intervenções realizadas na AVA 75 e na APA 80 permitiram a identificação de uma sequência composta por dois contextos estratigráficos muito distintos: depósitos de aterro com uma componente artefactual dos séculos XIX/XX; e depósitos de formação natural nos quais é frequente a ocorrência de material de cronologia mais antiga: fragmentos de cerâmica manual, pesos de rede e outros elementos líticos (COUTO 2016, 2017; COUTO e RODRIGUES 2017; ERASUN 2023; LAMEGO e GOMES 2023b; TEIXEIRA e MILLAN 2023, por exemplo). Embora seja difícil compreender o contexto de ocorrência destes materiais, é de salientar que indiciam uma eventual ocupação pré-histórica do vale.

55 Nesta antiga unidade de exploração agrícola, também designada «Quinta de Cima ou de Cima da Ponte ou da Ponte foi fundada uma Brévia ou Hospício dos frades menores de São Francisco de Paula. A capela já vem referida nas Memórias Paroquiais de 1758 [...], no monte da Carreira» (FÉLIX 2011), tendo como orago S. Francisco Xavier. Os edifícios foram danificados pelo Cerco do Porto e já no século XX (1909-1917) foram introduzidas «alterações na casa para adaptá-la a residência familiar, dotando-a de um carácter mais nobre» (*ibid.*). Trabalhos arqueológicos realizados neste local permitiram registar alguns aspetos das vivências deste espaço em época Moderna (BAPTISTA 2010; RAIMUNDO 2018; CARVALHO *et al.* 2023).

56 Os trabalhos arqueológicos realizados nesta antiga fábrica permitiram o registo de diferentes espaços de trabalho/produção e a recuperação de vestígios relacionados com o Cerco do Porto (ARGÜELLO MENÉNDEZ, COELHO e PEIXOTO 2007; ARGÜELLO MENÉNDEZ e PEIXOTO 2010; PEIXOTO 2014).

continua a ser um desafio para os investigadores⁵⁷. As intervenções arqueológicas realizadas no núcleo histórico da Foz, acompanhando a dinâmica da reabilitação urbana da zona, ainda não permitiram definir o modelo de implantação da pequena comunidade que então existiria à data da doação da ermida e herdade anexa aos monges de Riba Paiva, por D. Afonso Henriques, em 1145. A generalidade dos achados da orla costeira exumados aponta para cronologias ocupacionais da época Moderna, registando-se alguns elementos de cronologia romana⁵⁸ sem vestígios de estruturas ou contextos coevos (SILVA 2021: vol. 1, p. 531). À semelhança do que se terá verificado em outros lugares que coexistiram no território do atual espaço urbano do Porto, o sítio medieval ter-se-á consolidado a partir de pequenos núcleos, como o Burgal ou a Cantareira, e ao longo dos caminhos que prolongavam a Rua Direita⁵⁹ – extensão da Estrada Velha para o Porto – os quais, a partir da época Moderna, seriam progressivamente urbanizados.

Para lá do Ribeiro de S. Paio – encanado junto à Rua do Ribeirinho – natural limite norte do couto de S. João da Foz, a paisagem permanece em sombra. Sobre a *villa* de Nevogilde faltam os dados da investigação arqueológica que permitam uma caracterização do território na época Medieval. Até à data, a ermida de S. Miguel de Nevogilde, citada nas Inquirições de 1258 e padroado dos mosteiros de Santo Tirso e de S. João de Tarouca, permanece em local incerto. Sabemos apenas que foi transferida, do fundo da povoação, para o centro do lugar em inícios do século XVIII (BRANDÃO 1983). Com a redefinição do perímetro de proteção arqueológica da Igreja Velha de Nevogilde (APA 66), pretende-se alargar e acautelar a identificação e salvaguarda de eventuais vestígios do primitivo templo e da necrópole associada; as áreas contíguas – Areias Altas (AVA 69), Monte Crasto e Ribeirinho (AVA 23) – ainda que projetadas em função de problemáticas distintas, ampliam a área protegida à pequena ermida⁶⁰.

Em associação a períodos mais remotos, a estação da Idade do Bronze das Areias Altas (AVA 69) identificada por Russell Cortez (1952) tem vindo a ser intervencionada no âmbito de diferentes projetos de arqueologia preventiva, cujos resultados foram recentemente sistematizados por Sara Luz (2021a). De tal exercício resultou a imagem de um sítio de estruturas em negativo circunscrito ao remate de um pequeno esporão localizado entre as ruas do Marechal Saldanha e de Sá de Albergaria. Em trabalhos mais recentes, este tipo de estruturas têm vindo a ser identificadas noutros pontos desta AVA (TEIXEIRA e LEITE 2022; SOARES e PINTO 2023a, 2023b), na AVA 23 (SOARES 2021), nas APA 29 e 66 (PINTO 2022; GONÇALVES e PINTO 2023) e, fora de área de salvaguarda arqueológica, na Avenida do Marechal Gomes da Costa⁶¹. Perante a dispersão espacial deste tipo

57 No que diz respeito às origens, ainda incertas, da pequena ermida e do lugar de S. João da Foz, além dos vestígios identificados no castelo, a documentação atesta a existência de uma comunidade e um território que lhe está associado, o qual, a partir de inícios do século XII, passa a ter uma delimitação formal enquanto couto do importante Mosteiro de Santo Tirso.

58 Nos quais se destaca a ara romana reintegrada na ermida do Castelo da Foz.

59 Também designada Rua Central, e correspondente à atual Rua do Padre Luís Cabral.

60 A descoberta do local do antigo campo santo iria possibilitar uma nova leitura das relações do templo com o território envolvente, paroquiado, permitindo a revisão dos caminhos que a cartografia Oitocentista representa, nomeadamente a inevitável ligação ao lugar de Passos, por onde passava a estrada – atual Rua de Fez – que seguia rumo à Vilarinha.

Sobre a profusa rede de caminhos antigos, é de destacar uma intervenção em curso na Travessa da Igreja de Nevogilde (TIN338-I.24 - direção de Lurdes Oliveira, *Arqueologia e Património*), na qual foi possível identificar o segmento de uma via antiga, com um ramal secundário. A par da importância da identificação destas estruturas, é de salientar que os depósitos que a constituem englobam, entre outros materiais, líticos talhados de cronologia pré-histórica e fragmentos de telúgulas, remetendo, assim, para a longa diacronia de ocupação desta plataforma sobranceira ao mar e à Ribeira de Aldoar. Em Passos, um dos 20 casais que a Ordem do Hospital detinha em Aldoar, como prova um dos marcos divisórios existentes na Rua de Fez, existiu uma capela dedicada a S. Paio (ou Pelágio), mártir-menino do século X, construída à face do antigo caminho medieval. Demolida em inícios do século XX aquando do arranjo da Rua de Passos – depois Rua de Fez – e do prolongamento da Rua do Crasto, conhece-se a sua localização precisa, mas não a época de edificação. Em redor do local, as raras casas de lavoura existentes, algumas já adulteradas, estão sujeitas a um inevitável processo de transformação; os trabalhos realizados têm vindo a confirmar a ocupação em época Moderna (PRIETO 2021;2023).

61 As estruturas foram identificadas em 2023, no âmbito dos trabalhos de acompanhamento arqueológico das obras da Linha BRT Boavista-Império e Ligação à Praça Cidade do Salvador. A intervenção foi dirigida por Nuno Ferreira, João Marques, Rui Barbosa e Dário Antunes da empresa PALIMPSESTO.

de vestígios, e a sua eventual articulação com diferentes períodos, espera-se que o estudo dos resultados destas intervenções venha a permitir uma melhor compreensão da diacronia de ocupação nesta área da cidade.

No âmbito da Pré-história, é também de destacar um conjunto de intervenções onde ocorrem, em número reduzido, seixos talhados e pesos de rede em contextos de deposição pouco esclarecedores acerca da sua inserção cronológica (CAPELA e OLIVEIRA 2002; SOUSA 2005; GOMES 2006; SOARES e GONÇALVES 2019; GONÇALVES 2020; FONSECA 2021; FERREIRA e OLIVEIRA 2023). Em contraste com esta situação, o sítio da Praça de Gonçalves Zarco apresenta um numeroso conjunto artefactual disperso em depósitos de formação holocénica (GOMES e QUELHAS 2002). Nas intervenções realizadas na Avenida de Montevideu (ABRANCHES 2001; LUZ 2021b), os conjuntos apresentam uma tipologia e um contexto estratigráfico que permite a sua associação ao Paleolítico Médio e Inferior. Estes achados vêm dar um novo ímpeto a propostas que, desde meados do século XIX até meados do século XX, foram avançadas por vários autores alertando para a existência de áreas com condições de preservação destes vestígios de cronologias mais recuadas (MONTEIRO-RODRIGUES 2001).

Os diferentes elementos arqueológicos, documentais e toponímicos acima mencionados são relativos ao tempo longo da ocupação humana da área ocidental da cidade. A par desta dinâmica, há também vestígios que se relacionam com períodos históricos mais curtos, como é o caso da Cerco do Porto, sendo de referir os resultados de intervenções arqueológicas no Forte de Monte Crasto e no Forte da Ervilha. Destas estruturas militares, sumariamente representadas na Planta de 1892, foram reconhecidos diferentes elementos cuja escavação e estudo permitem caracterizar e compreender melhor as estratégias militares e o quotidiano destes dois anos da história do Porto. A intervenção realizada nos “Terrenos do Forte” (AVA 28) pôs a descoberto trincheiras, fossos e paliçadas do Forte da Ervilha e, em associação a tais estruturas, foi recolhido um significativo acervo artefactual relacionado com a utilização militar do dispositivo (ANDRADE e FONSECA 2016)⁶². As intervenções realizadas na Rua da Índia (AVA 23) permitiram identificar parte do baluarte e segmentos das linhas de fosso do Forte do Monte Crasto (OLIVEIRA 2011; COUTO e RODRIGUES 2018)⁶³.

AVA 13 - Estrada da Circunvalação

Na primeira parte do artigo, iniciámos a descrição das áreas de salvaguarda com o Douro (AVA 41), um eixo de circulação natural, terminando agora com a Estrada da Circunvalação que definiu, por um período breve⁶⁴, o perímetro seco da cidade, correspondendo a uma «linha de fiscalização e cobrança do denominado imposto do “real de água”» (MARÇAL 1971: p. 193). Este extenso dispositivo alfandegário apresentava duas vias de circulação cuja articulação se desenvolvia em dois perfis distintos: do esteiro de Campanhã à Areosa era composto por um muro de pedra, capeado, pontuado por alguns cubelos semicirculares, configurando uma muralha para o lado exterior⁶⁵; da Areosa até à costa, as vias eram separadas por um fosso (MARÇAL *ibid.*). Tal complexo construtivo, marcando a paisagem da área limítrofe da cidade, e gerindo a entrada no território, formalizou antigos caminhos de escala local e regional, tendo proporcionado novas dinâmicas de circulação e recriado

62 Nesta intervenção foi também recolhido um conjunto cerâmico cujas características técnicas permitem a sua associação à proto-história (ANDRADE e FONSECA *ibid.*: p. 41-42).

63 Salienta-se que uma intervenção atualmente em desenvolvimento na Rua do Molhe, 306-312/ Rua da Índia (MLH306.24 - direção de Óscar Teixeira) permitiu identificar a continuidade desta estrutura militar.

64 «A estrada da Circunvalação definiu o seu perímetro seco em 1895, mas em 1898 parte da freguesia de Paranhos que a ultrapassa a N, e grande parte da freguesia de Campanhã (que a E penetra, para além dela, nitidamente na zona de Gondomar) foram definitivamente integradas na área urbana portuense» (OLIVEIRA 1973: p. 17).

65 Estas construções acabariam por ser parcialmente afetadas no decurso da construção do IC29 – Via Rápida de Gondomar, tendo-se desenvolvido um programa de arqueologia preventiva (sondagens e acompanhamento arqueológico) que assegurou o registo das estruturas (MENDES 2005).

as condições de desenvolvimento urbano (FERREIRA e ROCHA 2013). A salvaguarda da área onde se desenvolve, para além de chamar a atenção para as construções e edifícios que configuravam a linha alfandegária, abre também a possibilidade de documentar eventuais vestígios das ocupações e organizações territoriais que a antecedem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo concluímos a apresentação da Carta de Património Arqueológico do PDM do Porto e a problematização dos limites e as possibilidades desta ferramenta de gestão. Ao longo dos dois textos, procurámos sistematizar o conhecimento disponível para cada área de salvaguarda inventariada e, simultaneamente, explicar a relevância científica, patrimonial e urbanística dos vestígios arqueológicos.

À data em que redigimos estas linhas continuam em curso trabalhos de arqueologia preventiva em várias frentes da cidade, que lançam novos dados à compreensão da dinâmica de transformação do território e colocam novos desafios à investigação e gestão do património cultural. Assim, a presente sistematização deve ser perspectivada enquanto um saber em construção.

Os resultados alcançados devem-se ao trabalho diário das diferentes equipas de arqueologia que têm desenvolvido as intervenções, concretizadas e decorrentes do trabalho, também diário, dos técnicos da administração central/regional (que tutela o património cultural) e local (designadamente dos serviços do urbanismo e património cultural) e, em primeira mão, fruto da iniciativa e investimento de proprietários/investidores e gabinetes de arquitetura e engenharia, que têm promovido as operações urbanísticas onde as intervenções arqueológicas se enquadram. À prestação de todos, e a um princípio de colaboração, se deve este saber em permanente construção. Enquanto bem-comum, parte do resultado deste trabalho conjunto encontra-se disponível para usufruto do público no Museu do Porto, em particular no Arqueossítio da Rua de D. Hugo, 5, na Casa do Infante, no Reservatório (da Pasteleira) e na antiga Casa da Câmara. Fica o convite para nos visitarem.

A Carta de Património Arqueológico é, pois, uma ferramenta essencial para o planeamento da cidade nos seus diversos domínios, potenciando esforços para a preservação da multiplicidade das memórias (materiais e imateriais) do território e das paisagens que nele subsistem. Nesta perspetiva, contribui para o desenvolvimento de um Porto que se quer «afirmar cada vez mais vibrante, inclusivo e resiliente» (DMU 2021: 35). Parecendo-nos ser indiscutível a importância da valorização da espessura temporal da cidade (FOUSEKI, GUTTORMSEN e SWENSEN 2020) na prossecução de tal projeto, e entendido o «passado como um recurso escasso» (APPADURAI 1981), resulta clara a necessidade de salvaguardarmos os seus testemunhos também como forma de cuidar e revitalizar a coesão da cidade.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Paula (2011), *Acompanhamento arqueológico das obras de requalificação da Av. Montevideu, Porto. Relatório Mensal-Agosto*, Porto, Achaéo'Estudos Investigação Arqueológica
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (1980), Via Veteris. Antiga via romana? in *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, vol. 3, pp. 151-170
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (2017), A rede viária pré-jacobeia no Minho litoral, in *CAMINHO Português da Costa – Estudos, S/I*, CM do Porto, da Maia, de Matosinhos, de Vila do Conde, da Póvoa de Varzim, de Esposende, de Viana do Castelo, de Caminha, de Vila Nova de Cerveira e de Valença, pp. 7-25

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; SOARES, João M. Matos (2012), *Sondagens Arqueológicas. Largo do Priorado, n.º 20. Relatório Final*, Vila do Conde, Mola Olivarum
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; SOARES, João M. Matos (2015), *Acompanhamento Arqueológico. Largo do Priorado, n.º 20. Relatório Final*, Vila do Conde, Mola Olivarum
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968), *Vias Medievais I. Entre Douro e Minho*, Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978), *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220*, trabalho complementar para prestação de provas de Doutoramento em História de Arte apresentado à Faculdade de Letras das Universidade do Porto
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986), O Românico, in *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, vol. 3
- ALMEIDA, Miguel; NEVES, Maria João (2000), *Relatório preliminar. Intervenção arqueológica preventiva na Igreja de S. Martinho de Aldoar (Aldoar, Porto)*, Coimbra, Dryas Arqueologia, Lda.
- ALMEIDA, Miguel; NEVES, Maria João (2001), *Relatório Preliminar. Intervenção arqueológica de emergência na Igreja de S. Martinho de Aldoar (Aldoar, Porto) - 2ª fase*, Coimbra, Dryas Arqueologia
- ALMEIDA, Pedro Brochado (2003), *Relatório preliminar das sondagens arqueológicas. Rua Casal de Pedro, nº 3*, Vila do Conde, Mola Olivarum
- ALMEIDA, Pedro Brochado (2013), *Relatório final. Sondagens arqueológicas. Rua Casal de Pedro, nº 5*, Vila do Conde, Mola Olivarum
- ANDRADE, Isabel; FONSECA, Jorge (2016), *Relatório Final. Intervenção Arqueológica. Terrenos do Forte – Rua de Fez e Rua Dr. Afonso Baldaia - Porto*, Matosinhos, Arqueologia e Património
- APPADURAI, Arjun (1981), The Past as a Scarce Resource, *Man, New Series*, vol. 16, n.º 2, pp. 201-219
- ARAÚJO, Armando O. P. (2012), *A Fábrica de Louça de Massarelos. Contributos para a caracterização de uma unidade fabril pioneira*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Aberta, 2 vol.
- ARGÜELLO MENÉNDEZ, Jorge (2002), *Igreja de Cedofeita, Porto. Relatório preliminar das sondagens de avaliação arqueológica*, Porto, J. Menéndez Unipessoal
- ARGÜELLO MENÉNDEZ, Jorge (2003), *Informação preliminar dos resultados do Acompanhamento Arqueológico das obras de renovação de infra-estruturas de águas pluviais no exterior da Igreja românica de Cedofeita*, Porto, J. Menéndez Unipessoal
- ARGÜELLO MENÉNDEZ, Jorge; COELHO, Sérgio A. Veludo; PEIXOTO, Sara (2007), *Estudo histórico da Fábrica de Lanifícios de Lordelo*, Porto, J. Menéndez Unipessoal
- ARGÜELLO MENÉNDEZ, Jorge; COSME, Susana (2001), *Rua do Outeiro, 25. Relatório das sondagens de avaliação arqueológica*, Porto, J. Menéndez Unipessoal
- ARGÜELLO MENÉNDEZ, Jorge; PEIXOTO, Sara (2010), *Relatório Final dos trabalhos arqueológicos na Fábrica de Lanifícios de Serralves*, Porto, J. Menéndez Unipessoal
- AZEVEDO, Padre Agostinho de (1939), *A Terra da Maia (Subsídios para a sua Monografia)*. Porto: Imprensa Moderna, vol. I, pp. 197-198
- BAPTISTA, Lúcia (2010), *Relatório Final. Intervenção Arqueológica em Quinta dos Frades*, Porto, Arqueologia e Património
- BARBOSA, João Paulo (2013), *Acompanhamento arqueológico. Rua Casal do Pedro, 3. Relatório Final*, Porto, Logjark
- BARROCA, Mário (2014), Prope Litore Maris. O sistema defensivo da Orla Litoral da Diocese do Porto (séc. IX a XII), in AMARAL, Carlos (coord.), *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*, Porto, CEHR, pp. 199-243

- BARROCA, Mário Jorge (2016), Muçulmanos e Cristãos no Douro Português (séc. VIII-XI), in *Atas das 4as Conferências do Museu de Lamego/CITCEM – 2016: Vindos de longe. Estrangeiros no Douro*. [Lamego], Museu de Lamego – Direção Regional de Cultura do Norte, pp. 35-37
- BARROS, Amândio (2004), *Porto: A construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*, tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- BETTENCOURT, Ana M.S. (2010), Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça, in VARELA, José; PIRES, Conceição (Coord.), *O Rio da Memória. Arqueologia no território do Leça*, Matosinhos, CM de Matosinhos, pp. 33-88
- BRANDÃO, Domingos de Pinho (1983), *São Miguel de Nevogilde (Porto): a sua igreja, breves apontamentos sobre a história da freguesia*, Porto, Igreja de S. Miguel de Nevogilde
- CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério (2009), *As freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*, Braga, s/n.
- CAPELA, Mafalda; OLIVEIRA, Maria de Lurdes (2002), *Relatório de Acompanhamento Arqueológico. Largo de Nevogilde N.º 107*, Porto
- CARNEIRO, Manuel Almeida (2016), “*Si bene aedificaveris, bene habitaveris*”. *Entre a casa agrícola e a quinta de recreio no espaço rural do Porto (séculos XVIII-XIX)*, tese de Doutoramento apresentada à Universidade Aberta
- CARVALHO, José; NÓBREGA, Tapício; RAIMUNDO, Francisco; HIPÓLITO, João (2023), *Relatório de Progresso. Reabilitação, remodelação e ampliação de edifício localizado na Rua de Serralves, nº 394 (lote 1). Acompanhamento Arqueológico*, Porto, Omnisknos Arqueologia
- CLETO, Joel (1987), As antas da cidade do Porto, *Jornal de Notícias*, 08-02-1987
- COELHO, Sérgio A. Veludo (1994), *As Fortificações do Cerco do Porto (1832-1833)*, tese de Licenciatura apresentada à Universidade Portucalense, 3 vol.
- COELHO, Sérgio A. Veludo (2020), *Telégrafo e fortim do Monte da Lapa – Parecer*, Documento apresentado no âmbito do processo de licenciamento de obras particulares
- COELHO, Sérgio A. Veludo 2018. *Sistemas Defensivos da Cidade do Porto. 1809-1833*, texto apresentado no Colóquio Património e Arqueologia em Proença-a-Nova em Agosto de 2018
- CORDEIRO, José Manuel Lopes (2006), *A indústria portuense no século XIX*, tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2 vol.
- CORREIA, António A. Mendes (1932), *As Origens da cidade do Pôrto*, Vila Nova de Gaia, Edições Pátria
- CORTEZ, F. Russell (1952), Contributos para o estudo do Neolítico de Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 13(3-4), 193-248, Porto, SPAE
- CORTEZ, F. Russell (1946), Pré-História Portuense. A estação paleolítica do Esteiro, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 9 (1/2), Porto, pp. 50-56
- COSTA, Júlio (1991), Parte III – Património Natural e Edificado, in MEIRELES, Miguel Ferreira; RODRIGUES, Agostinho B. Vieira (coord.), *Campanhã. Estudos Monográficos*, Porto, Junta de Freguesia de Campanhã-CMP, pp. 229-288
- COSTA, Leandro; OLIVEIRA, Lurdes; PEREIRA, Graça (2024), *Relatório Final. Intervenção Arqueológica. Campo do Rou 27. Porto 2023*. Matosinhos, Arqueologia e Património
- COUTO, Marcos; RODRIGUES, José Miguel (2018), *Nota Técnica N° 2 - Remodelação e ampliação da “villa castro”, Rua da Índia, 182/186 e 202 - Porto*, Porto, Império Arqueologia
- COUTO, Marcos; RODRIGUES, José; GOUVEIA, Filipe (2021), *Nota Técnica. Lote 1 - Loteamento Casas da Calçada, Avenida Paiva Couceiro – Quinta da China – Porto*, Porto, Império Arqueologia

- COUTO, Marcos; RODRIGUES, Miguel (2017), *Nota Preliminar. Projecto de recuperação e ampliação de uma moradia unifamiliar sito na Rua Luís Cruz nº 143/145, freguesia Lordelo do Ouro, concelho do Porto*, Porto, Império Arqueologia
- COUTO, Rui (2016), *Rua do Senhor da Boa Morte, 13 (Lordelo do Ouro, Porto). Nota técnica/relatório preliminar*, Moreira da Maia, AFA
- COUTO, Rui (2017), *Rua do Senhor da Boa Morte 215A / Largo de Santa Catarina 1 (Lordelo do Ouro, Porto). Nota técnica/relatório preliminar*, Moreira da Maia, AFA
- CUNHA, D. Rodrigo da (1623), *Catalogo, e Historia dos Bispos do Porto*, Porto, João Rodriguez Impresor de Sua Senhoria
- DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro (Coord. de) (2018), *Construir, navegar (re)usar o Douro da Antiguidade*, Porto, CITCEM
- DMU [Direção Municipal de Urbanismo | Departamento Municipal de Planeamento Urbano | Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território] 2021, *Plano Diretor Municipal. Relatório*. Maio 2021, Porto, CMP – DMU
- ERASUN, Ricardo (2017), *Monte da Lapa, Porto. Nota Técnica*, Guimarães, Arqueoges - Arqueologia e Gestão de Património
- ERASUN, Ricardo, SOUSA, Ana (2023), *Rua do Senhor da Boa Morte, N.º 240, Porto. Nota Técnica*, Guimarães, Arqueoges - Arqueologia e Gestão de Património
- FÉLIX, Orquídea (2011), *Património na freguesia de Lordelo do Ouro*, Porto, CMP
- FERNANDES, Maria Isabel (2008), A Fábrica de Louça: análise espacial, processos de fabrico e conspecto social, in CORREIA, Margarida R. (Coord. de), *[Catálogo da Exposição:] Fábrica de Louça de Miragaia*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, pp. 17-47
- FERREIRA, Henrique, OLIVEIRA, Lurdes (2023), *Relatório Final - Intervenção arqueológica - Travessa da Igreja de Nevogilde 338*, Matosinhos, Arqueologia e Património
- FERREIRA, Maria Teresa (2005), *Largo do Priorado. Estudo de Análise Antropológica. Relatório de Antropologia*, Coimbra, Styx - Estudos de Antropologia
- FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Joaquim (2018), Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: da programação dos Almadás ao plano de 1952, in Lino Tavares Dias (ed.), *CEM – Cultura, Espaço & Memória – Revista do CITCEM* (Dossier temático – Paisagem, ed. Lino Tavares dias), 4, Porto, CITCEM, pp. 191-230
- FONSECA, Jorge (2021), *Nota Técnica. Intervenção Arqueológica, Rua da Cerca N.º 117-119*, Matosinhos, Arqueologia e Património
- FONSECA, Jorge; SAMPAIO, Maria da Luz (2012), *Relatório Final. Intervenção arqueológica: Companhia de Moagens Harmonia e Palácio do Freixo*, Matosinhos, Arqueologia e Património
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e (1999), *Toponímia Portuguesa*, Matosinhos, Contemporânea Editora
- FONTES, Adriano (1908), *Contribuição para a Higiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em água potável. I – Estudo dos mananciaes de Paranhos e Salgueiros*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Medico-Cirurgica do Porto
- FOUSEKI, Kalliopi; GUTTORMSEN, Torgrim Sneve; SWENSEN, Grete (Eds.) (2020), *Heritage and Sustainable Urban Transformations: Deep Cities*, New York/Oxon, Routledge
- GOMES, Nuno; LAMEGO, Hernâni (2023), *Relatório Final. Rua Professor Melo Adrião, 270. Porto*, Porto, Civitas Arqueologia
- GOMES, Nuno; LAMEGO, Hernâni; SILVA, João; SERRAS, Martinha (2019), *Largo do Priorado 94 -100. Nota Técnica*, Porto, Civitas Arqueologia

- GOMES, Sérgio (2006), *Rua do Montebelo 169-181 / Travessa Alegre 53-57. Sondagens Arqueológicas Prévias. Relatório Final*, Alcanena, Novarqueologia
- GOMES, Sérgio; QUELHAS, Ana (2002), *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. Acompanhamento da Avenida Marginal do Parque da Cidade*, Lisboa, ERA Arqueologia
- GONÇALVES, Mário (2020), *Sondagem Arqueológica na Rua de Santa Anastácia, 36-44 e Trav. do Passeio Alegre, 67-69, Foz do Douro, Porto Relatório Final, SNT40.19*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- GONÇALVES, Mário; DELINDRO, Liliana (2020), *Acompanhamento Arqueológico na antiga Fábrica de Curtumes do Amial. Rua Nova do Amial, 831 e Rua Nova do Tronco, 290. Paranhos, Porto. Relatório de Progresso. Abril 2018 - Julho 2019*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- GONÇALVES, Mário; MACIEL, Sílvia (2022), *Sondagens e Acompanhamento Arqueológicos. Rua de Martim Moniz. Aldoar, Porto – MMZ86.20. Relatório Final*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- GONÇALVES, Mário; PINTO, Rita (2023), *Sondagens arqueológicas prévias na Rua Pêro de Alenquer, 155-159. Nevogilde, Porto. Relatório Preliminar*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- JORGE, Susana Oliveira (1988), *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (Monografias Arqueológicas; 2)
- LACERDA, Silvestre; ALVES, Jorge F.; OLIVEIRA, Joaquim (1998), A Fábrica de Cerâmica de Massarelos. Evolução empresarial e estruturas edificadas, in BALDAQUE, Mónica; VIANA, Teresa P.; CORREIA, Margarida R. (Coord. de), *[Catálogo da] Exposição: Fábrica de Louça de Massarelos 1763-1936*, Porto, Museu Nacional de Soares dos Reis, pp. 17-77
- LAMEGO, Hernâni; GOMES, Nuno (2020), *Interceptor do Rio Tinto – O Povoado do Lagarteiro, Porto. Escavação arqueológica – fase 2. Relatório Final*, Porto, Civitas Arqueologia, 2 vol.
- LAMEGO, Hernâni; GOMES, Nuno (2023a), *Sondagens Arqueológicas. Rua de Henrique de Sousa Reis, 52-78. Nota Técnica*, Porto, Civitas - Arqueologia
- LAMEGO, Hernâni; GOMES, Nuno (2023b), *Sondagens Arqueológicas. Rua das Condominhas, 406. Nota Técnica*, Porto, Civitas - Arqueologia
- LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de (1876), Porto. In *Portugal Antigo e Moderno...*, vol. VII, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, pp. 268-554
- LUZ, Sara (2021a), The Site of Areias Altas (Porto, Portugal): Current Knowledge of its Occupation in the first Half of the 2nd Millennium BC, in LOPES, Susana Soares; GOMES, Sérgio Alexandre (eds.), *Between the 3rd and 2nd Millennia BC: Exploring Cultural Diversity and Change in Late Prehistoric Communities*, pp. 66-81, Oxford, Archaeopress
- LUZ, Sara (2021b), *Nota Técnica. Intervenção Arqueológica na Av. de Montevideu, 670-692 (MTV70.21), Fase de Diagnóstico (Sondagens Arqueológicas Decapagem Mecânica)*, Porto
- MANTAS, Vasco Gil (2000), A via romana Bracara Augusta-Cale: traçado, funções e influência no povoamento regional, *Revista de Guimarães*, n.º 110, pp. 53-87
- MARÇAL, Horácio (1955), *S. Veríssimo de Paranhos (freguesia da cidade do Porto): subsídios para a sua monografia*, Porto, CMP, Gabinete de História da Cidade (Documentos e Memórias para a História do Porto, XXV)
- MARÇAL, Horácio (1969), O velho bairro piscatório de Massarelos: um pouco da sua história. *O Tripeiro*. 6.ª Série, Ano 9, 5 (maio) e 6 (junho), Porto, pp. 133-136, 173-176
- MARÇAL, Horácio (1972), Estrada da circunvalação – antiga linha de fiscalização e cobrança do denominado imposto «real de água», *O Tripeiro*, VI série, ano XI, n.º 7, pp. 193-195
- MARQUES, Teresa P. (Coord. de) (2017), *Jardins do Palácio de Cristal*, Porto, CMP

- MARTINS, Pe A. Tavares (1969), Antigas Quintas da Paróquia de Campanhã. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXXII, pp. 678-696
- MATTOSO, José (2001), *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores
- MEIRA, João Pedro (2016), *O lugar e a Quinta de Vila Meã, do território ao edificado. Ideias para uma intervenção*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
- MEIRELES, Miguel Ferreira; RODRIGUES, Agostinho B. Vieira, (coord.) (1991), *Campanhã. Estudos Monográficos*, Porto, Junta de Freguesia de Campanhã-CMP
- MELO, Arnaldo R. A. S. (2009), *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 - c. 1415*, tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2 vol.
- MENDES, David Ribeiro (2005), *Relatório Final do Acompanhamento arqueológico do IC29-Via Rápida de Gondomar 1.º Sublanço*, Archeocélis Investigações Arqueológicas
- MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio (2001), A Pré-História Antiga da Região do Porto. Síntese bibliográfica, *Al-madan*, II série, n.º 9, pp. 74-78, Almada, Centro de Arqueologia de Almada
- MOREIRA, Pe Domingos A. (1974), Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Inventariação Onomástica, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1.ª Série, Vol. 35, pp. 141-237
- MOREIRA, Pe Domingos A. (1987/88), Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte – Inventariação Onomástica (Fascículo P), *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2.ª Série, Vol. 5/6, pp. 7-53
- NASCIMENTO, André; DELGADO, Carlos; SOUSA, Laura (2004), *Sondagens arqueológicas na Rua das Condominhas, n.º 701. Relatório preliminar*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- NASCIMENTO, André; SILVA, Nuno (2005), *Acompanhamento Arqueológico - Rua da Torrinha/Largo do Priorado, Porto. Relatório Final*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- OLIVEIRA, José Manuel Pereira (1973), *O espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*, tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Geográficos
- OLIVEIRA, José Miguel (2011), *Sondagens Arqueológicas na Rua do Molhe n.º 300 a 306 e Rua da Índia, n.º 208. Nevogilde, Porto. Relatório Preliminar. Agosto de 2011*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- OSÓRIO, Maria Isabel P. (1993), Um lugar na cidade -S. João da Foz, in OSÓRIO, Isabel (Coord.) *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na cidade*, pp. 25- 34, Porto, CMP
- PATRÍCIO, Ana Conceição Videira (1991), Parte I – Campanhã: Sondagem ao passado da freguesia, in MEIRELES, Miguel Ferreira; RODRIGUES, Agostinho B. Vieira, (Coord.) *Campanhã. Estudos Monográficos*, Porto, Junta de Freguesia de Campanhã-CMP, p. 38
- PEIXOTO, Sara (2014), *Acompanhamento e escavação arqueológica na Fábrica Lanifícios Serralves*, Guimarães
- PEREIRA, Gabriel R. (2018), *Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos. Imóvel sito na Travessa Campo do Rou, N.º 21-23 (União Freguesias Cedofeita, Miragaia, Santo Ildefonso, Sé, São Nicolau & Vitória | Porto)*, Esmoriz, Nexo Património Cultural
- PEREIRA, Graça; BAPTISTA, Lúcia (2018), *Sondagens Arqueológicas de Diagnóstico e Avaliação. Antiga Faculdade de farmácia da Universidade do Porto - Rua Aníbal Cunha 216. Nota técnica*, Matosinhos, Arqueologia e Património
- PEREIRA, Graça; SAMPAIO, Maria da Luz (2010), *Relatório [final]: Intervenção arqueológica na Central Termoelétrica do Freixo*, Matosinhos, Arqueologia e Património

- PIEIDADE, Marta; LOUREIRO, Carlos Alberto (2006), *Sondagens arqueológicas, Rua da Igreja de Cedofeita, n.º 11. Relatório preliminar*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- PINTO, Rita (2022), *Sondagens Arqueológicas na Rua de D. Francisco de Almeida, s/n. Lordelo de Ouro, Porto. Nota Técnica. Junho 2022*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- PINTO, Rita; SOARES, Sofia Pinho (2024), *Sondagens arqueológicas prévias na Travessa de Cortes, 58-64. Paranhos, Porto. Nota Técnica. Maio 2024*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- PRIETO, Roger; (2021), *Sondagens arqueológicas e estudo do edificado. Nota técnica. PSS83.21 - Travessa de Passos, 83-87, União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Porto, Porto, Barqueno*
- PRIETO, Roger; (2023), *Sondagens arqueológicas e estudo do edificado. Nota técnica. PSS50.23 - Travessa de Passos, 50-62-64-68, União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Porto, Porto, Barqueno*
- PRIETO, Roger; PAZ, Alexandra (2018), *Acompanhamento Arqueológico. Relatório Final. Rua da Flora, 19-23, Porto, Barqueno*
- QUATERNAIRE PORTUGAL (2019), *Masterplan Estratégico da Zona Oriental do Porto. Relatório Final*, Matosinhos, Quatenaire
- RAIMUNDO, Francisco (2018), *Edifício sito na Rua de Serralves, 394 (Lote 1). Nota Técnica, Porto, Omnisknos Arqueologia*
- RAMOS, Rui (2008), *Acompanhamento arqueológico no Largo do Priorado n.º 90. Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos*, Porto, ERA Arqueologia
- RIBEIRO, Manuela; BARBOSA, Sandra (2004), *Largo do Priorado, 79 (Cedofeita, Porto). Relatório dos trabalhos de Acompanhamento Arqueológico*, Porto, GAU/CMP
- RODRIGUES, Zélia Maria (2019), Parecer Técnico Antropologia, in TEIXEIRA, Óscar; COSTA, Fátima, *Alteração/Ampliação de Capelas Mortuárias – Largo da Igreja de Paranhos n.º 73, Porto. Nota Técnica – sondagens de diagnósticos*, Arouca
- SÁ, Edite M.; SOARES, Sofia P. (2017), *Sondagens arqueológicas no Campo do Rou, 9 e Rua da Flora. Massarelos, Porto. Nota técnica*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- SAMPAIO, Maria da Luz (1993), A Companhia Aurifícia – uma empresa metalúrgica pioneira, *Arqueologia Industrial*, 2.ª série, 1 (1-2), Vila Nova de Famalicão, CM de Vila Nova de Famalicão; Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, pp. 115-122
- SAMPAIO, Maria da Luz (2000), O Presente da Velha Indústria Portuense: ameaças e novos usos, *Al-Madan*, 2.ª série, 9, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 111-116
- SAMPAIO, Maria da Luz (2012), Cem anos de Indústria no Freixo (Campanhã), in MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Joana Dias (org.) *De pé sobre a terra. Estudos sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, Lisboa/Porto, Instituto de História Contemporânea - FCSH e Universidade do Porto, pp. 745-771
- SAMPAIO, Maria da Luz (coord.) (2007), *Estudo Histórico – Espacial da Central Termoelétrica do Freixo – Porto, Relatório Preliminar*, vol. 1, Porto, Arqueologia e Património
- SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins (1994), O Porto Oitocentista, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (Dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 376-521
- SILVA, Antonio de Moraes (1789), *Carriçal*, in *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, 1.ª ed., vol. 1, p. 353, Lisboa, Simão Tadeu Ferreira
- SILVA, António Manuel S. P. (Dir. de) (2001), “Caminhos do Romântico” no Caminho dos Romanos. *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense*, 1, Porto, CMP, p. 4

- SILVA, António Manuel S. P. (Dir. de) (2002a), Massarelos: Escavações na mais antiga fábrica de cerâmica portuense. *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense*, 2, Porto, CMP, p. 5
- SILVA, António Manuel S. P. (Dir. de) (2002b), Fábrica de Massarelos: Descobertos dois fornos e recolhido meio milhão de peças. *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense*, 3, Porto, CMP, pp. 4-5
- SILVA, António Manuel S. P. (Dir. de) (2005), Novas descobertas na Fábrica de Massarelos. *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense*, 9, Porto, CMP, p. 4
- SILVA, António Manuel S. P. (Dir. de) (2006), Fábrica de Massarelos: Acompanhamento de obra final «rendeu» mais três fornos. *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense*, 10, Porto: CMP, p. 2
- SILVA, António Manuel S. P. (2020), As sepulturas escavadas na rocha de Contumil (Porto), *Portvgalia. Nova série*, XLI, pp. 169-179, Porto, DCTP-FLUP
- SILVA, António Manuel S. P. (2021), *Cale e os Callaeci. Territórios e comunidades na foz do rio Douro entre a Proto-história e a Romanidade*, tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela, 2 vol.
- SILVA, António Manuel S. P.; RODRIGUES, Miguel; SOUSA, Laura; BARBOSA, Sandra; RIBEIRO, Manuela (2007), *Sondagens arqueológicas na área prevista para a construção do Centro Social e Paroquial de S. Martinho de Lordelo do Ouro – Porto. Relatório preliminar*, Porto, Câmara Municipal/ Direção Regional de Cultura do Norte
- SILVA, Armando Coelho (1994), Origens do Porto, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (Dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 60-63
- SOARES, Sofia (2021), *Sondagens arqueológicas. Rua do Crasto, 458-462 Nevogilde, Porto Nota Técnica Outubro 2021*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- SOARES, Sofia, PINTO, Rita (2023a), *Sondagens arqueológicas prévias na Travessa da Igreja de Nevogilde, 196. Nevogilde, Porto. Relatório Preliminar*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- SOARES, Sofia, PINTO, Rita (2023b), *Sondagens arqueológicas prévias na Travessa da Igreja de Nevogilde, 216. Nevogilde, Porto. Relatório Preliminar*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- SOARES, Sofia; GONÇALVES, Mário (2019), *Sondagens Arqueológicas na Rua do Alto da Vila, 24. Foz do Douro, Porto. Nota Técnica*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- SOARES, Sofia; VILARINHO, Gil (2018), *Sondagens arqueológicas na Rua da Restauração, 105-107, 111-117, e Rua de Entre-Quintas, 7-11. Nota Técnica*, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- SOEIRO, Teresa; ALVES, Jorge Fernandes; LACERDA, Silvestre; OLIVEIRA, Joaquim (1995), A Cerâmica Portuense: Evolução empresarial e estruturas edificadas, *Portvgalia*, Nova Série, XVI, Porto, pp. 203-287
- SOUSA, Eliana, (2005), *Relatório Preliminar. Sondagens Arqueológicas. Rua de Santa Anastácia, n.º 40. Foz do Douro*, Porto, Vila Nova de Gaia, EMPATIA
- SOUSA, Laura Cristina Peixoto de (2013), *A Fábrica de Louça de Santo António de Vale de Piedade, em Gaia: arquitetura, espaços e produção semi-industrial oitocentista*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 3 vol.
- SOUSA, Laura Cristina Peixoto de (2016), A indústria cerâmica do Porto e de Vila Nova de Gaia: tradição e identidade, in *Rotas da Cerâmica do Norte de Portugal*, [Lisboa], IEFEP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., pp. 102-121 (Catálogos FIA)
- TEIXEIRA, Diogo Emanuel Pacheco (2011), *O abastecimento de água na cidade do Porto nos séculos XVII e XVIII: aquedutos, fontes e chafarizes*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

- TEIXEIRA, Óscar; LEITE, Margarida (2022), *Reconstrução/Ampliação habitação unifamiliar – Travessa Igreja de Nevogilde n.º 232-234, Porto. Relatório Preliminar – Sondagens de Diagnóstico*, Arouca
- TEIXEIRA, Oscar; MILLAN, Rafael (2023), *Alteração e ampliação de Edifício – Rua de Cascais s/n – Rua da Figueira da Foz n.º 166, Porto. Relatório preliminar. Sondagens de diagnóstico*
- TEIXEIRA, Ricardo; FONSECA, Vítor (Coord. de) (2003), *Relatório / Informação Preliminar. Trabalhos Arqueológicos no âmbito da Construção do Complexo Imobiliário na área da Refinaria / Fábrica de Cerâmica de Massarelos. Porto - 2002 / 2003*, Porto, Arqueologia e Património
- TORRE RODRÍGUEZ, José Ignacio de la (2002), Los Cistercienses en la Foz do Douro, in *Actas do I Congresso da Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória*, vol. II, pp. 145-154, Porto/Arouca, CEDDPB/Universidade Católica/CRP – FLUP-DCTP
- VIELA, Daniela P (2005), *A Torre de Pedro Sem*, trabalho de Seminário de Projecto apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1865), *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...* 2.^a ed. revista e ampliada. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 2 vol.

ONDE ESTÁ A MESQUITA ALJAMA DE LISBOA? DA CONSTRUÇÃO DE UM MITO URBANO AOS EQUÍVOCOS DA ARQUEOLOGIA

Rosa Varela Gomes

NOVA/FCSH - Instituto de Arqueologia e Paleociências / História, Territórios e Comunidades
CFE - Associação dos Arqueólogos Portugueses
rv.gomes@fcsch.unl.pt

Mário Varela Gomes

NOVA/FCSH - Instituto de Arqueologia e Paleociências
Academia Nacional de Belas Artes – Academia Portuguesa da História - Associação dos Arqueólogos Portugueses
mv.gomes@fcsch.unl.pt

ABSTRACT

The city of Lisbon, heir to an opulent Islamic past, has insisted on hiding its testimonies of buildings from that period. Nonetheless, since the 19th century and under the influence of Romanticism and along with the birth of Archaeology as a Science, that from the study of ancient literary information, the presence of some important constructions and, in particular, the great *aljama* or main mosque was given value. Archaeological excavations carried out in the cloister of the Lisbon Cathedral (Sé de Lisboa), which have been going on for three decades, claimed to have discovered the remains of that temple, which, well-orchestrated campaign in the media, made them widely reported. However, not even with some imagination is it believable that the remains of the structures exposed have belonged to the desired main mosque, as they do not have constructive or convincing morphological characteristics capable of supporting such a statement, such as the undeniable remains of the *mihṛāb*, the *qibla* or the minaret, tiled or stone flooring, bases, shafts or column capitals, fragments of decorated stucco, inscriptions, etc. Nor were there any artifactual testimonies or stratigraphic successions identified that contributed to that interpretation.

Keywords: Main Mosque, *aljama*, Cathedral, Lisbon.

RESUMO

A cidade de Lisboa, herdeira de opulento passado islâmico, tem teimado em esconder os testemunhos das edificações daquele período. Não obstante, desde o século XIX, por influência do romantismo e a par do nascimento da Arqueologia como Ciência, a partir do estudo da informação literária antiga, foi valorizada a presença de algumas importantes construções, nomeadamente da grande mesquita aljama ou principal. Escavações arqueológicas efectuadas no claustro da Sé de Lisboa, que decorrem há três décadas, pretenderam ter descoberto os vestígios daquele templo que, bem orquestrada campanha fez com que fossem largamente noticiados nos meios de comunicação social. Ora, nem com muita imaginação é possível acreditar que os restos de estruturas ali postas à vista tenham pertencido à almejada

mesquita principal, pois não apresentam características construtivas ou morfológicas convincentes, capazes de suportar tal afirmação, como sejam indiscutíveis restos do *mihrāb*, da *qibla* ou do minarete, pavimentos de tijoleira ou de pedra, bases, fustes ou capitéis de colunas, fragmentos de estuques decorados, inscrições, etc. Tão pouco ali foram recolhidos espólios ou identificadas estratigrafias que contribuíssem para aquela interpretação.

Palavras chave: Mesquita principal, aljama, Sé, Lisboa.

“A imaginação é livre; o que não é livre é mentir à história”
(ESTÁCIO DA VEIGA 1910: 224)

INTRODUÇÃO

A tradição popular e alguma historiografia europeia, cuja origem poderá relacionar-se com os ideais dos movimentos românticos, designadamente no concernente ao desenvolvimento de conceitos historiográficos e estéticos, conferindo importância específica ao que pertenceu ao passado, incluindo em especial ruínas, têm vindo a considerar genericamente que os antigos grandes locais de culto tiveram longa sobrevivência. Estes manter-se-iam, pelo menos, desde os templos romanos, que dariam origem a basílicas cristãs, depois a mesquitas e estas a igrejas cristãs, numa clara linha de continuidade ligada às manifestações sócio-religiosas. Temos de confirmar que tal por vezes aconteceu, decorrente da sacralidade atribuída a certos sítios, embora esse modelo não seja de aplicação universal, bem pelo contrário, ele é até raro.

No que respeita à Cristandade, aquela possível pervivência com alargada diacronia, encontra-se de acordo com o que, em 601, o Papa Gregório I (São Gregório Magno) escreveu, ainda antes de existir Islão, em carta enviada a abade, onde defende que *“os templos dos ídolos entre esse povo não devem em hipótese alguma ser destruídos. Os ídolos devem ser destruídos, mas os próprios templos devem ser aspergidos com água benta, e neles instalados altares e depositadas relíquias. Pois se esses templos são bem construídos, devem ser purificados do culto aos demônios e dedicados ao serviço do verdadeiro Deus”* (*Registrum Epistolarum Gregorii*) (EWALD e HARTMANN 1891; BAIGENT e LEIGH 2000: pp. 84, 85). Assim se confirmou a benignidade daquela prática cristã, recorrente nas Idades Média e Moderna, designadamente durante aquela última, nos continentes africano, americano e asiático, onde templos de divindades autóctones foram transformados em capelas ou igrejas. O sucesso desta apropriação ficou muitas vezes a dever-se a ações coercivas e à continuidade difusa dos conceitos de sagrado, beneficiando os usurpadores da existência de antiga clientela religiosa.

Na Península Ibérica, após a Reconquista Cristã, as principais mesquitas foram por vezes sagradas e adaptadas ao culto cristão sofrendo, ao longo dos anos, transformações em função das sucessivas exigências canónicas. Todavia, não raro subsistem testemunhos materiais do seu passado e uso primário, nomeadamente através de sectores ou a totalidade de edifícios, de elementos arquitectónicos reutilizados, da orientação de paredes, ou de testemunhos artefactuais. No território português, podemos referir a antiga mesquita de Mértola, presentemente transformada na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, constituindo exemplo paradigmático da prática mencionada, mas único no actual território nacional. Este templo, apesar de readaptado, mantém elementos arquitectónicos islâmicos, como a forma da planta, a *qibla* com o seu *mirhāb*, de planta poligonal, decorado com arcarias e, talvez o minarete, tendo este sido adaptado em torre sineira, a que se soma a sua localização junto da alcáçova daquele núcleo urbano, conquistado pelos cristãos em 1238 (DGEMN 1953).

Dispomos de outros bons exemplos na Península Ibérica, referentes à reutilização de antigas mesquitas, tornadas em igrejas cristãs. Entre elas, conta-se a monumental mesquita de Córdoba, cidade conquistada em 1236, que deu lugar à sua catedral, mantendo-se a grandiosa arquitectura

e encontrando-se o *mirhāb* ao lado do altar-mor. Testemunhos mais antigos deste templo foram recuperados durante escavações arqueológicas, correspondendo a várias campanhas de obras ocorridas durante a administração muçulmana. Esta mesquita situava-se junto do palácio real (GOLVIN 1979: pp. 21-92; PAVÓN MALDONADO 2009: p. 189).

Nas intervenções arqueológicas acontecidas em espaços onde existiram mesquitas, mesmo naqueles substancialmente alterados ao longo do tempo, têm vindo a ser encontrados elementos arquitectónicos, reutilizados ou não, como aconteceu no pátio da igreja de São Salvador de Sevilha ou nos espaços em que se erguiam as antigas mesquitas aljamas de Tudela e Saragoça, entre outras (PAVÓN MALDONADO 2009: pp. 190, 191, 195, 212, 213).

A tradição e alguma historiografia portuguesa têm vindo a considerar que, com a chamada Reconquista, todas as mesquitas foram sagradas e adaptadas ao culto cristão ou simplesmente demolidas, jazendo os seus restos sob as principais igrejas, nomeadamente aquelas cujo orago é Santa Maria. Se tal aconteceu, conforme alguns textos aludem ou casos como a mesquita de Mértola e a de Córdova tão bem ilustram, tem ocorrido generalização fácil daquele comportamento, que esconde a verdade histórica.

O presente texto não pretende colocar hipóteses sobre a localização da antiga mesquita principal de Lisboa, o que pode parecer contrariar o seu título, mas sim demonstrar arqueologicamente que ela não se erguia no local onde hoje se encontra a Sé, como tenta problematizar as causas da existência de tradição errónea que ali a situa.

MAS O QUE É UMA MESQUITA?

O profeta Maomé (ca 570-632) transformou a sua singela casa na cidade de Medina, onde se tinha refugiado em 622 (Hégira), em espaço de reunião, de reflexão e de oração, tendo em vista o culto de um Deus único (*Allah*). Ele foi ali sepultado, tal como mais tarde os membros directos da sua família, tendo o califa al-Wali I, em 707-709 mandado erguer grande edifício, que incluía o espaço da casa do profeta e o seu mausoléu, considerado a primeira mesquita. Esta construção, com amplo pátio central, encontrava-se orientada na direcção de Meca e, na parede voltada para aquela cidade, a *qibla*, abria-se o *mirhāb*, espaço vazio onde se conceptualizava a presença da divindade única. A partir de então todas as mesquitas, com planta de forma quadrangular ou rectangular, possuem *qibla* dirigida para Meca, seja em que lugar estiverem do planeta, quer edificadas no Oriente, Próximo Oriente, Arábia, África ou na Península Ibérica (*al-Andalus*).

Aqueles templos podem mostrar dimensões muito variadas e serem edificados com diferentes técnicas, devendo poder acolher todos os crentes das comunidades onde existem, para aí orar, estudar, reflectir, descansar e sobretudo encontrar Deus.

As mesquitas principais dos grandes núcleos urbanos, as grandes mesquitas ou mesquitas das sextas-feiras (*maschid chami*, *masjid jâmi*, *al-masjid al-jâmi'*, *jami masjid*), constituem o espaço onde a comunidade se reúne para a oração do meio-dia, designada por *salât al-jum 'a*, assim como para assistir à alocução ritual *khutba* proferida a partir do *nimbar*. Esta cadeira alta é inexistente tanto nas mesquitas de bairro como nos oratórios e constitui importante elemento diferenciador (SOURDEL e SOURDEL-THOMINE 2013: pp. 60, 76, 82). Salvo raríssimas excepções, as grandes mesquitas situavam-se em locais elevados dos principais núcleos urbanos, beneficiando do privilégio de se encontrarem próximas do palácio principal, com o qual por vezes comunicavam, ou da alcáçova, não obstante a existência de outras mesquitas, as de menores dimensões, localizadas em distintos bairros das grandes cidades. Todas as mesquitas islâmicas oferecem características comuns, em particular a mencionada orientação da *qibla*, onde se abre o *mirhāb*, ambos sempre canonicamente dirigidos para Meca. As mesquitas mais tardias possuem, em anexo, *madrassa* ou

escola corânica, lavabos, complexo de banhos, sala para preparação dos mortos (*bayt al-janaez*), sala para refeições, biblioteca, etc.

Além do pátio interior, onde os crentes realizam as suas abluções antes de entrarem na sala de orações, outro elemento característico das mesquitas é o minarete, de onde os fiéis são chamados cinco vezes por dia para orarem. No caso das grandes mesquitas, o minarete deve encontrar-se bem visível de quem se aproxima do núcleo urbano através de diferentes quadrantes, localizando-se junto da porta principal de entrada na mesquita ou em uma das extremidades da sua fachada e muito raramente na *qibla* (FRISHMAN e KHAN 1997: p. 13).

Na Península Ibérica as mesquitas de diferentes períodos, nomeadamente as erguidas durante as administrações almorávida e almóada, obedecem aos convencionalismos mencionados, mas segundo modelos norte-africanos, dado ali terem nascido tais comunidades. Durante períodos de grande religiosidade e fundamentalismo cumprem-se escrupulosamente todos os preceitos, verificando-se simplificação ou ausência de temáticas decorativas, conforme se observa no *mirhāb* da antiga mesquita de Mértola (GOLVIN 1979: pp. 167-293). Mesmo pequenas mesquitas dos desertos arábico e norte-africanos, que conhecemos, por vezes sem paredes erguidas porque apenas marcadas no solo através de fiadas de pedras, ou outras singelas como as do *Ribāt* da Arrifana (Aljezur) (GOMES e GOMES 2007), encontram-se, sem excepção, canonicamente orientadas para Meca.

Nos últimos anos, têm vindo a ser identificadas em locais do Sul de Portugal, testemunhos de mesquitas rurais. Entre elas podemos referir a pequena mesquita no Castelo Velho de Alcoutim, a do Alto da Queimada em Palmela, Alto da Vigia em Sintra e a do Cerro da Mina em Almodôvar.

No *Ribāt* da Arrifana existe mesquita de maiores dimensões, que poderá corresponder à mesquita aljama do local, diferenciando-se das restantes oito ali identificadas, que são de bem menores dimensões.

Para certos autores haveria de considerar-se, como tendo origem em mesquitas, os templos cristãos cujos oragos são Santa Maria ou São Clemente, generalização extremamente abusiva que a investigação não pode aceitar. E é muito controversa a classificação como mesquita de edifício de Idanha-a-Velha, devida a Cláudio Torres (1992), dada a sua constituição, orientação, dimensões do possível *mirhāb*, entre outros aspectos (REAL 1995: pp. 66, 67; 2000: p. 42; FERNANDES 2006a).

IMAGINÁRIO E REALIDADE

TESTEMUNHOS LITERÁRIOS ANTIGOS

As notícias da presença de mesquitas, entre os distintos autores que escreveram sobre o ocidente do *Gharb al-Andalus*, correspondendo ao actual território português, circunscrevem-se a Iacube (? - 897) que refere a grande mesquita de Faro (*Kitab al-Budan* = Livro das Nações) (SIMONET 1985: p. 524), Idrísî (1154), a carta do cruzado, inglês ou anglo-normando, que participou, em 1147, na conquista definitiva de Lisboa, e a assinou simplesmente R. (AZEVEDO 1957; PIMENTA, 1982; LIVERMORE 1990; MARTINS 2017: pp. 264, 265; PICOITO 2022), Al-Himyarî (1231) e a mais tardia *Descrição do País de Al-Andalus e da sua Excelência (Una Descripción Anónima de Al-Andalus)* (século XIV). Naquelas, as únicas mesquitas mencionadas são as das antigas e actuais cidades de Faro, Évora e Lisboa.

Idrísî na obra *Kitâb Rudjar (Descrição da África e da Espanha, 1154)*, ao mencionar a cidade de Santa Maria do Algarve (Faro) diz que “*ela possui uma mesquita aljama, nimbar e uma pequena mesquita*” e, ao referir Évora, regista que a urbe “*encontra-se dotada de alcáçova e de grande mesquita*”. Ambos textos não explicitam as localizações dos templos. O mesmo autor fez breve descrição de Silves, mas não fala nas suas mesquitas.

Quanto ao cruzado, autor do texto, depois intitulado *De Expugnatione Lyxbonensi* (1147), que guarda a biblioteca do Corpus Christi College, em Cambridge, ele é também parco em informação sobre a grande mesquita de Lisboa: “Efectivamente, no seu templo, que se levanta em sete ordens de colunas com outras tantas abóbadas (...)” e adiante “(...) purificado o templo pelo arcebispo e por quatro bispos e instala-se aí a sede do bispado (...)” (OLIVEIRA 1936: pp. 108, 109; PIMENTA 1982: p. 122). E uma vez mais não se indica a localização de tão importante templo.

Também a mesquita de Faro foi lembrada por Al-Himyari (1231), nos seguintes termos: “Santa Maria do Algarve (...) possui uma mesquita-catedral”.

Em *Una Descripción Anónima de Al-Andalus* (séc. XIV) (ed. MOLINA 1983 pp. 56, 57) fez-se relação pormenorizada da cidade de Lisboa, das suas muralhas e portas, referindo-se os banhos, e muitos outros aspectos, mas sendo omissa no que respeita à existência de mesquitas ou à sua substituição por templos cristãos.

Na historiografia portuguesa o franciscano Frei Vicente Salgado (1786) e sobretudo Alexandre Herculano (1875) defenderam a ideia que todas as igrejas de Santa Maria foram edificadas sobre antigas mesquitas aljamas ou reutilizaram aquelas. Esta teoria interpretativa, destituída de provas históricas e arqueológicas, haveria de generalizar-se e, ainda hoje, encontra-se fortemente arraigada à investigação sendo quase maneira paradigmática de pensar e, até, considerada como traduzindo “prática corrente” (MATOS 1999: p. 37).

O primeiro daqueles historiadores na obra *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve* (SALGADO 1786: p. 282), ao tratar da conquista de Silves, por D. Sancho I, em 1189, diz o seguinte: “Feito El-Rei Senhor do Castelo, e querendo dar ao Céu um digno testamento da sua religião, mandou consagrar a Mesquita maior dos Mouros em Catedral.” Esta afirmação é perfeitamente gratuita, pois o texto do cruzado anónimo, que descreve a conquista daquela cidade (*De Itinere Navali*) durante a terceira cruzada, nada diz sobre o assunto, registando apenas que “o capitão da gente portuguesa escolheu para bispo de Silves hum clérigo flamengo” (LOPES 1844: p. 40; MATOS 1999: p. 212). Aliás, no século XVII o historiador Jorge Cardoso (1657: p. 10) referiu que D. Sancho I mandou erigir naquela cidade Sé Catedral, ou seja edifício *ex-novo* (MATOS 1999: p. 118), talvez seguindo a *Crónica dos Cinco Reis de Portugal* que diz ter aquele rei ali construído “huma igreja cathedral” (BASTO 1945: p. 151). Tal teria tido lugar logo a seguir à sua primeira e efémera conquista cristã (1189). Todavia, a referência do mencionado erudito e religioso franciscano haveria de ser usada, sem recorrer às suas fontes, por João Baptista da Silva Lopes (1848: pp. 115, 116) ao escrever: “Occupada a cidade pelos Portuguezes, mandou El Rei D. Sancho purificar a sua mesquita maior dos Mouros e convertê-la em Igreja Cristã”. Esta afirmação segue apenas o que terá ocorrido, alguns anos antes, em Lisboa.

Alexandre Herculano (1875: p. 56), acreditado como fundador da moderna História Portuguesa, na *História de Portugal*, tomo III, ao mencionar Alcácer do Sal incorreu na generalização indicada e escreveu: “muro de que, talvez foi mesquita muçulmana e que hoje é um pobre templo cristão”. No que concerne à cidade de Évora, haveria o mesmo historiador de opinar, ajudando a construir o mito da sobrevivência dos lugares sagrados: “Provavelmente o chamado templo de Diana [Romano], cujas magníficas ruínas ainda existem, servia de mesquita aos sarracenos d’Évora, se é que não era antes o sítio da Kassba, por estar a cavaleiro da povoação, sendo a mesquita no lugar onde hoje se edificou a Sé” (p. 77, nota 2), acrescentando, “mas a hora em que a cruz devia hastear-se no topo da célebre mesquita tinha, finalmente, soado” (pp. 77, 78).

Um dos casos que demonstra, nos dias de hoje, forma de abusivamente interpretar alguns materiais arqueológicos encontra exemplo, entre outros, em texto de Helena Catarino (2009: pp. 120, 121) onde sobre achados avulsos do Castelo de Montemor-o-Velho escreveu: “O aparecimento dos elementos arquitectónicos e decorativos de Montemor-o-Velho [dois capiteis e dois fragmentos de

estuques decorados] *indicia a existência de um edifício islâmico, provavelmente mesquita edificada num momento posterior às campanhas de Almançor sobre Montemayor (...). Se, em 1026, os Muçulmanos ainda detinham esta fortificação, em 1034 ela volta ao domínio cristão, pelo que a mesquita teria sido transformada em igreja de Santa Maria*". Como vemos, a partir de dois capitéis, não se sabendo ao certo se um deles provém daquele sítio e de dois pequenos fragmentos de estuques decorados, afirma-se a existência de uma mesquita e até se lhe confere cronologia, exercício arqueologicamente inconsequente e prejudicial à construção científica. Podíamos dizer: Mas afinal quem disse que uma andorinha não fazia a Primavera?

Passemos em revista breve outros equívocos. Assim, Fernando Branco Correia (2013: pp. 75-87), seguindo interpretação do cónego Aires Varela (século XVII) considera que na igreja de Santa Maria da Alcáçova de Elvas, possivelmente se mantém parte da *qibla* e o *mirhāb* de mesquita, dada a existência de saliência visível no exterior da parede daquele templo voltada para sudeste. Neste caso, aquilo que parece corresponder ao *mirhāb*, pode ser uma capela com expressão na fachada lateral do templo, conforme agora se apresenta e não constituindo caso único na arquitectura religiosa. A actual planta do templo não corresponde à de uma mesquita, nem ali se observam quaisquer elementos arquitectónicos islâmicos. Todavia, só escavações e análises a partir da Arqueologia da Arquitectura poderão desvendar este assunto, que actualmente não passa de mera hipótese.

Em Silves, cidade algarvia tomada inicialmente pelos cristãos, quase meio século depois de Lisboa (1189) e definitivamente em 1248, conforme antes mencionámos, onde existia forte tradição da sua Sé ter sido edificada sobre mesquita. Realizámos intervenção arqueológica a sul daquele templo erguido após a conquista (GOMES 2006: pp. 113-221), tendo outras equipas prosseguido a investigação nos lados nascente, norte e poente. Nenhuma daquelas vislumbrou vestígios de mesquita, mas identificaram espaços habitacionais islâmicos sobrepostos por necrópole medieval cristã, por certo associada ao templo cristão (GOMES, CASIMIRO e VIEIRA 2014). Neste caso, a Arqueologia veio, uma vez mais, corrigir a tradição e possíveis testemunhos da mesquita maior de Silves haveriam de surgir em zona alta da cidade, nas proximidades da alcáçova, de onde provém bonito bocal de poço monolítico, de grés vermelho, com iconografia representando duas mesquitas e outros símbolos, provavelmente pertencente à *madrassa*, que o Museu Municipal de Arqueologia de Silves expõe (GOMES e GOMES 2000; GOMES 2013: p. 35).

Legendas de imagens como: "*Porta da Sé Catedral de Silves, edificada no espaço onde existiu (no séc. XII) a Mesquita da comunidade muçulmana local*" ou "*Interior da Sé de Silves, presumivelmente edificada, na sua traça primitiva, c. de 1189, no espaço onde existira a Mesquita muçulmana*" (MATOS 1999: pp. 31, 37), não encontram qualquer suporte nos testemunhos materiais ou literários disponíveis e apenas traduzem a errada tradição popular.

Também em Évora, onde se realizaram escavações arqueológicas na área exterior da cabeceira da sua Sé, a que assistimos, como na zona norte, apenas, surgiram testemunhos de edificações e artefactos romanos, desconhecendo-se quaisquer vestígios que pudessem ter pertencido a mesquita. O mesmo ocorreu nas sondagens que um de nós (MVG) dirigiu na igreja do Castelo de Moura, embora ali exista, reutilizada encastrada junto de fonte, *lápide comemorativa da construção do minarete de mesquita* (BORGES 1998: pp. 230, 231).

Escavações arqueológicas realizadas frente à Sé de Faro por Abel Viana (1949), nos anos quarenta da passada centúria, permitiram reconhecer estruturas, talvez de templo, e materiais romanos, como pré-romanos, mas sem qualquer tipo de relação com o passado islâmico.

A reutilização, continuada, de locais de culto, através de longa diacronia, como tem sido indiscriminadamente difundida, nem sempre tem sido arqueologicamente comprovada.

O CASO DA SÉ PATRIARCAL DE LISBOA

O conjunto monumental conhecido como Sé Patriarcal de Lisboa foi classificado Monumento Nacional em 1907 e, como qualquer grande edificação antiga, não se encontra no seu estado pristino. A sua construção poderá ter sido iniciada após a conquista de Lisboa, em Outubro de 1147, ou talvez em 1149 como alguns autores indicam, sendo o claustro a ela anexo, resultante de campanha atribuída incertamente ao reinado de D. Dinis, nos finais do século XIII ou nos inícios da centúria seguinte, momento em que se levantou grande muro de contenção de terras para nivelamento do solo. O templo beneficiou de obras de ampliação, nomeadamente de cabeceira com deambulatório, no reinado de D. Afonso IV (1325-1357), assim como de grandes campanhas de obras de reconstrução, após os terramotos de 1321, 1531 e de 1755, mas também dos finais do século XIX a meados do século XX, a maioria destas hoje chamadas de reintegração, de modo a restituir ao templo o seu aspecto românico (SUCENA 2004; SUMMAVIELLE 1986; FERNANDES 2006).

Desde a segunda metade do século XVIII, decorrendo da necessidade de reconstruir a Sé Patriarcal de Lisboa (Santa Maria Maior), severamente destruída pelo terramoto de 1755 e restaurada em 1776, que algumas vozes levantaram a hipótese de aquela ter sido edificada no local onde teria existido a mesquita aljama da cidade. Todavia, João Baptista de Castro (1763: pp. 334, 335) recusou aquela herança pristina nos seguintes termos: “(...) escrituras autênticas e outros testemunhos «autoritativos» mostram que a Sé foi fabricada desde os alicerces por D. Afonso Henriques”. Quase um século depois, António de Castro e Sousa, o Abade de Castro (SOUSA 1845: pp. 5, 6, 34), escreveria que “havia na Sé um subterrâneo sobre que se levanta o edifício e que foi posto a descoberto pelo terramoto de 1755”. O mesmo registou opiniões diversas sobre a ocupação do local onde se ergue aquele templo, desde a possível presença de basílica, do século IV, a mesquita ou ao lugar de templo romano, consagrado a Apolo ou ao Sol.

Com os ideais românticos que inegavelmente, ainda hoje, muito marcam o nosso pensamento sobre a construção de narrativas do passado e os conceitos de arte ou de património, a Sé de Lisboa foi sujeita às mais diversas comparações e interpretações sobre a sua origem, algumas que podemos mesmo considerar bizarras, nomeadamente as que a compararam com sumptuosos templos europeus. Segundo o Eng. A. Fuschini (1904: p. 154), responsável por profunda campanha de obras ali implementada (1902), existiriam galerias subterrâneas cortadas pelos alicerces do lado norte daquele templo, ou seja, na actual Rua Augusto Rosa, dando razão às notícias anteriores, mas que, por certo, correspondem a esgotos romanos como os que recentemente têm surgido na zona.

Em finais do século XIX, Júlio de Castilho (1936: pp. 19-22; 1936a: pp. 147-149, 167), acreditava que a mesquita aljama se erguia onde hoje se encontra a Sé, ou nas suas proximidades, embora indique a existência de mesquita no espaço agora ocupado pela igreja de Santa Cruz do Castelo, no que segue informação de António Coelho Gasco em *Antiguidades de Lisboa*, obra escrita entre 1627 e 1633.

O distinto Arq.^{to} António do Couto (1874-1946), que foi director da Associação dos Arquitectos Portugueses e autor de notáveis obras, trabalhou na reconstrução que hoje observamos da Sé, durante mais de trinta anos (1911-1944), haveria de escrever sobre o assunto, concluindo: “Não é pois um edifício de remota antiguidade (...), havendo até quem o tenha comparado a Santa Sofia de Constantinopla, e outros a mesquita moura. Não vi, nem nunca encontrei o menor vestígio, na Sé, destes estilos (...)” (COUTO 1936: p. 132). Esta posição lúcida, foi seguida pelo distinto olisipógrafo Norberto de Araújo (1944: p. 25) que declarou: “No monumento nada existe, nem parece ter existido, que leve a aceitar a versão de que o templo foi erigido sobre fundamento de uma mesquita”. Não obstante, e apesar da falta de indícios, o historiador de arte Jorge Rodrigues (1995: pp. 257, 280), não se absteve de defender a existência de continuidade de templos, desde os tempos visigóticos à edificação da Sé românica.

Não podemos entender a falta de razoabilidade lógica na adopção generalizada de tal modelo interpretativo, embora reconheçamos casos de sobrevivência de práticas ligadas com o sagrado em diversos locais, por vezes em sequência, outras com cronologias descontínuas.

Importa recordarmos que em Arqueologia, como em qualquer outra ciência, demonstra-se. Há muito que a tradição, a fantasia e o dogma deram lugar à dialéctica e à razão, embora os arqueólogos com os argumentos disponíveis convencem-se a si próprios e depois tentam convencer os outros. Por outro lado, os meios de comunicação social precisam de vender notícias, e sobretudo polémicas que as alimentem, despertando a humana curiosidade do público. Mas será que também os arqueólogos e historiadores necessitam de idêntica projecção? Acreditamos que sim, dada a “sociedade do espectáculo” e altamente competitiva em que vivemos. E “quem não aparece esquece”.

Naquele contexto, mas não recordando aspectos éticos já referidos pelo humanista Rabelais (1483-1553) ao escrever que *“Ciência sem consciência não é senão a ruína da alma”*, ou o fundador da Arqueologia Europeia, Jacques Boucher de Perthes (1788-1868) ao declarar que: *“Os arqueólogos devem ser homens de ciência e de consciência”*, surgiram discursos, textos e ultimamente pretensso movimento cívico autodenominado “Apoiar a Sé de Lisboa 2022”. Este divulgou palavras de ordem como “salvar a mesquita”, desejando fazer crer que alguns restos de estruturas, então recentemente exumadas na zona sul do claustro daquela, corresponderiam ao antigo templo islâmico, que um cruzado, em carta, diz ter observado em 1147, mas infelizmente é omissso sobre a sua localização. Aliás, diversos investigadores que se debruçaram sobre aquele texto, consideraram-no, a partir de aspectos paleográficos, como cópia revista de original desaparecido, não só possuindo alterações e adições -porque não sobre a mesquita aljama?-, como de clara obediência ideológica (LIVERMORE 1990: pp. 33, 34; PICOITO 2022: p. 3).

Não obstante, aquelas propostas simplistas, irreflectidas mas reconhecidamente sedutoras, têm entusiasmado alguns historiadores e arqueólogos, desconhecedores dos dados empíricos que pudessem conduzir a tão significativas interpretações. Michael Shanks e Ian Hodder (1995: p. 16) escreveriam, a propósito do que é a interpretação em Arqueologia: *“Interpretação envolve juízo e escolha: bom senso, propósito e possibilidade do que começa como incerteza”*.

Os trabalhos arqueológicos sob o Claustro da Sé de Lisboa decorreram durante dois períodos, com objectivos, dinâmicas e orientações diversas, que convém avaliar separadamente, no que respeita às interpretações abusivas de ruínas como fazendo parte de antiga mesquita aljama. Assim, as escavações realizadas entre 1990 e 1999, na zona norte do claustro e dirigidas por Clementino Amaro, com o apoio de José Luís de Matos (AMARO 1995; AMARO e MATOS 1996), levaram à consideração que escassos sectores de compartimentos islâmicos, então encontrados, corresponderiam a testemunhos de templo almorávida, dando como paralelos exemplos completamente descabidos e nomeadamente até com mesquita recente, aspectos que a comunicação social haveria de propalar, sem qualquer crítica. A ausência de testemunhos fiáveis, tanto documentais como arqueológicos, conduziria, desde logo, ao refutar de tais interpretações, através de diversos argumentos, como não fundamentadas, por parte do historiador de arte, Paulo de Almeida Fernandes (2002: pp. 61, 62, 71; 2021: pp. 84, 87) e de um de nós (RVG) (GOMES 2013: pp. 34, 35). Entre os diversos argumentos contra tal interpretação, contam-se os decorrentes da localização a meia encosta do edifício onde hoje se ergue a Sé, sem visibilidade exterior para quem se aproximasse da cidade, sendo difícil identificar o minarete da mesquita aljama, que constitui importante referência de qualquer medina. Acresce o facto de que no local onde se encontra instalado o templo cristão não ser muito viável a edificação de edifício monumental, com *“sete ordens de colunas”*, conforme refere o cruzado, sem a construção de plataforma, como viria a acontecer ulteriormente, durante tempos de administração cristã, sendo inexistentes os testemunhos arquitectónicos que documentem o templo islâmico.

Vejamos como se iniciou a elaboração de discurso errado e fantasista, herdeiro de antigo mito urbano e não do pensamento científico.

O abatimento de tampa de madeira que cobria a boca de largo e profundo poço, existente no jardim do claustro da Sé, conduziu a que ali se iniciassem as escavações arqueológicas. José Luís de Matos (1994: p. 109) haveria de relançar a tese da existência de templo islâmico naquele lugar, a partir da identificação de restos de edificações e de materiais islâmicos, escrevendo: “*Com toda a probabilidade estamos em presença de estruturas relacionadas com a mesquita islâmica*”. Esqueça-se a redundância, pois não há mesquita que não seja islâmica, não se mostram registos das estruturas nem espólios que possam ter pertencido a mesquita, dando-nos a sensação que tudo não passa de uma convicção, sem argumentos que não seja a velha tradição a que aludimos. Mas o mesmo arqueólogo seria muito mais assertivo em variadas declarações feitas à comunicação social, ajudando a reforçar a “lenda” da presença generalizada de testemunhos de mesquitas sob os templos cristãos e, nomeadamente, naquele. Mais tarde (MATOS 2015: p. 8) continua a corroborar a existência de “*vestígios de uma antiga mesquita descoberta nos claustros da Sé de Lisboa*.” e “*Mesquita sobre a qual foi construída a Sé de Lisboa*”, que data do Período Almorávida, dizendo ser possível corresponder à “*grande mesquita que na carta a Osberto o cruzado refere ter visto desde o Tejo*”; aspecto incorrecto, pois o que o cruzado citado diz é que esteve naquele templo e não que o viu de longe (OLIVEIRA 1936: pp. 107, 108). Soma-se o facto de o mesmo arqueólogo atribuir pequeno compartimento abobadado, identificado durante os trabalhos arqueológicos, e passamos uma vez mais a citar, a “*uma sala de banhos, ou lava-pés, ou seja, a midha¹ de uma mesquita localizada por cima dos banhos. A localização dos banhos no sub-solo é muito frequente em mesquitas de tradição berbere quer antigas quer modernas*”, dando como exemplo a grande mesquita de Hassan II em Casablanca (MATOS 2015: p. 9). Consideramos este paralelo completamente irrelevante, mas pernicioso à argumentação, e a restante afirmação errada. De facto, o templo citado foi projectado pelo arquitecto francês Michel Pinseau e inaugurado em 1993. No subsolo existe, apenas, parque de estacionamento, muito embora disponha, no piso térreo, de *madrassa*, biblioteca, sala de conferências, museu e, também, de complexo de banhos. Acresce que o texto do Corão que José Luís de Matos depois cita, àcerca da localização de mesquita sobre a água, respeita à situação de edifício junto ao mar e não sobre complexo de banhos. As informações transmitidas, mesmo quando apresentadas como hipóteses, conduzem os leitores, desconhecedores de tais aspectos particulares, a graves enganos e a entendê-las como realidades, pelo que as devemos rejeitar.

Por seu lado, Clementino Amaro (1998: p. 64) colocou a hipótese das estruturas que exumou no claustro da Sé terem pertencido a “*um grande edifício público*”, “*fazendo parte da organização espacial da mesquita maior da Aluxbuna*”. O mesmo deu conta, em 2001, dos principais resultados da intervenção mencionada, nomeadamente de vestígios materiais com larga diacronia, desde a Idade do Ferro à actualidade. Todavia, é relevado o conjunto de espólio e de ruínas romanas, nomeadamente de via, que ligaria a zona do teatro à margem do Tejo, sobrepostas por outras, algo desarticuladas, mas associadas a espólio islâmico. Os poucos vestígios de edificações islâmicas foram então já firmemente identificados como “*espaços da mesquita aljama de Aluxbuna*”, sem argumentos incontestáveis que demonstrem atribuição tão significativa, em termos históricos, patrimoniais e culturais.

Clementino Amaro (2001: p. 167) escreveria, na mesma linha de gratuitidade: “*De acordo com a tradição, testemunhos escritos e segundo indícios arqueológicos, a sé vai ser construída no local da mesquita, em plena medina*”. E vai mais longe, sem qualquer pudor por enveredar por raciocínios ínvios: “*(...) numa fase anterior à mesquita, aqui seria a basílica maior, segundo estudos*

1 Bacia de abluções.

recentemente desenvolvidos com base nas peças ornamentais reutilizadas na construção e de outras recolhidas na vizinha Rua dos Bacalhoeiros”, no que segue hipóteses de Jorge de Alarcão (1994: p. 63) e de Manuel Real (1995: p. 54). Também a fantasia provocada pelas duas pedras perfeitamente descontextualizadas, aplicadas em paramentos da Sé, conduz a que José Luís de Matos (2015: p. 9) fale em “materiais provenientes de uma antiga basílica moçárabe”, que os almorávidas teriam destruído para ali erguerem a mesquita maior da cidade, proposta que seduziria Manuel Real (1995: p. 54) e Paulo Fernandes (2021: pp. 90-92) embora aquele primeiro indique a possibilidade de a primeira igreja episcopal ter existido em Santa Maria de Alcami (Chão do Loureiro).

Neste momento cabe perguntarmos, mas então uma cidade da importância de *Luxbuna* ainda não possuía mesquita maior durante os tempos do Emirado ou do Califado e só os Almorávidas se lançam à árdua tarefa de a construir? E duas ou mesmo três pedras reutilizadas, vindas sabe-se lá de onde, não fazem um templo moçárabe, mesmo se a elas se queira associar outras encontradas dispersas na cidade, cujo estudo aprofundado mostrou que não são sequer contemporâneas (REAL 2000: p. 55). Trata-se de indícios voláteis que não chegam para considerarmos a existência de estrutura latente, ou ensaiar a criptoarquitectura de um edifício e a sua história, pese embora o esforço de recontextualização de tais testemunhos por parte de alguns investigadores (REAL 1994; 1995; 2000; AMARO 2001: p. 192).

Ainda segundo Clementino Amaro (2001: p. 193), a mesquita maior teria sido erguida na segunda metade do século XI, no período do Reino Taifa de Badajoz, fugindo à datação almorávida, embora coloque a hipótese de que após 1111 a basílica cristã porventura ali existente tenha sido destruída e no seu local erguida a mesquita aljama. O mesmo autor (AMARO 1998: p. 64) diz-nos que depois da Conquista Cristã, a mesquita “é purificada como templo cristão e aí sagrado o novo bispo de Lisboa, o cruzado inglês Gilberto, logo a 1 de Novembro de 1147”, no que segue informação do cruzado que, importa repetir, não escreveu onde tal templo se situava, embora dissesse que continha “sete ordens de colunas” e, portanto, seria edifício de grandes dimensões (OLIVEIRA 1936: pp. 108, 109). E as derivas e hipóteses sobre a informação oferecida pelo cruzado conduziu até a interpretar que ele teria referido “a construção da catedral cristã sobre a antiga mesquita” (FERNANDES 2002: p. 61).

E a ficção, derivada dos ecos da continuada propaganda cristã contra o Islão, tornada tradição, terá conduzido a que se escrevesse “rapidamente o edifício da mesquita aljama foi demolido, para dar lugar à nova igreja Catedral” (não é isto que o cruzado diz) e “Mas não era somente o espaço da antiga mesquita aljama que, logo após a conquista de 1147, ganhava nova vida”. (MARTINS 2017: pp. 264, 265).

Dado que o relato do cruzado, não indica o local onde a mesquita se erguia, ela bem poderia existir em sítio talvez mais apropriado para tal, em zona alta, próxima da alcáçova, onde o seu minarete sobressaísse e de onde melhor se ouvisse o *muezim* apelar, cinco vezes ao dia, os crentes à oração e parece, de facto, ter existido mesquita, como aludiremos.

Os denominados indícios arqueológicos da existência de mesquita sob a zona norte do claustro da Sé não são nenhuns, pois não se exumaram colunas, ábacos, capitéis, inteiros ou fragmentos, das sete ordens que o templo possuía, pavimentos ladrilhados, paredes canonicamente orientadas, estuques decorados, vestígios de *mirhāb*, lavabos para abluções, etc. As duas pedras embebidas nos paramentos do lado norte da Sé, uma delas há alguns anos retirada para o Museu da Cidade, e a que já referimos, são os únicos testemunhos de um possível templo anterior à Sé, visigótico ou moçárabe, segundo as diferentes interpretações, mas que certamente se encontrava erguido em outro local, que não cabe agora aqui discutir, caso contrário não constituíam elementos isolados. Podemos concluir este comentário referindo ser o próprio arqueólogo, que temos vindo a citar, quem reconhece o desnível, de uma dezena de metros, existente entre os vestígios islâmicos e o

pavimento da Sé Patriarcal (AMARO 2001: p. 172). A que se deveria tão acentuada diferença de cotas? Então a Sé não sobrepôs a mesquita?

Alexandra Gaspar e Ana Gomes procederam à escavação da zona sul do claustro, limitada pelo paredão levantado no século XIV e sucessivamente reconstruído ao longo dos tempos. Os trabalhos destinaram-se sobretudo a procurar testemunhos da mesquita aljama, tendo decorrido sob a orientação daquela primeira arqueóloga ainda em 2001 e com Ana Gomes a partir de 2010 e até à actualidade.

Nas escavações ocorridas após 2010 surgiram novas estruturas, algo desarticuladas entre si e a diferentes cotas que, segundo as arqueólogas responsáveis por tais trabalhos, confirmariam a presença da mesquita aljama. Importa dizer que aquelas arqueólogas em publicação recente, continuam a afirmar, sem dados aceitáveis, que as ruínas de estruturas ali exumadas correspondiam a mesquita ou aos seus anexos, sem mesmo darem a conhecer um único artefacto ou elementos arquitectónicos do que terá sido um grandioso templo, condizente com a importância de *Luxbuna* e segundo a sintética descrição do cruzado.

Vejam os qual é a realidade e os argumentos apresentados por aquelas arqueólogas através das *Notas Técnicas* e do *Relatório de Progresso* da sua autoria, documentos facultados pela Direcção-Geral do Património Cultural, sem reservas, tendo em vista elaborarmos parecer solicitado pelo seu Director-Geral de então, Eng^o Bernardo Alabaça, sobre os vestígios arqueológicos exumados (GOMES e GOMES 2020) e nomeadamente a muito divulgada existência de testemunhos de mesquita, assim como artigo da autoria daquelas (GASPAR e GOMES 2016), onde pretendem dar sobretudo conta dos trabalhos arqueológicos efectuados na última década. Não obstante, as estruturas exumadas foram insuficientemente descritas naqueles documentos, e não se lhes associam estratigrafias nem espólios, conforme ocorreu em relação à presença romana, reconhecida na campanha de 1990-1998, aspecto que importa decisivamente tanto à caracterização funcional como arqueológica daquelas. Também não observámos levantamento geral, devidamente cotado das ruínas atribuídas à presença islâmica, mas sim esboço muito sintético das paredes e muros, como se tudo se encontrasse num mesmo plano, nem cortes esclarecedores das estratigrafias observadas. As autoras das escavações informaram-nos, em visita ao local efectuada em Novembro de 2020, que os sedimentos que cobriam a área sul, sob o claustro, e os restos de edificações exumadas, foram para ali levados, constituindo aterro, talvez ainda nos finais do século XIII ou nos inícios do século XIV, data atribuída à edificação daquele anexo da catedral, que não foi erguido em um mesmo momento. O aterro foi contido por alto e forte paredão e foi sob ele que surgiram ruínas de construções romanas, islâmicas e medievais portuguesas, encontradas já em parte desmanteladas a quando de tão importante obra.

O texto de A. Gaspar e A. Gomes (2016: p. 113), apresentado em colóquio de 2013, começa por afirmar: “A documentação refere que aqui [Sé de Lisboa] se localizava a mesquita principal da Lisboa islâmica”. Como já repetidamente afirmámos, não existe qualquer documento, escrito ou arqueológico, que suporte tal interpretação. Adiante, no mesmo trabalho, indica-se a constatação de “hiato ocupacional” naquele sítio entre os séculos VI e XI, assim como a presença de fossas, utilizadas como lixeiras, datáveis de meados do século XI a meados da centúria seguinte, “pavimento de época medieval cristã” e de “edifício público, provavelmente com dois andares. Se associarmos a este edifício os dados das fontes escritas, nomeadamente da *Crónica de Osberno*, poderíamos estar, de facto, perante vestígios da mesquita maior da cidade que se desenvolveria sob a actual catedral” (GASPAR e GOMES 2016: pp. 114, 115, 120, 121). Vimos já que não há fontes escritas sobre a localização da mesquita aljama, nem de qualquer outra, pois o cruzado, que não se chamava Osberno, é nisso omisso, sendo os restos arquitectónicos postos à vista incongruentes entre si e com possíveis testemunhos de tal templo. Mas com este tipo de texto alimenta-se o antigo mito

urbano. Todavia, reconheça-se que as autoras citadas não deixaram de usar discurso no condicional e de mostrarem certas cautelas ao escrever: “(...) *faltam algumas evidências arqueológicas que permitiriam sermos mais afirmativas*” (GASPAR E GOMES 2016: p. 121). O exacerbamento dos conteúdos das mensagens, orais e escritas, tendo em vista a defesa da existência de testemunhos de mesquita estava ainda para acontecer, ficando a dever-se, quanto a nós, à procura de algo extraordinário, capaz de oferecer protagonismo e a auto-satisfação comum a todos os profissionais, como à falta de conhecimentos específicos, mas também à influência nefasta de terceiros.

Nota Técnica das arqueólogas mencionadas faz atribuição funcional dos restos de edificações exumadas como “*edifício público monumental que pelas suas características morfológicas corresponde ao complexo da mesquita principal da Lisboa muçulmana cuja cronologia de ocupação data dos inícios do século XII estando em funcionamento até à conquista de Lisboa em 1147*”, afirmação que se irá repetir e quanto a nós decorrente de interpretação completamente infundada, conforme analisaremos. São ulteriormente indicados paralelos genéricos de um suposto “*complexo da mesquita*”, com mesquitas almorávidas norte-africanas, citando-se a aljama de Marraquexe, tal como as de Fez, Argel, Tlemcen e Nédroma. Mais tarde, fala-se novamente em banhos, associados à mesquita e, durante a visita ali feita, ouvimos atribuir conjunto a minarete, como que completando programa construtivo ambicioso, mas a que, contudo, só faltam os vestígios, mesmo que pouco significativos, ou seja, os da própria mesquita, do minarete e os espólios a eles associados.

Importa esclarecer que audaciosas analogias são aquelas, que têm sido divulgadas em comunicados e na imprensa. Entre elas conta-se a mesquita aljama de Marraquexe que, muito embora tenha sido edificada pelos almorávidas, desse período subsiste, apenas, uma fonte, pia de abluções e cisterna, designada por *Qubba al-Bârûdiyyn* (GOLVIN 1979: p. 211; TUI LEONETTI e DÉLÉRY 2014a: pp. 170-172), pelo que consideramos o paralelo abusivo a diferentes níveis e, portanto, liminarmente descartável.

No exercício gratuito, porque tenta comparar o incomparável, assinala-se, de igual modo, a mesquita de Fez. Presumimos tratar-se da mesquita Qarawiyyîn, edificada no século IX, com campanhas de obras no século X, tendo sido ampliada, a partir de 1134, pelos almorávidas. Escavações arqueológicas ali efectuadas, em 2006, permitiram confirmar as distintas alterações que sofreu e, entre elas, a construção de novas naves, que obrigaram à edificação de outra *qibla* e respectivo *mihrâb*, destruindo dois espaços habitacionais (ETTAHIRI 2014; TUI LEONETTI e DÉLÉRY 2014: pp. 118-123). Da ampliação almorávida, bem documentada através de planta, subsistem capitéis, espaço reservado às mulheres e sector funerário (CRESSIER 2016; TUI LEONETTI e DÉLÉRY 2014: p. 119). Trata-se de complexo no qual não encontramos nada similar com o que foi identificado na área sob o claustro da Sé de Lisboa, dada a inexistência de paredes, colunas e capitéis, ou de outros elementos construtivos que justifiquem o paralelo. Aliás a mesquita Qarawiyyîn, sofreu várias outras campanhas de obras (GOLVIN 1979: pp. 192-206). Note-se que aquela, tal como muitas outras mesquitas principais, foi edificada nas proximidades do palácio real.

Atribuem-se, também, como paralelos para os testemunhos encontrados em Lisboa, as mesquitas almorávidas de Argel e Nédroma. Esta última, apresenta nove naves e oferecia, além do *mihrâb* e do *nimbar*, compartimento para o imame, localizado na *qibla*. Estes elementos estruturantes de quaisquer grandes mesquitas, não foram reconhecidos durante a intervenção arqueológica de Lisboa, nem naves ou outros indícios que constituam indícios para comparações aceitáveis. No respeitante à mesquita de Argel, ela deve ter sido edificada anteriormente a 1097 e, como acontece em Nédroma, os minaretes, foram erguidos em uma das extremidades da fachada, sendo edificados, na última em 1324 e na primeira em 1348/49, muito depois da conquista de Lisboa, que como é sabido ocorreu em 1147 (GOLVIN 1979: pp. 171, 172, 175).

A mesquita de Tlemcen foi, de igual modo, considerada como um dos paralelos para o conjunto de vestígios de Lisboa. Ela foi mandada construir pelo emir almorávida Ali b. Yusuf, no exterior do núcleo urbano, mas junto ao palácio. O que subsiste daquela edificação, devido às campanhas de obras almóadas e a outras mais recentes, não nos permite sequer considerá-la como paralelo, só por se dizer que a sua fundação é almorávida (GOLVIN 1979: pp. 179, 189; TUI LEONETTI e DÉLÉRY 2014b: pp. 212-217). Mas, mesmo assim, seria paralelo para o quê? Recordamos que aquilo que foi posto a descoberto não são mais do que sectores de paredes algo desarticuladas entre si e de cronologia incerta, assim como porção de via, paralela à hoje Rua das Cruzes da Sé. Importa recordar que os sectores de paredes exumados sob o claustro da Sé apresentam disposição nas direcções norte-sul ou este-oeste e nenhum está dirigido para sudeste (Meca).

As responsáveis pelas escavações na área sul do claustro da Sé de Lisboa atribuem três degraus de escada, identificados em compartimento, como sendo de “*acesso aos pisos superiores do minarete*”. Deste não encontramos evidências que permitam aceitar tal identificação. Se, por um lado, os restos encontrados não suportariam o corpo de tal construção, até passando esgoto sob eles, por outro lado apenas conhecemos minarete, contendo parte da escada exterior, na *madrasa al-Saffārīn* de Fez. Esta foi fundada em 1271, constituindo o minarete caso raro e edificado mais de cento e vinte anos após a conquista cristã de Lisboa (GOLVIN 1995: p. 218).

Conforme já mencionámos, os minaretes almorávidas localizam-se normalmente em uma das extremidades da fachada das mesquitas oposta à *qibla* ou nos seus ângulos, o que não se observa nos restos exumados sob o claustro da Sé de Lisboa, onde nada indica a existência de parede de um templo. Importa repetir de que se ali existisse minarete, este não teria visibilidade exterior, impedindo a identificação da localização da mesquita aljama de *Luxbuna*, dado encontrar-se a quase dez metros de profundidade em relação ao piso actual da Sé, na base de uma encosta íngreme, só no século XIV regularizada por aterro, tendo em vista a edificação do claustro daquele templo (GOMES 2013: pp. 34, 35). O minarete ali erguido teria de possuir mais de 20 m de altura e fortes alicerces, o que não ocorre nos restos dos fracos muros postos à vista. A existir mesquita naquele espaço, seria lógico que o minarete fosse erguido em local próximo onde corre a Rua Augusto Rosa.

‘FOLCLORE’ IMORAL

A atribuição dos restos arquitectónicos exumados e que referimos, à mesquita principal de Lisboa ou aos seus anexos, tem constituído o argumento principal de campanha desenvolvida em torno da sua conservação e musealização. Não pomos em causa estes importantes aspectos, não obstante, para eles serem válidos, importa seriamente sabermos que ruínas são aquelas e que luz lançam sobre a história antiga da cidade, funções que sabemos caberem aos arqueólogos e a outros cientistas sociais.

A bem orquestrada campanha em defesa do “complexo da mesquita”, configura-se própria de verdadeiro teatro do absurdo, porque alheada de raciocínio objectivo, deturpa situações e realidades, confundindo e inquinando a mais elementar lógica em derivas imaginárias e fúteis. Não obstante, ela tem feito manchetes e dado visibilidade a certas personagens e organizações que pretendem representar os arqueólogos, sem que para tal tenham mandato daqueles. Vejamos alguns títulos da imprensa: “*Destruir a mesquita seria um crime patrimonial impensável*”, palavras do historiador e professor Hermenegildo Goinhas Fernandes (2.10.2020) ao jornal Público², acrescentando que para a mesquita estar completa “*falta apenas o oratório e o pátio de abluções sobre os quais foi construída, como sabemos, a sé cristã para completar todos os elementos clássicos que, desde a construção da*

2 <https://www.publico.pt/2020/10/02/opiniao/noticia/mesquita-1933512>

aljama de Damasco, compõem uma mesquita". Este paladino na defesa de algo que nem sequer é virtual, serve-se de discurso com a lógica invertida, ao mencionar "como sabemos", pois, na verdade, não sabemos nem ele demonstra que sabe, apenas evidenciando nas suas palavras ser homem de grande fé. O paralelo para as ruínas encontradas sob o claustro da Sé com a "mesquita dos Omíadas" é desconcertante, pois trata-se de templo mandado edificar pelo califa al-Walid I em 636, excepcional a muitos níveis. Ele fala em "(...) escadas de acesso à almenara (minarete) quadrangular, como todos os do Islão ocidental". Ora bem pelo contrário, sendo as escadas exteriores caso raríssimo, que teria paralelo apenas na *madrassa* al-Saffārīn de Fez (1271), conforme acima referimos. Os degraus postos à vista por A. Gaspar e A. Gomes, não se destinavam ao "acesso aos pisos superiores do minarete", como aquelas tentam explicar, mas tão somente permitiam vencer a cota entre rua e habitação que ali existia. Mas Hermenegildo Fernandes, no mesmo artigo escreve "(...) que sabíamos desde a Idade Média ter [a catedral de Lisboa] resultado da cristianização da mesquita aljama, ela própria com toda a probabilidade construída no lugar de uma basílica cristã tardo-antiga (...)". O delírio, a falta de conhecimentos, as deturpações, contradições e discordâncias entre autores são tão evidentes como bem exemplificam passagens de José Luís de Matos (2015: p. 8) ao nos dizer ali haver "muro coberto de estuques pintados", Clementino Amaro (1998: p. 64; 2001: p. 172) que escreveria paredes "com bandas horizontais vermelhas e brancas" ou "decoradas com bandas horizontais, alternando o vermelho e o branco", muros, com a parte inferior ou a superior pintados de cor vermelha, ou com "bandas largas de cor branca e vermelha" no dizer de Ana Gaspar e Ana Gomes (2016: pp. 118, 119, fig. 6), que Hermenegildo Fernandes (2020) recria como "(...) compartimento de época islâmica, de paredes polícromas", construindo um salto qualitativo de discurso patrimonialista, em nosso entender extremamente nocivo e desacreditador da causa que pretende defender. Da boca das arqueólogas responsáveis pelas escavações ouvimos falar de "muro pintado de vermelho", em compartimento que servia para visita a esgoto (10.01.2022). Devemos precisar que as zonas brancas dos muros são aquelas que não receberam cobertura pintada de cor vermelha, deixando em reserva o estuque. Mas Hermenegildo Fernandes insiste, e se o Arq.^{to} António do Couto (1936: p. 132) claramente declarou não ter detectado qualquer vestígio edificado anterior à conquista cristã, ao escrever "Não chego mesmo a compreender como se tem aventado a alta antiguidade da Sé (...)", a visão sonhadora daquele historiador ali regista "(...) testemunhos de uma complexidade perdida que povoam algumas paredes, remetendo para épocas muito anteriores ao edifício dos dois reis fundadores e mesmo anteriores aos mais de quatro séculos da Lisboa islâmica (...)". Se é assim que se faz história, ou se a divulga, a história feita pelos arqueólogos serve-se de metodologias diferentes, que a Arqueologia Processualista bem teorizou, devendo distinguir-se do registo das emoções e da ficção literária, mesmo quando sedutoramente bem escrita.

O turbilhão de notícias e interpretações erradas haveria até de dar lugar a nota sobre as escavações na Sé de Lisboa na revista *Medievalista Online*, mencionando "interessante proposta de recuperação do espaço da mesquita" (OLIVEIRA e FONTES 2014: p. 3). E têm sido abundantes os reflexos de quem se preocupa, por diferentes razões, com a conservação do património, nomeadamente dos ditos vestígios da mesquita. Assim, o hoje deputado à Assembleia da República Rui Tavares escreveria no jornal Público (28.09.2020)³: "A Sé é hoje uma igreja cristã, mas foi antes uma mesquita muçulmana e talvez antes disso templo pagão", desconhecendo-se em que factos é que se baseou. O jornal *Reflexões Islâmicas* (ano VI, nº 426, 01.10.2020) inseriu artigo com o título "Petição para impedir a destruição da mesquita principal de Lisboa identificada na Sé de Lisboa" e publicou lista com onze igrejas que considerou terem sido primitivamente mesquitas, o que não passa de mais ficção, mas deu lugar a petição enviada ao Presidente da Assembleia da República. O

3 <https://www.publico.pt/2020/09/28/opiniao/noticia/nao-destruam-passado-mouro-1933102>

semanário *Expresso* publicou artigo com o título “*Docentes universitários*” realçam “*excepcionalidade científica e patrimonial dos vestígios islâmicos da Sé de Lisboa*” onde se fala de “*estruturas associadas ao complexo da mesquita maior da cidade de Lisboa em época islâmica*”, mas não diz que entre os cerca de meia centena de signatários, apenas dois ou três trabalham no período Islâmico⁴.

O jornal *Esquerda* respigou declarações de Hermenegildo Fernandes (19.10.2020) no título “*Sé de Lisboa: Destruir a mesquita seria um crime patrimonial impensável*”. Artigo em o *Público* de 19.11.2021, na sequência de comunicação que apresentámos ao III Encontro de Arqueologia de Lisboa, que agora se publica, apesar dos esforços pouco democráticos e nada deontológicos, dos defensores da existência de ruínas da mesquita aljama, que tudo fizeram para que tal não acontecesse, aquele diário divulgou aspectos do nosso estudo e das reações então ocorridas, com o título “*Houve uma mesquita na Sé? A dúvida desenterrou a guerra entre arqueólogos*” (PINCHA 2021). A veneranda Associação dos Arqueólogos Portugueses fez publicar, em Outubro de 2020, e sem que tivesse discutido o assunto entre os seus membros, comunicado onde afirma “*há muito que os historiadores sabiam que a Catedral de Lisboa havia sido construída sobre a antiga mesquita (...)*”, falando ainda em “*antiga mesquita almorávida, base do minarete, vestiário, banhos, entre outras estruturas*”, uma vez mais um discurso ficcionado, haurido em informação errada⁵.

O nosso parecer, e os de Santiago Macias e Félix Arnold (2020: p. 2) (Instituto Arqueológico Alemão), que é categórico ao escrever “*No hay indicios ningunos para una interpretación como una mezquita o parte de una mezquita*”, como de outros, contribuíram decisivamente para que a Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura (Ministério da Cultura) considera-se “*que não existe evidências de que tais vestígios correspondam à mesquita aljama de Lisboa*”, conforme noticiou, com pouco eco, a agência de informações Lusa e alguma imprensa.

CONCLUSÕES

Tanto a informação literária como os testemunhos arqueológicos até agora conhecidos não permitem corroborar a muito difundida tradição, crença, ou quase mito, de que os templos cristãos, nomeadamente os cujo orago é Santa Maria, reutilizassem sistematicamente edifícios ou espaços onde se erguiam mesquitas aquando da conquista do território português. Referimos como única excepção conhecida, no nosso país, Mértola e que, por certo, contribuiu para suportar aquela interpretação, abusivamente generalizada. Também ajudou para tal situação o texto do cruzado, ao referir que a mesquita aljama de *Luxbuna* foi transformada em templo cristão.

A análise directa dos testemunhos arqueológicos exumados sob o claustro da Sé de Lisboa, as explicações veiculadas *in situ* pelas arqueólogas responsáveis pela intervenção no seu lado sul, o estudo da parca documentação escrita produzida e alguma reflexão, permitem-nos entender a facto de a grande importância cultural que teria a descoberta de vestígios da mesquita maior de *Luxbuna*, legitimamente entusiasmou alguns arqueólogos e historiadores, mesmo quando circunscritos aos restos exumados de um pretenso “edifício público monumental”. Este aspecto confronta-se com a verdade crua da realidade, de tais testemunhos constituírem sectores edificadas pouco coerentes entre si, em termos arquitectónicos, tanto na sua articulação horizontal como vertical, pertencentes a diferentes espaços e a distintos momentos e, portanto, programas construtivos. As paredes adossadas que ali se observam são exemplo disso.

4 <https://expresso.pt/cultura/2020-10-04-Docentes-universitarios-realcam-excepcionalidade-cientifica-e-patrimonial-dos-vestigios-islamicos-na-Se-de-Lisboa>

<https://www.noticiasao minuto.com/cultura/1597892/vestigios-islamicos-na-se-sao-excepcionalidade-cientifica-e-patrimonial>

<https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/se-de-lisboa-dgpc-pede-estudo-alternativo-para-garantir-estabilidade-e-achados>

5 <https://www.jn.pt/artes/se-de-lisboa-associacao-de-arqueologos-desmente-dgcp-12891559.html>

Aqueles podem, em alguns casos, nem terem sido erguidos anteriormente à conquista cristã de Lisboa, pois oferecem tipologias e aparelhos construtivos cristãos, e foram certamente usados depois daquela. Três das paredes mostram interessantes grafitos incisos, e não desenhos como lhes chamaram as escavadoras (10.01.2022), com paralelos em edificações medievais cristãs. São disso testemunho uma traçaria singela, com arcos claramente góticos (séc. XIV) e afins dos encontrados em templos tanto do mesmo período como ulteriores (PEREIRA E RAMALHO 1997; 2001); pentalfas, de carácter apotropaico, representando os cinco elementos ou as Chagas de Cristo, idênticos aos gravados em paramentos interiores das muralhas do Castelo de Moura e de Loulé; séries de curtos traços verticais paralelos, por certo sistema de anotações; rara imagem de dragão representado com quatro patas, asa, armação, expelindo rolo de fumo pela boca, possuindo estreitas semelhanças em iluminuras cristãs, datável de tempo ulterior à conquista de Lisboa e até à edificação do claustro (1332) (GASPAR e GOMES 2016: p. 123, fig. 9). Pertencente aos três mundos (terrestre, aquático e celeste), os dragões eram então tidos como originários das longínquas Etiópia, Índia ou China, representando o diabo e o mal, pelo que dominado por santos como São Jorge ou São Miguel, sendo este último orago de freguesia localizada próxima da Sé (PASTOUREAU 2020: pp. 261, 262). Importa relevar que tais grafitos não são islâmicos como foi declarado⁶. Perto daquelas paredes encontrou-se ábaco, de pedra, românico. Espada, recolhida em esgoto que ali corria, foi atribuída, pelo Doutor Álvaro Soler del Campo, a finais do século XIII ou a meados do século XIV, informação que, amavelmente, nos foi transmitida pelo Professor Doutor João Gouveia Monteiro (U.C.), a quem agradecemos.

Os restos arquitectónicos mencionados não apresentam orientação canónica, encontrando-se dispostos norte-sul ou sensivelmente nascente-poente. Aquela é, conforme referimos, obrigatória em construções religiosas muçulmanas, mesquitas e seus anexos, oratórios e até em sepulturas, tal como em muitas de carácter civil, ou seja, com as paredes principais dirigidas para sudeste (Meca), ou a elas perpendiculares, no caso do território hoje português. Quanto a nós, as paredes exumadas sob a zona sul do claustro da Sé de Lisboa devem pertencer a habitações e/ou a armazéns, edificados em patamares, possuindo em alguns casos paredes adossadas, ou duplas, restos de arcos de descarga e vãos de entrada voltados para sul, servidos pela via que ali passava, fossilizada na actual Rua das Cruzes da Sé.

Encontram-se completamente ausentes restos arquitectónicos, lisos ou decorados, como capitéis, ábacos, fustes e bases de colunas, inscrições, pisos bem revestidos com ladrilhos de tijolo ou pedra, estuques decorados, nichos para orações, pias para abluções, artefactos ligados ao culto, etc., que fazem obrigatoriamente parte da estrutura e do equipamento dos edifícios religiosos, como uma mesquita principal ou dos seus anexos; indícios que, mesmo quando surgem dispersos ou reutilizados, podem indicar a presença daqueles templos. Até estruturas modestas, sistematicamente arrasadas, deixam alguns vestígios, aspecto que não acontece no caso em apreço.

Os restos de edificação atribuídos a minarete não se encontram associados a nenhuma parede que possa ter pertencido a mesquita. O reduzido sector de escada que ali existe explica-se pela necessidade de vencer a diferença de cotas entre rua e possível habitação ou de esta possuir dois pisos.

Caso a mesquita principal se encontrasse onde presentemente se ergue a Sé ou, mais concretamente, sob ela, situar-se-ia a meia encosta e sem visibilidade exterior, isto é, quem se aproximasse da cidade dificilmente descobria o seu minarete que, conforme referimos, constituiria importante referência organizadora do espaço, em termos físicos e religiosos, de qualquer medina.

⁶ <https://visao.sapo.pt/atualidade/cultura/2022-06-23-cordao-humano-frente-a-se-de-lisboa-sabado-de-manha-contra-obras-em-curso-no-claustro/>

Do que se conhece, muito embora existam sempre excepções, as mesquitas aljamas, dada a sua importância espiritual, situavam-se em zonas altas das cidades, por vezes nas vizinhanças dos palácios dos líderes políticos e religiosos que as frequentavam às sextas-feiras, destacando-se o minarete na paisagem urbana, aspectos que não correspondem à localização se tal templo tivesse sido construído no local onde se encontram as ruínas descobertas e se ergue a Sé de Lisboa.

Constitui importante óbice à melhor caracterização funcional e cronológica dos testemunhos arqueológicos que temos vindo a referir, a completa ausência de enumeração e de classificação dos espólios exumados, tanto de artefactos como de ecofactos. A obtenção de datações absolutas, pelo método de radiocarbono, seria, sem dúvida outro importante auxiliar para se responder, como todos os arqueólogos devem pretender, às questões: quem fez isto? a que tempo é que pertence? e qual a sua função?

Quanto a nós, perante a informação disponível, é completamente absurdo atribuir as ruínas postas à vista sob o claustro da Sé Patriarcal de Lisboa, a mesquita aljama ou aos seus possíveis anexos. Dado o estado fragmentário daquelas, não permitindo leitura clara das estruturas a que pertenceram e dos seus aspectos funcionais, pelo que seu valor histórico-cultural e arqueológico é, por ora, limitado, visto não terem sido melhor interpretadas. A sua pretensa história não passa, afinal, de algo muito mal contado, dado que tem recorrido à fantasia da ficção.

Importa também referir que a interpretação de ter existido uma grande mesquita aljama em *Luxbuna*, mandada edificar pelos Almorávidas, é mais que hipotética, além de não fazer sentido, quando o avanço cristão era uma realidade. Recordemos que em 1064 ocorreu a conquista cristã de Coimbra, em 1137 D. Afonso Henriques manda construir o Castelo de Leiria e, em 1140, ocorre tentativa de conquistar a cidade de Lisboa, o que viria a acontecer sete anos depois.

Trata-se de período extremamente conturbado, em termos políticos e sociais, tendo Lisboa sido forçada a acolher milhares de refugiados vindos das zonas a norte, aspecto comprovado arqueologicamente, com a edificação de bairros periféricos, densamente ocupados, possuindo casas de arquitectura padronizada e muito modesta (SILVA, GOMES e GOMES 2011). Dada a conjuntura política e social mencionada, parece-nos pouco provável que a administração almorávida investisse na edificação de uma nova mesquita aljama, pois certamente haveria uma outra, mais antiga, que estaria funcional, para além das mesquitas de bairro. De qualquer modo, nem um nem outro daqueles templos se encontrava onde se ergueu a igreja de Santa Maria, hoje Sé Patriarcal de Lisboa. O relato da sagração da mesquita maior, no Dia-de-Todos-os-Santos, e a sua função como sede episcopal, pode ter ocorrido em templo, situado junto à alcáçova, como alguns autores que citámos admitem e a sua estória ter ulteriormente emigrado para um grande e vetusto templo como é a actual Sé. Se tal aconteceu não constitui caso único no passado medieval e moderno.

Importa, ainda, perceber de que modo é que no contexto da propaganda ideológica, de tipo heróico, terá sido importante, ao longo dos séculos, a narrativa de conquista, vitória e subjugação dos infiéis ao Cristianismo. O “verdadeiro Deus”, impunha-se então, não pelo amor e fraternidade, mas pela violentação e humilhação, sendo disso que se trata quando se destroem os espaços sagrados “do outro”, esse quase sempre desconhecido. Recordemos, que ainda nos inícios do século XVII, o bispo D. Frei João da Piedade, sugere a existência de carta, já então em paradeiro incerto de Abrantes, onde supostamente, em 1179, D. Afonso Henriques expressaria a intenção de mandar edificar, naquela povoação, “*templo sobre as ruínas da mesquita dos mouros*”. (SANTOS 2011: p.146).

Mais de três décadas depois de se terem iniciado as escavações na zona do claustro da Sé de Lisboa, e gasto cerca de três milhões de euros⁷, os seus resultados continuam desconhecidos,

⁷ <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/atrasos-na-se-de-lisboa-podem-implicar-devolucao-de-1936-me-de-fundos-europeus>

dando lugar a especulações subjectivas e a equívocos nocivos, pois desacreditam arqueólogos e historiadores. Em manifestação que teve lugar em 25.06.2022, com texto de apelo à participação, pela conservação e musealização das ruínas descobertas, onde se incluem “*complexo da mesquita aljama de Lisboa*”, via-se patético cartaz que dizia “*Salvem a mesquita de Lisboa*”.

Encontramo-nos perante o resultado de verdadeira militância doutrinária, que se serve de aparelho intimidatório, mesmo coercivo, porque ‘*mobiliza o civismo e o patriotismo*’ e ‘*tende a fundar uma espécie de religião, uma religião do Estado*’ (DUBUFFET 2022: pp. 23, 24), aliás sintomaticamente dirigida pelos seus próprios funcionários.

Há quase um século atrás, o Arq.^{to} António do Couto (1936: p. 141) escrevia, uma vez mais referindo-se à Sé de Lisboa, que bem conhecia: “*Mas a tradição da sua alta antiguidade está tão arraigada na nossa gente, que ainda por muitos anos, estou certo, haverá sempre quem nos pergunte, muito crente na sua afirmação: ¿ É aqui a antiga mesquita moura?*”.

A finalizarmos estas desprezíveis observações, cabe-nos também nós perguntarmos, afinal onde está a mesquita aljama de Lisboa? Importa continuarmos a procurar a resposta, como estudar e conservar, verdadeiramente, as ruínas e os espólios descobertos sob o claustro da Sé de Lisboa.

Afinal voltamos ao *Grau Zero da Escrita* (R. Barthes 1953).

Agradecimentos: Os autores encontram-se reconhecidos aos Professores Doutores Luís Filipe Oliveira, pelas suas muito úteis observações, enquanto *referee* do presente texto, e Mário Jorge Barroca, que o editou.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1994), Lisboa romana e visigótica, in D’Intimo, R. (coord.), *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 58-63.
- AMARO, C. (1995), Urbanismo tardo-romano no claustro da Sé de Lisboa, in GURT, J. M.; TENA, N. (coord.), *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Barcelona, Institut d’Estudis Catalans / Universidade Nova de Lisboa, pp. 337-342.
- AMARO, C. (1998), Arqueologia islâmica em Lisboa: um percurso possível, in Macias, S.; Torres, C. (coord.), *Portugal Islâmico – Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Ministério da Cultura, pp. 61-71.
- AMARO, C. (2001), Presença muçulmana no claustro da Sé Catedral – três contextos com cerâmica islâmica, in Lacerda, M.; Soromenho, M.; Ramalho, M. de M.; Lopes, C. (coord.), *Garb. Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa/Badajoz, Ministério da Cultura e Junta de Extremadura, pp. 164-197.
- AMARO, C.; Matos, J. L. de (1996), Trabalhos arqueológicos no claustro da Sé de Lisboa – Notícia preliminar, in Filipe, G.; Raposo, J. M. C. (coord.), *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Lisboa, Câmara Municipal do Seixal e Publicações Dom Quixote, pp. 215-224.
- ARAÚJO, N. de (1944), *Inventário de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- ARNOLD, F. (2020), *Los Restos Islámicos en el Claustro de la Catedral Sé de Lisboa*, Madrid, Deutsches Archäologisches Institut.
- AZEVEDO, R. de (1957), A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto de Bawdsey sobre a conquista de Lisboa em 1147, *Revista Portuguesa de História*, tomo VII, Lisboa, pp.343-370.
- BASTO, A. de M. (1945), *Crónica dos Cinco Reis de Portugal*, Lisboa, Livraria Civilização.
- BAIGENT, M.; Leigh, R. (2000), *The Inquisition*, London, Penguin Books.

- BARTHES, R. (1973) [1953], *O Grau Zero da Escrita, Seguido de Elementos de Semiologia*, Lisboa, Edições 70 (Colecção Signos 3).
- BORGES, A.G. de M. (1998), Epigrafia árabe no Gharb, in Macias, S.; Torres, C. (coord.), *Portugal Islâmico – Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Ministério da Cultura, pp. 227-234.
- CARDOSO, J. (1657), *Agiolégio Lusitano dos Santos e Varões Ilustres em Virtude do Reyno de Portugal, e suas Conquistas*, tomo II, Lisboa, Officina de Henrique Valente de Oliveira.
- CASTILHO, J. de (1936), *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol. IV, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- CASTILHO, J. de (1936a), *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol. V, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- CASTRO, J. B. de (1763), *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, tomo III (parte V), Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- CATARINO, H. (2009), Capitel califal, in: Bidarra, A. [et al.] – *Arte, Poder e Religião nos Tempos Medievais. A Identidade de Portugal em Construção*, Viseu, Câmara Municipal de Viseu, pp. 120, 121.
- CORREIA, F. B. (2013), *Elvas na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS – Universidade de Évora.
- COUTO, A. do (1936), Época da construção da Sé, in Castilho, J. de, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol. V, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 131-141.
- CRESSIER, P. (2016), Un redescubrimiento: «nuevos» capiteles almorávides en la mezquita al-Qarawyyin de Fez (Marruecos), *Mainake*, 36, Málaga, pp 175-190.
- DGEMN (1953), *Igreja Matriz de Mértola*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas (Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 71).
- DUARTE DE ARMAS (1977), *Livro das Fortalezas*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa.
- DUBUFFET, J. (2022), *Asfixiante Cultura*, Lisboa, Orfeu Negro.
- EWALD, P.; Hartmann, L. M. (ed.) (1891), *Gregorii I Papae Regístrum Epistolarum*, Berolini, Weidmannos.
- ETTAHIRI, A. S. (2014), À l'aube de la ville de Fès – Découvertes sous la mosquée al-Qarawiyin, *Dossiers d'Archéologie*, 365, Dijon, pp. 42-49.
- FERNANDES, H. (2020), Porquê a mesquita (da Sé), *Público*. Lisboa. 11118, de 2 de Outubro de 2020. <https://www.publico.pt/2020/10/02/opiniao/noticia/mesquita-1933512> [consultado em 12.11.2021].
- FERNANDES, P. A. (2002), O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista, *Artis*, 1, Lisboa, pp. 57-87.
- FERNANDES, P. A. (2006), O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura “cheia de imperfeições”, *Murphy – Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, 1, Coimbra, pp. 18-69.
- FERNANDES, P. A. (2006a), Antes e depois da Arqueologia da Arquitectura: um novo ciclo na investigação da mesquita-catedral de Idanha-a-Velha, *Artis*, 5, Lisboa, pp. 49-72.
- FERNANDES, P. A. (2021), O que nos diz o chão debaixo da Sé de Lisboa?, *National Geographic*, ed. especial, Lisboa: RBA Revistas, pp.76-95. <https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/2688-o-que-nos-diz-o-chao-debaixo-da-se-de-lisboa>.
- FRISHMAN, M.; Khan, H.-U. (ed.) (1997), *The Mosque. History, Architectural Development & Regional Diversity*, London, Thames and Hudson Ltd.
- FUSCHINI, A. (1904), *A Architectura Religiosa na Edade Média*, Lisboa, Imprensa National.
- GASPAR, A.; Gomes, A. (2016), Ocupação medieval na Sé de Lisboa, in Fontes, J. L. I.; Oliveira, L. F.; Tente, C.; Farelo, C.; Martins, M. G. (coord.), *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa, pp. 113-128.
- GOLVIN, L. (1979), *Essai sur l'Architecture Religieuse Musulmane, L'Art Hispano-Musulman*, Paris, Éditions Klincksieck.
- GOLVIN, L. (1995), *Architecture Musulmane – La Madrasa Médiévale*, Aix-en-Provence, Edisud.
- GOMES, M. V.; Casimiro, T. M. e Vieira, A. I. (2014), A medieval boat graffito from Silves, Algarve, Portugal, *The International Journal of Nautical Archaeology*, 43(1), Portsmouth, pp. 184-187.
- GOMES, R. V. (2006), *Silves (Xelb), Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: O Núcleo Urbano*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia 44).

- GOMES, R. V. (2013), *Arquitecturas. Testemunhos Islâmicos em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Aga Khan Trust For Culture.
- GOMES, R. V.; Gomes, M. V. (2000), Bocal de poço islâmico de Silves. Uma leitura possível, *Estudos Orientais*, VII, Lisboa, pp. 129-150.
- GOMES, R. V.; Gomes, M. V. (2007), *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur.
- GOMES, R. V.; Gomes, M. V. (2020), *Sé Patriarcal de Lisboa – Parecer sobre a atribuição funcional e o interesse histórico-arqueológico e cultural das ruínas postas a descoberto sob a zona sul do claustro*, Lisboa, Direcção Geral do Património Cultural.
- HERCULANO, A. (1875), *História de Portugal*, Paris/Lisboa, Livrarias Aillaud & Bertrand.
- LIVERMORE, H. V. (1990), On “The Conquest of Lisbon” and its author, *Portuguese Studies*, vol.6, Lisboa, pp.19-36.
- LOPES, J. B. da S. (ed.) (1844), *Relação da Derrota Naval, Façanhas, e Sucessos dos Cruzados que Partirão do Escalda para a Terra Santa no Anno de 1189*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, Typographia da Mesma Academia.
- LOPES, J. B. da S. (1848), *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, Typographia da Mesma Academia.
- MARTINS, M. G. (2017), *1147, A Conquista de Lisboa na Rota da Segunda Cruzada*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- MATOS, J. L. M. de (1994), Escavações arqueológicas nos claustros da Sé de Lisboa, *Al-Madan*, 2ª série, 3, Almada, pp. 108, 109.
- MATOS, J. L. M. de (2015), *Lisboa na Civilização Islâmica*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- MATOS, M. C. de (ed.) (1999), *A Cidade de Silves Num Itinerário Naval do Século XII por Um Cruzado Anónimo*, Fac-simile da edição por João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Edições Távola Redonda / Câmara Municipal de Silves.
- MOLINA, L. (ed.) (1983), *Una Descripción Anónima de Al-Andalus*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- OLIVEIRA, J. A. de (1936), *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, Testemunhas Presenciais do Cêrco*. 2ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- OLIVEIRA, L. F.; Fontes, J. L. I. (2014), III Colóquio A Nova Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes, *Medievalista Online*, 15, pp. 2-5.
- PASTOUREAU, M. (2020), *Bestiaires du Moyen Âge*, Paris, Éditions du Seuil.
- PAVÓN MALDONADO, B. (2009), *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana. Mezquitas*, vol. IV, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- PEREIRA, P.; Ramalho, M. de M. (1997), Pedra de traçaria do Convento de São Francisco de Santarém, *Arqueologia Medieval*, 5, Mértola, pp. 295-301.
- PEREIRA, P.; Ramalho, M. de M. (2001), Segunda “pedra de traçaria” do Convento de São Francisco de Santarém, *Património, Estudos*, 1, Lisboa, pp. 123-128.
- PICOITO, P. (2022), *A De Expugnatione Lyxbonensi* à luz da investigação recente. Crónica de uma revisão anunciada, *Medievalista (Online)*, vol.32, 8pp.([https:// journalsopeneditorsorg / medievalista/5754](https://journalsopeneditorsorg/medievalista/5754)).
- PIMENTA, A. (ed.) (1982), *Fontes Medievais da História de Portugal, vol. I. Anais e Crónicas*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- PINCHA, J. P. (2021), Houve uma mesquita na Sé? A dúvida desenterrou a guerra entre arqueólogos, *Público*, 11529, p. 22.
- REAL, M. L. (1994), Baixo-relevo ornamental, in D’Intino, R. (coord.), *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, p. 233, nº 286.

- REAL, M. L. (1995), Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no Ocidente Peninsular, in Gurt, J. M.; Tena, N. (coords), *IV Reunião de Arqueologia Cristiana Hispânica*, Barcelona, Universitat de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa, pp. 9-68.
- REAL, M. L. (2000), Portugal: Cultura visigoda e cultura moçárabe, *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, XXIII, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 21-75.
- RODRIGUES, J. (1995), O Mundo Românico (séculos XI-XIII), in Pereira, P. (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 180-263.
- SALGADO, Fr. V. (1786), *Memórias Ecclesiasticas do Reino do Algarve*, Lisboa, Regia Officina Typografica.
- SANTOS, F. (2022), *O Médio Tejo dos Meados do Século IX à Primeira Metade do Século XIII: Militarização e Povoamento*. Departamento de História, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- SHANKS, M.; HODDER, I. (1995), Processual, Postprocessual and Interpretative Archaeologies, in Alexandri, A.; Buchli, V.; Carman, J.; Hodder, I.; Last, J.; Lucas, G.; Shanks, M. (eds), *Interpreting Archaeology, Finding Meaning in the Past*, London, Routledge, pp. 238-242.
- SILVA, R. B. da; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2021), O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa), in Gomes, R. V.; Gomes, M. V.; Tente, C. (ed.), *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*, Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, pp. 17-25.
- SIMONET, F. J. (1985), *Historia de los Mozárabes de España*. Tomo 3, Madrid, Ediciones Turner.
- SOURDEL, D.; SOURDEL-THOMINE, J. (2013), *Vocabulaire de l'Islam*, Paris, Presses Universitaires de France (Collection Que sais-je?).
- SOUSA, A. D. de C. e (Abade de Castro) (1845), *Itinerario, que os Estrangeiros, que Vem a Portugal, Devem Seguir na Observação, e Exame dos Edifícios, e Monumentos mais Notáveis do Reino*, Lisboa, Typografia da Historia d'Hispanha.
- SUCENA, E. (2004), *A Sé Patriarcal de Lisboa: História e Património*, Lisboa, Sete Caminhos.
- STIERLIN, H. (1997), *Islão de Bagdade a Córdova, A Arquitectura Primitiva do Século VII ao Século XIII*, Lisboa, Taschen.
- SUMMAVIELLE, E. (1986), *Igreja de Santa Maria Maior, Sé de Lisboa*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural / Editora Teorema.
- TORRES, C. (1992), A Sé Catedral da Idanha, *Arqueologia Medieval*, 1, Mértola, pp. 169-178.
- TUI LEONETTI, B.; DÉLÉRY, C. (2014) – Fès à l'aube du Maghreb al-Aqsa, in Lintz, Y.; Simou, B.; Déléry, C.; Boulghallat, A.; Leonetti, B. T. (eds), *Maroc Médiéval - Un Empire de l'Afrique à l'Espagne*, Paris, Louvre Éditions, pp. 118-123.
- TUI LEONETTI, B.; DÉLÉRY, C. (2014a) – Agmat et Marrakech à l'époque almoravide, in Lintz, Y.; SIMOU, B.; DÉLÉRY, C.; BOULGHALLAT, A.; LEONETTI, B. T. (eds), *Maroc Médiéval - Un Empire de l'Afrique à l'Espagne*, Paris, Louvre Éditions, pp. 170-172.
- TUI LEONETTI, B.; DÉLÉRY, C. (2014b) – L'œuvre des Almoravides à Tlemcen, in Lintz, Y.; SIMOU, B.; DÉLÉRY, C.; BOULGHALLAT, A.; LEONETTI, B. T. (eds), *Maroc Médiéval - Un Empire de l'Afrique à l'Espagne*, Paris, Louvre Éditions, pp. 212-217.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1910), Antiguidades Monumentaes do Algarve, Capítulo V, *O Archeologo Português*, XVI, Lisboa, pp. 209-233.
- VIANA, A. (1949), Restos de Ossónoba, no Largo da Sé em Faro, Lisboa, *Revista do Sindicato dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*, anos III e IV (nºs 39-46), pp. 359-373, 407-414, 446-454, 488-492.

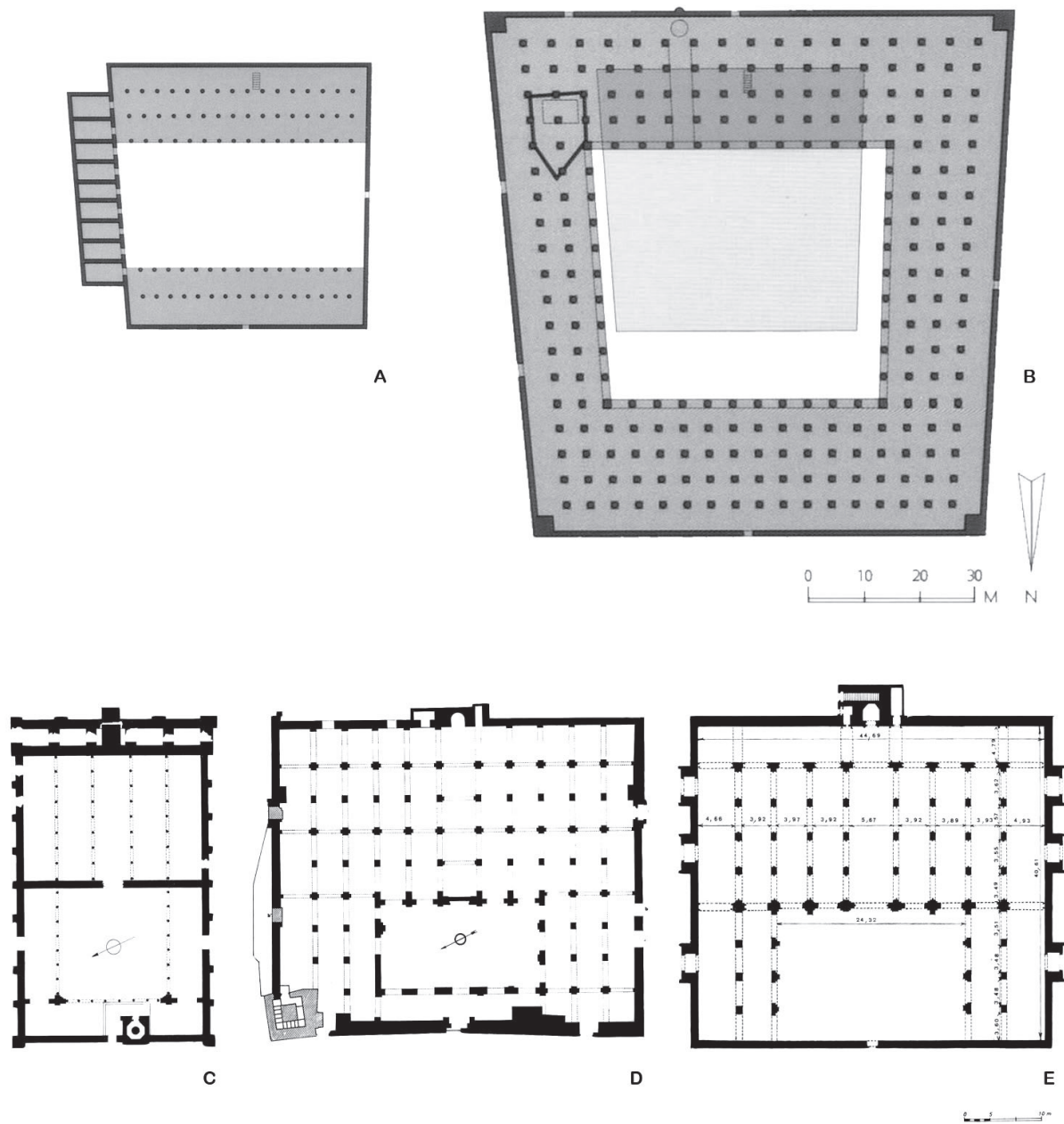


Fig. 1: A. Casa do Profeta Maomé, em Medina (ca 622-632); B. Mesquita de Medina (707-709), edificada no sítio da Casa do Profeta, pelo Califa al-Walid I; C. Mesquita de Medinat al-Zahra (séc. X); D. Mesquita de Alger (séc. XII); E. Mesquita de Tinmal (séc. XII) (Adaptado de: A- STIERLIN 1997: p. 28; B- p. 30; C- GOLVIN 1979: p. 97, fig. 23; D- p. 176, fig. 62; E- p. 250, fig. 83).

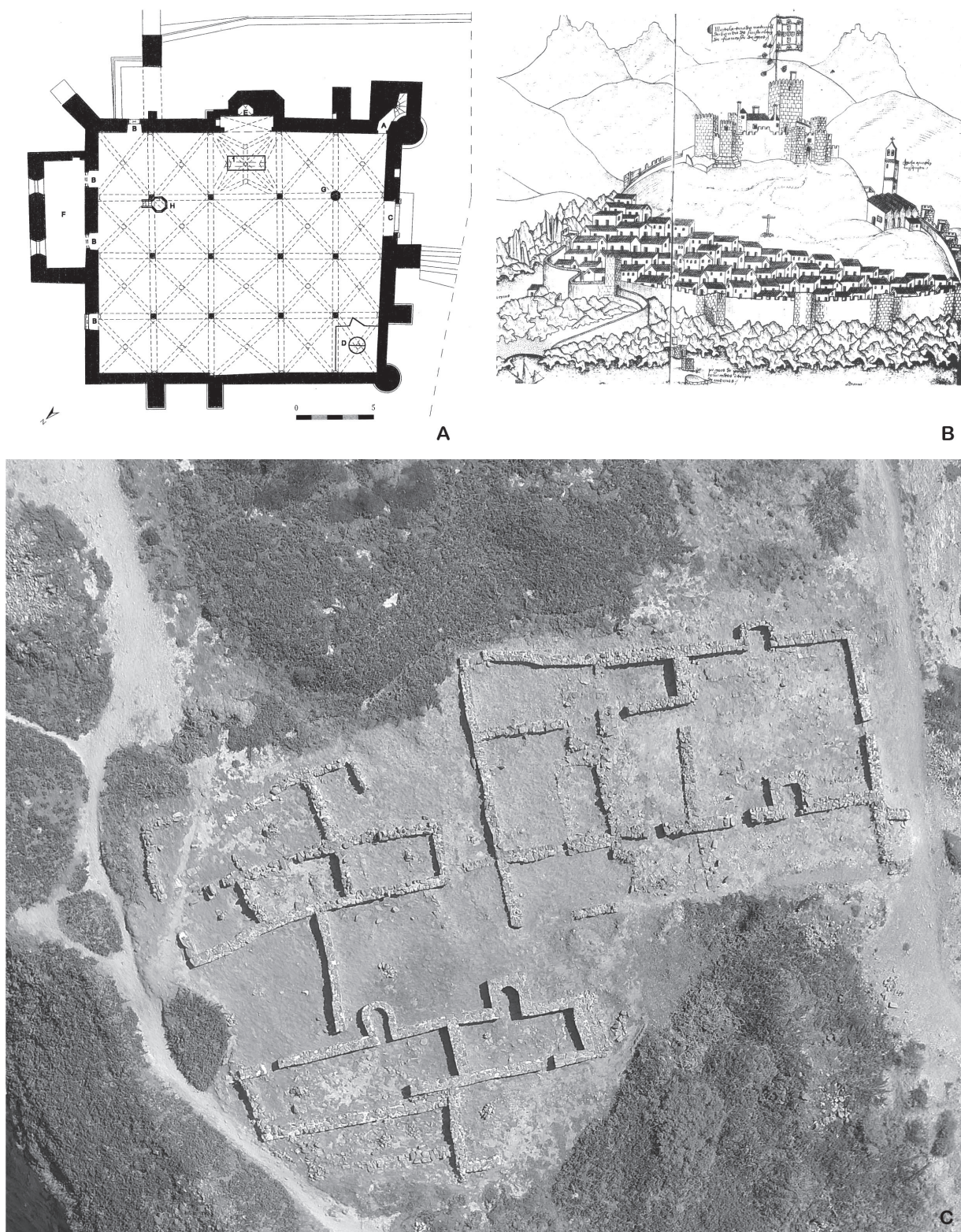


Fig. 2: A. Mesquita de Mértola. Igreja de Nossa Senhora da Assunção, a partir de 1238 (DGEMN 1953: nº 71); B. Vista de Mértola por Duarte de Armas (1997, nº 5); C. Fotografia aérea do Sector 1 do Ribãt da Arrifana, vendo-se ruínas de quatro mesquitas (©António Franco – 4Screen).

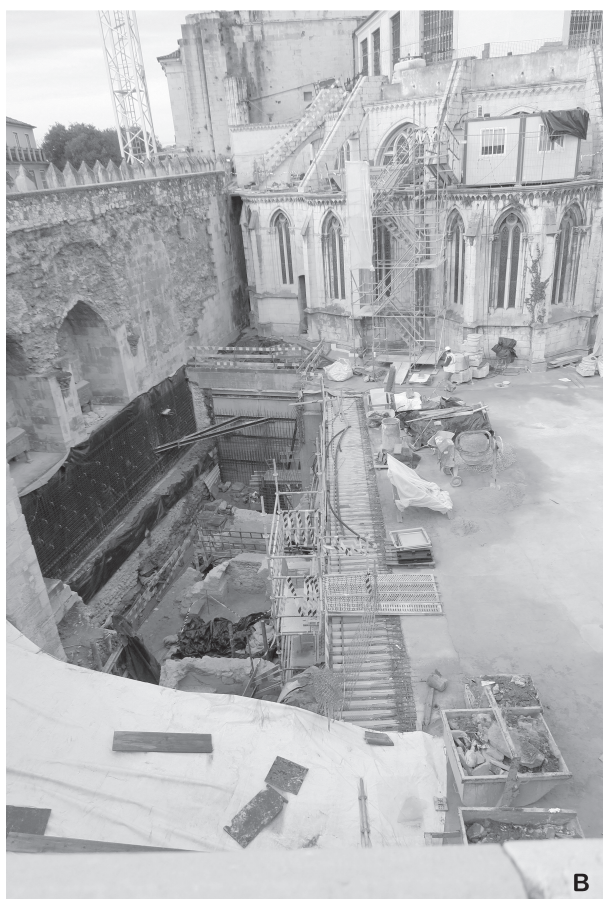
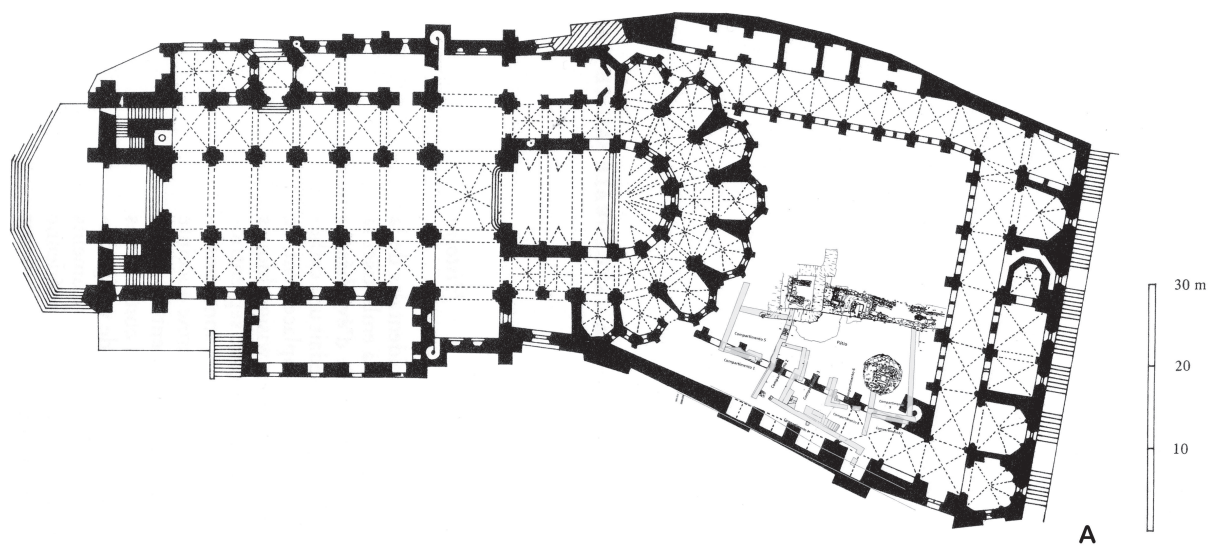
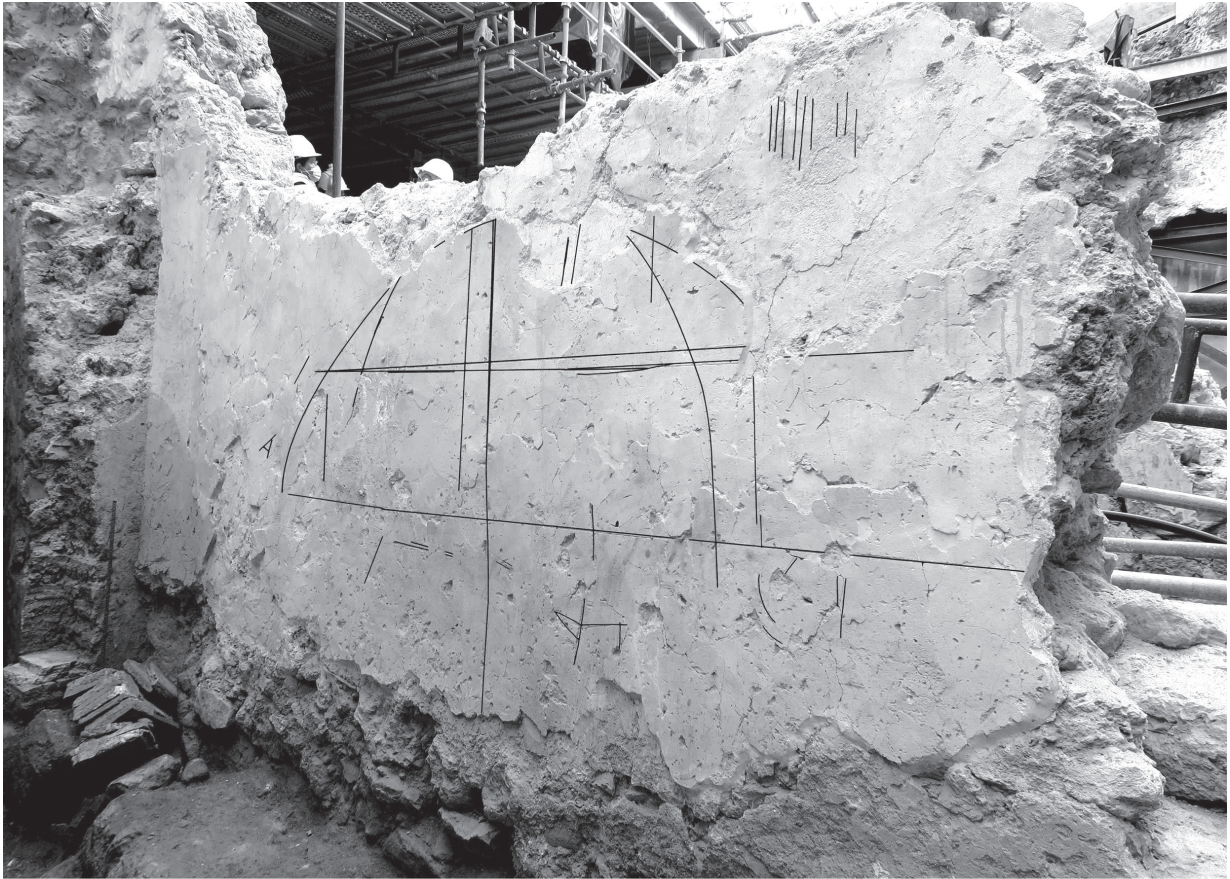


Fig. 3: A. Planta da Sé de Lisboa, com o claustro e local das escavações arqueológicas 2010-2022 (seg. A. do COUTO, alterado, in J. de CASTILHO 1936: p. 33); B e C. Aspectos das escavações na zona sul do claustro da Sé (fotos J. Gonçalves, 11.11.2020).



A



B

Fig. 4: Grafitos, em paredes do sector sul do claustro da Sé de Lisboa, realçados (fotos J. Gonçalves, 11.11.2020).

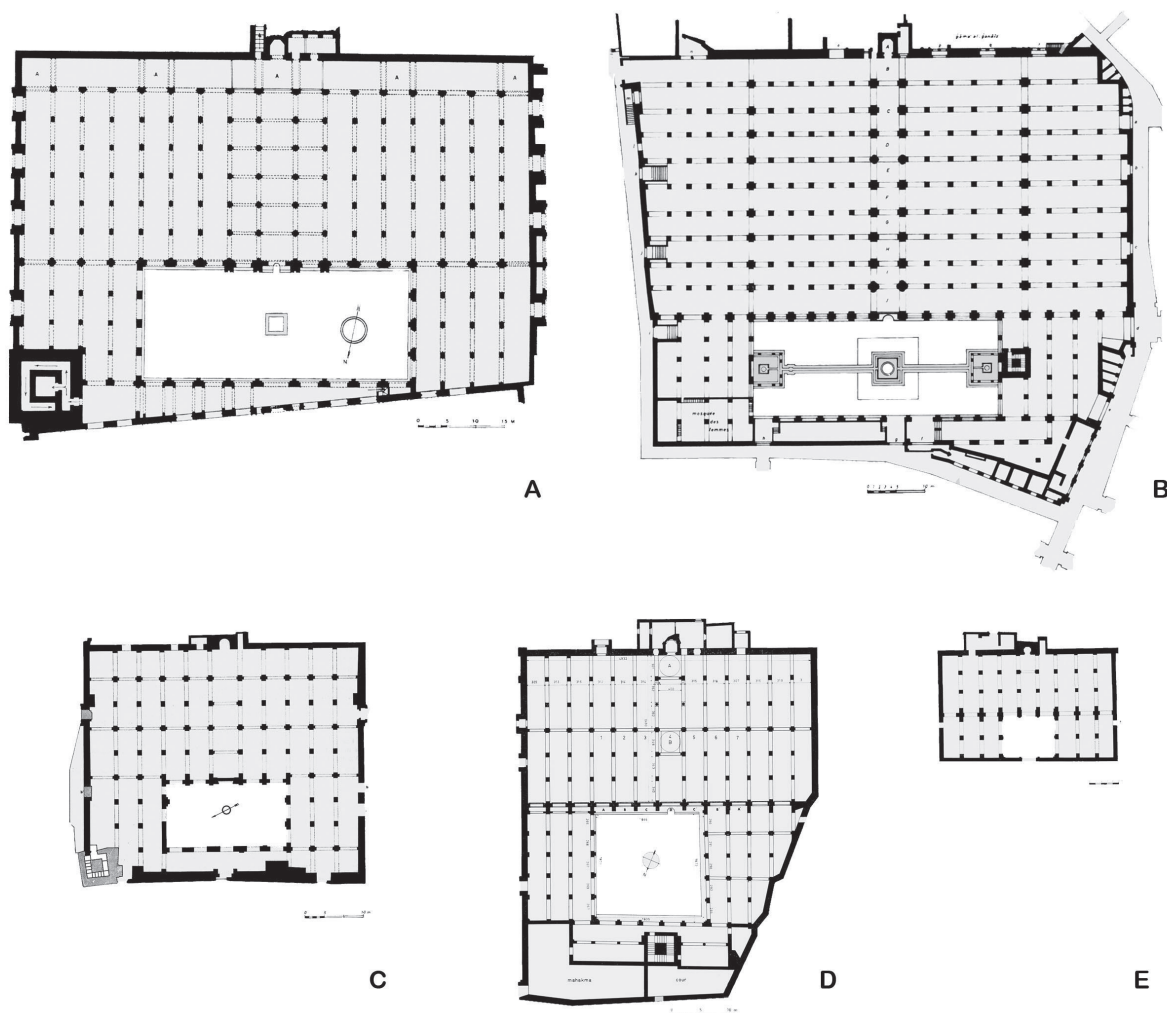


Fig. 5: Planos das mesquitas que, segundo A. Gaspar e A. Gomes, serviram como paralelos para as estruturas que exumaram no sector sul do claustro da Sé de Lisboa, num exercício de comparar o incomparável. A. Marraquexe; B. Fez; C. Argel; D. Tlemcen; E. Nédroma (Adaptado de: A- GOLVIN 1979: p. 254, fig. 84; B- p. 205, fig. 68; C- p. 176, fig. 62; D- p. 184, fig. 64; E- p. 172, fig. 60).



Fig. 6: Recortes de publicações que, indevidamente, referem a presença de testemunhos de mesquita sob o claustro da Sé de Lisboa.

GRAFITOS MEDIEVAIS NO CASTELO DE SÃO JORGE (SÉCULOS XIV-XV) – NOVOS ESTUDOS

Pedro Alves

FCSH-UNL
pedroalves3012@gmail.com

Ana Pereira Ferreira

CIDEHUS / CH-UL
anapsferreira@gmail.com

André de Oliveira Leitão

Município de Lisboa / CH-UL / CEHR-UCP
oliveira.leitao@gmail.com

Gonçalo Lopes

Arqueólogo / Investigador Independente
g.simoelopes@gmail.com

ABSTRACT

Following the discovery, in 2015, of some unknown *graffiti* on the so-called “Torre do Paço” (Tower of the Palace) of São Jorge Castle in Lisbon, more sets of drawings and inscriptions were analyzed on the tower and the barbican wall on the eastern side of the fortress. This new data not only added valuable heraldic information, but also sheds some light on daily urban life in the late-Middle Ages and on the castle’s historical and constructive evolution, helping to reaffirm the medieval origins of parts of its structure.

Keywords: Castle, barbican wall, graffiti, heraldry.

RESUMO

Após a descoberta, em 2015, de alguns grafitos inéditos na chamada “Torre do Paço” do castelo de São Jorge em Lisboa, foram analisados mais conjuntos de desenhos e inscrições na dita torre e na muralha da barbacã do lado nascente da fortaleza. Estes novos dados, para além de acrescentarem valiosa informação heráldica, lançam luz sobre a vida urbana quotidiana no fim da Idade Média e sobre a evolução histórica e construtiva do castelo, ajudando a reafirmar a origem medieval de parte da sua estrutura.

Palavras Chave: Castelo, barbacã, grafitos, heráldica.

Desde a Pré-História que os grafitos - tradução portuguesa do italiano *graffito* (pl. *graffiti*) referindo-se a textos e figuras pintadas, desenhadas ou gravadas em paredes e outras superfícies (BARROCA 2000: 25, nota 14) - têm sido sempre associados ao desejo da Humanidade em

deixar a sua marca (LOHMANN 2020: 37), quer testemunhando acontecimentos quotidianos e ações específicas dos seus autores ou de outrem, quer transmitindo manifestações populares de irreverência com temas de carácter transgressor, cómico ou ofensivo. Os grafitos espalharam-se pelas cidades da Antiguidade, reportando-se ao período romano alguns dos exemplos mais bem preservados que sobreviveram até aos nossos dias, embora continuemos a encontrar vestígios semelhantes durante a Idade Média (MIGLIO, TEDESCHI 2012: 610).

Portugal não foi exceção e podemos identificar grafitos da época medieval espalhados por vários monumentos desse período, como nos mosteiros da Batalha (ESTRELA 2019; JORGE 2017) e Santa Clara-a-Velha (BAIRRAS 2020), ou na Capela dos Ferreiros (em Oliveira do Hospital) (BARROCA 2000: 26-27). Também os castelos foram estruturas preferenciais para suporte de grafitos, conforme os encontramos em Arraiolos (BILOU, BRANCO 2011: 1-13), Olivença (MARQUES 2000), Valongo (REI 2000: 199-218) ou Montemor-o-Velho (PENAJÓIA 2014: 231-248). Mais recentemente, em 2015, foi descoberto um conjunto de inscrições inéditas na (impropriamente) chamada “Torre do Paço” do castelo de São Jorge em Lisboa (Figs. 1 e 2) por Carlos Fabião e transcritas por Bernardo de Sá Nogueira. Aí encontramos três dos quatro tipos de grafitos preconizados por Lorenzo Arribas: textuais, figurativos e numerais (ARRIBAS 2016: 57), mas por se encontrarem a uma altura bastante elevada e relativamente concentradas, tornam-se bastante mais complexas de analisar.

Sabe-se que essas inscrições versam sobre um dia trágico na história da cidade: o sismo de 24 de Agosto de 1356, dia de São Bartolomeu (Fig. 3). Com efeito, para além de terem identificado a referência ao acontecimento e à data da sua ocorrência: “*Nouenta e quatro [...] / [...] dia de Sam Bertolameu tremeu a terra [...]*”, também notaram nas curiosas palavras que se lhe seguiam: “*A qual mandou fazer el rey Afonso / filho del rey dom Denis / Vasco Gonçalvez*” (CAMPOS, PEREIRA 2016: 24). Seria esta última frase uma indicação direta de uma possível reconstrução da dita “Torre do Paço”, danificada pelo sismo? Tudo aponta nesse sentido, não só pela confirmação da data e da descrição do cenário dantesco provocado pelo dito sismo dada no *Livro da Noa* do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (CRUZ 1968: 81) - abalo que provocou a queda de vários edifícios em Lisboa, entre os quais a capela-mor da Sé, e que foi igualmente sentido no reino de Castela (COSTA, FONSECA 2007: 8-9) - como também pela transcrição das frases gravadas nas linhas seguintes, onde parece estar referida a data de conclusão das obras de reconstrução da torre em 1396 (ano 1358 da Era de Cristo): “*Esta (?) torre que (?) [...] dia de Sam Bertalomeu / e prol de [...] nouenta e seis (?) / [...] nova fazer el rey dom Afonso [...]*” (MORUJÃO 2023: 72-73).

Sobre a identidade do suposto assinante destas inscrições, Vasco Gonçalves, surgiram algumas dúvidas. Enquanto Bernardo de Sá Nogueira colocou a hipótese de se tratar de um tabelião de Lisboa (CAMPOS, PEREIRA 2016: 30), Rosário Morujão defende que o tipo de escrita informal característico dos grafitos não se coaduna com as funções habitualmente reservadas a tabeliães, mais habituados a escrever e autenticar documentos oficiais, e que a ausência do sinal de tabelião ou de qualquer referência ao seu título seriam indícios de uma outra função (MORUJÃO 2023: 73-74). No entanto, os escrivães do almoxarifado, vedores de obra e outros oficiais régios já eram alfabetizados em meados do século XIV e assumiam, muitas vezes, as funções de tabeliães, ou vice-versa (BILOU, BRANCO 2011: 2-7).

Para mais, foi identificado um tabelião “d’el-rei” com o mesmo nome a laborar em Lisboa entre 1369 e 1393 (FERREIRA 2023: 279), e se a isso juntarmos o estilo de letra gravada em escrita gótica “redonda”, compatível com a época do reinado de D. Fernando I (1367-1383) (CAMPOS, PEREIRA 2016: 30), logo se conclui que é possível que esse tabelião e o autor das inscrições possam ser a mesma pessoa. Sem embargo, Vasco Gonçalves até poderia ser um mestre pedreiro, um clérigo, membro da casa do rei ou alguém que soubesse ler e escrever, visto que o castelo contava com

um conjunto de oficiais e escrivães de apoio às mais variadas escrivatinhas que compunham a já complexa administração local (e central), e como tal parece mais plausível que se tratasse de um destes homens, com conhecimento da escrita e que, dada a sua profissão, estivesse presente na obra naquele momento.

ESCUDO DE ARMAS DE ESTÊVÃO DA GUARDA

Para além das inscrições já analisadas, a “Torre do Paço” apresenta outras palavras avulsas e figuras - pentagramas e instrumentos de construção - como um compasso ou alicate (Fig. 4), ferramentas que fazem todo o sentido surgir em contexto de um estaleiro de obra. Mas o mais curioso desse conjunto são uma série de escudos heráldicos que procuramos abordar neste artigo. Embora passíveis de associação com o já citado Vasco Gonçalves ou com outras famílias pertencentes à oligarquia municipal lisboeta (SEIXAS 2023: 104-109), os sinais de um dos escudos, elementos no interior de uma banda, que parecem com grande certeza serem flores-de-lis (Figs. 5 e 6), levam-nos diretamente às armas de Estêvão da Guarda.

Sabemos, pela descrição do seu túmulo e da capela familiar instituída em 1320 pelo próprio e pela sua mulher Sancha Domingues no mosteiro de São Vicente de Fora, feita por Gaspar Álvares de Lousada antes da sua demolição na primeira metade do século XVII, que o escudo de armas era composto por uma “[...] banda larga que atravessa o escudo e nella 3 flores de liz que conforme a sua pintura antiga da capella erao douro em campo azul [...]” (LOUSADA 1612-1629: 98).

São estes mesmos elementos heráldicos que encontramos em pelo menos dois dos desenhos dos escudos presentes na torre, sendo os mais pequenos provavelmente desenhos preparatórios, ou simples repetições (Fig. 6). Tal identificação é reforçada por um fragmento de texto próximo onde se lê “G[...]da”, provavelmente “G[uar]da” (Fig. 7). Num dos escudos só é possível descortinar a sua forma, pois os elementos interiores desapareceram com a queda do reboco.

Anteriormente identificado como aragonês (HOMEM 1990: 296), Estêvão da Guarda terá nascido muito provavelmente na cidade homónima por volta de 1280, como o próprio apodo indica (MARTINS 1999: 15). Além de criado e vassalo do rei D. Dinis desde tenra idade, revelou-se um homem de nobreza verdadeiramente multifacetado: para além de trovador (OLIVEIRA 1993: 245-246), exerceu uma série de funções na Corte régia que o tornaram um indivíduo muito próximo do monarca, ocupando durante quase 26 anos - entre 1299 e 1325 - vários cargos no desembargo régio, principalmente o de escrivão da puridade (nada menos que o secretário pessoal do rei), tendo também sido seu procurador, testamenteiro, escanção e uchão-mor¹. A sua proximidade ao trono levou-o inclusivamente a mudar de residência da freguesia de São Mamede para umas casas que possuía na alcáçova de Lisboa, junto ao paço real², pelo que não seria coincidência a presença do desenho das suas armas na torre do castelo.

Durante a guerra civil que teve lugar no final do reinado dionisino entre o monarca e o seu filho, o infante herdeiro D. Afonso, Estêvão da Guarda colocou-se ao lado de D. Dinis desde a primeira hora, podendo até ter chegado a pegar em armas contra o infante rebelde, posição que lhe valeu o afastamento da Corte aquando da subida ao trono de D. Afonso (MARTINS 1999: 25). No entanto, tal ocaso não foi definitivo, pois voltamos a encontrá-lo como representante da política externa do monarca em várias ocasiões entre 1327 e 1338, e como testemunha e signatário de documentos legislativos em 1341 e 1347 (MARTINS 1999: 26-27).

1 O escanção-mor, ou copeiro, era o oficial da Corte encarregado de servir o vinho ao rei nas refeições. O uchão-mor, ou despenseiro, era o oficial responsável da despensa régia, ou seja, do armazenamento de alimentos e outros víveres. Sobre isto ver MARTINS 2023, MARTINS 1999: pp. 23-24 e HOMEM 1990: pp. 296-297.

2 PT/AMLSB/CMLSBAH/CSA/001/001/008: fl. 11v; MARTINS 2023; MARTINS 1999: p. 24.

A estreita colaboração prestada por Estêvão da Guarda a D. Dinis e a D. Afonso IV nos sucessivos cargos de burocracia régia projetaram-no também junto dos grupos sociais de prestígio na sociedade da época: a Ordem Militar de Avis, o Concelho de Lisboa e o clero da cidade (MARTINS 1999: 28-31). Mais para o fim da vida continuou a ser agraciado pelo rei D. Pedro I com mercês e doações de terras em 1357 e 1362. Viveu até 1364, ou pouco antes, o que fortalece o sentido da presença do grafito do seu escudo de armas na “Torre do Paço”, provavelmente como confirmante e/ou assinante das ordens régias para a reconstrução da mesma.

NOTÍCIAS DA (RE)CONSTRUÇÃO DA MURALHA BARBACÃ DO CASTELO

Podemos igualmente encontrar numerosos grafitos, não só em quantidade, mas também em qualidade, no muro abaixo da barbacã do lado nascente do castelo, poucos centímetros acima da cota do terreno do atual fosso (Fig. 8). Desde desenhos de navios (Fig. 9) - uma iconografia bastante comum (ESTRELA 2019; JORGE 2017: 21-22) - de peixes, ou cetáceos (Fig. 10), contagens de jorna, um labirinto, pentagramas (Fig. 11); e uma frase até bem recentemente inédita, cuja transcrição, proposta por Ana Pereira Ferreira, tem merecido consenso relativamente alargado entre os académicos: “*Esta parede foy f[ec]ta em t[em]po del rey dom Joham*” (Figs. 12 e 13). Estamos assim perante notícias de obras realizadas naquele trecho da muralha da barbacã durante o reinado de D. João I (1385-1433).

Essas obras decorreram num contexto de reconstrução do castelo depois do turbulento período de 1383-1385, anos em que o cronista Fernão Lopes conta que, logo após a revolta de Lisboa a favor de D. João, Mestre de Avis, em dezembro de 1383, o castelo foi tomado sem luta e “[...] mandou-o devassar e tirar as portas da parte da cidade, per conselho de todo o pobo.” (LOPES 2017: 89). Mais tarde, após o cerco castelhano em 1384, alguns dos moradores de Lisboa pediram-lhe “[...] que mandasse logo derribar o castelo dessa cidade. Sendo outorgado por ele, foi deitado em terra, sem outra tardança.” (Ibidem: 297).

Estas frases têm levado a concluir que o castelo teria sido total ou parcialmente demolido, mas a descoberta destes grafitos, tanto na “Torre do Paço” como na barbacã, complementado com futuras análises das marcas de canteiro, poderão comprovar que a fortaleza não foi, afinal, destruída, mas antes inutilizada, ao serem retirados alguns elementos bélicos - como o fosso ou a barbacã - para neutralizar a ameaça militar que esta ainda poderia exercer sobre a cidade (MONTEIRO 1999: 94).

O tipo de letra da inscrição, angulosa, de gótica cursiva, mas com aparência caligráfica influenciada pela letra *bâtard*, típica do reinado Joanino (FERREIRA 2011: 50), é outro indício para a sua identificação cronológica, confirmada por uma breve análise paleográfica: notemos a forma como são feitos os *m*, angulosos e rectos; ou o *J* de *Joham*, à semelhança do *J* de arranque da documentação da chancelaria régia do mesmo período; os *d* com laçada, os *i* longos, o *R* maiúsculo de rei e mesmo as abreviaturas usadas: *fecta* e *tempo*³. Se tal não bastasse, os próprios registos da Chancelaria de D. João I mencionam explicitamente obras no castelo num período compreendido entre 1405 e 1433. Entre estas, surgem referências à reformulação do fosso em 1417 (DIAS 2006: 23) e obras em 1421 (DIAS, PINTO 2023: 618) que ainda decorriam no início do reinado de D. Duarte (1433-1438) (DIAS 2002: 112). Parece-nos, portanto, inequívoca a leitura e datação da inscrição encontrada abaixo da muralha da barbacã no lado nascente.

No seguimento desta frase, apesar do reboco danificado, deparamo-nos com um espaço ilegível seguido do que parecem ser duas letras: “*c L*” (Fig. 13) e que poderão fazer parte da mesma

³ Para mais detalhes sobre este estilo de letra, ver: FERREIRA 2011.

inscrição ou do início de outra. Se atentarmos à hipótese de ser uma datação, é possível que c L indiquem a forma de marcar a centúria e década: [mil iiij]c L..., ou seja, mil quatrocentos e cinquenta (podendo ir até cinquenta e nove, dado não se conseguir ver a continuação do texto). Recordemos que foi em ordenação publicada em agosto de 1422, no reinado precisamente de D. João I, que se passou a usar na datação dos diplomas da chancelaria régia a Era de Cristo ao invés da Era de César ou Hispânica (DIAS 2018: 11-14), pelo que esta data se pode referir à Era Hispânica de 1450 (a 1459), correspondente, na Era de Cristo, ao ano de 1412 (até 1421).

Esta hipótese, para além de totalmente alinhada com a cronologia avançada pela documentação para o período das obras, ganha força pelo tipo de suporte, que não oferecia as melhores condições de escrita e que justificaria a opção, por parte do autor das inscrições, pelo uso da numeração romana ao invés da extensa (FERREIRA 2011: 156), mais comum na documentação em pergaminho. Infelizmente, devido à deterioração do reboco e à subida da cota do terreno naquele local, é impossível a continuação da leitura, o que impede respostas definitivas a algumas destas questões.

Outra dúvida levantada por Rosário Morujão no seu artigo “Os Grafitos do Castelo de S. Jorge”, prende-se com a transcrição, logo no início da frase, do vocábulo “*parede*”, que em tempos medievais não costumava ser usado para designar uma muralha - neste caso a barbacã - preferindo-se, por exemplo, “*muro*” (MORUJÃO 2023: 78). Para além de podermos estar perante um uso excepcional do termo, julgamos que a diferença do tipo de estruturas em questão oferece possíveis respostas a essa dúvida: o sítio onde se encontram os grafitos possui um ligeiro declive, que faz lembrar um alambor⁴ (Fig. 14). Se tomarmos por princípio que se trata, de facto, de um alambor, então não faz parte da muralha da barbacã, antes a complementa, servindo-lhe não só de suporte, mas também como defesa extra.

Análise semelhante fez o olisipógrafo Augusto Vieira da Silva, que o considerou não um alambor, mas o muro da escarpa do fosso sobre o qual se erguia a antiga barbacã (SILVA 1937: 50-51). Esse fosso acabou entulhado nos séculos seguintes - enterrando a parede da escarpa - e a barbacã destruída na quase totalidade, com exceção de um pequeno trecho no canto sudeste (SILVA 1937: 39, 43). Entre 1938 e 1940, no âmbito dos trabalhos de restauro e “reintegração” do monumento nacional empreendidos pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) com vista às comemorações do duplo centenário da Fundação e da Restauração (1940) (DGEMN 1941: 5), foi reconstruída parte da barbacã e desaterrado o lado exterior, deixando visível novamente a face rampeada da parede da dita escarpa (SILVA 1937: 51) e revelando estes grafitos. Faz então sentido que, no período tardo-medieval, se considerasse também essa distinção entre os dois muros, pelo que o autor da inscrição pode ter optado por designar “*parede*” algo que efetivamente não é parte da muralha da barbacã, mas que, ao invés, lhe serve de suporte (Fig. 15).

OS GRAFITOS NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DO CASTELO

O castelo de Lisboa, mais conhecido por castelo de São Jorge⁵ e monumento *ex-libris* da cidade, é uma fortaleza com diversos detalhes construtivos que comprovam a sua origem medieval bem como a evolução da arquitetura militar nesse período. Não sendo nosso objetivo discorrermos aqui sobre as origens do castelo, elencam-se duas hipóteses fundamentais, uma identificando esta fortificação como tendo sido construída ainda durante o período de domínio islâmico da

⁴ “Trata-se de uma base em forma de rampa, destinada a [...] provocar o ressalto dos projéteis, [...] e, ao mesmo tempo, a manter à distância as escadas de assalto inimigas.” Ver MARTINS 2016: p. 25.

⁵ A mais antiga menção, que se conheça até agora, ao nome do santo para designar o castelo surge num documento de 8 de fevereiro de 1638. Cf. ANTT - PT/TT/CC/2/370/00128.

cidade, em meados do século XI (GASPAR *et alii* 2003: 222), e que poderia recuar até aos finais do século X - coeva do restauro das muralhas da cerca velha ordenado por Almançor, *hajib*⁶ do califa Hisham II (BARCELÓ 2013: 172-174) - e uma outra que aponta para uma edificação mais tardia, em contexto de ocupação plenamente cristã, no século XIII⁷, considerando alguns indícios documentais e arquitetónicos, como a diferença do aparelhamento da pedra entre os panos poente/norte e nascente/sul (SILVA 2022: 178-180) (Fig. 1), bem como a presença dos grafitos abordados neste e noutros artigos, e porventura outros mais que não foram até agora descobertos ou analisados.

Estes vestígios parecem ser suficientes para desmontar narrativas, preconceitos e ideias mal compreendidas até aos dias de hoje sobre o castelo de São Jorge, como a de que seria um monumento “inventado”, ou, pelo menos, quase completamente reconstruído sob a direção da DGEMN, desvirtuando o seu aspeto até ao ponto do que vemos atualmente nada ter de semelhante com a fortaleza original. Sendo certo que o restauro então efetuado obedeceu a critérios de natureza ideológica que procuravam vincular o restauro do monumento a algumas das conjunturas mais gloriosas da história portuguesa na ótica nacionalista preconizada pelo Estado Novo (no caso, a conquista de Lisboa aos mouros em 1147) (SANTOS 2014: 33-34), não é menos verdade que, do ponto de vista da arquitetura e da fundamentação teórica do restauro, havia vingado o modelo, proposto por Viollet-le-Duc no século XIX, da reintegração arquitetónica, traduzida numa “pureza de estilo” dos edifícios históricos (sobretudo os medievais), expurgando-os de todos os elementos constitutivos de outras épocas, considerados excrescências e, logo, atentados à estética do conjunto (CRUZ 2013: 73).

Nesse sentido, mais do que a autenticidade do restauro, ocorreu no castelo de São Jorge, como de resto noutros monumentos intervencionados no mesmo período, uma certa reinvenção histórica do espaço, que ainda assim poderá ser matizada pela presença de Vieira da Silva, conhecedor profundo do monumento e autor de uma monografia de inestimável valor acerca do castelo antes do restauro⁸. Essa intervenção, cujos trabalhos incluíram, numa primeira fase, a demolição dos edifícios militares que tinham sido, desde o século XVII, acrescentados no interior e ao redor da fortificação e do antigo Paço da Alcáçova, contemplou também, num segundo momento, uma extensa campanha de escavações e desaterros (CRUZ 2013: 69-71), tornando visíveis largos trechos preservados da estrutura preexistente (ao mesmo tempo que destruía, irremediavelmente, várias partes do antigo Paço da Alcáçova), conforme nos mostram várias fotos e gravuras anteriores às obras de restauro. A sua planta, traçado das muralhas, torres e algumas portas permaneceram intactas e inalteradas.

CONCLUSÕES

Não obstante a preservação de uma parte muito significativa das muralhas e torres do castelo medieval (ainda que ocultas sob os quartéis militares), os erros técnicos da DGEMN, propositados ou não, dificultam até hoje uma completa compreensão das suas várias cronologias construtivas, pelo que só campanhas arqueológicas abrangentes e estudos aprofundados de arqueologia da arquitetura poderão lançar novas luzes sobre a história do monumento e esclarecer definitivamente as dúvidas que subsistem sobre a data da sua construção e respetiva evolução arquitetónica.

Quanto aos grafitos, é importante ressaltar que estes demonstram a importância que a escrita adquiria na Idade Média: o abandono progressivo da oralidade como veículo de transmissão da memória dos acontecimentos, transposta para um uso cada vez mais massivo e regular da escrita

⁶ Equivalente ao cargo de tesoureiro, ou camareiro-mor, tornar-se-iam também líderes políticos e militares, chegando a posições de grande poder nas Cortes de vários líderes islâmicos, entre os quais, os califas omíadas do Al-Andalus. Cf. BERKEL *et alii* 2017.

⁷ A referência a “*castellum*” num documento da chancelaria do rei D. Afonso III em 1254 pode já apontar para a existência de uma fortificação separada dentro dos muros da alcáçova. Cf. GOMES 2022: p. 39.

⁸ Para mais informações ler: SILVA 1937.

como forma de registo primordial, imutável, perdurável, em suma, de registo para a posteridade dos que habitualmente ficam esquecidos. Não sendo uma muralha, torre ou parede o local de excelência da escrita, o facto de ali terem sido feitos registos de acontecimentos quotidianos para memória futura, ainda que com carácter bastante generalizado, demonstram a noção que o Homem medieval adquire sobre a importância do registo escrito.

Essa importância reveste-se de maior ironia quando se constata que os trabalhos de restauro do castelo de São Jorge constituíram o primeiro momento, em vários séculos de história do monumento, em que muitos dos grafitos que o adornam voltaram a ver a luz do dia, tendo, aparentemente, passado despercebidos durante décadas aos olhos de todos quantos visitaram o castelo. Se os grafitos da “Torre do Paço” se situam numa posição elevada e, por isso mesmo, mais difíceis de detetar ao nível do chão, já o mesmo não se pode dizer em relação aos grafitos da barbacã.

Parece-nos, contudo, pertinente recordar que, no âmbito do projeto de arranjo paisagístico do monumento, elaborado pelo arquiteto Gonçalo Ribeiro Teles e pelo engenheiro João Pulido Garcia, e executado a partir de 1959 como corolário do programa de reintegração do castelo de São Jorge na paisagem urbana de Lisboa, a fantasia do castelo medieval foi levada ao extremo de o fosso ter sido cheio com água, compondo assim um cartão-postal do monumento bastante atraente para o visitante, ainda que historicamente inverosímil, e que poderá inclusivamente ter danificado parte de reboco onde foram postos a descoberto alguns dos grafitos agora revelados⁹.

FONTES MANUSCRITAS:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Corpo Cronológico, Parte II, mç. 370, n.º 128. PT/TT/CC/2/370/00128.

BIBLIOGRAFIA:

- ARRIBAS, J. Lorenzo (2016), Grafitos medievales. Un intento de sistematización, In FERREIRO, G. Viñuales; TÉLLEZ, F. Reyes (Coord. de), *Grafitos Históricos Hispânicos I. Homenaje al Profesor Félix Palomero*, Madrid, OMM Press, pp. 43-58.
- BAIRRAS, Andreia Filipa Vaz (2020), *Grafitos Antigos no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra*, [Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/93750>.
- BARCELÓ, Carmen (2013), Lisboa y Almanzor (374 H. / 985d. C.), *Conímbriga*, Vol. 52, Coimbra, Instituto de Arqueología, pp. 165-194.
- BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- BERKEL, Maaike van; EL CHEIKH, Nadia Maria; KENNEDY, Hugh; OSTI, Letizia (2017), *Crisis and Continuity at the Abbasid Court: Formal and Informal Politics in the Caliphate of al-Muqtadir (295-320/908-32)*, Leiden-Boston, Brill.
- BILOU, Francisco; BRANCO, Manuel J. C. (2011), *Inscrição e grafitos medievais no castelo de Arraiolos*, Arraiolos, Câmara Municipal.
- COSTA, Marisa; FONSECA, João (2007), Sismicidade histórica em Portugal no período medieval, *Sísmica 2007. Anais do 7º Congresso de Sismologia e Engenharia Sísmica*, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto/Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica, pp. 1-14.

⁹ Vejam-se, por exemplo, algumas fotografias conservadas no Arquivo Municipal de Lisboa, da autoria de Armando Maia Serôdio (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/003745), de Artur Pastor (PT/AMLSB/ART/031498, PT/AMLSB/ART/031528 e PT/AMLSB/ART/034912) ou ainda de Horácio Novais (PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/HNV/000731), documentando um fosso cheio de água, vegetação luxuriante e até aves, entre as décadas de 1960 e 1980.

- CRUZ, António M. G. (2013), *Reabilitação do Património - O Castelo de São Jorge: do Estado Novo à Actualidade* [Tese de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias de Lisboa]. <https://recil.ensinulusofona.pt/handle/10437/5317>.
- CRUZ, António (1968), *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, BPMP.
- DGEMN (1941), O Castelo de São Jorge, *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumento Nacionais*, n.º 25-26, [Lisboa], Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
- DIAS, João Alves, PINTO, Pedro (2023), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, vol. V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- DIAS, João Alves (2018), Portugal e a vulgarização da datação do ano pelo modo corrente, *Fragmenta Historica - História, Paleografia e Diplomática*, (6), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, pp. 11-14.
- DIAS, João Alves (2006), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, vol. IV, Tomo 2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- DIAS, João Alves (2002), *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, vol. III, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
- ESTRELA, Jorge (2019), *Grafitos medievais do Mosteiro da Batalha*, Leiria, Hora de Ler.
- FERREIRA, Ana Pereira (2023), *A Cidade de Lisboa e a Universidade: o Tabelionato Régio e o Poder da Escrita, 1377-1438*, [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/35229>.
- FERREIRA, Ana Pereira (2011), *Análise Paleográfica de uma escrita de Chancelaria Régia: a letra Joanina, 1370-1420*, [Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6951?locale=en>.
- GASPAR, A.; GOMES, A.; GUERRA, S.; MENDES, H.; PIMENTA, J.; PINTO, P.; RIBEIRO, S.; VALONGO, A. (2003), Castelo de São Jorge - Balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos, *Património Estudos*, (4), Lisboa, IPPAR, pp. 214-223.
- GOMES, Saul António (2022), *O Castelo e o Paço da Alcáçova de Lisboa*, Vol. 1, Lisboa, EGEAC.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1990), *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- JORGE, Orlindo (2017), *Dos grafitos à grande sala do risco do Mosteiro da Batalha*, Batalha, III Congresso de Nacional de Informação Turística - CNIT.
- LOHMMAN, Polly (2020), Historical Graffiti. The State of the Art, *Journal of Early Modern Studies*, (9), Firenze, Università di Firenze, pp. 37-57.
- LOPES, Fernão (2017), Crónica de Dom João I - Primeira Parte In AMADO, Teresa (Ed. de), *Imprensa Nacional - Centro de Estudos Comparatistas*, Lisboa, INCM, pp. 17-390.
- LOUSADA, Gaspar Álvares de (1612-1629), *Sumários de Louzada*, Vol. 1, Porto, Biblioteca Municipal do Porto.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro (2000), *Inscrições medievais no castelo de Olivença deixadas por mãos portuguesas na torre de menagem do século XIV aumentada pelo "Príncipe Perfeito" Dom João II / publicadas por Alfredo Pinheiro Marques*, Montemor-o-Velho; Coimbra; Olivença, Centro de Estudos do Mar.
- MARTINS, Miguel Gomes (2016), *Guerreiros de Pedra. Castelos, Muralhas e Guerras de Cerco em Portugal na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- MARTINS, Miguel Gomes (1999), Da Esperança a São Vicente de Fora: um percurso em torno a Estêvão da Guarda, In ANDRADE, Amélia Aguiar; FARELO, Mário (Coord. de), *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1ª Série, (3), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 11-60.
- MIGLIO, Luisa; TEDESCHI, Carlo (2012), Per lo Studio dei Graffiti Medieval. Caratteri, Categorie, Esempi, In FIORETTI, Paolo (Coord. de), *Storie di Cultura Scritta. Studi per Francesco Magistrale*, Spoleto, CISAM, pp. 605-628.

- MONTEIRO, João Gouveia (1999), *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média - Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*, Lisboa, Edições Colibri.
- MORUJÃO, Maria do Rosário (2023), Os Grafitos do Castelo de S. Jorge, In AMARAL, Maria Antónia A. (Coord. de), *Lisboa: o Rio, o Castelo e a Cidade - Estudos*, Lisboa, EGEAC, pp. 65-87.
- OLIVEIRA, António Resende de (1993), Estêvão da Guarda, In LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Coord. de), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 245-246.
- PENAJÓIA, Marco (2014), Grafitos, inscrição árabe e outras marcas históricas identificados no castelo de Montemor-o-Velho, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Vol. 14, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, pp. 231-252.
- REI, António (2000), O Castelo de Valongo - Estudos Métrico-Construtivo e Histórico-Espacial, *A Cidade de Évora*, IIª Série, (4), Évora, pp. 199-218.
- SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (2014), “A verdadeira acrópole sagrada de Lisboa e da Nação”: Sobre o percurso de readaptação, reintegração e reabilitação patrimonial do complexo fortificado do castelo de São Jorge, In RODRIGUES, José Delgado (ed.), *De Viollet-le-Duc à Carta de Veneza: Teoria e Prática do Restauro no Espaço Ibero-Americano*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, pp. 31-38.
- SEIXAS, Miguel Metelo de (2023), Heráldica no Castelo de São Jorge, In AMARAL, Maria Antónia A. (Coord. de), *Lisboa: o Rio, o Castelo e a Cidade - Estudos*, Lisboa, EGEAC, pp. 89-117.
- SILVA, Augusto Vieira da (1937), *O Castelo de São Jorge em Lisboa: Estudo Histórico-Descritivo*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- SILVA, Manuel Fialho (2022), *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: Das Taifas a D. Dinis*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.

Webgrafia:

- Arquivo Municipal de Lisboa (AML-AH), Câmara Municipal de Lisboa, Artur Pastor, Documentos Fotográficos, Castelo de São Jorge, muralha e fosso, PT/AMLSB/ART/009/031498.
- Arquivo Municipal de Lisboa (AML-AH), Câmara Municipal de Lisboa, Artur Pastor, Documentos Fotográficos, Castelo de São Jorge, muralha e fosso, PT/AMLSB/ART/009/031528.
- Arquivo Municipal de Lisboa (AML-AH), Câmara Municipal de Lisboa, Artur Pastor, Documentos Fotográficos, Castelo de São Jorge, muralha e fosso, PT/AMLSB/ART/034912.
- Arquivo Municipal de Lisboa (AML-AH), Câmara Municipal de Lisboa, Preservação da cultura e salvaguarda do património, Fotografia artística e documental, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/HNV/000731.
- Arquivo Municipal de Lisboa (AML-AH), Câmara Municipal de Lisboa, Preservação da cultura e salvaguarda do património, Fotografia artística e documental, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/003745.
- Arquivo Municipal de Lisboa (AML-AH), Casa de Santo António, Livro da instituição da capela de Estêvão da Guarda, doc. 8, fl. 11v. PT/AMLSB/CMLSBAH/CSA/001/001/008.
- CAMPOS, António Luís; PEREIRA, Gonçalo (2016), Crónicas do Castelo de São Jorge, *National Geographic Magazine Portugal*, Consultado a 07 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.uniarq.net/a-uniarq-na-national-geographic.html>.
- MARTINS, Miguel Gomes (2023), A capela de Estêvão da Guarda no Mosteiro de S. Vicente de Fora, *The geology and paleontology of Saint Vincent's parish - Actas Colóquio de São Vicente*, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses. Consultado em 15 de fevereiro de 2024. Disponível em: https://issuu.com/gabinete.estudos.olisiponenses/docs/actas2_issuu/s/18187502.

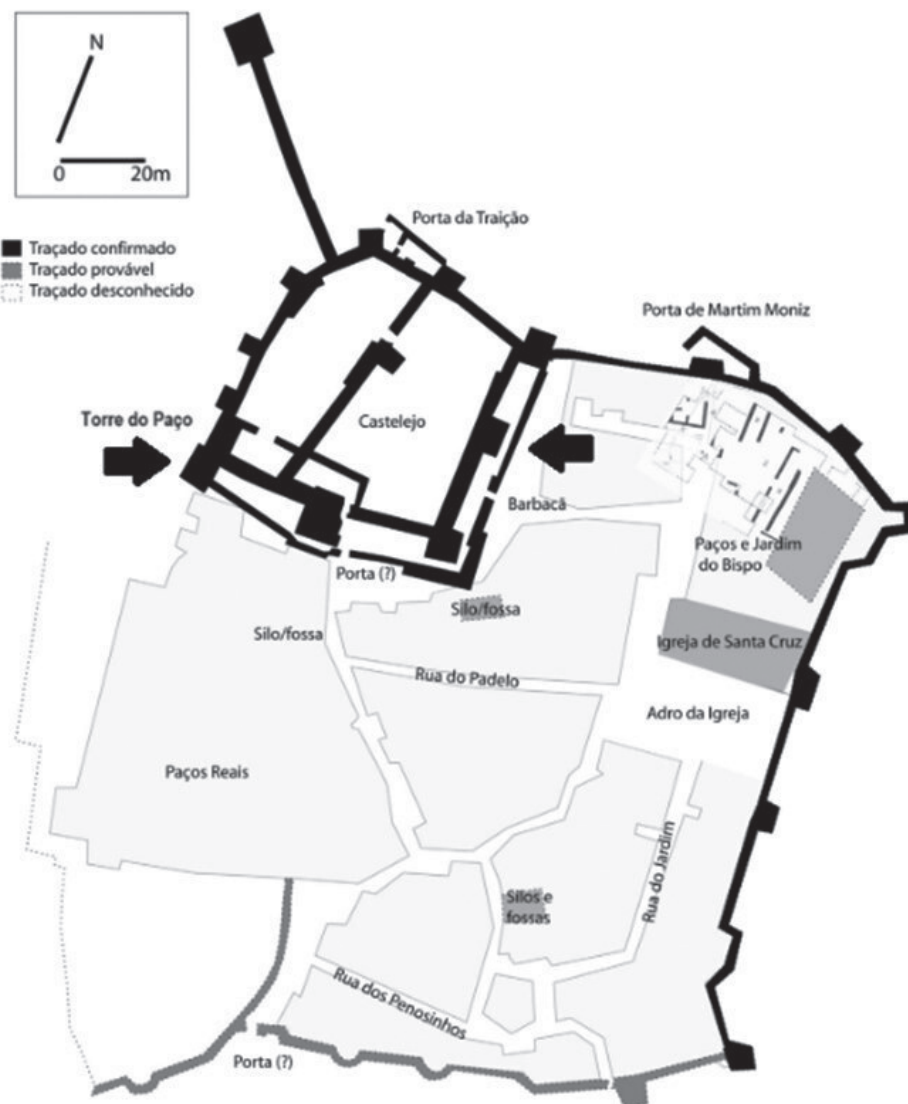


Fig. 1: Planta da alcáçova e castelo de São Jorge em Lisboa, com os locais onde se descobriram os grafitos assinalados com setas. Imagem gentilmente cedida por Manuel Fialho Silva. Fonte: SILVA, Manuel Fialho (2022), *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: Das Taifas a D. Dinis*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, p. 215.

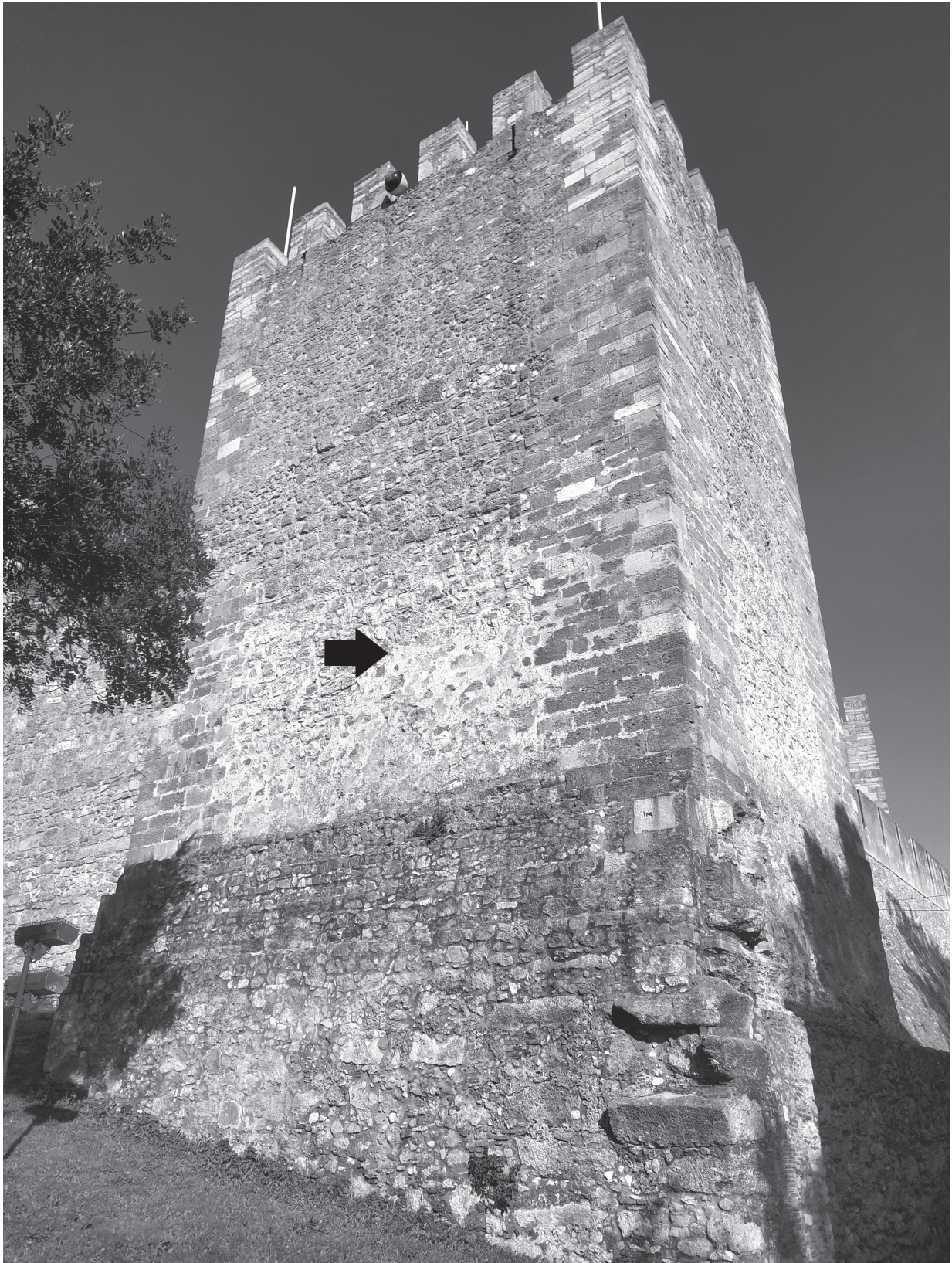


Fig. 2: Imagem da face poente da “Torre do Paço”, com o local dos grafitos assinalado com seta.



Fig. 3: Inscrição na “Torre do Paço” sobre o sismo de 24 de agosto de 1356 e a sua posterior reconstrução.



Fig. 4: Grafito de um compasso, ou alicate, na “Torre do Paço”.

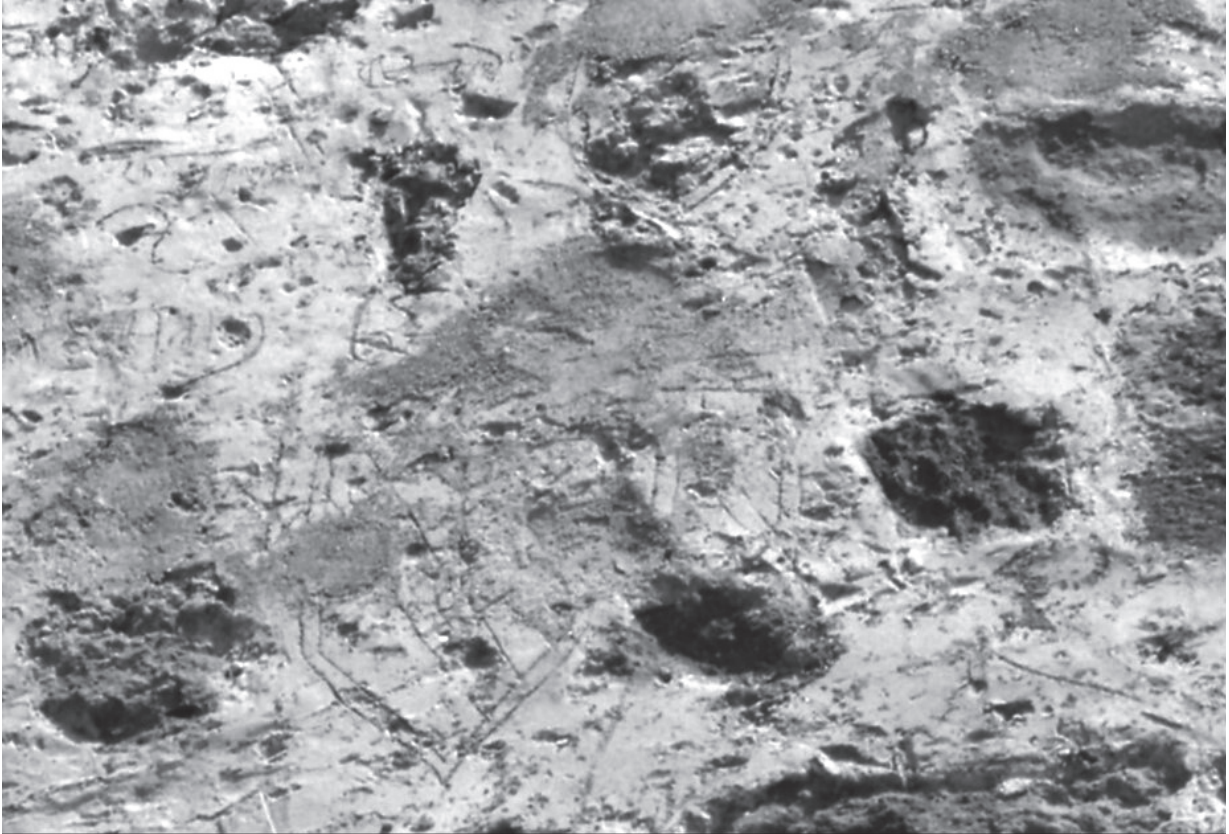


Fig. 5: Escudos heráldicos presentes na “Torre do Paço”, degradados pela queda do reboco.



Fig. 6: Realce dos escudos heráldicos onde se pode notar a banda com flores-de-lis. No escudo mais pequeno apenas foi colocada a banda e o escudo acima está irremediavelmente danificado pela queda do reboco.



Fig. 7: Fragmento de texto de difícil leitura, mas onde, provavelmente, se pode descortinar a palavra “Guarda”.



Fig. 8: Local onde se encontram os grafitos, ao longo do muro rampeado no lado nascente do castelo, próximo da cota do terreno do fosso.

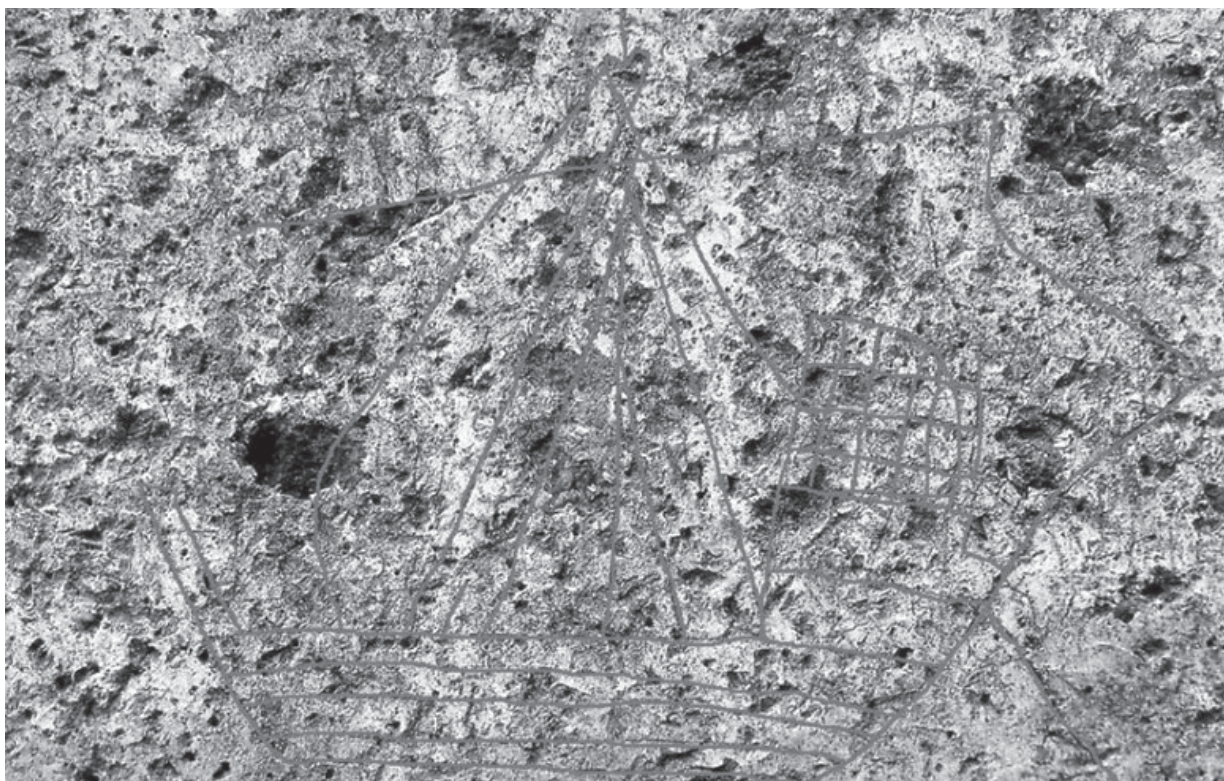


Fig. 9: Grafito de um navio na parede do lado nascente do castelo, abaixo da barbaca.



Fig. 10: Grafito de um peixe ou cetáceo (baleia, golfinho) à esquerda na imagem, na parede do lado nascente por baixo da barbacã.

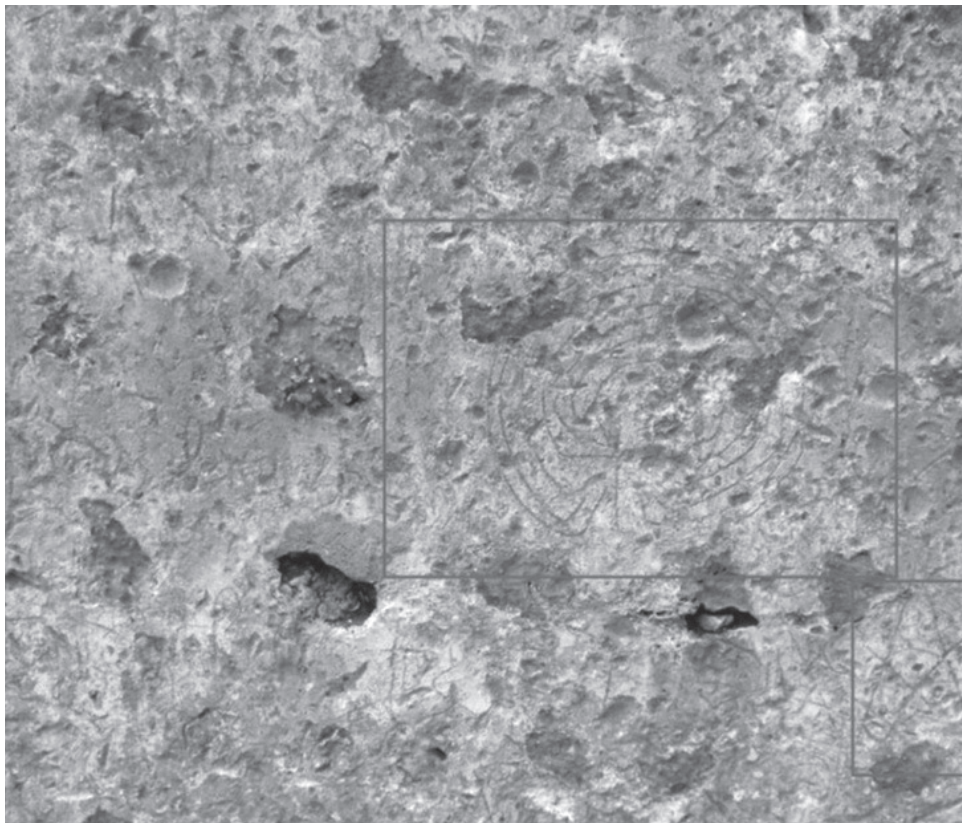


Fig. 11: Desenhos assinalados de um labirinto e de um pentagrama, motivos encontrados com frequência em contexto de grafitos medievais.

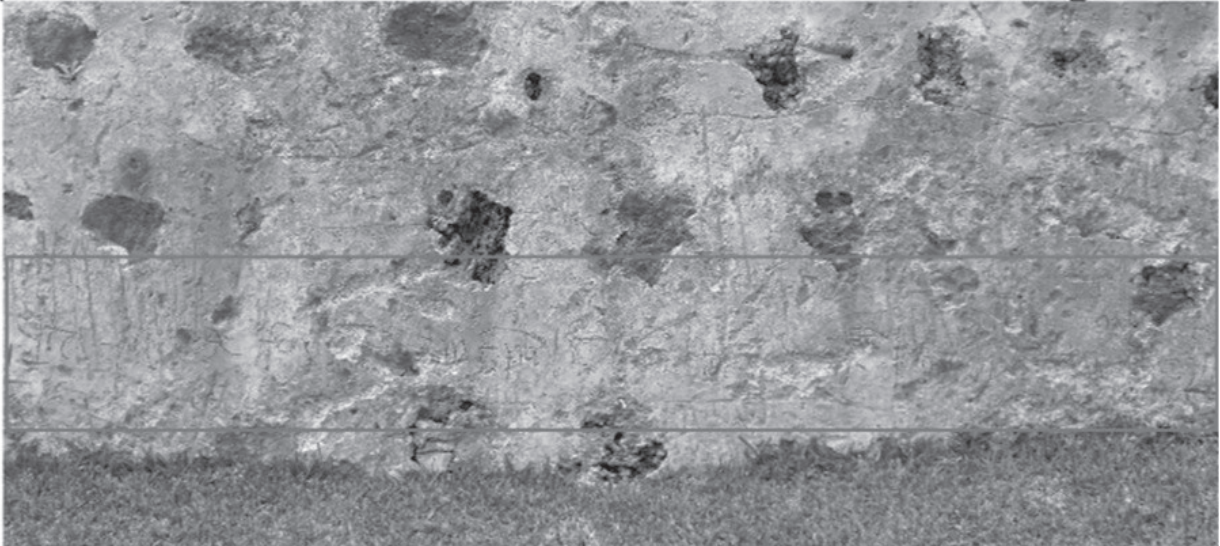


Fig. 12: Inscrição que refere a construção da parede em que assenta a muralha barbacã do lado nascente do castelo.

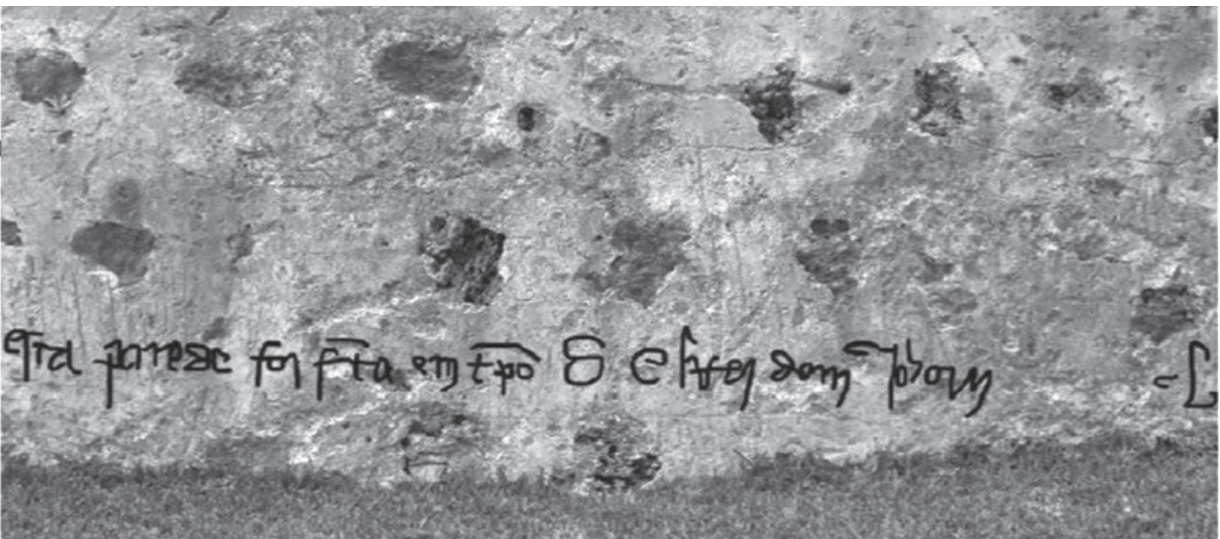


Fig. 13: Realce da inscrição da foto anterior, seguida das letras “c L” (à direita), que poderão indicar uma data.



Fig. 14: Local onde se encontra a inscrição da foto anterior, na superfície da parede junto à linha do terreno do fosso.



Fig. 15: Foto de perfil do fosso e do muro rampeado, adossado à muralha da barbacã. O local da inscrição está assinalado com a seta.

SELOS ALFANDEGÁRIOS DO CONVENTO DE SANTANA DE LISBOA

Joana Gonçalves

NOVA/FCSH – Instituto de Arqueologia e Paleociências
Associação dos Arqueólogos Portugueses
joanafrgoncalves@gmail.com

Rosa Varela Gomes

NOVA/FCSH - Instituto de Arqueologia e Paleociências / História, Territórios e Comunidades
CFE - Associação dos Arqueólogos Portugueses
rv.gomes@fcs.unl.pt

Mário Varela Gomes

NOVA/FCSH - Instituto de Arqueologia e Paleociências
Academia Nacional de Belas Artes – Academia Portuguesa da História - Associação dos Arqueólogos Portugueses
mv.gomes@fcs.unl.pt

ABSTRACT

The archaeological excavation campaigns carried out in the area of the former Santana Convent of Lisbon (2002/2003, 2009/2010), led by two of the authors (RVG and MVG) exhumed, among a few thousand pieces, a small set of lead customs seals of the 16th century. Despite its poor state of conservation, it is possible to recognize different shapes and dimensions, as well as motifs that identified them, namely the armillary sphere. These seals were most commonly used when importing textiles that we know have different origins, from European countries to the East.

Keywords: Customs Seals; Santana Convent; Lead; 16th century; Armillary sphere.

RESUMO

As campanhas de escavações arqueológicas efectuadas na área do antigo Convento de Santana de Lisboa (2002/2003, 2009/2010), dirigidas por dois dos signatários (RVG e MVG) exumaram, entre alguns milhares de peças, pequeno conjunto de selos alfandegários de chumbo, do século XVI. Apesar do seu mau estado de conservação, é possível reconhecer formas e dimensões diversas, assim como motivos em relevo que os identificaram, nomeadamente esfera armilar. Estes selos eram mais comumente usados aquando da importação de têxteis que sabemos terem tido diferentes origens, desde países europeus ao Oriente.

Palavras Chave: Selos Alfandegários; Convento de Santana; Chumbo; Século XVI; Esfera Armilar.

INTRODUÇÃO

O Convento de Santana, de Lisboa, erguia-se na colina com o mesmo nome, na zona imediatamente a norte do centro urbano da capital durante a Idade Média e grande parte da Idade Moderna. Ele foi criado por vontade de Violante da Conceição e por patrocínio régio de D. João III e sua esposa D. Catarina.

Em 1562 as religiosas ocuparam aquela casa, oficialmente inaugurada em 1564 e sucessivamente ampliada, chegando a tornar-se um dos maiores conventos lisboetas, dos quase noventa que se contavam em 1755. Albergava, em 1702, cerca de três centenas de pessoas, e em 1777 mais de quatro centenas de almas. Aquando do megassismo de 1755, a Igreja do Convento de Santana ruiu parcialmente, tal como sector dos dormitórios, entrando aquele em declínio, apesar das reconstruções implementadas a partir de 1778. Todavia, o Convento de Santana, ou pelo menos parte dele, funcionou até à morte da sua última freira, em 1884.

Em 1871 foi realizado levantamento das estruturas conventuais, onde se observa o templo e os seus anexos, assim como claustro integrando um dos poços que ali escavámos. Nos finais do século XIX foi elaborado projecto para aquele local, tendo em vista a instalação do Real Instituto Bacteriológico, tendo sido demolidos grande parte do Convento e a sua Igreja em 1897. Durante a demolição, ali se encontrou significativa quantidade de cerâmicas e de outro espólio, entregue, em 1898, ao Museu Etnográfico Português, hoje Museu Nacional de Arqueologia (MNA). Grandes painéis de azulejos foram, naquela data, desmontados e levados para o Convento da Madre de Deus, em Xabregas, onde alguns seriam reutilizados e outros armazenados, sendo em parte ulteriormente expostos no que é hoje o Museu Nacional do Azulejo (AAVV 1907: pp. 286-288).

Trabalhos arqueológicos realizados em 2002-2003 e 2009-2010, sob direcção de dois dos signatários (RVG e MVG), no local onde se erguia o Convento de Santana e se pretendia edificar instalações da Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Nova de Lisboa, tiveram como principal fim o cumprimento da legislação em vigor, com vista a salvaguardar possíveis testemunhos ainda ali existentes da casa religiosa.

Aqueles, conduziram à identificação de diversas estruturas, nomeadamente de alicerces das antigas edificações conventuais, uma cisterna, três poços, restos de aqueduto, necrópole (trinta e três sepulturas e cinco ossários) e de doze fossas de detritos, tendo-se exumado milhares de artefactos, ou os seus fragmentos. Estes incluem desde elementos arquitectónicos, a fragmentos de lápides, copiosa colecção de azulejos e de outras cerâmicas, classificadas entre os finais do século XVI e o século XIX, integrando as denominadas cerâmicas comuns, cerâmicas finas, as vidradas ou esmaltadas, faianças portuguesas e importadas, porcelanas chinesas, etc., mas também, vidros, objectos metálicos, de pedra e, mais raros, os que utilizaram matérias-primas duras de origem animal. Também se recolheram grandes quantidades de restos osteológicos e de valvas de espécies, terrestres e marinhas, ali consumidas.

O presente texto pretende contribuir para o estudo holístico dos testemunhos do Convento de Santana de Lisboa.

CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Entre o variado espólio, recolhido nas escavações do Convento de Santana, contam-se cinco exemplares de selos alfandegários de chumbo, provenientes de estruturas negativas, nomeadamente um de poço (Poço 1) e quatro de fossas detríticas (Fossa 3 e Fossa 6).

No caso do Poço 1, recordamos que o mesmo se encontrava descoberto e com a boca completa aquando da primeira visita que fizemos ao local, tendo sido, ulteriormente, em parte aterrado com sedimentos e artefactos de sondagem geológica que cortou grande fossa detrítica (Fossa 1), antes do início dos trabalhos arqueológicos.

A Fossa 3, escavada durante a campanha de 2002-2003, localizava-se nos quadrados 1 e 5, junto ao lado nordeste do Poço 1. Media 1,60 m por 1,00 m, segundo dois eixos ortogonais, e 0,90 m de profundidade. Aí se recolheram artefactos de porcelana chinesa (como exemplificam as taças CS/F3-46, com representação de génio e marca, e CS/F3-47, decorada com flor no fundo e marca), taças de faiança, esmaltadas de cor branca, faiança importada italiana, possivelmente ligure, cerâmica vidrada, cerâmicas finas das oficinas lisboetas ou de outras, e cerâmica comum (fogareiros, tachos, painéis, almotolia, etc.), conta de coral, contas de azeviche e agulha de osso.

A Fossa 6, escavada durante a campanha de 2009-2010, localizada na zona noroeste da escavação, nos quadrados 310, 311, 312, 315, 316, 317, 322 e 323, ocupava área que se estendia por cerca de 14 m². Aí se recolheram cerca de 22000 fragmentos ou artefactos completos de cerâmica, compreendendo a porcelana chinesa, faiança portuguesa de cor branca ou com decoração nas cores azul de cobalto e violeta de manganês, italiana, nomeadamente ligure, cerâmica vidrada de cor verde, de cor castanha ou melada, cerâmica fina, alguma pedrada, cerâmica comum, quatro anéis, um fragmento de bracelete e três contas de vidro, vinte e cinco artefactos produzidos em azeviche, contas, botões, assim como outros pequenos elementos produzidos em osso ou marfim.

Tivemos já oportunidade de dar a conhecer diversos estudos sobre aspectos decorrentes das estruturas e do imenso espólio exumado no Convento de Santana, em particular no que concerne aos testemunhos arquitectónicos, da igreja e do claustro (GOMES e GOMES 2007), à necrópole (GOMES *et alii* 2022) e outras estruturas negativas (GOMES *et alii* 2013), aos azulejos (hispano-árabes, de enxaquetado, de padrão, monocromos ou policromos e esponjados) (ALMEIDA, GOMES e GOMES 2018; 2020), às cerâmicas finas e comuns (GOMES *et alii* 2013), faianças (GOMES, GOMES e CASIMIRO 2016), porcelanas chinesas (GOMES, GOMES e CASIMIRO 2015; GOMES e GOMES 2018; XIONG *et alii* 2023), artefactos em matérias duras de origem animal (marfim, osso, tartaruga, madrepérola, coral) (GOMES, GOMES e GONÇALVES 2017) ou em azeviche (GOMES, GOMES e GONÇALVES 2020), à caracterização espectroscópica de cerâmicas (FERREIRA *et alii* 2016), brinquedos e miniaturas de cerâmica (GOMES, GOMES e CASIMIRO 2019), contas, braceletes ou outros vidros (GONÇALVES, GOMES e GOMES 2020; VALENTE *et alii* 2019).

Tais trabalhos não permitem que esqueçamos o facto de considerarmos que, a par do espólio recolhido, que atesta aspectos da vivência quotidiana do convento, terem existido outras realidades que, dado o seu cariz perecível, só delas dispomos de informação graças às fontes escritas e iconográficas ou, no registo arqueológico, através de testemunhos secundários. É este o caso dos têxteis, indiciados através dos selos alfandegários agora dados a conhecer.

Sabemos que os têxteis utilizados em Portugal tiveram, a partir da Idade Moderna, proveniências muito variadas, desde os produzidos no país, aos procedentes de diferentes regiões da Europa e Norte de África, como do Oriente (Índia e China). Tratando-se de contexto conventual, consideramos que os tecidos utilizados fossem os de linho, algodão ou seda, por forma a serem aplicados no vestuário, na elaboração de toalhas, panos de cozinha, lençóis, mas também para realização de trabalhos mais finos, como bordados e aplicação de rendas, inclusive para paramentos e parafernália religiosa. No convento não seriam adquiridas peças têxteis de cariz industrial, como as utilizadas, por exemplo, na produção de sacas ou de outras embalagens. Não queremos com isto dizer que não tivessem aí existido sacas, mas enquanto contentores de alimentos, sendo meros recipientes e, como tal, não faz sentido que se adquirissem têxteis a granel para esse fim.

OS SELOS ALFANDEGÁRIOS

Como qualquer estado europeu, Portugal desde cedo possuiu sistema fiscal, de que fazia parte complexa estrutura alfandegária, com regras explícitas nas Cartas de Foral, de concessão régia. Para o caso em estudo, como veremos adiante, interessa-nos, em particular, os direitos de

importação, nomeadamente a sisa, imposto, pago ao Estado, que consistia em 10% sobre o valor atribuído às mercadorias com origem exógena. Tal imposto era cobrado na Casa dos Cinco (ou Sincos), delegação aduaneira dependente apenas das Alfândegas de Lisboa e Porto. Aqui eram pagos os impostos sobre os tecidos e restantes mercadorias entradas no território continental, através das chamadas Alfândegas dos Portos Secos. Estas apenas estavam autorizadas a cobrar o imposto da dízima, sendo obrigatório os tecidos e outras mercadorias passarem por uma daquelas delegações aduaneiras em Lisboa e no Porto, para aí ser cobrado o imposto de sisa (SILVA 2002: pp. 208, 212; SOUSA 2016: pp. 47-54; SOUSA 2019: p. 106).

É neste contexto tributário que surgem os selos alfandegários, que serviam para atestar o cumprimento das obrigações fiscais. Todavia, existiam outros tipos de selos de chumbo: os selos de controlo de qualidade, que serviam de garantia, para o comprador, da valia do tecido adquirido; os selos privativos de fabricantes e grandes comerciantes, utilizados como identificação das suas mercadorias, nomeadamente através de monogramas. Estes eram muito comuns no Reino Unido (SOUSA 2016: pp. 36, 37).

Sabemos que a utilização de selos alfandegários de chumbo, para tecidos, teve início, em Portugal, no reinado de D. João II (r. 1481-1495), utilizando-se, antes, principalmente selos de cera. Com D. Manuel I (r. 1495-1521) uniformizou-se a legislação e a requisição de dois selos, como se referiu, um para a entrada em alfândega e outro para o pagamento de sisa (SOUSA 2016: pp. 50, 51).

Nos selos de chumbo, observa-se a utilização de iconografia muito semelhante à usada na numismática, existindo tanto selos anepígrafos, como outros contendo os topónimos da alfândega, mais comumente apenas a sua inicial. Eles possuem duas faces, a A, ou anverso, que apresenta as armas reais, e a B, ou reverso, que mostra esfera armilar e/ou epígrafe.

Os selos alfandegários podem assumir várias formas: os chamados selos de pano, formados por dois discos de chumbo, medindo entre 18 mm e 22 mm de diâmetro, unidos por banda ou charneira do mesmo metal, que eram colocados numa extremidade do tecido através de alicate ou pancada, com cunho que fixava os motivos nele impressos; selos de pano com dois discos providos de charneira, rebite(s) e furo(s), colocado no mesmo local e forma que o anterior; selos de pano tubulares, formados por cilindro oco que se colocava na extremidade do pano e fixava por pressão; selos de bula ou saca, composto por disco singular, perfurado em Y, atravessado por arame ou cordel, utilizado para selar fardos, sacas e documentos (SOUSA 2019: p. 20).

INVENTÁRIO DAS OCORRÊNCIAS

- Selo para pano, formado por dois discos unidos por charneira (CS/P-248). Anverso: escudo coroadado, com as armas reais de Portugal (D. Manuel I, r. 1495-1521). Reverso: rebite circular rodeado pela legenda CAS[A ·] D · CINCO. Na charneira observa-se a letra maiúscula S. Mede 0,030 m por 0,020 m e pesa 13 gramas.

A letra S na charneira deve aludir à cobrança de sisa pela Casa dos Cinco. Ponderou-se a hipótese de o S poder-se referir a D. Sebastião, dadas as semelhanças formais com aquela letra quando existente em numismas. Contudo, o escudo de armas remete-nos para D. Manuel I, encontrando paralelos em muitos selos do século XVI (SOUSA 2019: p. 108).

- Selo para pano, formado por dois discos planos (CS/F3-57). Anverso: escudo coroadado, com as armas reais de Portugal (D. Manuel I, r. 1495-1521, a D. João III, r. 1521-1557). Reverso: legenda D · CINOOS (dos Cinco). Paralelo em Sousa (2019: p. 107). Observa-se impressão de trama têxtil, cuja análise aprofundada pode oferecer informação sobre as suas origens. Mede 0,028 m por 0,042 m e pesa 26 gramas.

- Selo para pano, formado por dois discos unidos por charneira (CS/F6-1865). Anverso: escudo coroadado, com armas reais de Portugal, ladeadas por grinalda (D. João III, r. 1521-1557, a D. Afonso VI, r. 1656-1683). Reverso: esfera armilar. Paralelo em EA5, de Sousa (2019: p. 24). Observa-se impressão de tecido, que análise aprofundada pode oferecer mais informação. Mede 0,030 m por 0,021 m e pesa 21 gramas.

- Selo para pano, formado por dois discos unidos por charneira (CS/F6-1866). Anverso: escudo coroadado, com as armas reais de Portugal, ladeadas por grinalda (de D. João III r. 1521-1557, a D. Afonso VI, r. 1656-1683). Reverso: esfera armilar com paralelo em EA5 de Sousa (2019: p. 24). Mede 0,027 m por 0,023 m e pesa 11 gramas.

- Selo para pano, formado por dois discos unidos por charneira (CS/F6-1867). Anverso: destruído. Reverso: esfera armilar com paralelo em EA5, de Sousa (2019: p. 24) (D. João III r. 1521-1557, a D. Afonso VI, r. 1656-1683). Mede 0,024 m por 0,019 m e pesa 10 gramas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Trabalho académico da autoria de Alexandra X. Pinto (2004), intitulado *Selos de Chumbo Alfandegários*, apresenta a primeira síntese sobre aqueles artefactos encontrados em território nacional. Ali se dão a conhecer exemplares provindos do estuário do Rio Arade, a par dos que até então foram publicados, fazendo-se importante compilação da legislação existente sobre o assunto.

Deve-se ao investigador e numismata José de Sousa, extensos estudos sobre selos de chumbo alfandegários existentes em Portugal, dos séculos XV a XIX (SOUSA 2016; 2019).

Aquele, para além de ter abordado o contexto histórico-funcional dos selos de chumbo portugueses, de acordo com a legislação alfandegária e o controlo fiscal, proporcionou-nos importantes catálogos, com imagens e descrições pormenorizadas de largas dezenas de tais exemplares, constituindo referência incontornável para o seu estudo. Este incide não só nas formas dos selos, como na simbologia variada que ao longo dos séculos foram mostrando, mas elabora sobre aspectos comerciais e tributários onde eles foram usados. O autor mencionado reuniu, ainda, conjunto de selos de fabricantes ou de mercadores estrangeiros, encontrados em Portugal, nomeadamente de Inglaterra, Escócia, Países Baixos, França, Alemanha, Itália e Espanha.

Foram já dados a conhecer alguns conjuntos de selos de chumbo, tanto alfandegários como de fabricantes, procedentes de escavações arqueológicas em Portugal.

Um daqueles acervos provém das escavações arqueológicas realizadas de 1991 a 2000 na chamada Casa do Infante, no Porto, que alojou do século XIV ao século XIX a Alfândega da Cidade, uma das principais do país. Os 117 selos ali inventariados, inteiros ou fragmentados, puderam ser atribuídos a diversas alfândegas portuguesas, nomeadamente à do Porto, mas também de cidades estrangeiras (Alemanha, Inglaterra, França e Países Baixos) (DÓRDIO, TEIXEIRA e LOPES 1997: pp. 177, 178; FERNANDES 2014).

Conjunto bem menor, mas não menos importante, foi recolhido durante as escavações arqueológicas do Campo das Cebolas, na frente ribeirinha de Lisboa, em 2016. Trata-se de onze selos de chumbo e de um de ferro, destinados ao controlo fiscal dos impostos sobre a importação de têxteis ou de fabricantes. Um dos selos foi atribuído à cidade alemã de Augsburg (1556-1630), outro, tubular, a Norwich (Inglaterra), um exemplar tem esfera armilar e os restantes encontram-se muito deteriorados, para se poder identificar iconografias e origens (SIMÃO e MIGUEZ 2017). Não longe, durante trabalhos arqueológicos no Largo do Chafariz de Dentro, foi descoberto selo de chumbo. Este, atribuído à segunda metade do século XVI, mostra, no anverso, escudo com escudetes verticais e, no reverso, esfera armilar e a letra maiúscula L, indicando a sua origem (MIRANDA e NOZES 2015: p. 212). Ainda em Lisboa (Rua do Patrocínio 9, sondagem 1[125]), recolheu-se

exemplar atribuível à segunda metade do séc. XVI, apresentando no reverso esfera armilar e o anverso ilegível (escavação M. Martingil e M. Almeida, a quem agradecemos a informação).

Escavações arqueológicas, realizadas no Castelo de Torres Vedras (LUNA e AMARO 2009: pp. 102-104; ELIAS 2012: pp. 48, 49), descobriram três selos de chumbo, do século XVI, assim como um outro recuperado em poço na mesma cidade, com idêntica cronologia (CARDOSO e LUNA 2012). Também trabalhos arqueológicos efectuados no Castelo de Silves, sob direcção de um de nós (RVG), em diferentes contextos cronológicos, revelaram alguns de tais artefactos, um dos quais nomeia a alfândega de Faro (CAST.SILV. Q694/C1B).

Dois dos presentes autores (RVG e MVG), encontraram três selos alfandegários de chumbo, com a esfera armilar, nas escavações que dirigiram no Funchal, com Rui Carita, e que integram as colecções do Museu do Açúcar naquela cidade. Provêm da camada 3, correspondente aos séculos XV e XVI, do poço da Casa de João Esmeraldo, onde se associavam a, entre outros artefactos, numisma de dez reais, cunhado no reinado de D. João III (r. 1521-1557) e a dois de cinco reais, do reinado de D. Sebastião (r. 1557-1578) (GOMES e GOMES 1989: pp. 23, 39).

Embora desprovidos de contexto arqueológico, importa mencionar outras ocorrências de selos alfandegários de chumbo. Assim, Pedro A. de Azevedo (1908: pp. 21, 22) transcreveu texto surgido no *Diário de Notícias* de 9.4.1907, sobre o aparecimento na Praia da Nazaré, de “*grande quantidade de sellos de chumbo*”, oferecendo o desenho de um deles, com esfera armilar e escudo nacional.

Dragagens no estuário do Rio Arade, no Algarve, proporcionaram a recolha de trinta e dois selos de chumbo (Projecto IPSIIS), que o Museu de Portimão conserva, oferecendo morfologia variada, mas a maioria do século XVI e já referidos (PINTO 2004: pp. 23, 35-49; SILVEIRA 2014: p. 109 n.ºs 234-238). Dois outros selos surgiram na Praia do Baleal (Peniche) (PINTO 2004: pp. 25, 50; SILVEIRA 2014: p. 111 n.ºs 247, 248¹) e um em Vila do Conde, na Casa de São Roque, em contexto do século XVIII, embora deva ser mais antigo (PINTO 2004: pp. 30, 31, 51).

Em São Julião da Barra foram encontrados, em meio aquático, três selos de chumbo, um deles seguramente relacionável com o naufrágio do navio Nossa Senhora dos Mártires, ocorrido após 1605 (ALVES *et alii* 1998: p. 194; SILVEIRA 2014: p. 96 n.º 174²).

Dois selos de chumbo, um dos quais por certo alfandegário, surgiram nas escavações de Hipólito Cabaço, no Castelo de Alenquer (RAPOSO 2017: pp. 46, 82, 257, n.ºs 199 e 200).

Espólio proveniente de trabalhos arqueológicos realizados no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa) incluía, igualmente, selo para tecido, de chumbo, que “*no anverso mostra esfera armilar e na parte superior pequena chapa com o número 16. No reverso, embora danificado, apresenta as armas do reino de Portugal adoptadas a partir do reinado de D. João II, com os escudetes laterais apontados para baixo e a bordadura de 7 castelos*”³.

Nove selos alfandegários de chumbo, destituídos de contexto arqueológico, pertencentes à Coleção Rainer Daehnhardt, foram classificados entre 1495 e 1521, sendo dados a conhecer na exposição *Cumpriu-se o Mar - A Arte na Rota do Oriente* (1983). Um destes selos apresenta ramo de boninas, empresa usada pela rainha D. Maria, segunda mulher de D. Manuel I (PINTO 1983: p. 79).

Como seria de esperar, a difusão dos selos alfandegários de chumbo portugueses haveria de chegar a outros continentes, seguindo rotas marítimas, conforme ilustram os dois selos com esfera

1 <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1070206&EntSep=3#gotoPosition> ; <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1070207&EntSep=3#gotoPosition>

2 <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1070142> ; <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1071317&EntSep=3#gotoPosition> ; <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1071318&EntSep=3#gotoPosition>

3 <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=1116425>

armilar, e em um deles associada a Cruz de Cristo, encontrados em Santa Fe la Vieja, na Argentina (LETIERI *et alii* 2009: p. 170, n.ºs 55068, 55069).

CONCLUSÕES

É notória a pequena quantidade de selos procedentes da área de implantação e das estruturas negativas do antigo Convento de Santana de Lisboa, em relação ao enorme volume de espólio recolhido. Tal pode residir no facto do chumbo ser material fácil de reutilizar, pois funde a baixa temperatura, mas também porque aqueles eram tendencialmente destruídos quando deixavam de ter utilidade, aspecto que obstava a que fossem reutilizados fraudulentamente.

As cronologias deduzidas para os selos agora dados a conhecer, correspondem aos primeiros tempos de ocupação da casa religiosa, ou seja, à segunda metade do século XVI, e primeiros anos da centúria seguinte.

Os selos alfandegários, embora não constituam espólio raro em contextos arqueológicos das Idades Média e Moderna, não têm sido ainda muito estudados, pelo que importa registar as suas ocorrências, fazer análises às ligas de chumbo utilizadas, assim como investigar as impressões neles deixadas por alguns têxteis, de modo a perceber-se a origem, o tráfico e o consumo de tais bens.

Os achados de selos alfandegários, dos séculos XVI e XVII em Portugal, evidenciam distribuição costeira. Constituem exceções os encontrados na antiga alfândega do Porto, onde eram produzidos e utilizados, os de Torres Vedras e Alenquer, como os agora dados a conhecer do Convento de Santana de Lisboa.

É possível que tal distribuição seja reflexo de descarte de lixos urbanos no mar e, em alguns casos, do tráfego marítimo relacionado com a exportação e importação de têxteis. Só a continuação do registo e estudo de novas ocorrências, poderá lançar novas luzes sobre a biografia destes artefactos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2018), A first approach to the tile collection from the Convento de Santana (Lisbon, Portugal), in PEREIRA, S., MENEZES, M. e RODRIGUES, J. D. (eds), *International Conference Glazed Ceramics in Cultural Heritage, GlazeArt 2018*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, pp. 42-44, 251-267.
- ALMEIDA, M.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2020), Os azulejos do Convento de Santana de Lisboa: primeira abordagem, *Arqueologia & História*, 70, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 293-309.
- ALVES, F.; CASTRO, F.; RODRIGUES, P.; GARCIA, C.; ALELUIA, M. (1998), Arqueologia de um naufrágio, in AFONSO, S. L. (coord.), *Nossa Senhora dos Mártires. A Última Viagem*, Lisboa, Pavilhão de Portugal/Expo98 e Editorial Verbo, pp. 183-215.
- AZEVEDO, P. A. de (1908), *Miscellanea, O Archeólogo Português*, XIII, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 10-37.
- CARDOSO, G.; LUNA, I. (2012), Fragmentos do quotidiano urbano de Torres Vedras, entre os séculos XV e XVIII. Um olhar através dos objectos, in TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A. (coord.), *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, vol. 1, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- DÓRDIO, P.; TEIXEIRA, R. J.; LOPES, I. A. (1997), La Maison d'Henri le Navigateur. Les maisons médiévales de la Douane et de la Monnaie, un centre de la couronne portugaise dans la ville de Porto (Portugal), in VERHAEGHE, F., *Exchange and Trade in Medieval Europe – Papers of*

- the Medieval Europe Brugge 1997 Conference*, vol. 3, Zellik, Institute for the Archaeological Heritage, pp. 171-182.
- ELIAS, M. M. de M. (2012), *Cem Melhores Peças e Conjuntos do Museu Municipal Leonel Trindade (Torres Vedras)*, Lisboa, Câmara Municipal de Torres Vedras.
- FERNANDES, B. (2014), *Selos de mercadorias tardomedievais e modernos das escavações arqueológicas da Casa do Infante (Porto)*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1989), Intervenção arqueológica. *Escavações nas Casas de João Esmeraldo – Cristóvão Colombo. Catálogo*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, pp. 27-48.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2007), Escavações arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa. Resultados Preliminares, *Olisipo*, II série, 27, Lisboa, pp. 75-92.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. M. (2015), Convents, monasteries and porcelain: a case study of Santana Convent, Lisbon, in BUXEDA I GARRIGÓS, J.; MADRID I FERNÁNDEZ, M.; G. IÑÁÑEZ, J. (edit.), *Global Pottery1. Historical Archaeology and Archaeometry for Societies in Contact*, Oxford, Archaeopress, pp. 93-101 (British Archaeological Reports, I.S. 2761).
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. M. (2016), Portuguese faience in Santana Convent, Lisbon, in GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. M., GOMES, M. V. (ed.), *Proceedings of the First International Conference of Portuguese Faience (16th-19th Centuries)*, Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, pp. 79-90.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. M. (2019), Ceramic toys and miniatures from the 16th-18th century found in Lisbon, in BLAZKOVÁ, G.; MATEJKOVA, K. (eds), *Europa PostMediaevalis 2018: Post-medieval pottery between (its) borders*, Oxford, Archaeopress Publications LTD, pp. 261-268.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; GONÇALVES, J. (2017), Objectos produzidos em matérias duras de origem animal, do Convento de Santana, de Lisboa, in *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, Lisboa, Centro de Arqueologia de Lisboa / Departamento de Património Cultural / Direcção Municipal de Cultura / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 84-105.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; GONÇALVES, J. (2020), Artefactos de azeviche no Convento de Santana de Lisboa, *Arqueologia & História*, 70, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 311-327.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; BOAVIDA, C.; GONÇALVES, J. (2022), Espólios funerários do Convento de Santana em Lisboa (campanha de 2002-2003). *Arqueologia & História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 71-72, pp. 73-90.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2018), Garrafa | Vase, nº 29, in FONSECA, J. B. da; MARTINS, M. M. d'O. (coords), *Três Embaixadas Europeias à China*, Lisboa, Fundação Oriente, p. 106.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V.; ALMEIDA, M.; BOAVIDA, C.; NEVES, D.; HAMILTON, K.; SANTOS, C. (2013), Convento de Santana (Lisboa). Estudo preliminar do espólio da Fossa 7, in ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (coord.), *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1057-1065.
- GONÇALVES, J.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2020), Adereços de vidro, dos séculos XVI-XVII, procedentes do antigo Convento de Santana de Lisboa (anéis, braceletes e contas), in ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (coord.), *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1815-1835.
- LETIERI, F.; COCCO, G.; FRITTEGOTTO, G.; CAMPAGNOLO, L.; PASQUALI, C.; GIOBERGIA, C. (2009), *Catálogo Digital Santa Fe La Vieja (1573-1660). Bienes Arqueológicos del Departamento de Estudios Etnográficos y Coloniales de la Provincia de Santa Fe*, Santa Fe, Gobierno de la Provincia de Santa Fe, Consejo Federal de Inversiones.

- LUNA, I.; AMARO, C. (2009), *Castelo de Torres Vedras. Resultados dos Trabalhos Arqueológicos 2003*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras.
- MIRANDA, P.; NOZES, C. (2015), Selo alfandegário, in TEIXEIRA, A.; VILLADA PAREDES, F.; SILVA, R. B. (coord.), *Lisboa 1415 Ceuta. História de Duas Cidades*, Ceuta, Ciudad Autonoma de Ceuta/Câmara Municipal de Lisboa, p. 212.
- PINTO, A. X. (2004), *Selos de Chumbo Alfandegários*, Relatório Final de Conclusão da Licenciatura em História - variante Arqueologia. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- PINTO, M. H. M. (1983), Selos alfandegários, in CUNHA, R. B. S., *Cumpriu-se o Mar – A Arte na Rota do Oriente. XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura (Jerónimos II)*, Lisboa, p. 79, nº 3.
- RAPOSO, R. D. C. (2017), *Castelo de Alenquer: Ensaio sobre a Colecção Hipólito Cabaço*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA, F. R. da (2002), Alfândegas lusas em finais de Setecentos: fiscalidade e funcionalismo, in AMORIM, I.; POLÓNIA, A.; OSSWALD, M. H. (eds), *O Litoral em Perspectiva Histórica (Séc. XVI a XVIII)*, Porto, Instituto de História Moderna, pp. 205-216.
- SILVEIRA, A. (coord.) (2014), *O Tempo Resgatado ao Mar*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SIMÃO, I.; MIGUEZ, J. (2017), O conjunto de selos de chumbo proveniente do Campo das Cebolas, in ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (coord.), *Arqueologia em Portugal 2017 - Estado da Questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1891-1900.
- SOUSA, J. (2016), *Selos de Chumbo. Os Testemunhos de Intercâmbios Comerciais e do Controlo Fiscal no Algarve, do Século XV ao Século XIX*, Portimão, Associação Projecto IPSIIS.
- SOUSA, J. (2019), *Os Selos Alfandegários Portugueses em Chumbo. Séculos XV a XIX*, Portimão, Associação Projecto IPSIIS.
- VALENTE, F. P.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V.; COUTINHO, I.; MEDICI, T.; VILARIQUES, M. (2019), Renaissance *Millefiori* glass: the Portuguese case study, in MANDRUS, J.; SCHUSSLER, V. (eds), *Recent Advances in Glass and Ceramics Conservation 2019 (Interim Meeting of the ICOM-CC Working Group ▪ September 5-7, 2019 ▪ London, England)*, London, British Museum, pp. 217-221.
- VIEIRA DA SILVA, A. (1950), *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- XIONG, H.; GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; GONÇALVES, J.; LI, S. (2023), Chinese porcelain marks found at the Santana Convent in Lisbon, in BLAZKOVÁ, G.; MATEJKOVÁ, K.; CASIMIRO, T. M.; SILVA, R. C. da (eds), *Connections and Networking, Europa Postmedievalis 3/2022*, Oxford, Archaeopress, pp.115-123.

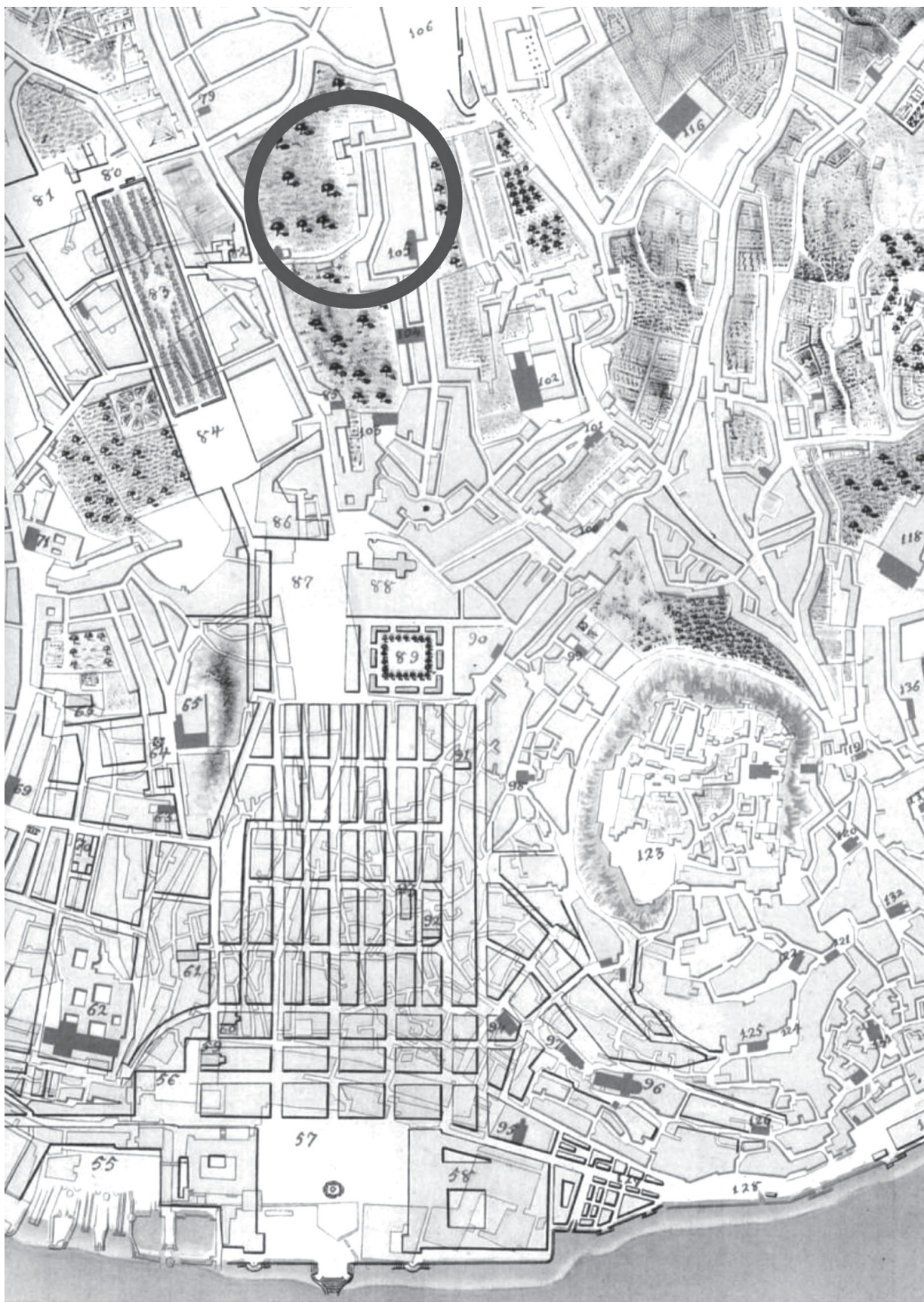


Fig. 1: Localização do Convento de Santana, em sector de planta de Lisboa, dos finais do século XVIII (seg. A. VIEIRA DA SILVA 1950: plata nº 4).

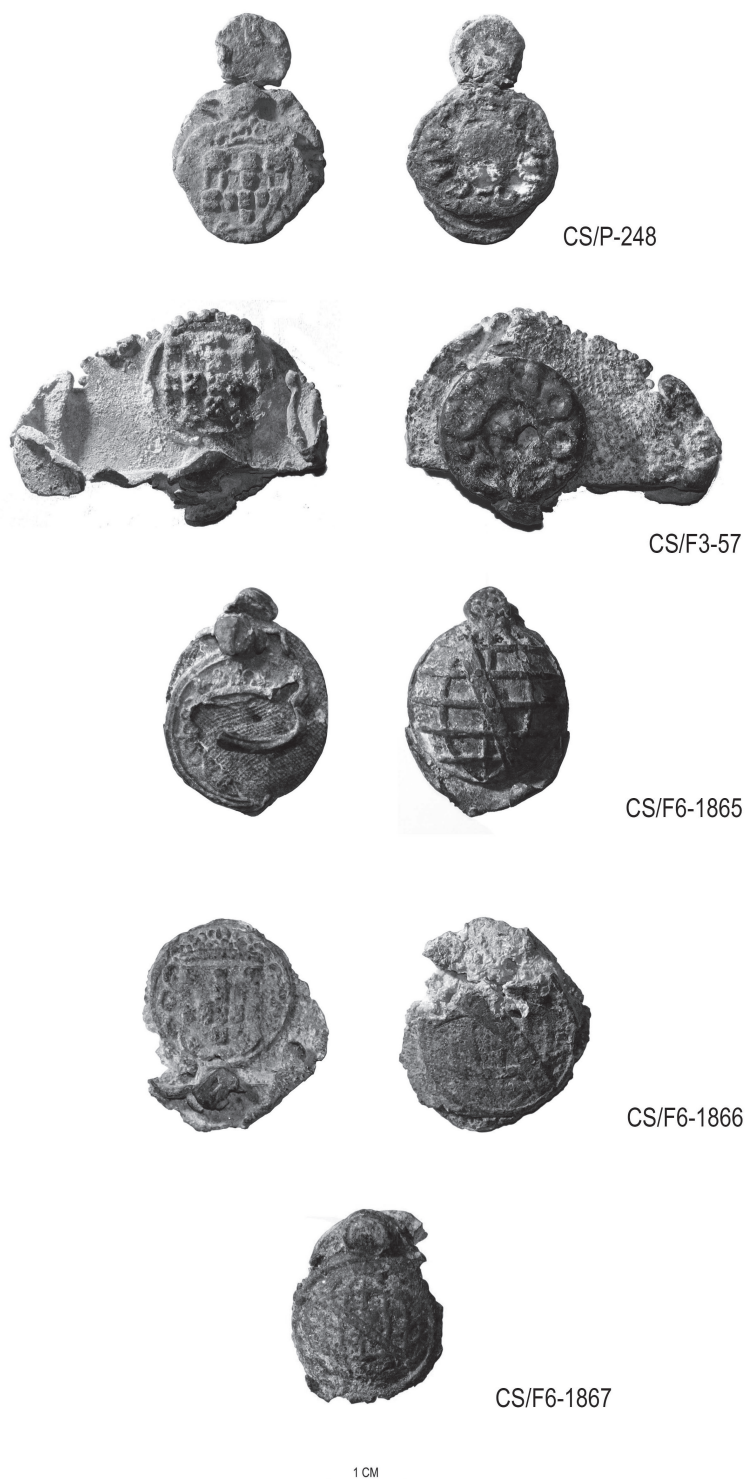


Figura 3: Os selos alfandegários do Convento de Santana de Lisboa (fotos J. Gonçalves).

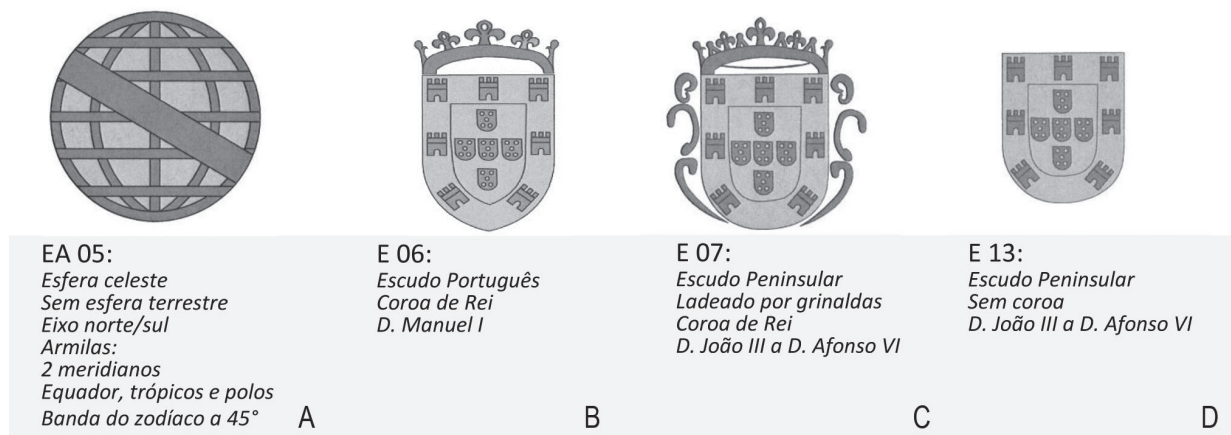


Figura 4: Iconografia reconhecível nos selos alfandegários do Convento de Santana de Lisboa (seg. SOUSA 2019: A. p. 24, B. a D. p. 22).

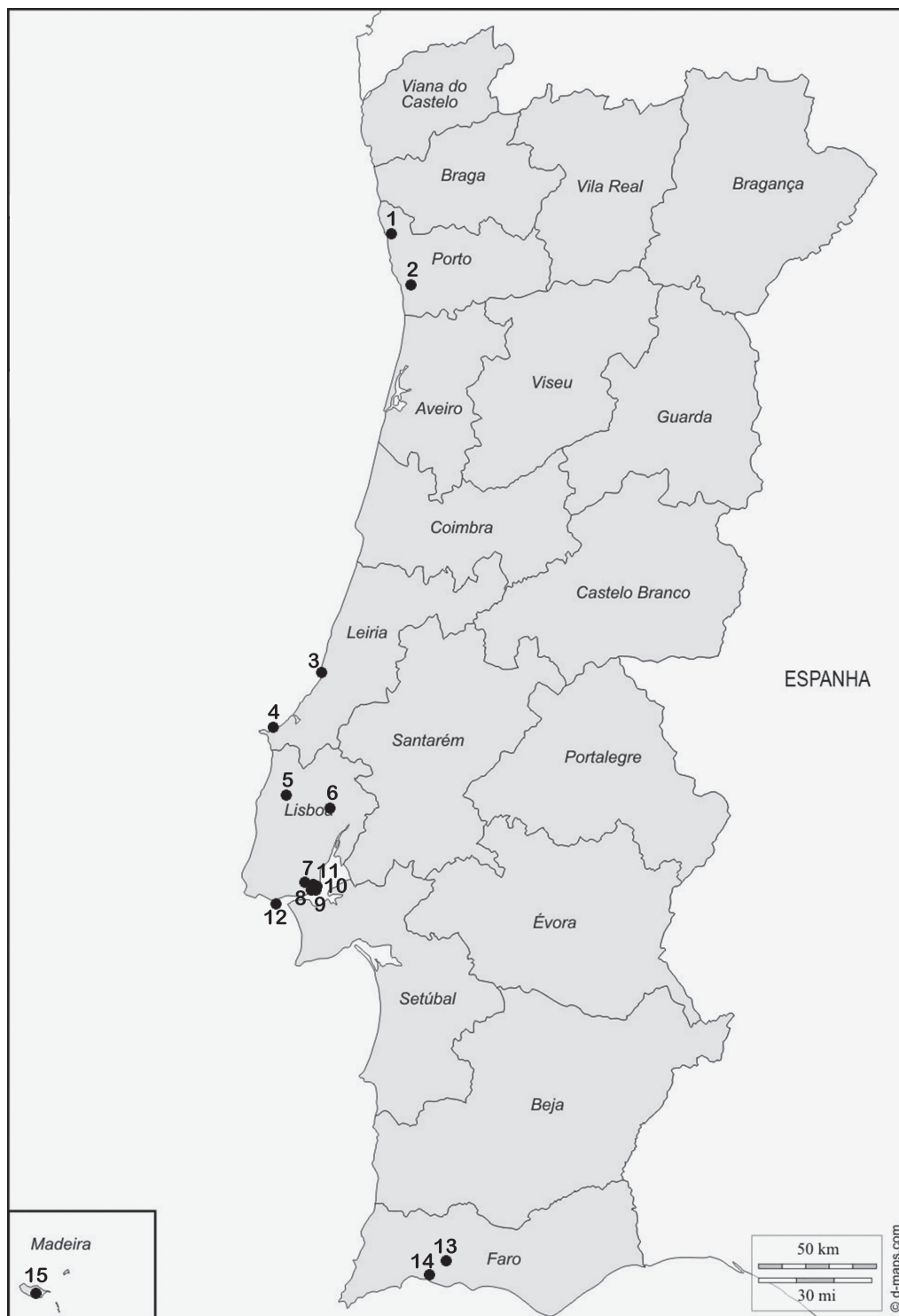


Figura 5: Selos alfandegários em Portugal, locais e número de exemplares recolhidos em cada um, reflectindo evidente dispersão litoral. 1. Casa de São Roque, Vila do Conde (1); 2. Casa do Infante, Porto (117); 3. Praia da Nazaré (1); 4. Praia do Baleal (2); 5. Castelo e Paços do Concelho de Torres Vedras (4); 6. Castelo de Alenquer (2); 7. Rua do Patrocínio 9, Lisboa (1); 8. Convento de Santana, Lisboa (5); 9. Rua dos Correiros, Lisboa (1); 10. Campo das Cebolas, Lisboa (11); 11. Largo do Chafariz de Dentro, Lisboa (1); 12. São Julião da Barra, Oeiras (3); 13. Castelo de Silves (1); 14. Rio Arade, Portimão (32); 15. Casa de João Esmeraldo, Funchal (3).

A "GRANDIOSA PONTE" DA VILA DE VOUGA, DE DOM JOÃO V A DONA MARIA I

Luís Seabra Lopes

Universidade de Aveiro
lsl@ua.pt

ABSTRACT

At the beginning of the 18th century, the medieval bridge in the old town of Vouga, over the river of the same name, was so silted up that, in times of flood, people would cross the river by boat. Around 1713, by order of king João V, the arches of the medieval bridge were partially dismantled and a new bridge was built on top of the remaining structures. The new bridge, «*grand*», «*magnificent*», built with «*great art*», collapsed partially in 1761. At least two ferry boats came into operation, replacing the bridge. Temporary wooden structures were also built, allowing the bridge to be used again (1776). Finally, from 1791, by order of Maria I, the bridge was rebuilt and extended. In this article, the interventions carried out in the 18th century are studied. Information is also collected on environmental factors, namely meteorological, which help to frame and, to a certain extent, explain the evolution of the bridge's condition.

Keywords: Historical bridges, Lisbon-Oporto road, Vouga bridge, João V, Maria I

RESUMO

No início do século XVIII, a ponte medieval da antiga vila de Vouga, sobre o rio do mesmo nome, já estava tão assoreada que, em tempo de cheias, se fazia a travessia de barco. Por volta de 1713, por ordem de Dom João V, os arcos da ponte medieval foram parcialmente desmontados e foi construída uma nova ponte em cima das estruturas remanescentes. A nova ponte, «*grandiosa*», «*magnífica*», construída com «*estremada arte*», ruiu parcialmente em 1761. Entraram então em funcionamento pelo menos duas barcas de passagem, em substituição da ponte. Foram depois construídas estruturas provisórias em madeira (1776), permitindo que a ponte voltasse a ser utilizada. Finalmente, a partir de 1791, por ordem de Dona Maria I, a ponte foi reconstruída e ampliada. No presente artigo, são estudadas as intervenções realizadas na ponte de Vouga no século XVIII. É também recolhida informação sobre factores ambientais, nomeadamente meteorológicos, que ajudam a enquadrar e, até certo ponto, explicar a evolução do estado da ponte.

Palavras chave: Pontes históricas, estrada Lisboa-Porto, ponte de Vouga, Dom João V, Dona Maria I

1. INTRODUÇÃO

O rio Vouga é um dos principais rios Portugueses e o principal rio entre Douro e Mondego. Nasce junto ao santuário de Nossa Senhora da Lapa, no concelho de Semancelhe, e atravessa a Beira, indo desaguar na ria de Aveiro. A velha via que ligava os grandes centros do litoral português cruzava o rio Vouga na vizinhança do castro do Marnel, no actual concelho de Águeda.

Diversos autores têm realçado a grande beleza natural desta área. O austríaco Felix Maria Vincenz Andreas, príncipe Lichnowsky, viajando de sul para norte em 1842, observou: «*Atravéz de uma clareira, descobria-se uma bella perspectiva de extensos valles, o Vouga e a planicie e ria de Aveiro. Tendo atravessado o Vouga sobre uma grande ponte, fizemos alto á noite na Albergaria Velha [...]*» (LICHNOWSKY 1844: p. 176)¹. A essa «grande ponte» sobre o rio Vouga se dedica o presente estudo. Um século antes, já João Baptista de Castro a tinha caracterizado como uma «*grandiosa ponte*» (CASTRO 1762-1763: I, p. 147). A Fig. 1 mostra a ponte tal como chegou aos inícios do século XX.

Alguns legados testamentários em favor da ponte de Vouga, datados do segundo quartel do século XIII, mostram que a ponte já existia ou estava em construção nesta época (LOPES 2022: p. 121-122). Pedro Rodrigues, cónego de Coimbra, que morreu em 1239, deixou-lhe em testamento um legado de 5 morabitinos (*Testamenta*: nº 2.17, p. 262). Em 1245, um Dom Mendo Ermigues deixou-lhe em testamento 1 morabitino (SOUTO CABO 2003: doc. 283). Ao longo da segunda metade do século XIII, sucedem-se os legados testamentários para a ponte de Vouga (LOPES 2022: p. 121-122). Nas inquirições de 1282, a ponte aparece mencionada a propósito da localização de duas vinhas (SILVEIRA 1943: p. 82).

O município de Vouga usava um selo que aparece mencionado num documento de 1290 e noutro de 1317, conservando-se um exemplar do próprio selo no segundo documento. A figura central no selo é precisamente a representação de uma ponte que teria pelo menos 6 pilares e 7 arcos (LOPES 2018: p. 142-143; LOPES 2022: p. 122). Estão actualmente visíveis os arranques de 10 arcos medievais. Segundo o estudo recentemente realizado, a ponte medieval teria mais 2 arcos, perfazendo um total de 12 arcos e cerca de 150 a 160 m (LOPES 2022: p. 128-129). A ponte de Vouga foi, assim, uma das grandes pontes construídas em Portugal nos primórdios da nacionalidade.

Depois das referências à ponte no tempo da sua construção, temos uma breve referência a um «*mestre, que foy, da obra da ponte da dita villa [de Vouga]*» em finais de 1552, reinado de Dom João III (VITERBO 1899-1922: I, p. 468; LOPES 2018: p. 143-145). Do século XVIII, conserva-se uma inscrição segundo a qual «*ESTA OBRA MANDOV FAZER*» o rei Dom João V (ver adiante sec. 2.2 e Fig. 6). A inscrição está actualmente danificada e já não é possível ler a indicação da data. Sabe-se, no entanto, que terminava assim: «1713 A» (GONÇALVES 1959: p. 24).

O que hoje se observa é uma ponte construída sobre os pilares e arranques de arcos da ponte medieval. Os principais estudiosos da ponte de Vouga divergiram de forma significativa quanto à cronologia da construção da segunda ponte. Numa interpretação, a reconstrução geral da ponte seria essencialmente obra de Dom João V, como declara a referida inscrição, e os arcos grandes no extremo sul teriam sido construídos na segunda metade do século XVIII (BAPTISTA 1958: p. 314315). Numa interpretação alternativa, a reconstrução geral seria essencialmente obra da época de Dom João III e os primeiros três arcos no extremo sul seriam obra de Dom João V (GONÇALVES 1959: p. 24-25). O presente artigo centra-se precisamente nas intervenções que a ponte sofreu ao longo do século XVIII.

2. PROBLEMAS DE CRONOLOGIA

Um edifício com quase oito séculos de existência naturalmente sofreu inúmeras reparações e alterações ao longo da sua história, não sendo fácil identificar e datar todas essas intervenções.

¹ No original: «Über eine lichte stelle weg, öffnete sich eine schöne aussicht auf das thalgebeit der Vouga, die ebene und den see von Aveiro. Rachdem wir die Vouga auf einer grossen Brücke passirt hatten, bielten wir rachts in Albergaria Velha» (LICHNOWSKY 1843: p. 383)

Nesta secção, são analisados os problemas cronológicos mais directamente relacionados com a intervenção de Dom João V.

2.1. Dom João III versus Dom João V

Não são conhecidos documentos que explicitem em que consistiu a intervenção realizada no reinado Dom João III. Nogueira Gonçalves considerou que apenas os três primeiros arcos do extremo sul seriam de Dom João V, enquanto os restantes seriam da época de Dom João III (GONÇALVES 1959: p. 25). Pelo contrário, Augusto Soares de Sousa Baptista confessou: «*Que obras foram [as de Dom João III], não posso dizê-lo, pois não conheço elementos sobre os quais possa alicerçar conjecturas, ao menos*» (BAPTISTA 1958: p. 313). Não encontrando sinais da obra de Dom João III, e tomando à letra a inscrição já referida, este autor atribuiu a maior parte da ponte actual a Dom João V (BAPTISTA 1958: p. 314-315). Os arcos grandes no extremo sul seriam já da segunda metade do século XVIII.

Segundo um oficial inglês que participou na Guerra Peninsular e passou na região em finais de Maio de 1813, a ponte medieval já estava, nessa época, quase completamente enterrada sob as areias trazidas pela corrente: «*The lower bridge of the Vouga [...] is almost entirely obscured by the present one, which is built upon it*» (AN OFFICER 1827: p. 200). Em meados do século XX, a segunda ponte já estava assoreada até aos arranques dos arcos, e pouco ou nada da ponte medieval estaria visível (ver Fig. 2). Com efeito, GONÇALVES afirmou: «*Nada notámos que fosse mais velho que a obra quinhentista*» (GONÇALVES 1959: p. 24).

Por razões ainda pouco conhecidas, o rio Vouga desassoreou-se significativamente ao longo da segunda metade do século XX. Graças ao desassoreamento, estão hoje amplamente visíveis as estruturas remanescentes da ponte do século XIII (Figs. 3 e 4). É hoje também possível observar os vestígios de diversas intervenções realizadas na ponte medieval, algumas das quais poderão precisamente datar da época de Dom João III (LOPES 2018; LOPES 2022).

Sousa Baptista e Nogueira Gonçalves publicaram em datas próximas e coincidiram em situar os primeiros arcos do lado sul numa intervenção posterior à que levantou o resto da ponte (Fig. 5). Independentemente da cronologia exacta das sucessivas intervenções, tem sido consensual que a ponte actual, levantada sobre os pilares da ponte medieval, pertence à época moderna.

A questão cronológica está agora bastante bem esclarecida com base nas evidências arroladas nos estudos mais recentes (LOPES 2021; LOPES 2022). Algumas dessas evidências serão revisitadas no presente estudo. No essencial, elas vêm confirmar, em boa medida, a interpretação de Sousa Baptista, invalidando por completo a interpretação de Nogueira Gonçalves.

Em 1594, sendo acompanhante e secretário do patriarca de Jerusalém, que seguia em peregrinação a Santiago de Compostela, o italiano Giovanni Battista Confalonieri passou na ponte de Vouga e registou no seu diário que ela era tão longa como a ponte de Sant'Angelo, em Roma: «*un ponte così lungo come quel di S. Angelo di Roma*»². A ponte de Sant'Angelo ainda era a ponte romana conhecida como *Pons Aelius*, com 3 arcos centrais de 18,39 m cada um e 5 arcos menores, perfazendo um comprimento total próximo de 135 m³. Segundo o estudo recentemente realizado, a ponte medieval de Vouga teria 12 arcos e cerca de 150 m a 160 m de comprimento (LOPES 2022). Não choca admitir que Confalonieri pudesse considerar o comprimento dessa ponte comparável aos 135 m da ponte de Sant'Angelo.

² «*Di qui alle Vente de Marmen [sic=Marnel], poi Boga [=Vouga], di 50 o 60 fuochi; si passa un ponte così lungo come quel di S. Angelo di Roma, dove passa un basso fiume. Poi le Vente di Damero [sic=Serém?]*» (GUERRA CAMPOS 1964: p. 202; LOPES 2018: p. 148-149).

³ LANCIANI 1893. Em finais do século XIX, os arcos menores foram substituídos por dois arcos grandes, um em cada extremidade da ponte, não tendo resultado alteração significativa na extensão do tabuleiro.

Pelo contrário, se a ponte moderna fosse obra de Dom João III, Confalonieri teria visto uma ponte com um comprimento na ordem dos 200 m. Dificilmente, Confalonieri consideraria um tal comprimento comparável aos 135 m da ponte de Sant'Angelo. Acresce que a ponte de Sant'Angelo é uma ponte larga, com cerca de 11 m de largura entre os parapeitos. Já a ponte de Vouga era estreita, com pouco mais de 3 m de largura útil, o que faria os 200 m parecerem ainda mais longos. Neste cenário, a hipótese de Confalonieri considerar semelhantes os comprimentos da ponte de Vouga e da ponte de Sant'Angelo parece bastante remota. Assim, o próprio testemunho de Confalonieri contribui, também, para descartar a interpretação de Nogueira Gonçalves.

2.2. Cronologia da obra de Dom João V

No início do século XVIII, estava António Carvalho da Costa a publicar a sua conhecida *Co-rografia*. No tomo II, que teve licença de publicação em 1707/02/24 e veio a público em finais de 1708, o autor diz-nos que a ponte de Vouga estava tão assoreada que «*em tempo de cheas se passa em barcos*» (COSTA 1706-1712: II, p. 161). Esta ainda era a ponte medieval com as várias reconstruções que podemos detectar.

Segundo uma informação que não consegui confirmar, «*a ponte do Vouga, junto a Serém, [...] foi destruída pelas grandes cheias de 1708 e, por determinação de Sua Magestade El-Rei D. João V, foi reconstruída em 1713*» (GRAÇA 1957: p. 87). O autor não citou documentos comprovativos da aludida destruição da ponte em 1708. É certo, no entanto, que ocorreram chuvas intensas e grandes cheias em Portugal desde meados de Dezembro de 1707 até Maio de 1708 (SILVA 2019: p. 354-355). Em Lisboa, o inverno de 1707-1708 foi um dos piores entre 1675 e 1715, chovendo quase diariamente, com formação de cheias frequentes e intensas (ALCOFORADO et al. 2000). Inês Amorim, procurando notícias para a história do clima na área da provedoria de Aveiro, entre 1690 e 1814, encontrou apenas uma referência a uma cheia importante, a qual ocorreu precisamente naquele Inverno (AMORIM 1996: p. 347). Trata-se de um registo da Casa da Misericórdia de Aveiro que informa: «*Naõ houve mais rendimento nas marinhas da Caza em razão das cheyas e grandes innundações, que por tais nunca foram vistas semelhantes, que comeraõ a novidade das marinhas*»⁴.

É certo, também, que uma inscrição nos diz que Dom João V «*MANDOV FAZER*» a ponte. Esta inscrição foi originalmente colocada num alargamento de sacada localizado sobre o 7º pilar, a contar de sul. Com o alargamento do tabuleiro no início da década de 1930, a inscrição ficou embutida no acrotério central da ponte, do lado de jusante, ainda aproximadamente sobre o 7º pilar. Finalmente, na sequência do desabamento do 7º pilar em 2011, o acrotério com a inscrição foi reposicionado junto à entrada sul da ponte. Essa inscrição está danificada e já não é possível ler algum do conteúdo original, como é o caso da data (Fig. 6). Inicialmente, coloquei a hipótese de a inscrição ter sido danificada quando desabou o 7º pilar. Entretanto, verifiquei que, em 2006, o seu estado de conservação já era aproximadamente igual ao actual⁵. Serão, assim, danos provocados pelo trânsito numa ponte demasiado estreita para as necessidades modernas. Conhecemos o teor completo da inscrição através da literatura de meados do século XX. Na leitura reproduzida em seguida, o desenvolvimento das abreviaturas é indicado entre parentesis rectos e o texto que já não está legível é indicado entre parêntesis curvos:

4 Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, Livros de Receita e Despesa, nº 195, fl. 33v. A mesma fonte dá-nos mais esta referência: «*Da marinha dos Santos Martires [...], 8:520 [réis] da metade do rendimento que toca a esta Santa Caza, [...], e he da novidade de 704 athe 707, excluzive, porque neste meu [sic=meio] ano não teve rendimento, como as mais, em rezaõ das grandes cheyas.*» (Idem, fl. 33)

5 Imagem FOTO.00775683, no SIPA (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25092).

ESTA OBRA MAN
DOV FAZER O SENH
OR DOM IOAM REI
DE PORTVGAL O 9[V]INTO
9EV DEOS G[VAR]D(E 1713 A[NOS])⁶

Do teor da inscrição não resulta absolutamente claro se a obra foi ordenada em 1713 e realizada nos anos seguintes, ou se foi ordenada em data anterior e concluída em 1713. Pedro Augusto Ferreira fugiu a esta questão dizendo que a obra «*data de 1713*» (FERREIRA 1890, p. 1979). Na passagem acima citada, Almeida Graça também fugiu à questão, afirmando que a ponte de Vouga foi «*reconstruída em 1713*». No entanto, não é plausível que a reconstrução tenha sido iniciada e concluída no espaço de um ano. Em meados do século XVIII, João Baptista de Castro afirmou que a ponte foi «*acabada no anno de 1713*» (CASTRO 1762-1763: I, p. 147). Terá sido mera interpretação deste autor, que escrevia meio século após os factos?

É quase certo que a reconstrução da ponte demorou muito mais de um ano a ser executada. Convém lembrar que a ponte de Amarante, altaneira e mais larga que a de Vouga, mas com apenas 3 arcos e 68 m de comprimento, foi construída ao longo de uma década ininterrupta, entre 1781 e 1791 (SARDOEIRA 1956: p. 856-859), e que a ponte de Vila do Conde, também com 3 arcos e cerca de 105 m, foi construída entre 1792 e 1808, ou seja, demorou 16 anos a ficar concluída (MARTINS 2014: I, p. 50). Por sua vez, a ponte de Lagos, com 12 arcos pequenos e cerca de 100 m, foi construída entre 1784 e 1796 (ROCHA 1909: p. 444-446).

Num cenário favorável, em que a construção tenha avançado sem contratempos, e dando uma margem de 10 anos, vemos que a ponte poderá ter sido iniciada e concluída algures entre 1703 e 1723. No entanto, em 1707, o Pe. Carvalho da Costa ainda só conhecia uma velha ponte muito assoreada. Por outro lado, a confirmar-se que as cheias de 1708 destruíram a ponte, certamente as obras não terão sido iniciadas antes de 1709 ou 1710. Mesmo considerando que muitas pedras da ponte medieval foram reaproveitadas na ponte joanina, seria o intervalo de 1708-1710 até 1713 suficiente para construir uma ponte bastante maior que as pontes de Amarante, Vila do Conde e Lagos?

O nicho-oratório que existia na vizinha ponte do Marnel, e que remontava ao século XVI, foi reformado no início do século XVIII. Nessa altura, o nicho ficou protegido por uma grade que tem gravada a data de 1717/07/08. No interior, foi instalada uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, também setecentista. A proximidade de datas sugere que, no âmbito da intervenção na ponte de Vouga, ordenada por Dom João V, tenham também sido feitas reparações e melhoramentos na vizinha ponte do Marnel (GONÇALVES 1959: p. 25; BAPTISTA 1958: p. 315).

Tudo considerado, parece plausível que a ordem régia de construção da ponte date de 1713 e que as obras se tenham iniciado nesse ano, ou no ano seguinte, e se tenham prolongado por alguns anos. Sabe-se que os anos de 1713 a 1716 foram de escassez de chuva, favoráveis portanto às intervenções em pontes. Nos anos seguintes, verificou-se uma relativa estabilidade climática (SILVA 2019: p. 357361). A obra da ponte de Vouga poderá ter-se prolongado até aos inícios da década de 1720, abrangendo também algumas reparações e melhorias na ponte do Marnel.

⁶ Para o texto actualmente ilegível, sigo a leitura de GONÇALVES (1959: p. 24); a leitura de BAPTISTA (1958: p. 314), embora sem rigor paleográfico, coincide na substância. Por uma fotografia tirada em 2014, é possível verificar que a primeira letra da última linha assumia a forma de um P em espelho, representando o Q.

3. EM QUE CONSISTIU A OBRA DE DOM JOÃO V?

Sousa Baptista, que atribuiu a maior parte da ponte moderna a Dom João V, realçou que as obras então realizadas «*foram de grande envergadura*», tendo os pilares sido «*muito levantados e sobre eles construídos novos arcos*» (BAPTISTA 1958: p. 314-315). As referências do Pe. Carvalho da Costa ao estado de assoreamento da ponte no início do século XVIII (<1707) levam, de facto, a supor que a obra realizada pouco tempo depois tenha consistido na construção de uma nova ponte, mais alta.

Afinal, em que consistiu a obra de Dom João V? A análise que aqui se desenvolve tem como resultado a reconstituição apresentada na Fig. 7, que o leitor poderá desde já consultar. Para facilitar a caracterização da ponte, tenho usado um sistema simplificado que se baseia numa contagem de arcos e pilares, partindo do extremo sul da ponte (LOPES 2018: p. 136). Esta numeração, convém notar, refere-se à ponte de 16 arcos, que resultou das alterações introduzidas em finais do século XVIII, e não à ponte joanina original:

- A1 refere-se ao 1.º arco a contar de sul;
- P1 refere-se ao 1.º pilar a contar de sul, localizado entre A1 e A2;
- E assim sucessivamente até P15 e A16.

Com vista ao estudo dimensional da ponte, procedeu-se ao levantamento das coordenadas absolutas de cerca de 30 pontos de referência ao longo da estrutura da ponte (LOPES 2022: p. 122-123). Conjugando essa informação com diversas medidas relativas, foi possível derivar as coordenadas absolutas de muitos outros pontos de interesse. A Tabela I apresenta um resumo da informação recolhida sobre as cotas dos principais pontos de referência ao longo da estrutura da ponte. O leito actual do rio junto aos pilares da ponte situa-se a cotas entre cerca de 3,3 m e cerca de 5,5 m ANMM (acima do nível médio do mar). Esta última cota é superior à cota média das impostas dos arcos grandes da ponte medieval (5,0 m ANMM). As fundações dos pilares da ponte medieval deviam estar em cotas próximas dos 0 m ANMM. Os arcos centrais da ponte medieval, nomeadamente A8 a A12, eram ogivais, elevando o tabuleiro a uma cota um pouco acima dos 12 m ANMM (LOPES 2022: p. 128).

Tabela I – Resumo da informação recolhida sobre as cotas da ponte, em metros ANMM (LOPES 2022: p. 123)

	Arcos grandes (A6 a A13)	Arcos pequenos (A4 e A5)
Impostas dos arcos da ponte medieval	4,6 a 5,5	6,3 a 6,7
Cotas máximas das estruturas remanescentes dos arcos medievais	6,6 a 7,4	6,9 a 7,0
Impostas dos arcos da ponte actual	7,6 a 8,8	9,1 a 9,4
	Cota máxima	Cotas nos extremos
Tabuleiro da ponte actual	14,6	12,4 (sul) e 13,0 (norte)

Em meados do século XX, estava ainda viva uma tradição segundo a qual, uma certa reconstrução da ponte, executada num passado impreciso, tinha deixado «*a ponte tão alta, que os barcos podiam passar sob ela com as velas levantadas*» (BAPTISTA 1958: p. 314). É plausível que essa tradição se refira à reconstrução de Dom João V, mas não é impossível que se refira à reconstrução e ampliação de Dona Maria I (ver adiante sec. 5).

Nos arcos grandes da ponte joanina, as diferenças de cotas entre as impostas dos arcos da ponte medieval e as impostas dos arcos da ponte joanina estão numa média de 3,0 m, com um desvio padrão de 0,20 m. Isto dá-nos uma primeira medida sobre o alteamento do tabuleiro que resultou da obra de Dom João V. No entanto, nos arcos ogivais medievais, a flecha excedia em cerca de 1 m o raio de volta perfeita (LOPES 2022: p. 125-126). Assim, o alteamento obtido, ao nível do tabuleiro, no tramo central da ponte terá ficado próximo dos 2 m. O tabuleiro da ponte actual atinge uma cota máxima de 14,6 m ANMM.

Convém notar que a ponte medieval se compunha de dois tramos que formavam entre si um ângulo obtuso de 167° do lado de montante. A mudança de direcção desenha uma curva localizada essencialmente sobre P7. A ponte joanina, construída sobre a medieval, mantém essa curvatura.

Qual seria a extensão da ponte de Dom João V? A literatura de viagens é frequentemente fonte de informações preciosas. Ora, o cidadão inglês Richard Twiss, membro da Royal Society, publicou em 1775 o relato de uma viagem que realizara em Portugal e Espanha em 1772-1773. A informação que registou sobre a sua passagem na região do Vouga é preciosa:

«Feb. 7 [1773]. We proceeded through forests of pine and cork, dined at Sardon [=Sardão, c. Águeda], and shortly after crossed the little river Agueda, over a bridge of three arches; afterwards, [we] ferried over the river Vouga, which is broad, shallow, and exceedingly transparent. Near the ferry [boat], is a stone bridge which had fifteen arches; but the two first are broken.» (TWISS 1775: p. 47)

«Feb. 17 [1773]. We dined at Albergaria, ferried over the Vouga and passed the night at Sardon.» (TWISS 1775: p. 52)

A ponte de Dom João V teria, portanto, 15 arcos. Dois desses arcos, os primeiros do lado sul, já estavam arruinados em 1773 e, por essa razão, passava-se o rio numa barca (“ferry boat”). Os três arcos que Nogueira Gonçalves identificava como mais recentes, e que atribuíra erradamente a Dom João V, terão, portanto, surgido no âmbito da reconstrução dos dois arcos arruinados. Ao construir-se três arcos em lugar dos dois arruinados, a ponte passou a ter os 16 arcos que chegaram até à década de 1940. Como veremos adiante, essa reconstrução resultou num alongamento do tabuleiro da ponte em cerca de 30 m. A ponte de Dom João V, com os referidos 15 arcos, teria cerca de 195 m de comprimento.

A Fig. 7 apresenta a implantação da ponte de Dom João V sobre as estruturas remanescentes da ponte medieval. O eixo horizontal indica a distância ao extremo sul da ponte actual, em metros, medida ao longo do alçado virado para jusante. O eixo vertical indica a cota ANMM.

Os arcos joaninos grandes, em A6 a A13, têm origem nos arcos grandes da ponte medieval e foram construídos reaproveitando as pedras provenientes da desmontagem dos arcos medievais, facto atestado pelas numerosas marcas de canteiro neles existentes⁷. O mesmo se aplica a A5, arco joanino pequeno com um comprimento semelhante ao do arco medieval que ali existiu (5,90 m). O arco joanino em A4 (6,45 m) é um pouco maior que A5, e bastante maior que o arco medieval que ali terá existido. Os dois arcos joaninos, que estavam destruídos em 1773, não devem assentar em estruturas da ponte medieval. Eles suportavam um primeiro alongamento da ponte para sul. Esses dois arcos deram lugar ao actual A3, um arco com 13,2 m de comprimento. Tudo indica que os dois arcos joaninos

⁷ Encontramos marcas de canteiro ao longo de toda a ponte de Vouga. Na sua esmagadora maioria, estas marcas são alfabéticas e localizam-se nos intradorsos dos arcos da ponte actual e nas estruturas remanescentes dos arcos da ponte medieval. Foram detectadas 495 ocorrências de marcas, 462 das quais com morfologia suficientemente perceptível, e destas 65 encontram-se nas estruturas remanescentes da ponte medieval. As restantes 397 ocorrências encontram-se em silhares e aduelas reaproveitadas na ponte actual. O estudo destas marcas está aprofundado noutra publicação (LOPES 2021).

arruinados teriam comprimentos semelhantes aos de A4 e A5. O actual P2 assinalará o local de implantação do encontro da ponte joanina do lado sul (ver Fig. 10 e o texto da sec. 5 que a ela se refere).

No extremo norte, os arcos A14 e A15, cada um com cerca de 4,5 m de comprimento, têm numerosas marcas de canteiro e, por isso, devem ser arcos medievais desmontados e integrados na ponte joanina. É de notar que, a sul, a ponte medieval tinha também um arco com cerca de 4 m de comprimento (LOPES 2022: p. 130-131). O arco joanino A16, que hoje não podemos observar, terá tido por objectivo alongar a ponte para norte, ajudando a vencer o desnível entre o centro da ponte e a margem norte. Este arco teria de vão apenas 2,5 m⁸.

Em 1756, em resposta a um inquérito sobre o grande terramoto do ano anterior, o Pe. José Matos de Miranda, pároco de Santa Maria de Lamas do Vouga, realçou o tamanho das duas pontes existentes na freguesia e o enobrecimento que daí resultava: «*Esta freguezia, ainda que he pequena, se ve ennobrecida com duas grandes pontes de pedra com varios arcos, huma no rio Vouga, chegada a villa [de Vouga], a que o mesmo rio da o seu nome, e outra no Marnel, no principio do lugar de Lamas*». Embora o autor fale de «*duas grandes pontes*», não se pode ignorar que a ponte do Marnel, com cinco arcos pequenos, é muito menor do que a de Vouga.

Na memória que a mesma freguesia enviou ao Pe. Luís Cardoso, em 1758, com vista à publicação de um *Dicionário Geográfico de Portugal*, é referida a existência de duas pontes de cantaria no rio Vouga, localizando-se uma delas «*junto a villa de Vouga, que he grande*»⁹. Na mesma linha, o Pe. António Ferreira da Fonseca, reitor de São João de Loure, informou, em resposta ao mesmo inquérito, que o rio Vouga «*tem huma ponte, peguada a villa de Vouga, de cantaria, bastantemente grande*»¹⁰. Ainda em 1758, o Pe. Aires de Sá e Cunha, pároco de São Salvador da Trofa, informou que o rio Vouga «*tem huma ponte de pedra de cantaria de cumprimento de tres tiros de mosquete, na estrada que corre do Porto para Lisboa, pegada a villa de Vouga*»¹¹.

Entre as referências setecentistas à ponte de Vouga, destaca-se, pelo pormenor, aquela que nos deixou o Pe. Francisco da Rocha de Almeida, pároco de São Pedro de Segadães, na resposta ao inquérito de 1758, onde caracterizou a ponte como uma grande obra de engenharia:

«*Sei que este rio tem huma ponte de pedra de cantaria junto a villa de Vouga, da qual toma o nome, feita com toda a architettura e estremada arte, assim pela sua firmeza como pela ordem de seus arcos, que são muitos, ainda que não se ve numero largo*¹² [deles], *formados, alguns, com seus talhas mares, e no mor*¹³ *della [tem] hum reducto largo com seu letreiro que diz a mandara fazer o Senhor Rey Dom [João o 5º] de glorioza memorja no anno de [1713]*»¹⁴

8 *Memória Descritiva e Justificativa*, 1943/02/15, em Infraestruturas de Portugal – Arquivo Histórico, ref. PT/JAE/DSPT/132/351-Textual. Esta dimensão aparece também anotada a lápis numa peça desenhada anexa ao processo.

9 ANTT, Memórias Paroquiais, 1758, vol. 19, n° 40.

10 ANTT, Memórias Paroquiais, 1758, vol. 21, n° 127.

11 ANTT, Memórias Paroquiais, 1758, vol. 37, n° 116.

12 A palavra «*largo*» não está claramente legível, mas esta parece ser a única leitura possível. Apenas se consegue ler «*lar..*», havendo mais duas letras que oferecem dificuldades de leitura.

13 «*mor*», o mesmo que «*maior*», referir-se-á aqui ao ponto mais alto da ponte.

14 ANTT, Memórias Paroquiais, 1758, vol. 34, n° 99. No texto original do pároco de Segadães, lê-se «*Senhor Rey Dom Pedro o 2º [...] no anno de 1703*». Como vimos, a inscrição que nos chegou atribui a obra a Dom João V (e não a Dom Pedro II) e situa a sua execução por volta de 1713 (e não 1703). A darmos crédito à memória de Segadães, teríamos que especular que a inscrição original se teria perdido e que, ao fazer-se nova inscrição, se teria errado o ano e o reinado. Contudo, ao consultarmos o *Roteiro Terrestre de Portugal*, publicado em 1762, apenas quatro anos após a elaboração da memória de Segadães, vemos que a ponte tinha sido «*acabada no anno de 1713, por ordem do Fidelissimo Rey D. Joaõ V*» (CASTRO 1762-1763: I, p. 147). Há, pois, erro naquele pormenor da informação do prior de Segadães. Ter-se-á equivocado quanto ao ano e, a partir daí, errou também o reinado (Dom Pedro II ainda reinava em 1703).

Segundo este testemunho, «alguns» pilares da ponte estavam protegidos por talhamares. Fica-se com a impressão que nem todos estariam protegidos por talhamares (montante) e contrafortes (jusante). A maior parte dos talhamares e contrafortes parecem ter sido várias vezes alteados e reforçados em época posteriores. Em P9, conserva-se um contraforte de volumetria mais discreta que poderá ser representativo dos contrafortes joaninos originais (ver Fig. 8).

Uma vez que os pilares da ponte de Dom João V foram construídos sobre os pilares da ponte medieval, a largura manteve-se próxima da largura da ponte medieval. No extremo norte, a largura ficou nos 4,20 m, valor superior ao da largura máxima medida nos pilares da ponte medieval, 4,15 m. A Tabela II apresenta um resumo das dimensões horizontais de arcos e pilares.

Tabela II – Dimensões horizontais de arcos e pilares na ponte de Dom João V (em metros)

	Comprimento	Espessura	Largura
Arcos grandes: A6 a A13	9,48 a 10,51		3,95 a 4,14
Pilares grandes: P5 a P12		4,78 a 5,13	3,95 a 4,14
Pilares grandes: P13		7,1	4,15
Arcos pequenos: A4, A5	5,90 a 6,45		3,98 a 4,08
Arcos pequenos: A14, A15	4,50		4,14 a 4,20
Arcos pequenos: A16	2,50		?
Pilares pequenos: P4, P14		2,58 a 2,63	3,98 a 4,08

Mais difícil é determinar a espessura das guardas e a largura útil no tabuleiro. Se a espessura das guardas fosse semelhante à que ainda hoje observamos na vizinha ponte do Marnel, cerca de 0,5 m, a largura útil seria de 3,05 m, em média. Todavia, a ponte que chegou ao século XX parece que tinha guardas bastante mais estreitas, como veremos.

Diz-nos o pároco de Segadães que existia um reduto largo no ponto mais alto da ponte, algures na zona central do tabuleiro, e que aí estava o letreiro ou inscrição alusiva à obra régia. Passado mais de um século, Pedro Augusto Ferreira fala-nos dessa mesma «*inscrição gravada no meio da dicta ponte*» (FERREIRA 1890: p. 1879).

Nas fotografias do princípio do século XX, conseguimos detectar, sobre P7, do lado de jusante, um reduto com uma estrutura mais elevada (assinalada por um círculo na Fig. 14) que poderá ser um espaldar. A inscrição deveria estar embutida nessa estrutura. Faz lembrar a ponte de Ponte da Barca, que ainda hoje conserva, também em posição central, um reduto com banco e espaldar e, no espaldar, uma inscrição que fixa a data desse melhoramento (1761).

A ponte chegou ao século XX com outros redutos, mas o pároco de Segadães referiu apenas um. Os restantes redutos poderão ser acrescentos posteriores (ver adiante). Com o alargamento do tabuleiro, executado em 1930-1931, os vários redutos foram parcialmente demolidos, ficando visível apenas a base de cada reduto. A base do reduto em P7, pilar que ruiu em 2011, era semelhante às bases dos redutos localizados sobre P6 e P8 (ver Figs. 3 e 4).

4. A PONTE EM RUÍNAS

Um tratado francês de geografia comparada diz-nos que, em 1713, por iniciativa régia, tinha sido construído «*un pont magnifique*» sobre o rio Vouga, e acrescenta: «*il a été ruiné par le tremblement de terre de 1755, et n'est pas encore reconstruit*» (MENTELLE 1784: p. 44). A ponte estava, de facto, arruinada quando se publicou este tratado. Contudo, temos testemunhos credíveis segundo os quais a ponte ainda estaria em pé nos anos de 1756 a 1758, pelo menos. Em 1756, em resposta ao inquérito sobre o terramoto do ano anterior, o Pe. José Matos de Miranda, pároco de Santa Maria de Lamas do Vouga, frisou que a ponte de Vouga não sofrera danos provocados pelo terramoto e nada no texto indica que estivesse em mau estado: «*Ambas estas pontes [de Vouga e do Marnel] se viram tremer e balançar bastantemente durante o terramoto I^o, mas nam padecerão ruína e ficaram na forma em que estavam*» (COSTA 1956: p. 59).

Nas respostas paroquiais de 1758 também não encontramos quaisquer indicações de que a ponte de Vouga estivesse a precisar de reparações ou melhoramentos. Em particular, a citada memória do pároco de Segadães, datada de 1758/05/08, enalteceu a «*firmeza*» e a «*architettura e estremada arte*» com que a ponte tinha sido construída, referindo também os seus talhamares, e nada mais acrescentou que sugira a existência de um problema na ponte. Pela mesma época, João Baptista de Castro caracterizou a ponte de Vouga como uma «*grandiosa ponte*» e também não deu qualquer indicação de que ela estivesse arruinada ou em mau estado (CASTRO 1762-1763: I, p. 147).

Entretanto, sabe-se que, a partir de finais de Novembro de 1757, o país foi contemplado com chuvas abundantes, vento forte, cheias e destruições¹⁵. No Porto, o Douro esteve fora dos seus limites ordinários desde 29 de Novembro até 10 de Dezembro (SILVA 2019: p. 385, n. 1269). Passados três meses, «*com as grandes chuvas que tem havido neste país, creceu tanto o pequeno rio chamado Cayma [afluente do Vouga] [...] que, com a sua arrebatada corrente, levou quantas cazas de moinhos havia*»¹⁶. O prejuízo foi avaliado em 60:000 cruzados (28:800\$000 réis).

Naturalmente, estas cheias do Caima, ocorridas por volta de 1758/03/20, não terão deixado de se fazer notar na ponte de Vouga, localizada a apenas 4 Km para jusante da foz do Caima. O próprio Vouga, sujeito às mesmas chuvas, andaria cheio. As condições eram propícias a causar danos em pontes. Contudo, as memórias paroquiais acima citadas, solicitadas aos párocos dois meses antes das cheias (1758/01/18), e concluídas poucas semanas após estas cheias (1758/04/10 e 1758/05/08), nada referem sobre danos na ponte de Vouga. Entretanto, o Outono de 1758 foi também tempestuoso, com muita chuva, cheias e destruições no noroeste de Portugal (SILVA 2019: p. 386-387).

Pouco se sabe sobre a evolução do estado do tempo nos anos de 1759 a 1763, com excepção do ano de 1760, que terá sido predominantemente seco (SILVA 2019: p. 386-387). O certo é que a ponte de Vouga entrou em ruína parcial em finais de 1761. Com efeito, passadas duas décadas, o escrivão da câmara de Vouga recapitulou: «*arruinando-se a ponte do rio da dita villa [de Vouga] em o fim do anno de mil setecentos cessenta e hum, estabeleceo a camara, que então servia, porto e barca de paçagem*»¹⁷. Não podemos saber ao certo quais foram as causas da ruína nem a sua extensão nesta altura. Podemos apenas especular que o terramoto de 1755 e/ou os grandes temporais de 1757-1758 poderão ter estado na génese do problema. O problema resolveu-se provisoriamente com a entrada em funcionamento da barca da vila de Vouga.

¹⁵ *Gazeta de Lisboa*, 1757, n.º 51, de 22 de Dezembro, p. 415, notícia de 25 de Novembro; *Idem*, 1758, n.º 2, de 12 de Janeiro, p. 14, notícia de 4 de Dezembro.

¹⁶ *Idem*, 1758, n.º 16, de 20 de Abril, p. 123-124.

¹⁷ ANTT, Casa de Lafões, NP 14, n.º 6 / 16, com data de 1781/11/21.

Outra barca entrou em funcionamento na mesma altura ou pouco tempo depois. A vereação municipal de Aveiro constatava em 1763/01/19 que tinha entrado em funcionamento «*huma barca de paçagem no rio Vouga, depois que caio a ponte*». Esta barca operava entre Vila Verde e Lamas do Vouga, lugares situados na imediata vizinhança da vila de Vouga, mas pertencentes ao termo da vila de Aveiro. Os barqueiros cobravam «*barcaje e avenças, sem licença desta camera [de Aveiro], nem terem regimento, nem terem arrendamento desta camera*»¹⁸. A situação foi regularizada poucos dias depois, em 1763/01/29, data em que três moradores de Vila Verde compareceram na câmara de Aveiro e formalizaram o arrendamento da barca «*para pacarem as pessoas que vam para Vila Verde e para outros lugares*»¹⁹.

Até 1765, parece que prevaleceu tempo seco, favorável a reparações em pontes (SILVA 2019: p. 386-387). Nos anos seguintes o padrão meteorológico alterou-se significativamente. Sobretudo a partir de 1768, e por espaço de duas décadas, predominou tempo chuvoso que causou uma sucessão de cheias catastróficas com poucos anos de intervalo (SILVA 2019: p. 388-409, 518, 520). No Porto, por exemplo, das sete maiores cheias registadas ao longo século XVIII, quatro ocorreram precisamente naquele período: 1769, 1774, 1777 e 1788 (SILVA 2019: p. 264, 270, 518, 520). Em Alcobaca, das três maiores cheias registadas desde o início do século XVIII até 1788, duas ocorreram no mesmo período: 1774 e 1788 (FIGUEIREDO 1788; VITERBO 1798: qv. 'Alcobaxa ou Alcobacha', p. 78).

Seja por falta de financiamento ou por dificuldades relacionadas com o excesso de chuva, o que parece certo é que a ponte de Vouga se manteve sem reparação definitiva. Em 1773, pelo testemunho de Twiss já citado, a ponte tinha os dois primeiros arcos arruinados e passava-se o rio numa barca junto à própria ponte. Outro cidadão inglês, o major William Dalrymple, fez um périplo similar em 1774 e também publicou o respectivo relato. Viajando de norte para sul, Dalrymple também cruzou o Vouga em barca de passagem:

«[1774, September] 30th: Set out and travelled in a narrow inclosed and bad road: passed some vines and waste land, with scattered olive trees and many droves of cattle to Piñeyro [da Bemposta]; whence by Alvergueria, crossing the river Vouga in a boat, arrived at Sardaon: six leagues in eight hours. Oct[ober] 1st: Travelled on a tolerably good road [...]» (DALRYMPLE 1777: p. 128).

Sousa Baptista deu notícia de uns recibos, datados de Maio e Junho de 1776, relativos ao pagamento do serviço da «*barca da passagem do rio Vouga*»²⁰. O autor inferiu que o trânsito estaria impedido na ponte em 1776 e que tal impedimento resultaria de uma intervenção que a ponte estaria a sofrer nessa altura. Convém notar que todos os indivíduos referidos nos recibos, nomeadamente os barqueiros, o arrematante e o escrivão, eram da vila de Vouga, e que a própria barca aparece identificada num dos recibos como «*barca da passagem da vila de Vouga*»²¹. Esta barca não pode,

18 Câmara Municipal de Aveiro / Arquivo Histórico, Livros de Acordãos e Vereações, nº 7 (ref. PT/MAVR/CMAVR/150-10/701-02/00004), fl. 209v-210v.; referência já citada por AMORIM, 1996: p. 103.

19 *Idem*, fl. 211v-212.

20 BAPTISTA 1958: p. 314. Estes recibos, apenas três, estão actualmente na posse de Carlos Marques Pereira, actual embaixador de Portugal em Marrocos, que teve a amabilidade de me contactar para me informar que os tinha na sua posse, enviando-me depois a respectiva digitalização. O primeiro recibo, datado de 1776/05/07, tem o seguinte teor: «*Francisco Dias, da villa de Vouga, confezo estar pago e satisfeito dos meus dias que servi a barca da passagem do rio Vouga, que foram dezasseis dias, a cem reis por dia, importa em mil e seis centos reis, e por estar pago da referida quantia, roguei a Cristóvão Homem de Figueiredo, da villa de Vouga, que este por mim pasage aos sete de Majo de 1776. Declaro que recebi a dita quantia de mam do rematante José Rodrigues de Mello, da vila de Vouga, era ut supra. [sinall] de Francisco Dias*».

21 Este recibo, publicado por Sousa Baptista, tem data de 1776/05/08, e refere-se ao montante de 2\$100 réis, pagos a Manuel José Pereira, de Vouga. O terceiro recibo, datado de 1776/06/07, refere-se ao pagamento de 1\$600 réis a José Rodrigues, filho de Domingos Rodrigues, de Vouga.

pois, confundir-se com a barca de Lamas do Vouga / Vila Verde, documentada acima, que operava no termo da vila de Aveiro.

Sousa Baptista observou também que, do lado sul, há «*dois olhais [=arcos] que, pelas suas dimensões e abertura de arco, parecem ter sido feitos por outro artífice*». Referia-se a A2 e A3, os maiores arcos da ponte actual, com mais de 13 m de comprimento cada um. Não deixa de ser curioso que o autor nunca refira A1, um arco com apenas 6,6 m de comprimento. A ponte teria sido modificada porque «*a principal incidência da corrente passou a fazer-se na extremidade sul, sobre um ou dois pequenos olhais, insuficientes para a comportar*» (BAPTISTA 1958: p. 314). Resumindo, na opinião do autor, «*os dois primeiros arcos [grandes] do lado sul, ou o seu alargamento, datam desta época, mas a afirmação depende de melhores provas*» (*Idem*: p. 315). As evidências apresentadas no presente artigo vêm confirmar, em linhas gerais, a intuição de Sousa Baptista quanto à cronologia da ponte.

Ainda assim, não podemos deixar de observar que, com a informação que Sousa Baptista conhecia, a hipotética intervenção de 1776 poderia ser um simples restauro do pavimento ou um restauro/reconstrução de algum arco que tivesse ficado fragilizado ou arruinado. De resto, a própria realização de uma intervenção na ponte em 1776 é especulativa. Tudo o que se pode inferir é que o trânsito estava impedido, e a razão mais natural é que a ponte estaria parcialmente arruinada e não se conseguia ou não era seguro passar. De resto, como vimos, a ponte caiu em finais de 1761 e continuava arruinada em 1763, 1773, 1774 e 1776. A reparação tanto poderia estar já em curso em 1776 como ter sido feita mais tarde. Sousa Baptista não estava longe da verdade, mas os novos dados recentemente recolhidos permitem corrigir e pormenorizar bastante a sua interpretação.

Em 1772/11/05, José Alves Ferreira, de Albergaria-a-Velha, foi nomeado juiz de fora das vilas de Oliveira do Bairro e Vouga²², ficando nesse lugar durante cerca de cinco anos, ou seja até 1777, pouco mais ou menos. Segundo testemunho do próprio, José Alves Ferreira terá contribuído para a reconstrução da Ponte de Vouga com alguns carvalhos²³. O mais provável é que estes carvalhos tenham sido usados para a construção dos passadiços que se documentam na década seguinte. O mesmo «*Doutor Joze Alves Ferreira, de Albergaria, [...] sendo juiz de fora neste concelho [de Vouga]*», disponibilizou uma verba de 9\$600 réis «*para ajuda do concerto da ponte*»²⁴.

A barca cessou o seu funcionamento em 1776, «*por se concertar nesse mesmo anno a ruina da ponte da dita villa*»²⁵. Este, todavia, foi um restauro provisório, com recurso a estruturas de madeira. O restauro definitivo, com construção de novos arcos, que Sousa Baptista situava em 1776, só acontecerá mais tarde.

No arquivo da Câmara Municipal de Águeda, conserva-se um livro de contas do chamado «*legado da Ponte de Vouga*». Este livro, que tem o título «*Ponte de Vouga*», cobre o período de 1780 a 1818. O legado era composto por uma terra, localizada em Serém, que era arrendada em praça pública, por períodos curtos, e cujo rendimento era aplicado na manutenção da ponte. Este legado pode ter origens remotas, mas não temos por enquanto dados sobre isso. O arrendatário pagava a renda no dia de São Miguel (29 de Setembro) de cada ano. Muito provavelmente, o legado foi usado para pagar as reparações que permitiram a utilização da ponte a partir de 1776. O certo é que, no fecho das contas de 1779, o saldo estava reduzido a \$128 réis. No período a que diz respeito o livro, a renda anual variou entre 2\$700 réis e 8\$200 réis. O gráfico da Fig. 9 apresenta as despesas realizadas e a evolução do saldo do legado da ponte entre 1780 e 1818.

22 ANTT, Chancelaria de Dom José, Livro n.º 32, fl. 345.

23 José Alves Ferreira, carta dirigida a João Henriques Ferreira, 1807/04/04, colecção particular de Martim de Albuquerque, apud FERREIRA 1999: p. 57, n. 142 e 145.

24 *Ponte de Vouga*, 1780-1818, fl. 20-20v.

25 ANTT, Casa de Lafões, NP 14, n.º 6 / 16.

Pelo livro do legado, vemos que foram feitas reparações em 1782, 1785, 1786 e 1787. Apenas o registo de 1785 explicita as reparações realizadas: «*por nesceçitar a ponte de concerto nas ruínas do solho [= soalho, chão de madeira], se mandara o mesmo concertar*»²⁶. Algumas estruturas da ponte eram portanto de madeira. Seriam certamente estruturas provisórias destinadas a viabilizar a passagem enquanto não se restaurava a estrutura de alvenaria.

Sabe-se, entretanto, que o inverno de 1787-1788 também foi extremamente rigoroso e que as cheias então ocorridas foram das mais graves de que há memória em Portugal (SILVA 2019: p. 406-409). A ponte de Vouga poderá ter sofrido mais danos nessa altura (MARTINS 2014: I, p. 43-44, 49 e 133, e II, p. 720 e 780-781). No curso terminal do rio Douro, a cheia ocorrida a partir de 1788/02/22 estará entre as cinco maiores nesse local desde que há registos. Nos mesmos dias, a cheia ocorrida no rio Mondego junto a Coimbra foi considerada «*a maior de que havia lembrança*», tendo ruído «*huma parte da ponte daquela cidade*»²⁷. Por outro relato pouco posterior, sabemos que se «*destruição tres arcos daquela famosa ponte*» de Coimbra²⁸. Em Alcobaça, a cheia ocorrida na noite de 23 para 24 de fevereiro de 1788 foi uma das três mais graves nessa vila desde o início do século XVIII até essa data (FIGUEIREDO 1788).

O legado da ponte de Vouga voltou a ser utilizado para reparações em 1788, 1790 e 1791. Pelo registo de 1788, vemos que foi feito «*novo barrotamento de parte do solho dos pacadiços*», despesa que importou em 3\$200 réis²⁹. Por este registo, e pelo de 1785, vemos que a ponte tinha passadiços de madeira. Esses passadiços situar-se-iam certamente no extremo sul e, eventualmente, em outros pontos da ponte que tivessem sofrido danos desde meados do século. Também em 1791, foi reembolsado a José Alves Ferreira, de Albergaria-a-Velha, o referido montante de 9\$600 réis que tinha emprestado, quando era juiz de fora, para ajudar a suportar as despesas da ponte³⁰.

5. A INTERVENÇÃO DE DONA MARIA I (1791)

Em finais do século XIX, Pedro Augusto Ferreira afirmou que a «*última reconstrução data de 1713*» (FERREIRA 1890: p. 1979). No mesmo sentido, Sousa Baptista reconheceu: «*Não conhecemos nenhuma referência a obras na ponte posteriores àquela data [1713], a não ser as recentemente feitas pelo Estado Novo*» (BAPTISTA 1958: p. 314).

Contudo, na memória descritiva da empreitada de alargamento do tabuleiro, executada em 1930-1931, encontramos a seguinte opinião: «*A ponte de pedra sobre o rio Vouga deve ter sido construída em meados ou fins do século XVIII*»³¹. A memória não apresenta qualquer justificação para esta opinião. E não deixa de ser curioso que o autor tenha ignorado a existência da inscrição com referência à obra de Dom João V e ao ano de 1713. Não se terá apercebido da sua existência. Em todo o caso, a citada opinião certamente teve em conta analogias com outras pontes comprovadamente datadas de meados a finais do século XVIII. As características da intervenção que identificamos no extremo sul da ponte de Dom João V, realizada na sequência do colapso parcial da ponte em 1761, certamente tiveram influência na datação proposta na memória citada.

Nogueira Gonçalves considerava que os primeiros 3 arcos no extremo sul pertenciam a uma mesma intervenção (Fig. 5), a qual seria posterior à que levantou o resto da ponte. Em contraste, Sousa Baptista, falando apenas dos 2 arcos grandes no extremo sul, admitia que estes arcos tanto podiam ser novos

26 *Ponte de Vouga*, 1780-1818, fl. 13.

27 *Gazeta de Lisboa*, 1788, n.º 10, suplemento, de 7 de Março, e n.º 11, de 11 de Março.

28 *Idem*, *ibid.*, n.º 14, de 1 de Abril.

29 *Ponte de Vouga*, 1780-1818, fl. 17.

30 *Idem*, fl. 20-20v.

31 «*Ponte sobre o Rio Vouga na Estrada Nacional N. 10, 1ª classe*», <1930, Infraestruturas de Portugal – Arquivo, Almada, ref. PT/JAE/DSCO/01/810-Textual.

(acrescentados para alongamento da ponte) como alargados. Os novos dados recolhidos acima mostram que a ponte joanina tinha 15 arcos e que a substituição dos 2 arcos arruinados pelos 3 novos transformou a ponte de 15 arcos numa ponte de 16 arcos, assim se mantendo até meados do século XX. O resultado é o que se pode apreciar na Fig. 1. Vamos agora ver como se processou essa alteração.

5.1. Do diagnóstico à reparação

O alvará de Dona Maria I de 1791/03/28 veio dar início à reforma das estradas do reino, começando pela estrada de Lisboa ao Porto, considerada a mais importante. Nesse alvará, encontramos referências às «*consignações destinadas para a ponte de Coimbra [...]*» e à necessidade de «*reparos das pontes sobre os rios Voga [sic] e Marnel*» (SILVA 1828: p. 9). Por um aviso régio datado de 1791/05/18, ficou o provedor da comarca de Aveiro encarregado de examinar o estado da ponte de Vouga, individuando «*quantos arcos se achão inteiros e quantos arruinados, e se os pérgões de uns e outros estão seguros*», e de orçamentar as reparações necessárias (CARVALHO 1814: doc. 10, p. 222–223).

Poucas semanas depois, por um aviso datado de 1791/07/07, e tendo o provedor entretanto dado conta do «*estado de roína da ponte de Vouga e do que hera necessário para sua reparação*», foi atribuída uma verba de 6:000\$000 réis para a reparação e que «*se proceda a esta obra sem perda de tempo*»³². Esta verba deveria sair «*do cofre destinado athe agora para as obras da Barra*» da cidade de Aveiro. Para se avaliar a importância da verba inicialmente atribuída, tenha-se em conta que ela corresponde a:

- Cerca de 1000 anos do rendimento do legado da ponte;
- Cerca de 165 anos do salário do barqueiro na barca de passagem, a \$100 réis por dia, como se documenta nos recibos de 1776;
- Cerca de 30 anos do rendimento da barca de passagem da vila de Vouga, considerando uma média de 200\$000 réis por ano³³;
- 22% do custo total da ponte de Amarante, 26:938\$994, construída de raiz entre 1781 e 1791 (SARDOEIRA 1956: p. 858);
- 6% do custo total do paredão da barra de Aveiro, 100:000\$000 réis, construído em 1801-1807 e que terá ficado com 2,6 Km de comprimento por 16 m de largura (LICHNOWSKY 1844: p. 153).

A disponibilização de uma verba tão avultada mostra que as obras então realizadas foram importantes. Considerando as condições climatéricas nesta época, as várias indicações sobre o estado ruinoso da ponte, o contexto da reforma geral da estrada e a verba orçamentada para a ponte, esta intervenção certamente incluiu um reforço geral da estrutura da ponte e a construção dos três arcos no extremo sul.

A obra terá sido iniciada de imediato, e já estaria a decorrer em Agosto de 1791, altura em que a barca de passagem da vila de Vouga foi reactivada. Com efeito, «*no principio da obra da ponte desta villa*», concretamente em 1791/08/10, a barca foi arrematada pelo montante de 66\$500 réis. O procedimento não foi considerado correcto, e uma nova arrematação foi realizada em 1791/10/09, pelo valor de 160\$000 réis³⁴.

Os arcos arruinados no extremo sul da ponte joanina seriam arcos pequenos (Fig. 7). Os arcos seguintes, A4 e A5, imediatamente a norte, são também pequenos. Na reconstrução, os dois arcos pequenos arruinados foram substituídos por dois arcos grandes, A2 e A3, mais um pequeno, A1. É plausível que o pilar e arcos arruinados tivessem dimensões próximas das que ainda podemos observar em P4 (2,6 m), A4 (5,95 m) e A5 (6,45 m). Assim, os dois arcos arruinados teriam cerca de 6 m de comprimento. Por

32 Arquivo Histórico-Documental do Porto de Aveiro, ver Superintendência da Barra de Aveiro, Liv. 1, fls. 61v-62

33 ANTT, Casa de Lafões, NP 14, n.º 6 / 16.

34 ANTT, Casa de Lafões, NP 044, n.º 78, com data de 1791/11/12.

sua vez, no lugar do actual P3, existiria um pilar joanino com cerca de 2,6 m de espessura, e entre os dois arcos arruinados existiria outro pilar semelhante. Estes dois pilares e os dois arcos destruídos perfazem uma extensão próxima de $2,6+6+2,6+6 = 17,2$ m.

Na reconstrução, P3 foi reforçado (3,9 m) e foi construído um arco grande de 13,1 m (A3). Os actuais P3 e A3 perfazem precisamente 17 m. Isto indica fortemente que o actual A3 foi dimensionado para se apoiar nas fundações dos arcos destruídos, isto é, no pilar joanino em P3, a norte, e no encontro da ponte joanina, a sul. De resto, é lógico que assim tenha sido. O actual P2 assinalará, pois, a posição do encontro joanino. Os actuais P2, A2, P1 e A1 perfazem um total de 31 m. Não temos dados sobre a dimensão do encontro da ponte joanina, mas, ainda assim, percebe-se que, com a obra de Dona Maria I, a ponte terá sofrido um alongamento na ordem dos 30 m (ver Fig. 10).

Segundo o citado testemunho do pároco de São Pedro de Segadães, os pilares da ponte joanina estavam «*formados, alguns, com seus talhas mares*». Parece que nem todos estariam protegidos por talha-mares (e contrafortes). Com a intervenção de Dona Maria I, é natural que os pilares tenham sido reforçados, embora seja difícil destrinçar o que pertence a Dom João V, Dona Maria I e intervenções posteriores.

É possível que alguns dos mestres pedreiros que construíram a ponte de Amarante, sobre o Tâmega, ao longo da década de 1780, tenham sido chamados para a obra da ponte de Vouga. Com efeito, no citado aviso régio de 1791/07/07, lê-se:

«Advirto a vossa mercê que o desembargador do Porto, Caetano Joze da Rocha e Mello, intendeo e concluiu com muita felicidade huma obra semelhante, mas muito maior, da ponte de Amarante sobre o rio Tamega, concorrendo muito para isto alguns mestres e officiaes de quem elle se confiou, os quaes com a experiencia he natural se fizessem mais habeis. Com esta informação será muito prodente que vossa mercê se comunique com o dito desembargador, que pode informa-lo, como experimentado, para bem da sua comissao, e pode auxiliá-lo com algum daquelles mestres e officiaes habeis.»

De acordo com uma inscrição existente na ponte de Amarante, o mestre responsável por esta obra foi o «*arquitecto*» Francisco Tomás da Mota, de Adaúfe, c. Braga. Apesar do teor da inscrição, parece que o verdadeiro arquitecto da ponte foi Carlos Amarante (SARDOEIRA 1956: p. 856859). Terá Francisco Tomás da Mota trabalhado também na ponte de Vouga? Provavelmente não. De facto, em 1792/10/17, Francisco Tomás da Mota esteve em Vila do Conde e Azurara, com outros oficiais, para «*demarcarem o sitio em que se havia de construir a ponte*» sobre o rio Ave, entre as duas referidas vilas³⁵. E foi ele que dirigiu os trabalhos de construção dessa ponte, concluídos em 1808 (Martins 2014: I, p. 133 e 341). Quanto à elaboração do projecto de reconstrução e ampliação da ponte de Vouga nesta época, terá sido chamado Carlos Amarante, autor do projecto da ponte de Amarante? Ou terá José Francisco de Paiva, arquitecto da ponte de Vila do Conde, sido o autor da ampliação da ponte de Vouga? Também neste ponto nada sabemos. Em todo o caso, é natural que alguns dos artífices envolvidos na construção da ponte de Amarante tenham de facto transitado para a obra ponte de Vouga, como recomendava o aviso régio de 1791/07/07.

Nesse mesmo aviso, lê-se que a obra da ponte de Amarante era «*huma obra semelhante, mas muito maior*» que a da ponte de Vouga. Em termos de extensão, a diferença não é grande. A reconstrução e ampliação operadas na ponte de Vouga ficou na ordem dos 61 m enquanto a ponte de Amarante ficou com 68 m. No entanto, a ponte de Amarante, além de 50% mais larga e com o dobro da altura, foi construída de raiz, enquanto que, na ponte de Vouga, deverá ter sido possível tirar partido de algumas das estruturas

35 *Gazeta de Lisboa*, 1792, nº 44, Segundo Suplemento, 1792/11/03.

pré-existentes. Já vimos acima que o custo final da ponte de Amarante foi 4,5 vezes superior à verba orçamentada inicialmente para a ponte de Vouga.

Atendendo às referências conhecidas, a obra de Dona Maria I na ponte de Vouga terá sido iniciada, o mais tardar, em Agosto de 1791. Não sabemos quando terá sido concluída, mas é natural que a sua execução tenha demorado alguns anos. Na mesma época, como já foi referido, as pontes de Amarante, com 68 m, Lagos, com 100 m, e Vila do Conde, com 105 m, demoraram entre 10 e 15 anos a serem construídas.

5.2. Aspectos dimensionais

Em Janeiro de 1930, ou em finais do ano anterior, a memória descritiva relativa ao alargamento do tabuleiro descreve a ponte nos seguintes termos: «A ponte de pedra sobre o rio Vouga [...] tem 221,3 metros de extensão, com 16 arcos de vãos muito variáveis e 3,7 [metros] de largura entre as guardas de cantaria».³⁶

A informação dimensional fornecida nesta passagem deve ser usada com alguma cautela. Na verdade, segundo foi possível observar, a documentação da antiga Junta Autónoma das Estradas (JAE) relativa à ponte de Vouga é pouco rigorosa quanto às dimensões. As próprias peças desenhadas relativas ao edifício existente são por vezes representações meramente esquemáticas, e não levantamentos rigorosos. Quanto à extensão total do tabuleiro, a memória citada atribui-lhe o valor de 221,3 m. Este valor repete-se na memória descritiva da obra de alteamento do acesso norte, realizada alguns anos depois (1944-1945)³⁷. No entanto, é também aproximadamente essa a extensão actual da ponte, já sem o arco A16, que tinha 2,5 m de vão. Com esse arco, é natural que a ponte tivesse mais alguns metros.

Descontando os encontros, a ponte actual, com 15 arcos, tem uma extensão de 201,6 m. Nas peças desenhadas da JAE, essa extensão corresponde a 89,4% da extensão total da ponte com 16 arcos. Daqui se infere que a extensão total do tabuleiro seria de $201,6/0,894 = 225,5$ m, bem diferente dos 221,3 indicados nas memórias descritivas.

Curiosamente, dois autores que escreviam já depois da obra de 1944-1945, mas que ainda se reportavam à ponte com 16 arcos, atribuíram ao seu tabuleiro extensões de 222,7 m (GRAÇA 1957: p. 87) ou mesmo 226,0 m (ROSÁRIO 1963). A diferença parece grande, mas talvez se explique considerando que os 226 m foram medidos ao longo do tabuleiro da ponte, o qual, como foi referido, faz uma curva aproximadamente a meio, enquanto o valor mais pequeno poderá ter sido medido em linha recta. Ora, 222,7 m medidos em linha recta correspondem a 224,0 m medidos ao longo do tabuleiro da ponte. Assim, em termos médios, continuamos a apontar para um valor próximo dos 225 m.

A Fig. 11 apresenta um pormenor do projecto de alteamento do tabuleiro e da avenida de acesso do lado norte, projecto este datado de 1942/12/31 e executado em 1944-1945. A figura apresenta também a sobreposição de um desenho da obra tal como foi executada. Vê-se que o arco A16 deverá encontrar-se soterrado aproximadamente por baixo do ponto onde actualmente termina a guarda metálica da ponte. Antes do alteamento, o encontro da ponte prolongava-se mais alguns metros para norte. Enquanto não forem localizados vestígios de A16 e do encontro antigo, que possam desfazer a dúvida em definitivo, o mais plausível e sensato é considerar que a ponte com 16 arcos teria cerca de 225 m. Descontando a ampliação operada por Dona Maria I, vemos que a ponte joanina teria cerca de 195 m.

É igualmente difícil determinar com rigor a espessura das guardas e a largura útil no tabuleiro. Nas peças desenhadas da antiga Junta Autónoma das Estradas, encontramos cortes transversais

³⁶ «Ponte sobre o rio Vouga na Estrada Nacional nº 10 – 1ª classe», memória descritiva, s.d. [<1930/01/30], em Infraestruturas de Portugal - Arquivo Histórico, ref. PT/JAE/DSCO/01/810-Textual.

³⁷ «Memória Descritiva e Justificativa», 1943/02/15, em Infraestruturas de Portugal – Arquivo Histórico, ref. PT/JAE/DSPT/132/351-Textual.

em que a largura total indicada é 4,20 m³⁸. Esta largura, no entanto, só se verifica no extremo norte da ponte, em A15. Em alguns pontos, a largura fica-se pelos 3,95 m e em média é de 4,05 m. Se a espessura das guardas fosse semelhante à que ainda hoje observamos na ponte do Marnel, cerca de 0,5 m, a largura útil seria de 3,05 m, em média.

A imagem apresentada na Fig. 12 resulta da ampliação de um pormenor de uma fotografia datada de 1908, onde se vê a entrada sul. Este pormenor torna evidente, atendendo à proporção entre a altura e a espessura das guardas, que estas não poderiam ter os 0,5 m de espessura que observamos na ponte do Marnel.

Entretanto, na memória descritiva da obra de 1930-1931 (ver passagem reproduzida acima), afirma-se que a ponte tinha «3,7 [metros] de largura entre as guardas». Considerando que os 3,7 m foram medidos na parte norte, onde terá também sido medida a largura total de 4,2 m, vemos que a espessura das guardas poderia ser 0,25 m. Esta espessura é reduzida, quando comparada com as espessuras das guardas de pedra existentes em outras pontes históricas, mas é plausível em face do que observamos na Fig. 12. De resto, tem paralelo nas pontes de Dom Sameiro e da Lagocinha, cujas guardas apresentam espessuras médias de 0,27 m e 0,31 m, respectivamente (LOPES 2022: p. 7-8). Estas são também pontes estreitas, onde provavelmente foi necessário reduzir a espessura das guardas ao mínimo para maximizar a largura útil. Na ponte de Vouga, como a largura total varia entre 3,95 m e 4,20 m, a largura útil deveria variar entre um mínimo de 3,45 m e um máximo de 3,70 m.

5.3. Os alargamentos de sacada

Antes do alargamento do tabuleiro realizado em 1930-1931, a ponte apresentava vários redutos, ou alargamentos de sacada, de formato arredondado. Um deles localizava-se sobre P7, do lado de jusante. Este será o reduto já documentado em 1758 na memória paroquial de São Pedro de Segadães. Ali estava colocada a inscrição alusiva à obra de Dom João V, como vimos. A memória de Segadães não indica a existência de outros redutos na ponte de Dom João V. Contudo, a ponte que chegou ao século XX, também apresentava redutos sobre os pilares P2, P6 e P8, tanto do lado de jusante do como lado de montante. No total, existiam sete redutos. Apesar do alargamento do tabuleiro, ainda é possível observar diversos vestígios desses redutos (ver Figs. 3 e 4). Os redutos em P2 deverão datar da construção desse pilar, no âmbito da obra de Dona Maria I (Fig. 13). Os redutos em P6, P7 e P8 marcam o centro funcional da ponte (Fig. 14). Em P8, o reduto do lado de jusante teria a guarda destruída no início do século, de acordo com o que se pode observar na imagem. É possível que os redutos em P6 e P8 sejam também da época de Dona Maria I. A própria comparação com a ponte de Amarante o sugere. Com efeito, os dois pilares que suportam o grande arco central da ponte de Amarante também têm redutos virados quer para jusante, quer para montante.

6. ALGUMAS REFERÊNCIAS DOS SÉCULOS XIX E XX

6.1. A ponte de Vouga na história militar

É bem conhecido o valor estratégico das pontes em tempos de guerra. Por vezes, são destruídas para bloquear o avanço do inimigo.

Depois da construção da ponte por Dom João V, o principal conflito bélico em território português foi o que resultou das invasões francesas. A Primeira Invasão Francesa desenrolou-se entre Novembro de 1807 e Outubro de 1808. Não são conhecidas movimentações significativas nem confrontos militares na região do Vouga neste período.

³⁸ «Ponte sobre o rio Vouga: Conjunto e Perfis Transversais», 1942/12/31, peça desenhada conservada em Infraestruturas de Portugal – Arquivo Histórico, ref. PT/JAE/DSPT/999/139/5989-Desenho.

No ano seguinte, decorrendo a Segunda Invasão Francesa, a região do Vouga foi palco de importantes desenvolvimentos. Na sequência da tomada do Porto pelo exército de Soult, em 1809/03/29, a resistência organizou-se a partir de Coimbra e fixou-se nas margens do Vouga sob o comando do irlandês Nicholas Trant. Tratava-se de vigiar os principais pontos de travessia e impedir que o exército francês avançasse para sul. Numa fase do ano em que o rio ainda corria bastante caudaloso, o principal ponto de travessia era a ponte de Vouga. Ao longo de mais de um mês, entre 6 de Abril e 12 de Maio, as forças portuguesas e britânicas concentraram-se nas localidades próximas da ponte de Vouga, sobretudo a sul, mas também em Serém (SARMENTO 1810). O seguinte testemunho põe em evidência a importância estratégica da ponte:

«[...] o Coronel Trant conheceu então, mais do que em outras ocasiões, a importância daquele ponto [Serém], no outro lado do rio, porque, enquanto fôssemos senhores dele, também o seríamos da ponte do Vouga, cuja posse nos era tão precisa naquela ocasião, como havia de ser principiando as operações ofensivas, o que tudo indicava não tardarem. [...] Ele [= coronel Nicholas Trant] mostrava ter intento de disputar aquela ponte a todo o custo e se resolveu a erigir uma bateria, escolhendo para esse efeito um ponto na margem esquerda do rio, que flanqueava a ponte.» (SARMENTO 1810: p. 158-159)

O exército francês acabou por bater em retirada. No âmbito da Terceira Invasão Francesa, iniciada em Agosto de 1810, algumas movimentações chegaram também ao Vouga. O exército francês, vindo de Almeida, veio defrontar o exército anglo-luso na importante batalha do Buçaco, em 27 e 28 de Setembro. Derrotado, mas não aniquilado, o invasor seguiu para sul. Em Março do ano seguinte, o invasor retirava-se de Santarém em direcção a Coimbra, e constava que pretendia tomar novamente a cidade do Porto. Nesta altura, em carta dirigida ao General Bacelar, o Marechal Wellington informava: «colonel Trant will have retired from Coimbra upon the bridge of Vouga, which he should destroy, and from thence upon Oporto» (GURWOOD 1844: IV, p. 657). Felizmente, a planeada destruição da ponte de Vouga não terá sido concretizada.

A ponte de Vouga voltou a estar no centro de relevantes acontecimentos militares no âmbito do conflito entre absolutistas e liberais. A reunião das antigas cortes, iniciada em 1828/06/23, decidiu pela aclamação do infante Dom Miguel como rei absoluto. Seguiram-se várias revoltas pelos «rebeldes» liberais, com epicentro no Porto. Em particular, «alguns bravos militares [...] resolveram defender as fortes posições do Vouga, que sustentaram por meio de um vigoroso combate de retaguarda». Esse combate teve lugar junto ao pântano e ponte do Marnel, imediatamente a sul da ponte de Vouga, em 1828/08/28. Terá sido «um dos mais violentos, que se travou em toda a nossa guerra civil», terminando com a retirada dos absolutistas (SORIANO 1846-1849: I, p. 256-257).

6.2. Reparações e remodelações pontuais

O citado livro das contas do legado da ponte de Vouga permite acompanhar a utilização desse fundo até 1818. De 1791 até 1807, o legado não foi usado para financiar quaisquer reparações. No fecho das contas de 1807, o saldo era de 60\$038 réis. Em 1808, foi feita uma reparação, não especificada, no valor de 23\$560 réis. Estava em curso a Primeira Invasão Francesa, mas não temos dados concretos que permitam relacionar essa reparação com o conflito militar.

Se a ponte sofreu danos no âmbito da segunda e terceira invasões, as respectivas reparações não foram financiadas pelo legado da ponte. Nos anos seguintes, também não foram feitas mais reparações pagas pelo legado. Aparentemente, o próprio legado da ponte foi deixado um pouco em roda livre. Tendo-se arrematado o arrendamento da terra, por três anos, em 1808, não foram organizadas novas arrematações para os triénios seguintes, mantendo-se o mesmo arrendatário até

1818. As contas foram fechadas em 1819/10/09, com um saldo na ordem dos 125\$000 réis (ver Fig. 9). Este é o último registo relativo à «terra deixada para o reparo da Ponte de Vouga». A origem do legado, a localização exacta da terra que gerava os rendimentos e o destino posteriormente dado a essa terra permanecem, por enquanto, desconhecidos.

Embora a ponte de Vouga tenha sofrido uma profunda remodelação no século XVIII, a sua largura ficou condicionada pela largura com que foi originalmente construída no século XIII. A ponte do Marnel, construída no século XIV, ficou 25% mais larga que a de Vouga, mas mesmo essa era já considerada estreita na primeira metade do século XIX. Segundo um relatório dessa época, as pontes do Marnel e de Vouga eram «muito estreitas e defeituosas» (*Reconhecimento feito à Estrada de Lisboa ao Porto*, Março de 1835, publ. MATOS 1980: doc. VIII, p. 537-538). Defeituosas talvez por desenharem curvas. O mesmo relatório, no parágrafo relativo ao percurso entre Sardão e São João da Madeira, refere que «as guardas da maior parte das pontes estão caídas» (*Idem*, p. 538).

Apesar da estreiteza da ponte de Vouga, os viajantes estrangeiros teciam elogios. Passando na região do Vouga em 1810, o general Benjamim D'Urban, um dos mais destacados oficiais ingleses envolvidos na Guerra Peninsular, constatou o mau estado da estrada mas, quanto à ponte, registou: «*The bridge over the Vouga is a good one*» (ROUSSEAU 1930: Journal III, 1810/01/13). Um guia inglês para viajantes em Portugal, várias vezes reeditado, refere uma «*handsome bridge over de Vouga, erected under the patronage of D. João V in 1713*» (*Handbook for Travellers* 1856, p. 115). Para o príncipe Lichnowsky, era simplesmente «*einer grossen brücke*», isto é, «uma grande ponte» (LICHNOWSKY 1843: p. 383; LICHNOWSKY 1844: p. 176).

A estrada real Coimbra-Porto foi reformada em 1856-1860 com pavimento de macadame. Em Janeiro de 1858, foi iniciada a construção, segundo projecto de José Diogo Mousinho, de uma nova ponte de 57 m sobre o rio e pântano do Marnel, a jusante da ponte medieval (SILVA 1873, p. 328-329). Em 1859, realizaram-se alguns acabamentos na estrada, incluindo nas «*avenidas da[s] ponte[s] do Vouga e do Marnel*» (SILVA 1873: p. 326-327). O nicho-oratório que existia na ponte medieval do Marnel, provavelmente desde o século XVI, foi transferido para a nova ponte na década seguinte, segundo data que tem gravada. Tudo indica que a ponte de Vouga não sofreu reparações ou alterações de monta até ao 1º quartel do século XX. Segundo Pedro Augusto Ferreira, «*apenas lhe fizeram alguns reparos aproximadamente em 1858*» (Ferreira 1890: p. 1979).

Já no final do século XIX, Pinheiro Chagas fez, no seu *Dicionário Popular*, uma breve referência à «*magnífica ponte construída em 1713*», junto a Serém, sobre o rio Vouga (CHAGAS 1876-1890: XI, qv. 'Serém', p. 354). Passadas três décadas, em literatura de apoio ao turismo, lemos que a ponte de Vouga era «*uma linda ponte, mandada construir por D. João V, com a magnificiencia que caracterizou todas as suas obras*» (*Revista de Turismo*, Maio de 1923, p. 367). Pouco tempo depois, em Janeiro de 1930, ou em finais do ano anterior, a memória descritiva relativa ao projectado de alargamento do tabuleiro realça que a ponte era, sob o ponto de vista arquitectónico, «*digna de ser apreciada*»³⁹. Em 1930-1931, este alargamento foi finalmente concretizado, passando as guardas laterais a ser metálicas.

Em 1944-1945, foi alteado o tabuleiro do lado norte bem como a respectiva avenida de acesso⁴⁰. Em finais do século, na sequência da construção de uma nova ponte (EN1/IC2), a jusante da antiga ponte medieval/setecentista, esta passou para o domínio municipal, ficou sem manutenção e o seu estado deteriorou-se rapidamente. O pilar P7 desabou em 2011. A ponte é hoje um monumento em grave risco.

39 «Ponte sobre o rio Vouga na Estrada Nacional nº 10 – 1ª classe», memória descritiva, s.d. [<1930/01/30], em Infraestruturas de Portugal - Arquivo Histórico, ref. PT/JAE/DSCO/01/810-Textual.

40 Ver acima sec. 5.2, nota 32 e Fig. 11.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XVIII, a ponte medieval de Vouga estava já tão assoreada que, em tempo de cheias se fazia a travessia de barco. Segundo uma informação que não foi possível confirmar, a ponte terá sido destruída pelas grandes cheias de 1707-1708. Por volta de 1713, por ordem de Dom João V, os arcos da ponte medieval foram parcialmente desmontados e foi construída uma nova ponte em cima das estruturas remanescentes da ponte medieval. Na nova ponte, foram reaproveitadas centenas de aduelas sigladas provenientes da demolição parcial dos arcos medievais. A cota máxima do tabuleiro joanino ficou cerca de 2 m acima da cota máxima do tabuleiro da ponte medieval. A largura total ao nível do tabuleiro manteve-se próxima dos 4,05 m, uma herança da ponte medieval. Pela reconstituição apresentada, a nova ponte ficou com os mesmos oito arcos grandes, quatro arcos pequenos do lado sul e três arcos pequenos do lado norte, perfazendo uma extensão total próxima dos 195 m.

A nova ponte, «*grandiosa*», «*magnífica*» e construída com «*estremada arte*», resistiu ao terramoto de 1755, mas ruiu parcialmente em finais de 1761. Sabe-se que os dois primeiros arcos, do lado sul, estavam arruinados em 1773. Talvez por falta de financiamento e/ou pelas más condições meteorológicas que predominaram até finais da década de 1780, a ponte não foi restaurada de imediato. Entraram então em funcionamento duas barcas de passagem em substituição da ponte. Foram também construídas estruturas provisórias em madeira, permitindo que a ponte voltasse a ser utilizada a partir de 1776. Finalmente, a partir de 1791, por ordem de Dona Maria I, a ponte foi reconstruída e ampliada. No lugar dos dois arcos pequenos que estavam destruídos em 1773, foi construído um arco de 13,2 m. A ponte foi também ampliada com outro arco de igual tamanho e com mais um menor. A ponte ficou então com 16 arcos e cerca de 225 m.

A «*grande*», «*boa*», «*elegante*» e «*magnífica*» ponte esteve para ser demolida, em 1811, como medida defesa da cidade do Porto, que o exército francês se preparava para atacar, mas essa medida extrema acabou por não ser necessária. A ponte acabou por atravessar os dois séculos seguintes sem sofrer danos de maior.

Entretanto, o assoreamento continuou a agravar-se. No início do século XIX, as estruturas remanescentes da ponte medieval já estavam praticamente enterradas. Em meados do século XX, nada estava visível da ponte medieval. Tal facto terá levado a desvalorizar o monumento, que nunca chegou a ser classificado, ao contrário do que aconteceu com outras pontes da região, consideradas medievais, apesar de estarem pouco documentadas e de serem muito menos importantes, do ponto de vista histórico e monumental.

Com a progressiva reversão do assoreamento, verificada nas últimas décadas do século XX, a ponte medieval ficou de novo visível. Por outro lado, a investigação documental leva a valorizar toda a história da ponte ao longo de quase oito séculos.

A ponte de Vouga é, afinal, a maior e mais importante ponte histórica existente na bacia do rio Vouga. Das pontes antigas existentes em todo o distrito de Aveiro, esta é também a mais importante do ponto de vista histórico e monumental. A ponte de Vouga é também a principal ponte histórica ainda existente no velho caminho entre Lisboa e Porto.

Com a construção de uma ponte de betão armado, 200 m a jusante da ponte medieval/setecentista, esta passou para o domínio municipal e foi votada ao abandono. Em 2011, por falta de manutenção básica, tombou o pilar P7. De imediato, a autarquia responsável anunciou que iria aproveitar para demolir o resto da ponte. Tal não chegou a acontecer, mas os treze pilares e arcos que ainda estão de pé continuam sem manutenção e podem tombar a qualquer momento. Se nada for feito no curto prazo, a ponte ruirá como um castelo de cartas.

BIBLIOGRAFIA

- ALCOFORADO, Maria João; NUNES, Maria de Fátima; GARCIA, Joao Carlos; TABORDA, Joao Paulo (2000), Temperature and precipitation reconstruction in southern Portugal during the late Maunder Minimum (AD 1675-1715), *The Holocene*, 10 (3), pp. 333-340.
- ALMEIDA GRAÇA, José Pais de (1957), Pontes existentes nas estradas nacionais no distrito de Aveiro, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, XXIII, pp. 85-106 e 182-106.
- AMORIM, Inês (1996), *Aveiro e a sua Provedoria no século XVIII (1690-1814) Estudo Económico de um Espaço Histórico*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.
- AN OFFICER (1827), *Personal Narrative of Adventures in the Peninsula during the War in 1812-1813*, Londres, John Murray.
- BAPTISTA, Augusto Soares de Sousa (1958), Ponte do Marnel, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXIV, pp. 311-316.
- CARVALHO, Luís Gomes de (1814), Memoria Descritiva ou Noticia Circunstanciada do Plano e Processo dos Effectivos Trabalhos Hydraulicos empregados na Barra de Aveiro segundo as Ordens de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, *Jornal de Coimbra*, vol. VI (28), p. 201-223, e VII (32), pp. 49-85.
- CASTRO, João Baptista de (1762-1763), *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 3 vols., Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro (1876-1890), *Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario*, 16 vols., Lisboa, Typographia da Viuva Sousa Neves.
- COSTA, António Carvalho (1706-1712), *Corografia Portugueza e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, 3 volumes, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes.
- COSTA, Eduardo (1956), O Terramoto de 1755 no Distrito de Aveiro, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, XII, pp. 40-80, 117-138, 167-207.
- DALRYMPLE, William (1777), *Travels through Spain and Portugal em 1774 with a Short Account of the Spanish Expedition against Algiers in 1775*, Londres, J. Almon.
- FERREIRA, Delfim Bismarck (1999), *Casa e Capela de Santo António em Albergaria-a-Velha: História, Arte e Genealogia*, Porto, Universidade Moderna.
- FERREIRA, Pedro Augusto (1890), Vouga – Vila Extincta, in A.S.B. Pinho Leal & P.A. Ferreira, *Portugal Antigo e Moderno*, XII, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, pp. 1977-1992.
- FIGUEIREDO, Fr. Manuel de (1788), *Relação da cheia que alagou grande parte da vila de Alcobaça na noite de 23 para 24 de Fevereiro de 1788*, ANTT, Mosteiro de Alcobaça, livro 213, f. 478-478v; publ. Gérard Leroux, Uma Grande Cheia inundou Alcobaça em Fevereiro de 1788, *O Alcoa*, nº 1826, de 17 de fevereiro de 1994, p. 12.
- GONÇALVES, A. Nogueira (1959), *Inventário Artístico de Portugal. VI. Distrito de Aveiro. Zona Sul*, Lisboa Academia Nacional de Belas Artes.
- GUERRA CAMPOS, J. (1964) Viaje de Lisboa a Santiago en 1594 por Juan Bautista Confalonieri, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XIX, nº 58, pp. 185-250.
- GURWOOD, John (1844), *The Dispatches of the Field Marshal, the Duke of Wellington, during his various Campaigns in India, Denmark, Portugal, Spain, The Low Countries and France. An Enlarged Edition in Eight Volumes*, Londres, Parker, Furnivall and Parker.
- Handbook for Travellers, 1856 = A Handbook for Travellers in Portugal: a Complete Guide for Lisbon*, Cintra [...]. *Second Edition*, Londres, John Murray, 1856.
- LANCIANI, Rodolfo Amedeo (1893), Recenti scoperte di Roma e del suburbio, *Bullettino della Commissione Archeologica Comunale di Roma*, vol. 21, pp. 3-29.
- LICHNOWSKY, Felix Maria Vincenz Andreas, príncipe (1843), *Portugal: Erinnerungen aus dem Jahre 1842*, Mainz, Verlag von Victor von Zabern.

- LICHNOWSKY, Felix Maria Vincenz Andreas, príncipe (1844), *Recordações do Anno de 1842: Traduzido do Alemão*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- LOPES, Luís Seabra (2018), A Ponte de Vouga Desenterrada (e mais algumas Notas), *Beira Alta*, 77 (1-2), pp. 117-161.
- LOPES, Luís Seabra (2021), As marcas de identidade dos construtores medievais na ponte de Vouga, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 24, pp. 153-174.
- LOPES, Luís Seabra (2022), A Ponte Medieval do Burgo de Vouga: uma das Grandes Pontes construídas em Portugal no Século XIII, *Al-Madan Online*, IIª Série, 25 (1), 2022, pp. 117-133.
- MARTINS, Carlos H.M.R. (2014), *O Programa de Obras Públicas para o Território de Portugal Continental: 1789-1809. Intenção Política e Razão Técnica: o Porto do Douro e a Cidade do Porto*, tese dout., Coimbra, Universidade.
- MATOS, Artur Teodoro (1980), *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- MENTELLE, Edme (1784), *Géographie Comparée ou Analyse de la Géographie Ancienne et Moderne des Peuples de Tous les Pays et de Tous les Ages: Portugal Moderne*, Paris, P.G. Simon & N.H. Nyon.
- ROCHA, Manuel João Paulo (1909), *Monographia: as Forças Militares de Lagos nas Guerras da Restauração e Peninsular e nas Pugnas pela Liberdade*, Porto, Typographia Universal.
- ROSÁRIO, António Simões do (1963), Terras da nossa Terra: Águeda e os seus Atractivos, *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, Ano LXXVI, nº 1819, pp. 263-264.
- ROUSSEAU, Izac Jozua [ed., intro.] (1930) *The Peninsular Journal of Major-General Sir Benjamin D'Urban: 1808-1817*, London, Longmans, Green & Co..
- SARDOEIRA, Albano (1956), A Antiga Ponte Fortificada de Amarante, *Douro Litoral*, 7ª Série, 9, pp. 849-881.
- SARMENTO, Alexandre Tomás de Morais (1810), *Relação das Medidas de Defesa que se executaram nas Margens do Rio Vouga depois da Tomada do Porto pelo Marechal Soult em 1809*, Lisboa, publ. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. 24, pp. 43-52, 132-160 e 192-198.
- SILVA, António Delgado da (1828), *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima Compilação das Ordenações*, Vol IV [1791-1801], Lisboa, Typographia Maignense.
- SILVA, Luís Pedro (2019), *O Clima do Noroeste de Portugal (1600-1855): dos Discursos aos Impactos*, tese dout., Porto, Universidade.
- SILVA, Silvério A.P. da (1873), Noticia acerca das obras Publicas do Districto de Aveiro, com referencia ao dia 31 de Outubro de 1870, *Revista de Obras Publicas e Minas*, t. IV, nº 45, pp. 325-364.
- SILVEIRA, Joaquim (1943), Inquirição na Terra de Vouga em 1282, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, pp. 81-88.
- SORIANO, Simão José da Luz (1846-1849), *Historia do Cerco do Porto*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional.
- SOUTO CABO, José António (2003), *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*, Universidade da Coruña.
- Testamenta = Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, M.R.B. Morujão (coord.), Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2010.
- TWISS, Richard (1775), *Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1773*, Londres, G. Robinson, T. Becket and J. Robson.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1798), *Elucidário das Palavras Termos e Frases que em Portugal Antiguamente se usarão: Tomo Primeiro*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira.
- VITERBO, Francisco Marques de Sousa (1899-1922), *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Civis Portuguezes ou a Serviço de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional.



Fig. 1 – A ponte de Vouga vista de montante e margem sul (sudeste) em fotografia atribuída a João de Pinho, de Albergaria-a-Velha, e datada provavelmente de 1902 a 1906 (coleção da família Noronha Matos, de Angeja, Albergaria-a-Velha)



Fig. 2 – A ponte de Vouga, vista de montante e margem sul, em fotografia de António Nogueira Gonçalves datada de 1955/09/06 (conserva-se em álbum na Biblioteca Municipal de Arganil e foi reproduzida em GONÇALVES, 1959, Estampa XLIX)



Fig. 3 – Pilares P6, P7 e P8, vistos de montante e margem norte (fotografia do autor, 1999)



Fig. 4 – A ponte de Vouga, lado de montante, vendo-se em primeiro plano o pilar P6, seguido dos pilares P7 a P10 (fotografia do autor, 2001)



Fig. 5 – Os primeiros três arcos no extremo sul da ponte de Vouga, A3, A2 e A1, vistos de jusante, na actualidade

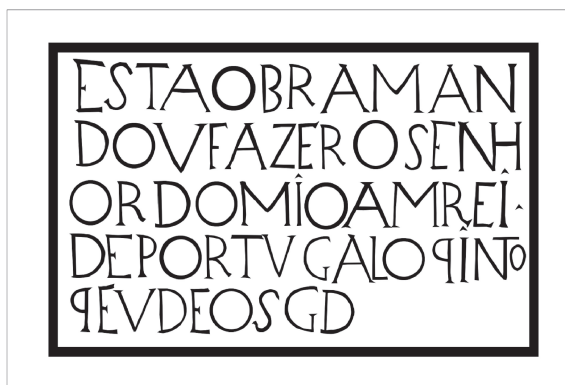
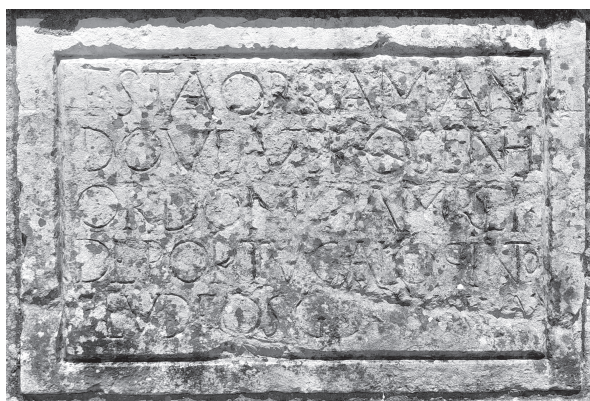


Fig. 6 – Inscrição alusiva à reconstrução da ponte de Vouga por Dom João V (fotografia e decalque); no final da última linha, a seguir a «G[VAR]D», já não estão perceptíveis os seguintes caracteres: «E 1713 A»)

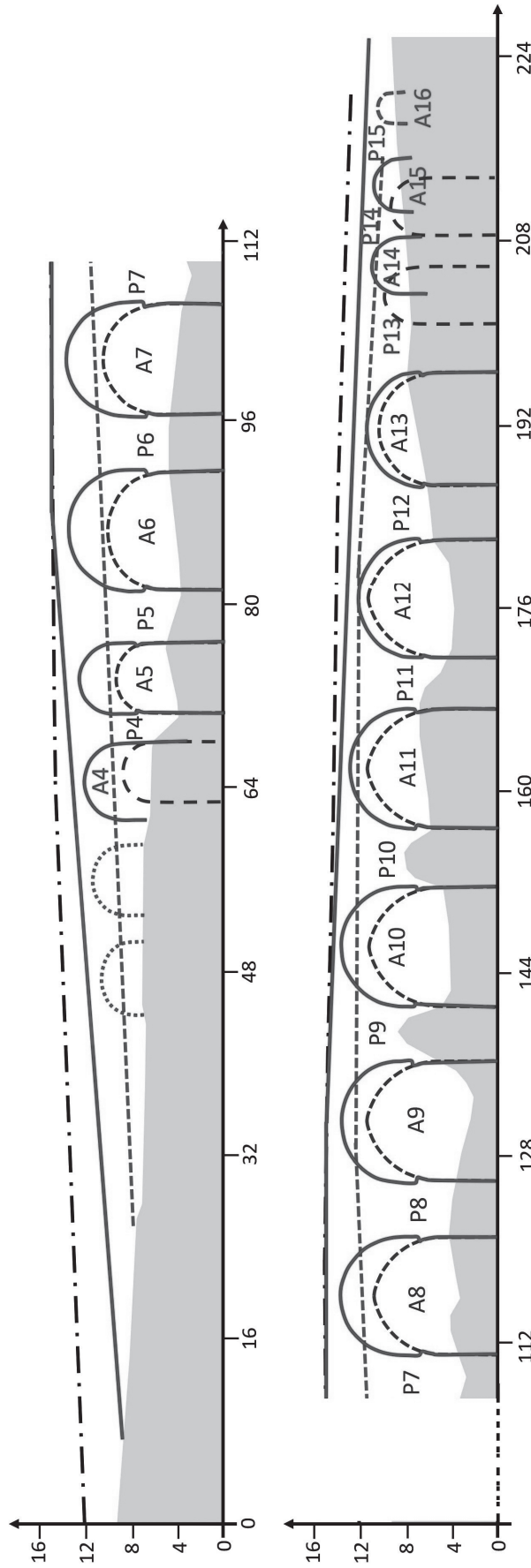


Fig. 7 – Implantação da ponte de Dom João V sobre as estruturas remanescentes da ponte medieval: os arcos que estavam destruídos em 1773 estão representados por linhas ponteadas; a linha tracejada superior representa o tabuleiro actual; as restantes linhas tracejadas representam o tabuleiro e arcos da ponte medieval.



Fig. 8 – Pilar P9 e arco A9 vistos de jusante, sendo de notar o contraforte em P9

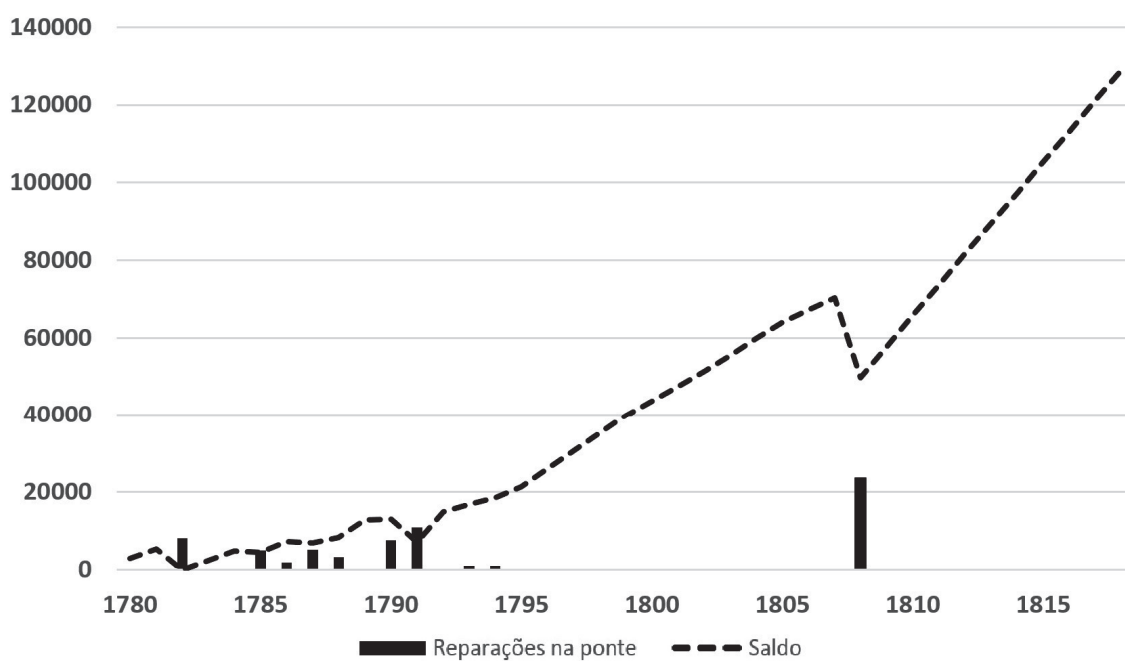


Fig. 9 – Evolução do saldo, em réis, do legado da ponte de Vouga (linha tracejada) e despesas com a ponte (barras), entre 1780 e 1818

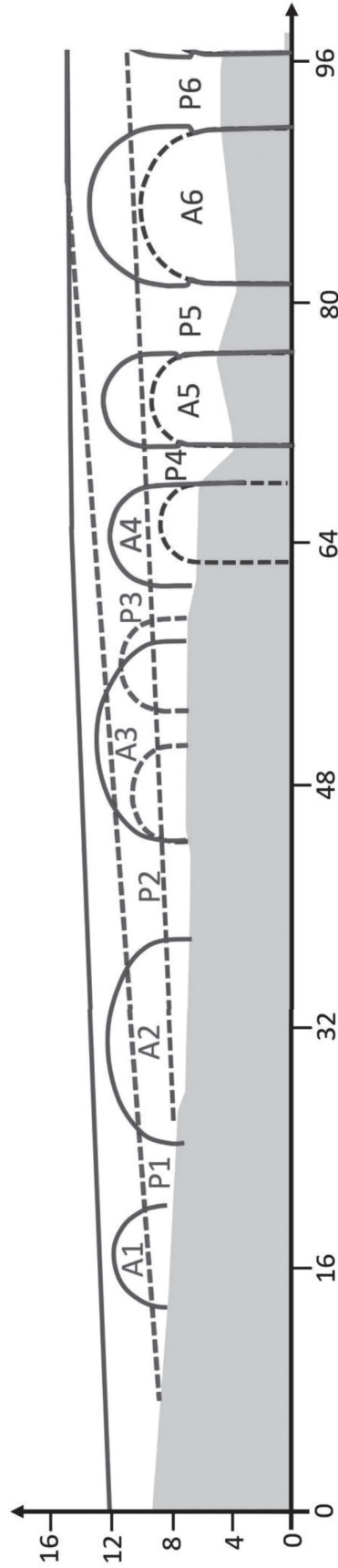


Fig. 10 – Reconstituição da obra de alongamento da ponte para sul realizada no reinado de Dona Maria I; são representados a tracejado os tabuleiros da ponte medieval e da ponte de Dom João V, bem como os arcos medievais em A4, A5 e A6 e os dois arcos de Dom João V que foram substituídos pelo novo arco A3; a traço contínuo, são representados os arcos de Dom João V não alterados (A1, A2 e A3), os arcos novos de Dona Maria I (A4, A5 e A6), e o tabuleiro de Dona Maria I.

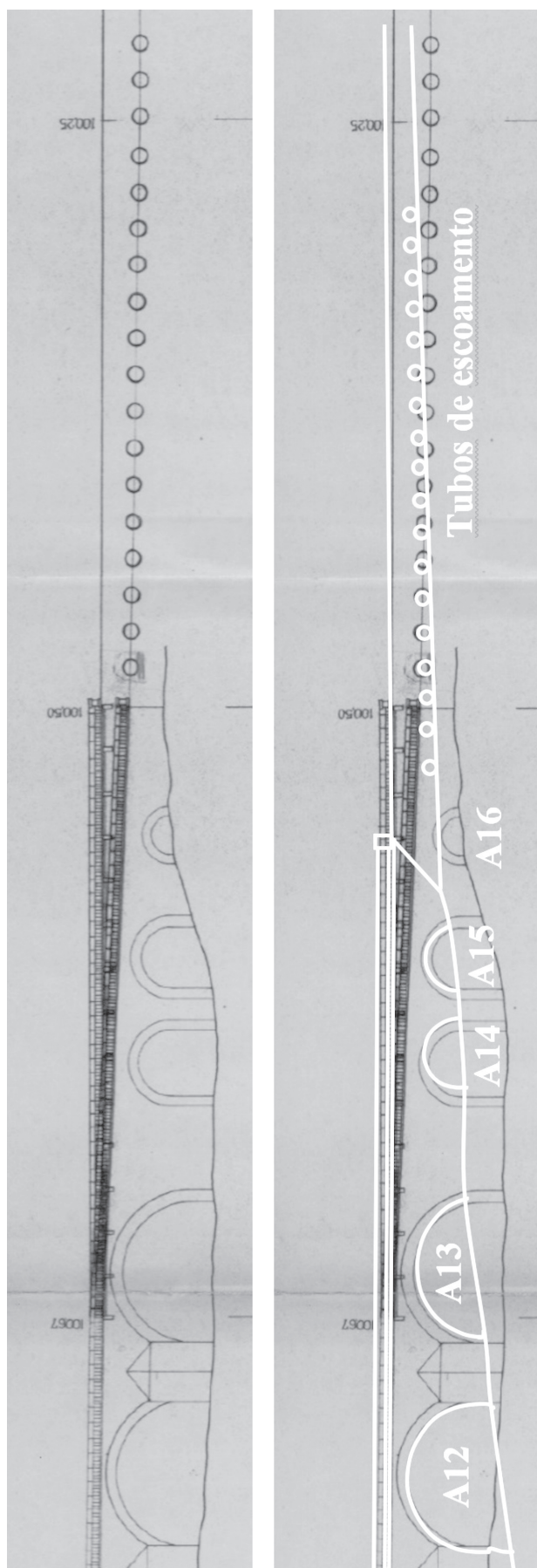


Fig. 11 – Pormenor do projecto de alteamento do tabuleiro e da avenida de acesso do lado norte (Infraestruturas de Portugal – Arquivo Histórico, ref. PT/JAE/DSPT/999/139/5989-Desenho, com data de 1942/12/31); em baixo, sobreposição de levantamento da obra tal como foi executada em 1944-1945, ficando soterrado o arco A16 e encurtada a ponte

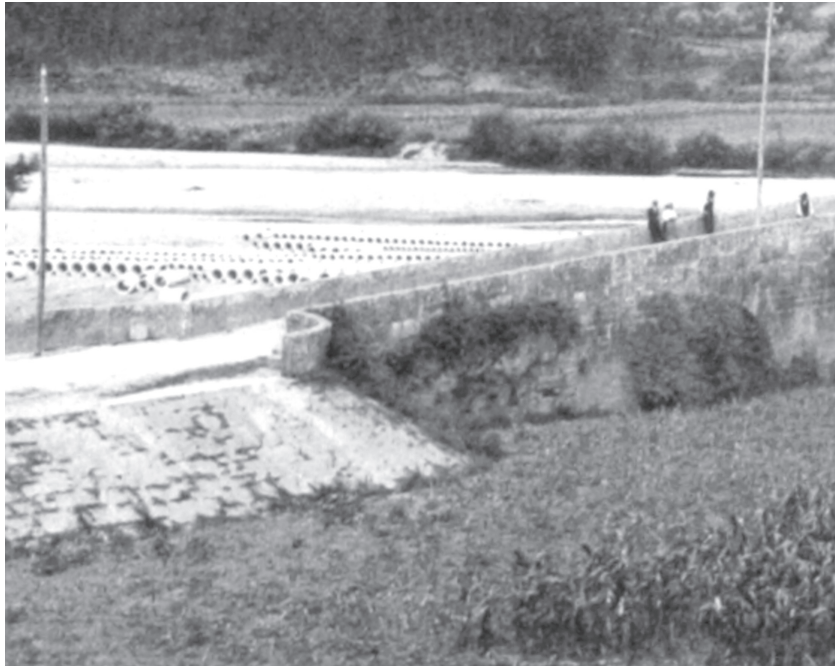


Fig. 12 – Entrada, encontro da ponte na margem sul e arco A1, estruturas que remontam ao reinado de Dona Maria I (ampliação de pormenor de fotografia de Emílio Biel & Ca. publicada em Inauguração do Caminho de Ferro do Valle do Vouga. Espinho-Vizeu-Aveiro, 1908, fotografia nº 13)

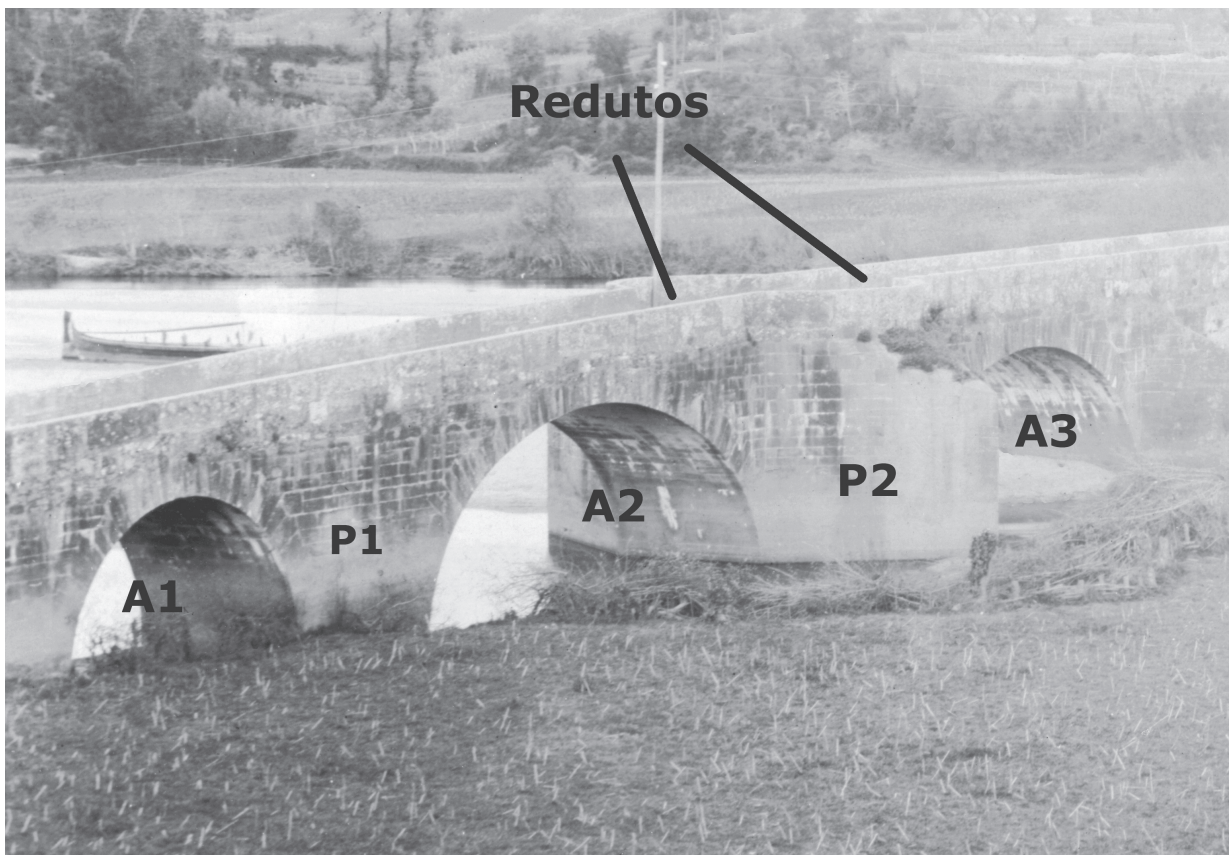


Fig. 13 – Os três arcos construídos, por ordem de Dona Maria I, no extremo sul da ponte, sendo de notar os redutos em P2 (perspectiva de montante, pormenor extraído da Fig. 1)

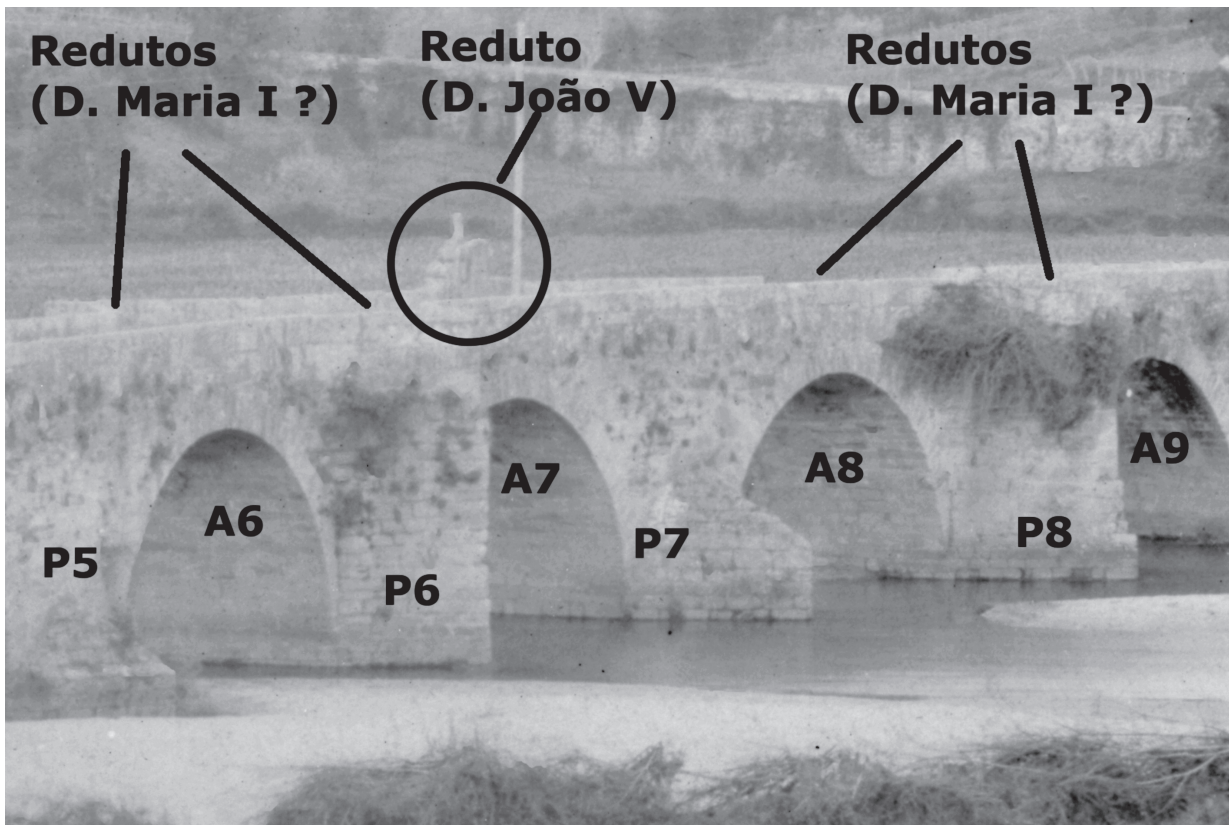


Fig. 14 – Localização de redutos no centro da ponte de Vouga
(perspectiva de montante, pormenor extraído da Fig. 1)

PROJETO EDITORIAL

A PORTVGALIA pretende ser um espaço de debate em torno das grandes questões teóricas e metodológicas da Arqueologia e de divulgação dos mais recentes resultados da investigação arqueológica nas suas diversas áreas cronológicas (desde a Pré-História Antiga até à Arqueologia Moderna e Contemporânea).

Do ponto de vista geográfico, a PORTVGALIA assume como sua vocação primordial a publicação de resultados da investigação arqueológica do Norte de Portugal e do Noroeste da Península Ibérica, mas também é recetiva a artigos que incidam sobre outras zonas do espaço ibérico.

A revista publica estudos inéditos que sejam considerados contributos relevantes, recorrendo à arbitragem científica. Os artigos são submetidos a peritagem junto de especialistas de reconhecido mérito, na modalidade de *open peer review* (i.e. sem ocultação da identidade de autores e revisores).

A PORTVGALIA está registada no *Latindex* (*Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal*), no *ERIH Plus* (*European Reference Index for Humanities*), no *Academic Search Complete/EBSCO*, no *Fonte Académica/EBSCO*, no *DOAJ* (*Directory of Open Access Journals*) e na *DIALNET* (*Universidad de Rioja, Espanha*).

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

A PORTVGALIA só publica artigos que obedeçam às seguintes Normas:

1. Todos os textos para publicação devem ser submetidos em ficheiro Word e carregados na plataforma digital da revista, disponível em OJS (*Open Journal System*): <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Port/login?source=%2Findex.php%2FPort%2Fsubmissions> O ficheiro de texto, em versão própria para impressão, deve ser acompanhado dos ficheiros de imagens, em alta resolução. A PORTVGALIA não aceita textos que não cumpram rigorosamente estas Normas, que não tenham sido submetidos na plataforma OJS, ou textos submetidos em formato PDF.

2. A PORTVGALIA publica originais em português, galego, castelhano, francês ou inglês.
3. Os autores devem ser os proprietários dos direitos autorais do texto e das imagens. A submissão de artigo para publicação implica a cedência desses direitos à revista. A PORTVGALIA mantém edição em papel e disponibiliza os conteúdos em sistema de *open access*.
4. Os artigos terão uma dimensão máxima de 30 páginas de texto, em formato A4, a espaço e meio, com letra *Times New Roman*, de corpo 12 (para o texto) e de corpo 10 (para as notas de pé-de-página), correspondentes a um máximo de 80.000 caracteres com espaços. No caso de compreender catálogo de materiais, este deve ser redigido em letra *Times New Roman*, corpo 10, com espaçamento de 1,15 linhas.
5. Os textos deverão ser apresentados indicando o título, centrado, em letras capitais e a bold (*Times New Roman*, corpo 14). Segue-se a indicação do(s) autor(es), paginados à direita, e, em linhas autónomas, a sua filiação institucional e o endereço eletrónico.
6. A abrir o artigo será apresentado um resumo em inglês (“Abstract”), com palavras-chave (“Keywords”), seguido de um resumo em português (“Resumo”), acompanhado de palavras-chave (“Palavras chave”). Os resumos poderão ter uma extensão máxima de dez linhas. As palavras-chave deverão ser quatro a seis.
7. As citações bibliográficas deverão obedecer à norma anglo-saxónica (AUTOR data: p. —).
8. Os textos poderão compreender notas de pé-de-página, que deverão ser utilizadas com parcimónia, reservando-se para informações complementares. Deverão ser evitadas notas demasiado extensas. A indicação das notas deve ser preferencialmente colocada depois da última palavra da frase, sem espaço, e antes do ponto final.
9. A Bibliografia, incluída no final do artigo, obedecerá às seguintes normas:

a) Artigo em revista:

<APELIDO em maiúscula> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <nome da revista em itálico> <virgula> <série> <virgula> <volume> <espaço> <(fascículo ou número indicado entre parêntesis)> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: ALARCÃO, Jorge de (2008), Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – V, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11 (1), Lisboa, IGESPAR, pp. 103-121

b) Artigo em obra coletiva:

<APELIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do artigo> <virgula> <In> <espaço> <APELIDO do Coordenador> <virgula> <Nome próprio do Coordenador> <espaço> <(Coord. de) ou (Dir. de)> <virgula> <Título da obra em itálico> <virgula> <volume> <virgula> <Local de edição> <virgula> <editora> <virgula> <páginas designadas pp.>.

Ex.: TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1996), *Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola*, in MATTOSO, José (Dir. de), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, pp. 11-44

c) Livro:

<APELIDO em maiúsculas> <virgula> <Nome Próprio> <espaço> <(ano de edição entre parêntesis)> <virgula> <Título do livro> <virgula> <volume> <virgula> <local de edição> <virgula> <editora>.

Nota: Nos livros, o ano indicado reporta-se à edição utilizada. No caso de haver mais do que uma edição pode indicar-se, no fim, entre parêntesis, o local e ano da 1ª edição. Se a obra pertencer a uma coleção, isso poderá ser referido igualmente no final, entre parêntesis.

Ex.: JORGE, Susana Oliveira (1999), *Domesticar a Terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, Gradiva (Col. «Trajectos Portugueses», 45)

10. Qualquer texto com mais de três autores será citado, ao longo do artigo, pelo APELIDO do primeiro autor seguido da expressão “*et alii*”. Na Bibliografia final podem aparecer todos os autores.
11. A Bibliografia compreenderá apenas as obras citadas ao longo do artigo, organizadas por ordem alfabética do apelido e nome próprio, e, dentro destes, por ordem cronológica. No caso de haver mais do que uma obra do mesmo autor e ano a distinção será feita pela justaposição de letras (a, b, c...) ao ano de edição.
12. As citações de texto deverão abrir e fechar com aspas. Citações em língua estrangeira ou textos com grafias antigas serão apresentados em itálico.
13. Ao longo do texto utilizar-se-á o negrito ou bold apenas para os títulos e subtítulos. Os primeiros serão grafados em maiúsculas, os segundos em corpo normal.
14. As imagens deverão ser organizadas em dossier, publicado no final de cada artigo. A PORTVGALIA não publica imagens intercaladas no texto, nem desdobráveis, nem imagens a cores.
15. As imagens devem ser fornecidas em versão digital de alta definição (300 dpi ou mais), em ficheiros de formato JPEG (*Joint Photographic Experts Group*) ou TIF (*Tagged Image File Format*).
16. Todas as ilustrações (desenhos, fotografias) serão designadas por «Fig.». Se dentro da mesma figura coexistirem diferentes ilustrações serão distinguidas por numeração em árabe (p. ex.: Fig. 3, 2).
17. O número de imagens dependerá da extensão do artigo e da sua relevância para a compreensão do seu conteúdo, devendo ser utilizadas com moderação. Em todo o caso, cada artigo nunca poderá exceder o máximo de 16 páginas de figuras. A Comissão Editorial poderá solicitar a redução do número de estampas sempre que o entender.

18. A acompanhar os ficheiros de imagens deverá figurar um documento em Word com as legendas das figuras, a fim de serem compostas.
19. Todos os artigos são submetidos à avaliação por pares na modalidade de *open peer review*. Os avaliadores deverão preencher a ficha de avaliação que é disponibilizada pela revista. O resultado dessa avaliação é transmitido ao(s) autor(es) devendo estes integrar as sugestões dos avaliadores no seu original, submetendo a versão definitiva na plataforma digital da PORTVGALIA com a maior brevidade possível.
20. A revisão das primeiras provas é feita pelos autores, aos quais é dado um prazo de cinco dias úteis para o fazer. Findo esse prazo, a revista poderá dar andamento ao processo tipográfico. Em fase de revisão de provas não são permitidas alterações de conteúdo. Apenas se aceitam correções de gralhas tipográficas.